

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.

PUC-SP

Lucas Antonio Saran

A crítica de Wittgenstein a Russell: uma possível defesa de Russell.

DOUTORADO EM FILOSOFIA



São Paulo

2021

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.

PUC-SP

Lucas Antonio Saran

A crítica de Wittgenstein a Russell: uma possível defesa de Russell.

DOUTORADO EM FILOSOFIA

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em filosofia, sob orientação do Prof. Doutor Ivo Assad Ibri.



São Paulo

2021

Banca examinadora.

*A todos os meus professores, familiares e amigos (dos quais
destaco: Rodrigo, Júlio, Rebeca e Danilo).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao professor Dr. Ivo Assad Ibri pela orientação e pelos valiosos ensinamentos. Aos professores Drs. Cassiano Terra Rodrigues e Anderson Luis Nakano cujas sugestões e debates foram fundamentais para este trabalho. Ao Centro de Estudos sobre Pragmatismo da PUCSP pelo ambiente de aprendizados, produção acadêmica e amizades. Aos meus pais e irmãos por tudo que me foi concedido. A Rogério Congussu, *irmão e amigo eterno*.

RESUMO.

O objetivo deste trabalho é apresentar o pensamento de Bertrand Russell do manuscrito inacabado de 1913, e debater as consequências das críticas que Wittgenstein dirigiu a alguns pontos centrais desse pensamento. Diante desse objetivo, as discussões desta tese tentarão responder às seguintes questões: existe alguma atualidade em *Theory of knowledge*? até que ponto o pensamento de Russell consegue resistir às críticas de Wittgenstein? Que temas o pensamento de Russell abandonou? Que temas do pensamento de Russell (de 1913) permanecem importantes para nossa reflexão? Tentando abordar essas questões, o presente trabalho utilizará duas linhas argumentativas. A primeira dessas linhas assume o seguinte pressuposto: o pensamento maduro de Russell – cujo início é o artigo *On propositions: what they are and how they mean* – mantém sua atualidade. Partindo desse pressuposto, a primeira estratégia argumentativa será: sem desconsiderar a relevância da obra de Russell (de 1913) para uma série de pensadores, este trabalho tentará mostrar a continuidade temática entre *Theory of knowledge* e o pensamento maduro de Russell, e destacar o fato de que esse livro faz parte de um projeto mais amplo que percorre grande parte da produção do filósofo inglês. Além desse argumento, este trabalho tentará mostrar alguma diferença entre os projetos filosóficos de Russell e Wittgenstein, pois, se for possível verificar esse tipo de diferença, é, pelo menos, plausível afirmar que o projeto de Russell não poderia ser totalmente avaliado com base no projeto de Wittgenstein.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Linguagem. Experiência. Russell. Wittgenstein.

ABSTRACT.

The goal of this work is presenting Bertrand Russell' thought from the unfinished 1913 manuscript, and debate the consequences of the criticism that Wittgenstein directed to some central points of that thought. Considering that goal, the discussions of this thesis will try to answer the following questions: is there any currentness in *Theory of knowledge*? To what point is Russell's thought able to resist to the criticism from Wittgenstein? What themes did Russell's thought abandon? What themes from Russell's thought (of 1913) remain important to our reflection? Trying to adress those questions, the present work will use two argumentative lines. The first of those lines takes the following assumption: the mature thought from Russell – which beginning is the paper *On propositions: what they are and how they mean* – keeps its currentness. From that assumption, the first argumentative strategy will be: without disregarding the relevance of Russell's work (from 1913) to a series of thinkers, this work will try to show the thematic continuity between *Theory of knowledge* to the mature thought from Russell, and to highlight the fact that, that book is part of a broader project that runs through a big part of Russell's production. Besides of that argument, this work will try to show some difference between Russell's and Wittgenstein's philosophical projects, because, if it is possible to verify that kind of difference, it's, at least, plausible to claim that Russell's project couldn't be totally assessed with ground at Wittgenstein's project.

KEYWORDS: Knowledge. Language. Experience. Russell. Wittgenstein.

SUMÁRIO.

- INTRODUÇÃO.....	11
1 O PROJETO FILOSÓFICO DE RUSSELL E SUAS DIFERENÇAS COM RELAÇÃO AO PROJETO DE WITTGENSTEIN: UMA REFLEXÃO METAFILOSÓFICA.....	16
1.1 RUMO AO PROJETO DE UMA FILOSOFIA CIENTÍFICA.....	16
1.11 MOORE E A PRIMEIRA FILOSOFIA DE RUSSELL APÓS A RUPTURA COM O IDEALISMO.....	17
1.12 FILOSOFIA E CIÊNCIA.....	22
1.13 AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROJETOS FILOSÓFICOS DE RUSSELL E WITTGENSTEIN.....	29
1.14 UMA ILUSTRAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE RUSSELL E WITTGENSTEIN: QUESTÕES LIGADAS AO SOLIPSISMO.....	32
1.2 BREVE EXPOSIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA DOS TIPOS LÓGICOS.....	40
2 UMA ANÁLISE DO MANUSCRITO DE 1913 (<i>THEORY OF KNOWLEDGE</i>). 50	
2.11 DEFINIÇÃO E ESTRUTURA DA <i>ACQUAINTANCE</i>	50
2.12 <i>ACQUAINTANCE</i> E EXPERIÊNCIA DO PRESENTE.....	53
2.121 DEFINIÇÕES IMPORTANTES A PARTIR DE 2.1.2.....	55
2.13 <i>ACQUAINTANCE</i> E TEORIA DO CONHECIMENTO.....	56
2.14 <i>ACQUAINTANCE</i> , SENSAÇÃO E IMAGINAÇÃO.....	60
2.141 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DAS SUBSEÇÕES 2.1.3 E 2.1.4.....	66
2.15 <i>ACQUAINTANCE</i> E TEMPO.....	67
2.151 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DA SUBSEÇÃO 2.1.5.....	74
2.16 <i>ACQUAINTANCE</i> COM RELAÇÕES.....	76
2.17 <i>ACQUAINTANCE</i> COM PREDICADOS.....	81
2.18 <i>ACQUAINTANCE</i> COM DADOS LÓGICOS.....	84
2.2 TEORIA DO JUÍZO.....	86
2.21 ENTENDER UMA PROPOSIÇÃO.....	86
2.22 A QUESTÃO DA ANÁLISE.....	94
2.23 ENTENDIMENTO E FORMA.....	99
2.24 AUTO EVIDÊNCIA E VAGUEZA.....	101
2.3 A TEORIA DAS DESCRIÇÕES.....	105
3 A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL.....	110
3.1 ASPECTOS DO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS.....	111
3.11 UMA PRIMEIRA CONSIDERAÇÃO SOBRE O MUNDO, OS ESTADOS DE COISAS E OS OBJETOS.....	111
3.12 OBJETOS, FORMAS E FIGURAÇÃO.....	113

3.13 APROFUNDANDO A FIGURAÇÃO: SINAL E SÍMBOLO PROPOSICIONAL.	117
3.14 O QUARTO GRUPO DE AFORISMOS: A FINALIDADE DA FILOSOFIA, AS TABELAS DE VERDADE, TAUTOLOGIAS E CONTRADIÇÕES.....	121
3.15 A CRÍTICA DOS OBJETOS LÓGICOS E A QUESTÃO DO SUJEITO. ..	126
3.16 AS PROPOSIÇÕES DA LÓGICA SÃO TODAS TAUTOLOGIAS.....	130
3.2 EXPOSIÇÃO DA CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL E DE ALGUNS ASPECTOS DA DIVERGÊNCIA ENTRE ESSES DOIS AUTORES.	132
3.21 OS PONTOS CENTRAIS DA CRÍTICA.....	132
3.211 A LEITURA DE NICHOLAS GRIFFIN SOBRE A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL.	132
3.212 A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL SEGUNDO PETER W. HANKS.....	138
3.213 A LEITURA DE POTTER SOBRE A CRÍTICA.	145
3.2131 A CONCEPÇÃO DO JUÍZO COMO RELAÇÃO MÚLTIPLA.....	146
3.2132 UM PROBLEMA NA TEORIA ORIGINAL.	148
3.2133 A VERSÃO REVISADA DA TEORIA DE RUSSELL.	150
3.2134 A NOVA OBJEÇÃO DE WITTGENSTEIN.....	151
3.2135 ACQUAINTANCE.	152
3.2136 OUTRA FORMULAÇÃO.	154
3.2137 OUTRA FORMA DE VER A OBJEÇÃO.	156
3.214 COMENTÁRIO FINAL.	157
3.22 ALGUNS ASPECTOS DA DIVERGÊNCIA.....	158
4 AS CONFERÊNCIAS SOBRE FILOSOFIA DO ATOMISMO LÓGICO DE 1918.	165
4.1 OS FUNDAMENTOS BÁSICOS DA ANÁLISE.	165
4.2 O COMPLEXO E O SIMPLES NO PROCESSO DE ANÁLISE.	171
4.3 PREDICADOS, RELAÇÕES E PROPOSIÇÕES MOLECULARES.....	176
4.4 PROPOSIÇÕES COM DOIS VERBOS E CRENÇAS.	180
4.5 PROPOSIÇÕES GERAIS, PROPOSIÇÕES QUE ENVOLVEM EXISTÊNCIA E FORMA DE UMA PROPOSIÇÃO.....	183
4.6 TEORIA DOS TIPOS LÓGICOS.	187
4.7 APLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA ANÁLISE E DA ONTOLOGIA DO ATOMISMO LÓGICO.....	192
4.8 BREVE REFLEXÃO FINAL.....	194
5 O PROJETO RUSSELLIANO, PONTOS DE CONTINUIDADE E PARCIAL INCOMPATIBILIDADE COM PROJETO DE WITTGENSTEIN.....	203
5.1 O HOLISMO E OS PRESSUPOSTOS DO “DADO”.....	205
5.11 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DA SEÇÃO 5.1.....	220

5.2 A MEMÓRIA E O “EU”.....	221
5.3 O TEMPO E A CONSTITUIÇÃO DOS EVENTOS.	232
5.31 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DAS SEÇÕES 5.2 E 5.3.	238
5.4 LÓGICA, PSICOLOGIA E EXPERIÊNCIA.....	239
5.5 ANÁLISE.	249
5.6 REFLEXÕES SOBRE A CRENÇA: UMA TEORIA DO JUÍZO NATURALIZADA E COM ELEMENTOS DA FILOSOFIA DE WITTGENSTEIN?.....	255
- CONSIDERAÇÕES FINAIS.	270
REFERÊNCIAS.	273

- INTRODUÇÃO.

O objetivo do presente trabalho é apresentar o pensamento que Bertrand Russell desenvolveu em *Theory of Knowledge* (RUSSELL, 1913) e debater as consequências da crítica que Wittgenstein dirigiu a alguns dos pontos centrais dessa obra; como se verá, essa crítica talvez seja a responsável pelo abandono, por parte de Russell, do *Theory of Knowledge*, também conhecido como manuscrito de 1913.

Dentro desse objetivo, o debate aqui realizado procurará responder às seguintes questões: há alguma atualidade em *Theory of Knowledge*? Até que ponto o pensamento de Russell pode resistir às críticas feitas por Wittgenstein? Quais temáticas ele abandonou? Quais temáticas ele manteve? Das temáticas tratadas por Russell, independentemente de tê-las abandonado ou não, quais permanecem importantes para nossa reflexão?

Na tentativa de lidar com essas questões, o presente trabalho tentará fazer uso de duas estratégias argumentativas. Essas estratégias argumentativas terão, como base, um pressuposto: o pensamento maduro de Russell – que começa se desenvolver, principalmente, a partir do célebre *On propositions: what they are and how they mean* (RUSSELL, 1919) – mantém sua atualidade para as discussões filosóficas contemporâneas.

Com base nesse pressuposto, a primeira dentre as linhas argumentativas desse trabalho, que tentará se posicionar a favor da atualidade do manuscrito de 1913, será a seguinte: sem desconsiderar a influência da *Theory of Knowledge* sobre uma série de autores - entre os quais pode-se destacar o próprio Wittgenstein-, tentar-se-á mostrar a continuidade temática entre tal obra e o pensamento maduro de Russell; nesse aspecto, destacar-se-á a importância do manuscrito de 1913 na condição de relevante parte de um projeto mais amplo que prosseguiu durante boa parte da produção filosófica de Russell.

A segunda linha argumentativa consistirá em reforçar as diferenças entre os projetos filosóficos de Russell e de Wittgenstein, que, supostamente, teria feito o filósofo inglês abandonar inacabado o texto de *Theory of Knowledge*. Ora, se for possível provar que há alguma continuidade no projeto filosófico de Russell (a partir de 1913), será plausível, sem negar a influência mútua entre Russell e Wittgenstein, inferir terem permanecido, pelo menos desde 1913, os pontos de divergência entre os aspectos de ambos os autores. Com isso, seria factível pensar que não é razoável avaliar o projeto de Russell apenas com base no projeto de Wittgenstein. Isso, ainda que não prove a

veracidade de um dos projetos em detrimento do outro, parece indicar que o projeto de Russell é passível de receber seu próprio valor de forma independente.

Para tentar desenvolver as duas linhas argumentativas expostas, o presente trabalho contará com: 1- uma reflexão metafilosófica¹ sobre a gênese do projeto filosófico de Russell e suas divergências com o projeto de Wittgenstein no que tange ao período que culminou na redação do *Tractatus logico-philosophicus*; 2- uma exposição detalhada dos principais conceitos e raciocínios desenvolvidos em *Theory of Knowledge*; 3- uma exposição da filosofia de Wittgenstein que permeia a crítica que este filósofo dirigiu a Russell; 4- a exposição da própria crítica dirigida por Wittgenstein a Russell; 5- uma exposição da transição entre o manuscrito de 1913 e o pensamento maduro de Russell; 6- por fim, uma abordagem sucinta de alguns tópicos do pensamento maduro de Russell que ecoam temas do manuscrito de 1913.

O tratamento de todos esses tópicos será feito ao longo de cinco capítulos: o primeiro capítulo abordará unicamente o tópico 1; o segundo capítulo abordará o tópico 2; o terceiro capítulo procurará abordar os tópicos 3 e 4; o quarto capítulo abordará o tópico 5 através de uma análise pormenorizada das conferências de Russell reunidas sob o título de *The Philosophy of Logical Atomism* (RUSSELL, 1918); o quinto capítulo procurará tratar do sexto (6) tópico mencionado acima.

A seguir, ainda nesta introdução, pretende-se fazer uma breve contextualização histórica do período da filosofia de Russell que precedeu a redação de *Theory of Knowledge*. Essa exposição enfatizará os passos que deram origem à teoria do julgamento (ou juízo), a começar com a virada no pensamento de Russell que parte de um tipo de idealismo de origem hegeliana para uma espécie de realismo mais forte.²

Segundo Pinto (2001, p. 70), Russell começou a preocupar-se com questões filosóficas aos quinze anos de idade; o que motivou o filósofo inglês nessa direção foi, primeiramente, suas dúvidas em relação aos dogmas religiosos. Essas questões religiosas, entretanto, foram pouco a pouco sendo substituídas por questões relacionadas à “natureza da matemática” (PINTO, 2001, p. 70); com o passar do tempo, as próprias questões relacionadas à matemática deram lugar a questões filosóficas de caráter mais geral.

Essa profícua carreira filosófica de Russell teve início com uma adesão por parte do filósofo inglês ao pensamento idealista: na universidade, os tutores de Russell foram

1 Essa noção será mais bem definida no primeiro capítulo.

2 Alguns aspectos da apresentação histórica feita nesta introdução serão esmiuçados, principalmente, no primeiro capítulo.

G. Stout (de tendência hegeliana) e J. Ward (de orientação kantiana). Além disso, Russell sofreu influência de outros autores importantes ligados ao idealismo britânico como Bradley e McTaggart.

Essa influência, contudo, chegou ao seu fim entre 1896 e 1898; nesse período, o filósofo inglês estava dedicando-se à elaboração de uma dialética das ciências em estilo hegeliano. Antes de poder publicar esse trabalho, Russell rejeita a filosofia idealista e procura um novo caminho para suas pesquisas (PINTO, 2001, p. 70).

A ruptura de Russell com o idealismo não deixa de ter algo de surpreendente; há muitas nuances no contexto de tal ruptura que infelizmente não poderão encontrar espaço no presente trabalho. De qualquer forma, é interessante observar que um dos primeiros textos em que Russell ataca algumas teses do idealismo britânico é *A critical exposition of the philosophy of Leibniz* (RUSSELL, 1900). Nesse trabalho, investigando a concepção clássica que tentava, segundo a visão de Russell, reduzir a forma geral da proposição à relação sujeito/predicado, o filósofo inglês ataca algumas das posturas de autores como Bradley.

Desses ataques, vale a pena destacar dois: o primeiro consiste, justamente, em criticar o pensamento que tentava reduzir as proposições à forma sujeito/predicado, notando-se que, nesse contexto, Russell enfatiza as proposições que expressam relações e, só com recursos muito artificiais, poderiam ser reduzidas à referida forma geral (RUSSELL, 1900, p. 12). Além desse ataque, há, também, a crítica ao conceito clássico de substância e à pretensão de Bradley em reduzir toda a realidade a uma espécie de substância única (RUSSELL, 1900, p. 50).

Em consonância com essas críticas, uma tese muito combatida por Russell é a ideia de que todas as relações são internas: para Bradley, a realidade seria uma espécie de substrato único do qual tudo mais seria apenas um conjunto de atributos; contra isso, Russell, por exemplo, argumenta que, ao ser reduzida a um substrato único, a própria palavra realidade perderia seu sentido (RUSSELL, 1900, p. 50). Além disso, a própria divisão da realidade em sujeito e predicado ameaçava o monismo (BENMAKHLOUF, 1996, p. 15).

Em época próxima àquela em que desferia esses golpes no idealismo Britânico, o autor de *Theory of Knowledge* entra em contato com os trabalhos lógicos de Peano. Esses trabalhos aproximam o filósofo inglês da definição de número fornecida por Frege; dentro dessa definição, os números poderiam ser trabalhados em termos puramente lógicos. Assim, a análise lógica revelava-se extremamente útil (PINTO, 2001, 71).

Em consonância com esse pensamento, Russell publica, em 1903, os *Princípios da Matemática*. Nesse livro, ao tentar levar adiante o programa logicista, Russell oferece uma primeira análise do mecanismo de denotação. Nessa primeira análise, o filósofo britânico defende que, ao apresentar um conceito que denota, uma proposição passa a ser, antes sobre a coisa a que se refere tal conceito, do que sobre o próprio conceito: a proposição “encontrei um homem” é a respeito de uma coisa determinada (PINTO, 2001, p. 71). Essa postura estava relacionada aos trabalhos de autores como Meinong e Bretano; embora pareça correta, tal postura envolve consequências indesejáveis.

Para lidar com essas consequências indesejáveis, Russell, em 1905, escreve o célebre *Da Denotação* (RUSSELL, 1905). Esse difícil texto será abordado de modo um pouco mais detido no primeiro capítulo desta tese, de modo que não se aprofundará tal texto no presente momento. De qualquer forma, uma característica importante do referido texto é que nele Russell passa a entender que expressões denotativas só adquirem sentido no contexto de uma proposição.

Um pouco depois disso, em 1906, o filósofo inglês generalizou sua teoria e começou a desenvolver o embrião do que viria ser a célebre teoria do julgamento (HANKS, 2007, p. 8). Essa teoria ganhou um pouco mais de consistência a partir de 1910; muito será falado, ao longo do presente trabalho, sobre uma das versões desta teoria. Por outro lado, é importante já citar o fato de que a teoria do juízo aplicava o princípio que havia sido aplicado às expressões denotativas; esse princípio era, agora, aplicado à proposição como um todo, notando-se que tal proposição passava a ter sentido apenas no contexto de uma atitude proposicional.

Logo de início, as diversas versões da teoria sofreram críticas como aquela que deu origem ao famigerado “problema da direção”; essas críticas, inicialmente, vieram de colegas de Russell, como é caso do próprio Stout.

Esse tipo de crítica levou Russell a reformular a teoria inúmeras vezes; dessas reformulações, cabe destacar duas: aquela que aparece em *The problems of Philosophy* (RUSSEL, 1912) e, finalmente, aquela que aparece em *Theory of Knowledge*. Esta última versão da teoria do julgamento foi duramente criticada por um aluno e amigo de Russell: trata-se do próprio Wittgenstein. É aqui que, finalizando a breve contextualização histórica dessa introdução, começam as discussões que guiarão o presente trabalho nos capítulos que seguem.

1 O PROJETO FILOSÓFICO DE RUSSELL E SUAS DIFERENÇAS COM RELAÇÃO AO PROJETO DE WITTGENSTEIN: UMA REFLEXÃO METAFILOSÓFICA.

O objetivo do presente capítulo é constituir-se em uma reflexão metafilosófica sobre as principais características do projeto filosófico que está por trás do pensamento de Russell em 1913, principalmente naquilo que tange ao inacabado *Theory of Knowledge*. Por “reflexão metafilosófica” entender-se-á, neste trabalho, uma reflexão que tem como objeto o próprio papel da filosofia. Seguindo essa linha, o objetivo dessa reflexão metafilosófica será o de preparar o terreno para alguns aspectos que serão desenvolvidos no capítulo final, no qual se tem a pretensão de mostrar que, além de haver uma continuidade entre os projetos filosóficos do Russell de 1913 e do pensamento mais maduro – no sentido cronológico – do filósofo inglês, há algumas diferenças essenciais entre tais projetos de Russell e o projeto próprio de Wittgenstein tanto no contexto da crítica dirigida a *Theory of Knowledge* quanto no do pensamento que alcança seu ápice com o *Tractatus Logico-Philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922).

A preparação do terreno para essas discussões – feita neste capítulo – será dividida em dois tópicos principais: o primeiro tópico diz respeito ao projeto russelliano de uma filosofia científica, notando-se que tal projeto parece contrastar com o projeto filosófico de Wittgenstein que, já nas *Notes on Logic* (WITTGENSTEIN, 1914), parecia não concordar com a concepção segundo a qual a filosofia estaria próxima às ciências; o segundo tópico tentará abordar, de forma pouco mais detida, a teoria dos tipos lógicos, preparando uma possível relação que essa teoria poderia ter com a própria possibilidade de concretização do projeto filosófico de Russell. A justificação mais detalhada para a necessidade desse segundo tópico ficará mais explícita ao final da subseção 1.13 deste capítulo.

1.1 RUMO AO PROJETO DE UMA FILOSOFIA CIENTÍFICA.

Na visão de Levine (2008) um dos grandes momentos de mudança no pensamento de Russell se deu através do contato que o filósofo em inglês teve com Peano; esse contato – que ocorreu, principalmente, em um congresso em Paris em 1900 – permitiu que Russell adquirisse uma nova visão sobre a matemática e sobre alguns autores com os quais já tinha tido contato, como Dedekind, Weierstrass e o próprio Cantor.

Para mostrar, de forma mais detalhada, o impacto que o referido encontro com o pensamento de Peano teve sobre Russell, Levine (2008), como se explicará, procura

defender o seguinte posicionamento: a ruptura de Russell com relação ao idealismo britânico não levou o filósofo à adesão imediata a certo tipo de pensamento matemático que só pôde aparecer após o congresso em Paris.

Tomando como base esse posicionamento, a presente seção pretende expor, primeiramente, a reflexão de Levine (2008) que mostra, de forma um pouco mais detalhada, o tipo de pensamento a que Russell, sob a influência de Moore, aderiu logo após a ruptura com o idealismo britânico. A compreensão desse tipo de pensamento levará a uma melhor demarcação do momento em que Russell passa a defender uma filosofia em maior diálogo com as ciências.

Depois de se ter uma maior clareza a respeito desse ponto demarcação, serão desenvolvidos, alguns dos principais aspectos da “filosofia científica” de Russell; se procederá, então, à comparação dessa filosofia com o modo como Wittgenstein parece conceber a filosofia, notando-se que se encerrará a presente seção ilustrando tal comparação por meio de uma reflexão a respeito da maneira pela qual os dois filósofos se relacionam com o problema do solipsismo.

1.11 MOORE E A PRIMEIRA FILOSOFIA DE RUSSELL APÓS A RUPTURA COM O IDEALISMO.

Levine (2008, p. 11) delimita, como um período “mooreano” da filosofia de Russell, o intervalo de tempo que decorre entre a ruptura com o idealismo (em 1898) e o congresso em Paris (agosto de 1900). Nesse período, Russell produz, entre outros trabalhos, *The Philosophy of Leibniz* e um esboço de *The principles of Mathematics*; esboço esse reescrito após o congresso de Paris (LEVINE, 2008, p. 11).

Nos referidos trabalhos, Russell desenvolve uma série de posturas filosóficas das quais cabe destacar: a aceitação de uma “visão agostiniana da linguagem” (LEVINE, 2008, p. 11); uma visão específica a respeito da noção de *acquaintance* que é central nas primeiras concepções russellianas de análise; uma distinção muito específica entre filosofia e ciência; uma primeira visão sobre noções como número, tempo e magnitude.

A compreensão do modo como Russell desenvolve essas posturas é central para o entendimento de certa concepção estereotipada que se tem no que concerne ao próprio desenvolvimento da concepção de filosofia do autor de *The principles of Mathematics*; com certeza, muitas, dentre as referidas posturas, permanecem-lhe ecoando no pensamento após o congresso de Paris, porém é importante demarcar o momento em que

elas começam a ruir.

Começar-se-á, então, abordando a visão “agostiniana da linguagem” e o atomismo metafísico que Russell teria apreendido, principalmente, de Moore (LEVINE, 2008, p. 12): como é sabido, Russell irá se revoltar contra certo monismo idealista que afirma que o universo possui certa unidade orgânica. Esse monismo idealista defendia que o universo não pode ser corretamente apreendido por meio de qualquer forma de análise que dividisse tal universo em partes (LEVINE, 2008, p. 12). Russell irá se rebelar contra essa filosofia e afirmar as seguintes teses: o ser do todo depende do ser de suas partes e não vice-versa (LEVINE, 2008, p. 12); as partes de um todo são mais simples do que o próprio todo; é possível realizar uma análise que culmina em termos simples (entidades que não possuem partes).

Ora, essas teses estão fortemente conectadas com a concepção agostiniana da linguagem. Nessa concepção, o que constitui o significado de uma palavra consiste no fato de tal palavra estar por uma única entidade (LEVINE, 2008, p. 14). Um exemplo e aprofundamento desse posicionamento aparece em uma reflexão presente no esboço, anterior ao congresso de Paris, do *The principles of Mathematics*:

O que significa *A e B*? Isso significa algo mais do que justaposição de *A* com *B*? Isto é, contém um conceito além do de *A* e do de *B*? É *e* um conceito separado que ocorre além de *A*, *B*? (RUSSELL apud LEVINE, 2008, p. 14-15)³.

Para lidar com os questionamentos presentes nessa citação, Russell, em um primeiro momento, argumenta na direção de afirmar que “*e*” não estaria por uma relação – que, neste contexto, parece ser vista como um tipo de entidade; se “*e*” estivesse por uma entidade que unifica “*A*” e “*B*”, então o complexo “*A e B*” não seria uma proposição, uma vez que tal complexo deveria ser tratado como uma única entidade resultante de “*A*, ‘*e*’ e *B*”.

Apesar desse tipo de argumento, o filósofo inglês insiste na perspectiva de que “*e*” não pode ser apenas um caso de sem sentido, de modo que tal partícula deve estar por uma entidade que se constitui em um tipo único de correlação capaz de associar “*A*” e “*B*” sem ligá-los em um todo (LEVINE, 2008, p. 15-16). Eis aí, uma clara aplicação de uma concepção “agostiniana” da linguagem. É importante se perceber a similaridade entre essa visão – que enxerga as palavras como estando por entidades capazes de ser analisadas até o mais simples – e aquela presente em trabalhos como o *Principia Ethica*

3 What is meant by *A* and *B*? Does this mean anything more then the juxtaposition of *A* with *B*? That is, does it contain a concept over and above that of *A* and that of *B*? Is and a separate concept, which occurs besides *A*, *B*?

de Moore:

[Se] não for o caso que “bom” denota algo simples e indefinido, apenas duas alternativas são possíveis: ou é um complexo...ou então não significa nada e não existe um assunto como ética, (MOORE apud LEVINE, 2008, p. 16)⁴

Como se pode perceber pela citação, nessa fase, para Moore e para Russell, uma definição filosófica envolve identificar os constituintes últimos de uma entidade complexa (LEVINE, 2008, p. 16); é importante observar, principalmente no que tange a Russell, que o autor de *The principles of Mathematics*, no que diz respeito ao uso da expressão “termo”, alterna entre remeter a um item linguístico e ao correlato não linguístico, ambos como sendo um termo. Como consequência disso, tem-se que, algumas vezes, uma palavra é dita indefinível se está por uma entidade simples (LEVINE, 2008, p. 17); outras vezes, uma entidade é dita indefinível se for simples (LEVINE, 2008, p. 17). Qualquer que seja o uso da noção de indefinível é inegável, entretanto, que Russell - na fase aqui estudada - está comprometido com um programa de análise: se uma dada sentença S_1 contém uma palavra que está por uma entidade complexa, então essa palavra deverá poder ser substituída por palavras enumerando os constituintes simples da referida entidade complexa (LEVINE, 2008, p. 17).

Em conformidade com esse programa de análise, Russell irá sustentar uma primeira versão da noção de *acquaintance*. Essa noção, no período analisado nesta seção, segue, no contexto da análise, o seguinte princípio: entender uma sentença requer se tenha *acquaintance* com cada constituinte expresso por aquela sentença (LEVINE, 2008, p. 17); certamente, a noção de *acquaintance* aparece mais vezes nos escritos “pós-mooreanos” de Russell. Contudo, ainda que nem sempre faça uso da palavra *acquaintance*, o Russell influenciado por Moore faz um uso fundamental da referida noção.

Esse uso da *acquaintance* está, em grande medida, relacionado à distinção ato/objeto que Moore enfatiza no célebre “*The Refutation of Idealism*”. Segundo essa distinção deve-se, em toda ideia, diferenciar duas coisas: o objeto, que consiste naquilo em que uma ideia difere da outra (LEVINE, 2008, p. 19); a consciência, que consiste naquilo que todas as ideias têm em comum. A consciência é aquilo que faz com que uma ideia seja uma sensação ou fato mental (LEVINE, 2008, p. 19).

Para que isso fique mais claro, é possível expor um exemplo: quando se tem consciência da cor azul, essa consciência não pode ser tratada como algo distinto (único) e sem qualquer relação com um objeto; a consciência da cor azul precisa estar em uma

4 [I]f it is not the case that ‘good’ denotes something simple and indefinable, only two alternatives are possible: either it is a complex . . . or else it means nothing at all and there is no such subject as Ethics,

relação de conhecimento com um objeto muito específico que é a cor azul, que, por sua vez, não é de natureza puramente mental (LEVINE, 2008, p. 19).

Em Russell, a distinção ato/objeto inerente a esse exemplo irá reaparecer em *The problems of philosophy*, porém tal distinção já estava presente no livro que o filósofo escreveu a respeito de Leibniz (LEVINE, 2008, p. 21). Além disso, a referida distinção está presente em artigo anterior ao congresso de Paris, do qual vale a pena, seguindo Levine (2008), citar um trecho:

Todos (exceto os filósofos) podem ver a diferença entre uma árvore e minha ideia de árvore, mas poucas pessoas veem a diferença entre o número 2 e minha ideia desse número. E, no entanto, a distinção é tão necessária em um caso quanto no outro. Eu não penso o número 2, mas penso no número 2. Pois, se for suposto que eu penso o próprio número 2, então 2 é um dos meus pensamentos e, como resultado, este 2 difere 2 que é o pensamento de outra pessoa. (...) Os objetos do pensamento possuem ser, sejam eles pensados ou não; e é porque eles são que podemos pensar neles. (RUSSELL apud LEVINE, 2008, p. 21)⁵

Retomando a crítica a autores do idealismo britânico – entre os quais Bradley –, esse tipo de reflexão permitirá a Russell assumir um posicionamento bastante específico naquilo que concerne à compreensão das proposições: os constituintes de uma proposição não são itens mentais gerais; tais constituintes são, efetivamente, os objetos não metais de nossas ideias (LEVINE, 2008, p. 23-24). Como já foi sugerido, é necessário ter-se uma relação de *acquaintance* com esses objetos para se compreender uma proposição; inclusive, a análise deve reduzir os objetos que compõem uma proposição a objetos cada vez mais simples de modo a se atingir os indefiníveis. É interessante notar que, nessa concepção, a análise tende a nunca revelar algo que já não estivesse presente a mente antes da análise, uma vez que os objetos mais simples – aqueles indefiníveis – seriam os próprios pressupostos da compreensão de uma dada proposição (LEVINE, 2008, p. 27).

Juntamente com essa concepção da proposição, Russell, ainda sob influência de Moore, procura defender uma “epistemologia fundacionalista” na qual toda prova depende, em última instância, de proposições indemonstráveis (LEVINE, 2008, p. 28). As proposições desse tipo seriam axiomas ou premissas derradeiras cuja verdade é auto evidente (*self-evident*) ou apreendida intuitivamente (LEVINE, 2008, p. 28).

De fato, essa concepção, até certo ponto, continuará depois de certa ruptura por

⁵ Every one (except for philosophers) can see the difference between a tree and my idea of a tree, but few people see the difference between the number 2 and my idea of this number. And yet the distinction is as necessary in one case as in the other. I do not think the number 2, but I think of the number 2. For if it is supposed that I think the number 2 itself, then 2 is one of my thoughts and as a result this 2 differs from the 2 which is someone else's thought (...) The objects of thought possess being, whether they are thought of or not; and it is because they are that we can think of them. Their being is not a result, but a precondition, of the fact that we think of them.

parte de Russell com relação ao projeto advindo de Moore; no entanto, durante a fase que se está analisando nesta subseção, a epistemologia baseada na auto evidência estará, como será visto, fortemente relacionada com o próprio projeto filosófico de Russell.

Esse projeto filosófico – em uma linha um pouco diferente do tipo de filosofia que aparecerá após o congresso em Paris (1900) – possui certa distinção entre o papel da filosofia e aquele atribuído à ciência: o objetivo da filosofia seria aquele de apreender intuitivamente o significado dos termos indefiníveis, e apreender a verdade das proposições indemonstráveis (LEVINE, 2008, p. 30). Isso fica bastante claro em uma passagem do livro sobre Leibniz:

[O] negócio da filosofia é apenas a descoberta daquelas noções simples e daqueles axiomas primitivos sobre os quais qualquer cálculo ou ciência deve se basear. [Uma] ênfase em resultado ao invés de premissas...é radicalmente oposta ao verdadeiro método filosófico...[Os] problemas da filosofia deveriam ser anteriores à dedução. Uma ideia que pode ser definida, ou uma proposição que pode ser provada é de interesse filosófico apenas subordinado. A ênfase deve ser colocada no indefinível e indemonstrável e, aqui, nenhum método está disponível, exceto a intuição. (RUSSELL apud, LEVINE, 2008, p. 31)⁶

No contexto dessa visão da filosofia, esta pode ser, claramente, distinguida da ciência: a primeira trata-se de disciplina que não envolve argumentos ou cooperação entre indivíduos (LEVINE, 2008, p. 31). Nessa forma de conceber as coisas, Russell está na posição de estabelecer o seguinte: por um lado há as tarefas construtivas e dedutivas do cientista e do matemático; sob uma outra perspectiva, existe o conjunto das preocupações críticas do filósofo (LEVINE, 2008, p. 31). Desse modo, os cientistas e matemáticos devem ser responsáveis por deduzir verdades que não foram previamente reconhecidas; esse trabalho pode ser simplificado pela construção e definição de conceitos que não tinham, anteriormente, sido estabelecidos (LEVINE, 2008, p. 32). Como consequência disso, a tarefa do cientista e aquela do filósofo apontam para caminhos opostos da cadeia de deduções e definições.

No percorrer desses caminhos opostos, é curioso perceber que a trajetória do filósofo, na medida em que este percorre noções indefiníveis e indemonstráveis, passíveis apenas de intuição, é marcada pela controvérsia: as noções estudadas pela filosofia, justamente por adentrarem o campo do que é intuitivo, não permitem que se apresente razões derradeiras, de modo que tais noções são essencialmente controversas (LEVINE,

6 [T]he business of philosophy is just the discovery of those simple notions, and those primitive axioms, upon which any calculus or science must be based. ...[A]n emphasis on results rather than premisses . . . is radically opposed to the true philosophic method. . . [T]he problems of philosophy should be anterior to deduction. An idea which can be defined, or a proposition which can be proved, is of only subordinate philosophical interest. The emphasis should be laid on the indefinable and indemonstrable, and here no method is available save intuition.

2008, p. 32).

Não obstante essa concepção controversa da filosofia, Russell - como Moore - não deixou de nutrir esperanças que sua visão desse saber seria capaz de encerrar os inúmeros conflitos que perpassam a filosofia: tanto para Russell quanto para Moore a falta de progresso na filosofia estaria na inabilidade dos filósofos para, simplesmente, atentar para os significados das palavras; todos nós possuímos uma relação de *acquaintance* com esses significados quando compreendemos o discurso ordinário (LEVINE, 2008, p. 33).

Com isso, por exemplo, pode-se, como feito por Moore, refletir sobre as controvérsias da ética: caso se consiga isolar proposições do tipo “*x* é bom em si mesmo”, então questões como “Quais coisas possuem valor intrínseco e em qual grau tais coisas possuem tal valor?” tornam-se menos difíceis do que as controvérsias filosóficas poderiam nos levar a crer (LEVINE, 2008, p. 33-34); ora, na medida em que, segundo Moore, todos nós estamos constantemente conscientes do objeto único que significamos por “bom”, chegaremos a um acordo no que tange às coisas que são boas em si mesmas e ao grau em que elas são boas (LEVINE, 2008, p. 34).

Seguindo uma linha parecida com essa, Russell defende que os maus argumentos dos filósofos contra coisas abstratas - números, relações e propriedades - levaram tais filósofos à dificuldade de reconhecer o que nós todos reconheceremos se atentarmos para o que pensamos (LEVINE, 2008, p. 34). Essa postura de Russell levou-o, em um primeiro momento, a uma série de concepções platônicas e bastante peculiares no que diz respeito à teoria da ordem: trata-se da adoção, por exemplo, de uma teoria absoluta do tempo. Obviamente, posteriormente, Russell abandonou, pelo menos parcialmente, essas visões; na próxima subseção, procurar-se-á entender um pouco do pensamento que surge após esse abandono.

1.12 FILOSOFIA E CIÊNCIA.

Para uma melhor compreensão da filosofia de Russell após o congresso de Paris, será feito, a seguir, um comentário muito breve de algumas posturas que ele passou a sustentar no que concerne à reflexão sobre a matemática; antes do referido congresso, Russell estava consciente do trabalho de autores como Cantor, Dedekind e Weierstrass. Apesar disso, o filósofo inglês não considerava os resultados desses autores filosoficamente aceitáveis.

Para que essa postura de Russell fique mais explícita, tome-se, como exemplo, uma passagem de um manuscrito datado de 1899:

Número com relação ao todo e à parte, quantidade e ordem. A aplicação

dessas ideias leva a (a) todos os números, (b) o maior número, (c) o último número. Observe que (b) é impróprio: significa o número que se aplica à maior coleção. Todos os três são, comumente, chamados de número infinito e implicam uma antinomia, uma vez que seu ser pode ser provado e refutado. (a) a mais fundamental: há muitos números, portanto, há um número de números. Se for N , então $N + 1$ também é um número, portanto, não há um número de números. (RUSSELL apud LEVINE, 2008, p. 47)⁷

Para evitar o tipo de possível paradoxo mencionado ao fim dessa citação, Russell passa a sustentar que, na medida em que há classes infinitas - tal como a de todos os números finitos-, tais classes não têm nenhum número de termos; ao negar números transfinitos e, ao mesmo tempo, sustentar a ocorrência de classes infinitas, o filósofo inglês desenvolve uma perspectiva que encontrou em Leibniz (LEVINE, 2008, p. 48). Assim, em seu livro sobre esse autor, Russell escreve que Leibniz aceitou o princípio de que todos os agregados infinitos não possuem nenhum número (LEVINE, 2008, p. 48). A esse respeito, dentro da visão de Russell, seria pertinente a seguinte passagem de Leibniz:

[O] número de todos os números implica uma contradição que mostro assim: para qualquer número, existe um número correspondente igual ao seu duplo. Portanto o número de todos os números não é maior do que o número de números pares, *i. e.* o todo não é maior do que sua parte. (LEIBNIZ apud LEVINE, 2008, p. 48)⁸

É interessante notar que essa passagem parece, como era comum na filosofia de Russell sob a influência mais intensa de Moore, tomar como auto evidente o pressuposto de que o todo deve ser maior do que a parte. Seguindo-se o raciocínio de Levine (2008), é possível encontrar outros pressupostos e elementos interessantes na primeira recusa de Russell com relação àqueles autores mencionados; no entanto, o importante para os fins deste trabalho é perceber-se a mudança de posicionamento do filósofo inglês que está relacionada, por exemplo, ao próprio abandono gradual dos posicionamentos que, como a epistemologia fundacionalista (auto evidência), provinham de Moore.

Essa tendência à relativização e até ao abandono da defesa forte de noções como auto evidência fica clara em algumas passagens (LEVINE, 2008, p. 55); nesse sentido, vale a pena citar um trecho de *Recent Work in the Principles of Mathematics*:

O fato é que simbolismo é útil porque torna as coisas difíceis... O que nós queremos saber é o que pode ser deduzido do que. Agora, no começo, tudo é

7 *Number in connection with whole and part, quantity, and order.* The application of these ideas leads to (a) all numbers (b) the greatest number (c) the last number. Observe that (b) is improper: it means the number applying to the greatest collection. All three are commonly called infinite number, and imply an antinomy, since their being can be both proved and disproved. (a) the most fundamental: There are many numbers, therefore there is a number of numbers. If this be N , $N + 1$ is also a number, therefore there is no number of numbers.

8 [T]he number of all numbers implies a contradiction, which I show thus: To any number there is a corresponding number equal to its double. Therefore the number of all numbers is not greater than the number of even numbers, *i.e.* the whole is not greater than its part

auto evidente; e é muito difícil ver se uma proposição auto evidente se segue de uma outra ou não. Obviedade é sempre inimiga da correção. Por isso, inventamos um simbolismo novo e difícil, no qual nada parece óbvio. Então estabelecemos certas regras para operar nos símbolos, e tudo se torna mecânico. Dessa forma, descobrimos o que pode ser tomado como premissa e o que pode ser demonstrado ou definido. Por exemplo, foi demonstrado que toda aritmética e álgebra requerem três noções indefiníveis e cinco proposições indemonstráveis. Mas sem o simbolismo, teria sido muito difícil descobrir isso. É tão óbvio que dois mais dois são quatro, que dificilmente podemos nos tornar suficientemente céticos para duvidar se isso pode ser provado. E o mesmo acontece em outros casos onde coisas auto evidentes devem ser provadas. (RUSSELL apud LEVINE, 2008, p. 55)⁹

É notório que, após o congresso de Paris, Russell passe a evitar a auto evidência que havia sido tão importante para ele em um período um pouco anterior. Russell chega a afirmar que a auto evidência é uma espécie de fogo fátuo que pode nos levar ao erro se a tomarmos como guia (RUSSELL apud LEVINE, 2008, p. 55); é necessário estabelecer um método (simbolismo) que permita provar muitas das proposições tomadas, anteriormente, como auto evidentes.

Nesse contexto, cada vez mais, a própria aceitação de axiomas – que continuam existindo – é, antes uma questão de custos e benefícios, do que uma questão de auto evidência (LEVINE, 2008, p. 59).

Esse abandono da noção de auto evidência vai se insinuando aos poucos nas grandes obras que aparecerem ao longo dos anos que sucederam o congresso em Paris. Desse modo, *The problems of philosophy*, embora haja ainda muito da epistemologia fundacionalista (derivada de Moore), já há claros desvios de tal epistemologia; isso é visto, por exemplo, na admissão de graus de auto evidência (LEVINE, 2008, p. 60).

Vê-se, com isso, traçar-se uma nova concepção a respeito do papel da filosofia. Esta não mais faria o caminho, oposto ao da ciência, de buscar o que é indefinível e auto evidente (LEVINE, 2008, p. 61); há um enfraquecimento, cada vez maior, da linha demarcatória entre filosofia e ciência:

Considerados meramente como hipóteses e como auxiliares da imaginação, os grandes sistemas do passado servem a um propósito muito útil e são abundantemente dignos de estudo. Mas alguma coisa diferente é exigida se a filosofia deve se tornar uma ciência e aspirar resultados independentes dos gostos e temperamentos dos filósofos que os advogam. (RUSSELL, 1914b, p.

9 The fact is that symbolism is useful because it makes things difficult. . . . What we wish to know is what can be deduced from what. Now, in the beginnings, everything is self-evident; and it is very hard to see whether one self-evident proposition follows from another or not. Obviousness is always the enemy of correctness. Hence we invent some new and difficult symbolism, in which nothing seems obvious. Then we set up certain rules for operating on the symbols, and the whole thing becomes mechanical. In this way we find out what must be taken as premiss and what can be demonstrated or defined. For instance, the whole of Arithmetic and Algebra has been shown to require three indefinable notions and five indemonstrable propositions. But without a symbolism it would have been very hard to find this out. It is so obvious that two and two are four, that we can hardly make ourselves sufficiently skeptical to doubt whether it can be proved. And the same holds in other cases where self-evident things are to be proved

10)¹⁰

Nesse contexto de aproximação entre filosofia e ciência, Russell passa sustentar que os filósofos devem tornar-se conscientes de teorias matemáticas se eles querem ser capazes de solucionar problemas filosóficos antigos e fundamentais (LEVINE, 2008, p. 65):

Os tópicos que nós discutimos em nossa primeira conferência e os tópicos que nós devemos discutir em breve reduzem-se, na medida em que são genuinamente filosóficos, a problemas de lógica. Isso não é devido a qualquer acidente, mas ao fato de que todo problema filosófico, quando é submetido à análise necessária e à purificação, conduz à conclusão de que, ou nada tem de filosófico, ou é, no sentido em que estamos usando esta palavra, lógico. (RUSSELL, 1914b, p. 42)¹¹

Nessa passagem – que abre a segunda conferência de *Our knowledge of the external world* (RUSSELL, 1914b) – fica clara a necessidade do contato da filosofia com as técnicas da lógica. Inclusive, essa mesma filosofia – que, na fase da maior influência de Moore, deveria encontrar, na auto evidência e nos indefiníveis, os elementos últimos da realidade, tende tornar-se um procedimento, cada vez mais, cooperativo e sem ambições desmedidas por grandes sistemas (LEVINE, 2008, p. 70).

Com efeito, esse entusiasmo pela adoção de uma filosofia à maneira das ciências, obviamente, também perpassa o manuscrito de 1913 e, como se tentará mostrar no capítulo final, liga esse manuscrito à obra madura de Russell.

Superado isso, cabe indagar: em que consiste essa “ciência” de que fala Russell? A resposta perpassa uma exposição mais detalhada a respeito do tipo de concepção de ciência que conduz o projeto russelliano. Como foi mencionado, a origem dessa visão de ciência está na própria mudança de postura com relação à filosofia da matemática.

Para Russell, não são os resultados, mas os métodos que podem, com proveito, ser transferidos, da esfera das ciências especiais, para a esfera da filosofia (RUSSELL, 1914a, p. 83); obviamente, a própria noção de método deve, nesse contexto, ser tomada em um sentido bastante amplo (RUSSELL, 1914a, p. 83).

Diante disso, para que se entenda melhor a postura de Russell, iniciar-se-á tentando explicar em que sentido não se deve aplicar os resultados das ciências especiais

10 Regarded merely as hypotheses and as aids to imagination, the great systems of the past serve a very useful purpose, and are abundantly worthy of study. But something different is required if philosophy is to become a science, and to aim at results independent of the tastes and temperament of the philosopher who advocates them.

11 The topics we discussed in our first lecture, and the topics we shall discuss later, all reduce themselves, in so far as they are genuinely philosophical, to problems of logic. This is not due to any accident, but to the fact that every philosophical problem, when it is subjected to the necessary analysis and purification, is found either to be not really philosophical at all, or else to be, in the sense in which we are using the word, logical.

em filosofia; para criticar certo mal uso que alguns filósofos fazem de resultados científicos, o filósofo inglês toma algumas noções comuns em filosofia. Dessas noções, é interessante destacar a própria noção de “universo”; tal noção, na perspectiva de Russell, é uma espécie de herança da astronomia que precede Copérnico (RUSSELL, 1914a, p. 83): normalmente, espera-se, com base em uma visão de mundo anterior à ciência, que o filósofo diga algo sobre a natureza do universo; essa postura do filósofo, por sua vez, deveria ser suficiente para alimentar posicionamentos éticos como o otimismo e o pessimismo (RUSSELL, 1914a, p. 83).

Segundo Russell, deve-se abandonar essa forma de enxergar; problemas como aqueles associados a noções como otimismo e pessimismo devem, no máximo, ser tratados como insolúveis no pensamento do filósofo que se inspira na ciência (RUSSELL, 1914a, p. 83).

Além disso, a tentativa – que permeia a própria palavra “universo” – de se fazer grandes generalizações a partir de descobertas científicas deve ser evitada com extrema veemência pelo pensamento filosófico candidato à autêntica postura científica. Desse modo, a mais perigosa, a ser superada pela filosofia, é a própria noção de “unidade” (do universo); essa noção busca tratar certas descobertas oriundas das ciências naturais como passíveis de aplicação a tudo, isto é, a todo o domínio da experiência. Esse tipo de abordagem, por vezes, parece decorrer da aparente simplicidade das leis naturais conhecidas até agora; essa aparente simplicidade, contudo, não deveria ser entendida como razão para se pensar que outras leis (ainda não descobertas) são, igualmente, simples (RUSSELL, 1914a, p. 85). Inclusive, é lícito notar que os resultados mais gerais da ciência são, normalmente, os menos certos e mais suscetíveis de serem perturbados por novas investigações (RUSSELL, 1914a, p. 86).

Passar-se-á, agora, a uma outra característica da forma, como segundo Russell, a filosofia deve ser feita tendo-se o modelo da ciência como base; tal característica diz respeito às relações entre a filosofia e a ética. Essas relações, por sua vez, têm, normalmente, a consequência de que se tenta legislar sobre a realidade com base nos atuais desejos dos seres humanos (RUSSELL, 1914a, p. 89). Na visão de Russell, a autêntica filosofia científica deve evitar esse tipo de postura, pois “considerar noções éticas como chave para o entendimento do mundo é essencialmente pré-Copernicano” (RUSSELL, 1914a, p. 89).¹²

12 To regard ethical notions as a key to the understanding of the world is essentially pre-Copernican.

Em complemento à crítica a esse tipo de uso das noções éticas, Russell ainda acrescenta que muitas das noções éticas têm aspectos arbitrários e são oriundas do instinto gregário dos indivíduos que constituem um determinado grupo (RUSSELL, 1914a, p. 90).

Certamente, essa crítica de certos usos éticos na filosofia – somada àquela crítica feita com relação à noção de universo e a determinadas extrapolações de resultados científicos – deve levar a um questionamento bastante relevante no que concerne ao projeto de uma filosofia científica: quais problemas restam para o filósofo entendido em uma contraposição aos praticantes das ciências particulares?

Para começar o enfrentamento desse problema, Russell chama, primeiramente, a atenção para o seguinte: uma peculiaridade das proposições filosóficas consiste em que tais proposições devem ser gerais (RUSSELL, 1914a, p. 91). Isso significa que uma proposição filosófica deve ser passível de aplicação a tudo quanto existe ou é capaz de existir (RUSSELL, 1914a, p. 91).

Evidentemente, é plausível ter-se um estranhamento inicial no que diz respeito a essa afirmação, uma vez que uma das críticas que foram dirigidas à filosofia mais convencional era, justamente, o ataque contra a tendência (presente nessa filosofia mais convencional) na direção de extrapolações que deveriam abarcar totalidades como o “universo”.

Tentando defender-se dessa aparente contradição, Russell procura estabelecer uma sutil, porém importante, distinção: o principal problema das extrapolações presentes na filosofia convencional consiste na situação de que tais extrapolações procuram atribuir predicados peculiares ao próprio “universo” como um todo (RUSSELL, 1914a, p. 91); tais predicados peculiares não são passíveis de aplicação aos indivíduos (RUSSELL, 1914a, p. 91). Contra esse tipo de postura, o que Russell quer sustentar consiste, justamente, na perspectiva segundo a qual não há proposições cujo sujeito seja o universo; inclusive, sequer há isso que, usualmente, se chama “universo”. Ora, o fato de haver proposições gerais aplicáveis a cada particular não deve ser visto como acarretando que os particulares formem, necessariamente, um todo (RUSSELL, 1914a, p. 91-92).

Pode-se, portanto, afirmar, tranquilamente, que a filosofia científica, a qual se confunde com o próprio “atomismo lógico” ou “pluralismo absoluto”, preocupa-se com as propriedades de todas as coisas que não dependam da natureza accidental de tais coisas

(RUSSELL, 1914a, p. 92).¹³ Como consequência disso, na percepção de Russell, é razoável afirmar que, a rigor, a filosofia não se distingue da lógica (RUSSELL, 1914a, p. 92), ou seja, não se distingue de um inventário das formas lógicas, ou seja, dos tipos de proposições passíveis de ocorrer, dos vários tipos de fatos e da classificação dos constituintes de fatos.

Esse trabalho lógico filosófico deve ser, assim como nas ciências especiais, indissociável de uma pesquisa em comunidade, de modo que determinadas pesquisas possam utilizar-se dos resultados de pesquisas anteriores para, se for preciso, corrigi-las ainda que parcialmente (RUSSELL, 1914a, p. 93); por muito tempo, para se usar a metáfora do próprio Russell, os sistemas filosóficos funcionaram como blocos indivisos em que, caso não totalmente corretos, é provável que estivessem totalmente incorretos (RUSSELL, 1914a, p. 93)

Por fim, como uma consequência e uma reafirmação de tudo o que foi explicado, pode-se afirmar que o método científico em filosofia, tal qual idealizado por Russell, abandona muitos dos problemas que, tradicionalmente, povoaram-na, pois muitos dentre tais problemas devem ser relegados às ciências especiais, ao passo que outros mostraram-se insolúveis dentro dos limites das capacidades humanas. Apesar disso, há, ainda, a subsistência de um grande número de problemas; “o fracasso da filosofia até agora deveu-se principalmente à pressa e à ambição” (RUSSELL, 1914a, p. 101). Uma grande prova disso na visão de Russell – que foi descrita, em grande parte, no texto *Mathematics and the metaphysicians* (RUSSELL, 1901) – estaria no fato que muitos dos problemas que acompanharam a filosofia da matemática durante um longo tempo teriam recebido mais contribuição para a sua solução em trabalhos de matemáticos (Weierstrass, Cantor etc.) do que nos de certos filósofos. Nesse aspecto, é interessante mencionar que o tipo de método usado para a solução dos referidos problemas de filosofia da matemática tende a construir os conceitos de modo a gerar o mínimo de comprometimento metafísico com noções como infinitesimais ou instantes (RUSSELL, 1901, p. 70-73); como se verá, esse tipo de procedimento será, cada vez mais, frequente no pensamento de Russell.

13 Neste momento, talvez seja importante salientar que, na fase mais madura de Russell (melhor estudada no capítulo final deste trabalho), o filósofo parece enfraquecer alguns aspectos desse tipo de vínculo entre o ideal de cientificidade e um atomismo lógico que visa escapar à natureza accidental dos objetos particulares. Por outro lado, como se verá, algo do próprio ideal de cientificidade e do atomismo lógico parecem sobreviver, principalmente, em posturas como aquela da busca de uma “linguagem logicamente perfeita”.

1.13 AS DIFERENÇAS ENTRE OS PROJETOS FILOSÓFICOS DE RUSSELL E WITTGENSTEIN.

No *Tractatus*, Wittgenstein chama atenção para o fato de que a filosofia não é uma ciência; a filosofia, segundo a referida obra, deveria estar acima ou abaixo das ciências naturais. A razão disso é que a ciência é uma teoria enquanto a filosofia não é (BONINO, 2008, p. 349); ora, se a filosofia pudesse produzir proposições diferentes daquelas das ciências, tais proposições seriam casos de contrassenso (BONINO, 2008, p. 350).

Assim, não devendo consistir em dizer o que não pode ser dito, a filosofia deve consistir em uma clarificação das proposições; isto é, antes uma atividade, do que uma teoria, de modo que da filosofia não resultam proposições filosóficas. Assim, a atividade da filosofia – da qual resultam elucidações – deve levar ao entendimento das condições de significância da linguagem (BONINO, 2008, p. 350). Uma vez que essas condições de significância foram determinadas, a filosofia, compreendida na acepção de Wittgenstein, pode mostrar que as exigências da metafísica são destituídas de fundamento (BONINO, 2008, p. 350).

Nesse aspecto, a metafísica tenta apresentar-se como sendo uma teoria capaz de dizer algo tão significativo quanto as ciências (BONINO, 2008, p. 350); obviamente, o próprio *Tractatus* produz contrassensos que tentam dizer aquilo que pode, apenas, ser mostrado, e o próprio Wittgenstein reconhece o caráter instrumental das proposições dessa obra (BONINO, 2008, p. 350-351). Nesse aspecto, não existe algo como um conhecimento filosófico: a filosofia não acrescenta nada ao conhecimento real que é produzido pelas ciências naturais, pois estas são constituídas de proposições que dizem algo a respeito do mundo; a filosofia não diz nada a respeito do mundo (BONINO, 2008, p. 351). Com isso, pode-se afirmar que cada ciência formula proposições concernentes aos seus próprios objetos; a filosofia não possui um objeto sobre o qual afirma alguma coisa.

Em consonância com isso, mesmo que alguém afirmasse que o objeto da filosofia é, justamente, compreender as condições de significância das proposições, poder-se-ia responder que essas condições não são propriamente objetos a respeito dos quais é possível dizer algo (BONINO, 2008, p. 351), senão objetos mostrados no curso da atividade filosófica.

Vê-se, claramente, que todo esse programa a respeito do papel da filosofia contrasta, fortemente, com o tipo de filosofia cuja evolução se veio traçando ao longo das

duas últimas subseções: a filosofia de Russell, desde o congresso em Paris, caminhou, cada vez mais, no sentido de pretender tornar-se uma filosofia científica; por mais que o filósofo inglês certamente não negue, em inúmeros momentos, a influência do próprio Wittgenstein em seu pensamento, é fácil perceber a dificuldade de conciliar os projetos dos dois autores.

Para Russell, a metodologia da filosofia deveria, tanto quanto possível, aproximar-se da metodologia das ciências: como uma comunidade científica, o empreendimento filosófico deveria ter um caráter cooperativo (BONINO, 2008, p. 351). Além disso, de modo análogo àquele de uma ciência, a filosofia deveria ser apenas direcionada à solução de problemas de dimensões limitadas (BONINO, 2008, p. 351); com essa finalidade, a lógica e a matemática, tal como já se afirmou, deveriam desempenhar um papel fundamental.

Esses saberes, inclusive, seriam, segundo Russell, capazes de permitir que a filosofia tratasse da realidade no mesmo sentido que a ciência aborda esta; a diferença entre ciência e filosofia, no que tange ao contato com a realidade, repousaria apenas nos graus de abstração dessas disciplinas (BONINO, 2008, p. 352). Vale lembrar, que o próprio Russell enfatiza a necessidade de um robusto senso de realidade naquilo que concerne à aplicação da lógica (BONINO, 2008, p. 353).

Essa postura russelliana, no entanto, é muito distinta daquela adotada pela filosofia da lógica de Wittgenstein, uma vez que, para este, a filosofia não pode falar a respeito da forma lógica; tal filosofia pode apenas deixar que tal forma lógica se mostre na linguagem (BONINO, 2008, p. 354).

Como ficou claro, Russell teve um grande entusiasmo intelectual no momento em que teve os primeiros contatos com aquilo que viria a ser um segundo grande momento na história da lógica (depois de Aristóteles). A partir disso, deve-se concluir que seria difícil conciliar o referido entusiasmo com um projeto filosófico que, como o de Wittgenstein, permite apenas que a lógica se mostre na linguagem.

Com certeza, isso não significa, necessariamente, que o projeto de Russell seja melhor (ou pior) do que aquele de Wittgenstein; no entanto, a compreensão da diferença entre os dois filósofos, para fins da presente tese, torna-se importante na medida em que nos permite não correr o risco de atacar um dos projetos com base no outro. Ora, embora não seja absurdo afirmar a influência mútua entre Russell e Wittgenstein, é importante salientar que é provável que, em algum momento, o tipo de problemas que animavam um desses autores já não era mais o tipo de problemas que animava o outro.

Ainda, tentando aprofundar esses diferentes modos de se abordar a filosofia, pode-se mencionar algumas outras características da forma pela qual Wittgenstein concebia a linguagem: Wittgenstein concebia a linguagem como meio universal (*universal médium*); nessa concepção, não é possível olhar a linguagem de fora e descrever esta, notando-se que, em particular, não é possível descrever a semântica de tal linguagem (BONINO, 2008, p. 355). Isso está ligado ao fato de que, caso se queira falar de alguma coisa, é necessário pressupor as relações entre linguagem e mundo como já dadas (BONINO, 2008, p. 355); não se pode falar a respeito de tais relações, uma vez que elas já estão pressupostas em qualquer tentativa de se dizer algo a respeito delas (BONINO, 2008, p. 355).

É necessário admitir que, inicialmente, o próprio Russell aceitou alguns dos pressupostos desse posicionamento de Wittgenstein: a princípio, não era possível, na filosofia russelliana, traçar uma distinção clara entre teoria e metateoria (BONINO, 2008, p. 355). Apesar disso, Russell, provavelmente, teria muita dificuldade em aceitar todas as consequências que Wittgenstein tira do referido posicionamento (BONINO, 2008, p. 355).

Isso, em um primeiro momento, teria levado o filósofo inglês a uma inquietação que culminou no esboço de uma hierarquia de linguagens; essa hierarquia aparece na *introdução* que Russell escreveu para o *Tractatus* (BONINO, 2008, p. 357).

Segundo Bonino (2008, p. 357), essa concepção de metalinguagem não é desenvolvida nos trabalhos posteriores à *introdução* escrita para o *Tractatus*; para o referido autor, Russell foi levado a fazer uma proposta inusual, posto que viu as consequências derradeiras de uma visão que, inicialmente, era a sua própria.

Com certeza, dentro da postura que se pretende defender no presente trabalho, manter-se-á um acordo parcial com essa visão advogada por Bonino: de fato, como já foi dito, há certo conflito entre os projetos filosóficos de Russell (filosofia científica) e das ideias de Wittgenstein que culminam no *Tractatus*. Isso, provavelmente, levou Russell na *introdução* do *Tractatus* a buscar, desesperadamente, a noção de uma hierarquia de linguagens.

Por outro lado, no contexto da presente tese, sobre essa noção é relevante ressaltar dois aspectos: é provável que, anteriormente ao contexto da escrita da *introdução* ao *Tractatus*, Russell já tivesse contato com a noção de metalinguagem (na acepção adotada em lógica, filosofia da lógica etc.). Isso fica claro, por exemplo, pelo trabalho de Brady (2000, p.7) que parece sugerir que, embora nem sempre concedesse o devido crédito,

Russell teve contato com a tradição lógico-filosófica da álgebra da lógica que, envolvendo autores como Schröder e Peirce, permitiu um contato com a noção de metalinguagem.¹⁴

Além desse aspecto, outro ponto importante – a aí está o momento em que este trabalho tende a, pelo menos parcialmente, discordar um pouco da exposição de Bonino (2008) – é o fato de que parecem haver evidências para se pensar que a noção de hierarquia de linguagens não seria tão inusual a Russell. Essas evidências estão presentes em *An Inquiry into meaning and truth* (RUSSELL, 1942). Além do capítulo intitulado *The Object-Language* (RUSSELL, 1942, p. 62) em que Russell, claramente, faz, ainda que de forma tímida, uso da noção de *linguagem-objeto* em conexão com uma menção importante à teoria dos tipos lógicos, há neste mesmo livro claras referências à noção de linguagens de ordem superior (RUSSELL, 1942, p. 254).

Sendo assim, para que se possa aprofundar um pouco mais o papel dessa hierarquia russelliana de linguagens no capítulo final desta tese, a próxima seção desta reflexão abordará, mais detidamente, a teoria dos tipos lógicos considerando o período próximo a 1913. Naquele período, como já se mencionou, não havia propriamente uma hierarquia de linguagens, pois os tipos lógicos eram parte de uma mesma linguagem; realmente, como já se referiu ao citar Bonino, o projeto de Russell, não obstante as inúmeras diferenças que foram apontadas, tinha alguns pressupostos próximos àqueles adotados por Wittgenstein. Se tentará, contudo, reforçar o fato de que seria muito difícil que Russell aceite os tipos de consequência que Wittgenstein tirou de certos pressupostos, de modo que a hierarquia de linguagens - que virá mais tarde - torna-se importante para que se mantenha vivo o projeto do filósofo inglês independentemente de este projeto ser inferior ou superior ao de Wittgenstein.

1.14 UMA ILUSTRAÇÃO DAS DIFERENÇAS ENTRE RUSSELL E WITTGENSTEIN: QUESTÕES LIGADAS AO SOLIPSISMO.

Dadas as mencionadas diferenças entre os projetos de Russell e de Wittgenstein, cabe agora exemplificar tais diferenças através de uma exposição concernente ao modo como, respectivamente, cada autor lidou com o problema do solipsismo; no caso de Russell, o referido problema possui forte relação com a distinção entre conhecimento por *acquaintance* e conhecimento por descrição (DIAMOND, 2003, p. 267).¹⁵

Nesse aspecto, o conhecimento por descrição é importante, uma vez que tal

14 O contado, de Russell, com a tradição da álgebra da lógica pode, por exemplo, ser confirmado pela leitura de *Mathematics and the metaphysicians* (RUSSELL, 1901).

15 As noções de descrição e *acquaintance* (não traduzida no contexto desta tese) serão, no que tange à filosofia de Russell em 1913, esclarecidas e exploradas com mais vagar no próximo capítulo.

conhecimento é fundamental para que se possa passar para além dos limites da experiência privada (DIAMOND, 2003, p. 267). Vê-se, com isso, o quão relevante é a teoria das descrições para a necessidade de, em Russell, se evitar o solipsismo (DIAMOND, 2003, p. 267); o tipo de raciocínio construído pelo filósofo inglês poderia, segundo Diamond (2003, p. 267), ser expresso como se segue: “os limites do mundo, sobre os quais posso ter conhecimento, e os objetos nos quais posso denotar - seja diretamente ou, em alguns casos, apenas indiretamente - estão fora do reino dos limites da minha própria experiência”.¹⁶

No contexto dessa forma de pensar, aquilo que está fora do reino com o qual um determinado sujeito possui *acquaintance* direta inclui, além das experiências dos outros, os próprios objetos físicos (DIAMOND, 2003, p. 267). De algum modo, principalmente no *Tractatus*, Wittgenstein está preocupado, justamente, em rejeitar certos pontos de vista associados a essas posturas de Russell; a rejeição do filósofo vienense parece visar tanto o modo como o filósofo inglês concebe os dados sensoriais (*sense data*) quanto certa maneira de lidar com experiências privadas do tipo de uma dor de dentes (DIAMOND, 2003, p. 267).

Na visão de Diamond (2003, p. 268), é necessário, para que se possa entender esse debate do *Tractatus* com Russell, olhar para três aspectos: a metáfora do espaço lógico, as ideias de Wittgenstein a respeito daquilo que é realizado pela análise lógica, e o tratamento que o filósofo vienense dá aos quantificadores.

Esses três aspectos estão bastante entrelaçados e serão abordados de forma conjunta. Para isso, tomar-se-á, como primeiro objeto de análise, a questão dos quantificadores em conexão com o espaço lógico:¹⁷ no contexto do pensamento de Russell, os quantificadores desempenham papel importante no processo por meio do qual um dado indivíduo é capaz de, por exemplo, falar a respeito dos dados sensoriais (*sense data*) de outro indivíduo. Assim, a proposta de Russell para se evitar o solipsismo – para se chegar a algo externo à própria experiência – passa por uma reflexão que envolve quantificadores (DIAMOND, 2003, p. 268).

Para que se possa desenvolver melhor esse ponto, comece-se atentando para o célebre exemplo de Russell no que tange à teoria das descrições: “o atual rei da França é careca” ou “ $(\exists x) (x \text{ é rei da França} \cdot (y)(y \text{ rei da França} \rightarrow y = x) \cdot x \text{ é careca})$ ”. Na

16 the limits of the world, about which I can have knowledge, and the objects in which I can denote (whether directly or in some cases only indirectly), lie outside the limits of the realm of my own experience

17 Está-se referindo ao espaço lógico tal qual entendido no *Tractatus*.

concepção de Wittgenstein, a análise empreendida por Russell permite que se veja a sentença original (“o atual rei da França é careca”) como uma sentença usando quantificadores e conectivos lógicos (DIAMOND, 2003, p. 269); ao se apreender a sentença dessa maneira, é possível que se enxergue tal sentença como representando uma situação possível independentemente de haver, ou não, um rei da França (DIAMOND, 2003, p. 269). Além disso, a reescrita russelliana da referida sentença explicita a dependência entre as relações inferenciais da sentença e a forma como esta é construída (DIAMOND, 2003, p. 269).

No contexto do pensamento de Wittgenstein, esse tipo de análise, empreendido, inicialmente, por Russell, deve continuar, de modo que seria possível atingir um ponto em que se veria que todas as sentenças são construídas logicamente a partir do que o filósofo vienense denomina “sentenças elementares” (DIAMOND, 2003, p. 269); certamente, a análise deve tornar claro que cada sentença representa uma situação possível, e quais são as relações inferenciais que cada sentença possui (DIAMOND, 2003, p. 269).

Essa postura está bem sintetizada na importante metáfora do “espaço lógico”; a análise deve tornar possível ver como cada sentença representa uma situação em um espaço de possíveis situações: assim como um mapa topográfico representa alguma coisa em um espaço de três dimensões, cada sentença, por sua construção, representa uma situação possível no espaço lógico (DIAMOND, 2003, p. 269).

Essa metáfora tem papel fundamental para, no pensamento de Wittgenstein, iluminar a própria noção de consequência entre sentenças: o espaço de situações possíveis é logicamente estruturado; qualquer sentença construída de modo a representar uma situação tem suas relações lógicas com outras sentenças completamente determinadas (DIAMOND, 2003, p. 269). Nesse sentido, apesar de que cada sentença determina apenas um “lugar”, todo o espaço lógico deve, já, ser dado por tal sentença (por cada sentença): cada sentença “toca” todos os locais no espaço lógico (DIAMOND, 2003, p. 269).

Tentar-se-á, doravante, associar, com maior estreiteza, essa concepção relativa ao espaço lógico e a questão dos quantificadores: na medida em que, como se tentou explicar, o espaço lógico é, também, um espaço de inferência, deve-se ter em vista, primeiramente, que uma característica básica dos quantificadores é a relação lógica entre sentenças com quantificadores e sentenças singulares ou com menos quantificadores (DIAMOND, 2003, p. 270). Duas das mais familiares, dentre tais formas de relações lógicas, são as seguintes: a possibilidade de se inferir sentenças como “algum x é f ” a partir de sentenças como fa , e a possibilidade de inferir sentenças como fa a partir de

sentenças como “todo x é f ” (DIAMOND, 2003, p. 270).

Para Wittgenstein, seguindo-se o modo como o filósofo vienense enxerga essa situação, as sentenças quantificadas são construções que partem das sentenças singulares (DIAMOND, 2003, p. 270). Esse ponto ficará um pouco mais claro, porém importa, agora, tornar evidente uma importante divergência entre Wittgenstein e Russell: na visão de Russell, noções como “todo” e “algum” são entendidas como primitivas; isso contrasta, fortemente, com a visão das sentenças quantificadas como construções que partem de sentenças não quantificadas (DIAMOND, 2003, p. 270).

Para tornar isso mais evidente, observe-se, então, como, em Wittgenstein, uma sentença quantificada pode ser construída com base em sentenças singulares. Para tornar essa construção possível são necessárias duas coisas: a primeira consiste em um conjunto de regras que irão gerar, a partir de uma característica comum a sentenças, um conjunto de sentenças que compartilhem tal característica (DIAMOND, 2003, p. 270); um exemplo disso poderia ser uma regra que geraria, a partir do predicado “é vermelho”, todas as possíveis combinações de tal predicado com o nome de um objeto (DIAMOND, 2003, p. 270).

Ainda para a construção das sentenças quantificadas, o segundo elemento importante consiste em operações que irão funcionar assim: dado como base qualquer número de sentenças especificadas como valores de uma variável sentencial, as operações formarão uma única nova sentença a partir de tais sentenças base; dessa maneira, deve-se fazer uma tabela de verdade usando todas as sentenças base e estabelecendo todas as combinações de valor de verdade para tais sentenças (DIAMOND, 2003, p. 270). No contexto dessa tabela deve-se por valor “V” como resultado de todas as linhas da tabela de verdade, exceto no caso em que o valor de todas as sentenças base é “F”. A figura abaixo – baseada na figura construída por Diamond (2003, p. 270) – permite que se visualize essa situação:

p	q	r	O (p, q, r)
V	V	V	V
F	V	V	V
V	F	V	V
F	F	V	V
V	V	F	V
F	V	F	V

V	F	F	V
F	F	F	F

Pode-se perceber que a sentença resultado segue-se de “p”, de “q” e de “r”; observe-se, em seguida, a aplicação da operação “O” a todas as sentenças que são valores da variável sentencial “ f ”: tem-se “O ($f(a)$, $f(b)$, $f(c)$, $f(d)$...)”. Pode-se tratar a sentença construída dessa maneira (resultante da aplicação da operação “O”) como sendo a própria sentença “algum x é f ” (DIAMOND, 2003, p. 271); desse modo, a sentença quantificada, assim como cada uma das sentenças das quais se segue tal sentença quantificada, está no espaço lógico (DIAMOND, 2003, p. 271).

Essa forma de conceber choca-se, fortemente, com o modo pelo qual Russell, por volta de 1913, aborda os quantificadores; a ideia do filósofo inglês é que, ao se entender palavras lógicas como “todo” e “algum”, tem-se *acquaintance* com os objetos lógicos associados às noções ligadas a tais palavras (DIAMOND, 2003, p. 271). Isso é, exatamente, aquilo que Wittgenstein rejeita na filosofia que culmina no *Tractatus*; o autor vienense, explicitamente, nega a ocorrência de objetos lógicos.

Tentar-se-á, agora, retornar ao problema do solipsismo na relação com um ataque à concepção de uma linguagem privada: no contexto das questões do solipsismo e da linguagem privada, a grande imagem russelliana, relativa a essas questões, envolve o juízo de um determinado sujeito (doravante, denominado “sujeito A”) sobre seus próprios objetos privados; esses mesmos objetos (privados) podem ser alvo do juízo de um outro sujeito (doravante, referido como “sujeito B”) que, por sua vez, precisa da quantificação para falar de objetos aos quais não possui acesso.

Em meio a essa visão russelliana, é importante que se entenda que o modo de conceber do filósofo inglês exige que haja uma relação lógica entre um tipo de proposição que somente pode ser entendida pelo sujeito A (uma proposição que contém objetos acessíveis apenas a A) e um tipo de proposição quantificada que o sujeito B utiliza para remeter aos objetos privados do sujeito A (DIAMOND, 2003, p. 272). Aí está, de um ponto de vista do tipo de filosofia desenvolvida por Wittgenstein, a pista crucial da incoerência da forma pela qual Russell aborda a questão aqui discutida (DIAMOND, 2003, p. 272): para Russell, deve haver a referida relação lógica entre a proposição privada de A e a proposição quantificada de B, porém, na perspectiva do autor do *Tractatus*, Russell não tem nenhum relato satisfatório do que significa haver tal relação (DIAMOND, 2003, p. 272).

Ora, para Wittgenstein, uma sentença, caso se siga de outra sentença, deve estar, justamente com essa outra sentença, no interior do espaço de sentenças construtivas da “minha” linguagem (DIAMOND, 2003, p. 272); ambas as sentenças estão no espaço lógico (DIAMOND, 2003, p. 272-273). Assim, qualquer compreensão que se tenha no que tange às relações lógicas entre sentenças é inseparável da compreensão das sentenças em si mesmas (DIAMOND, 2003, p. 273).

Como decorrência desse posicionamento de Wittgenstein, tem-se, também, a rejeição da imagem russelliana da mente no que concerne a certa maneira de tal mente se relacionar com objetos: Russell tende a advogar a ideia de que a mente é capaz de se conectar diretamente com certos objetos, e atingir outros objetos apenas por meio de descrição (DIAMOND, 2003, p. 274); para Wittgenstein, por outro lado, os objetos sobre os quais se pensa são mostrados no uso da linguagem (DIAMOND, 2003, p. 274).

Associada a esses pontos de divergência está também a seguinte situação: pode-se criticar, em termos de Wittgenstein, o modo como Russell pensa a relação do sujeito B com certos complexos envolvendo A. Para se entender isso melhor, considere-se o seguinte: quando B produz um julgamento a respeito dos objetos privados A, B precisa, somada à possibilidade de descrições que denotam os objetos indiretamente, de coisas para dizer sobre tais objetos; B precisa de palavras para predicados e relações (DIAMOND, 2003, p. 276). Desse modo, ao falar sobre objetos com os quais não possui *acquaintance*, B usa palavras cujo o significado é assegurado pela *acquaintance* de B com coisas como o universal *vermelhidão* (DIAMOND, 2003, p. 276). Ora, a *acquaintance* de B com “vermelhidão” decorre da *acquaintance* desse mesmo sujeito com complexos (DIAMOND, 2003, p. 276);¹⁸ na medida em que, no contexto da emissão de um juízo como “a imagem vermelha que A percebe”, a *acquaintance* de B com “vermelhidão” não vem da *acquaintance* com o complexo associado a tal juízo, então, quando fala da imagem percebida por A, o significado da palavra “vermelho” deve provir da *acquaintance* por parte de B com outros complexos envolvendo a “vermelhidão” (DIAMOND, 2003, p. 276). Seguindo-se essa linha de raciocínio, B deve ser capaz de transportar o significado de “vermelho” para o contexto de aplicação à imagem de A. com a qual B não possui *acquaintance*. Está, justamente, aí outro ponto em que Wittgenstein dirige uma crítica a Russell: a ideia de que se pode partir dos usos de palavras relacionadas a coisas com as quais se tem *acquaintance*, e apreender os usos daquelas mesmas

18 Essa relação entre as noções de *acquaintance* e complexo ficarão mais claras no contexto dos temas abordados no próximo capítulo.

palavras, com os mesmos significados, enquanto aos objetos privados de outras pessoas (DIAMOND, 2003, p. 277). Trata-se aí de projetar predicados e relações no “reino privado” de outras pessoas.

Esse tipo de problema encontrado por Wittgenstein no pensamento de Russell está associado ao problema das relações lógicas e da quantificação, uma vez que ambos os problemas envolvem a concepção russelliana de uma função proposicional (DIAMOND, 2003, p. 277); uma função proposicional, na acepção de Russell, tem valores o quais são passíveis apenas de descrição (DIAMOND, 2003, p. 277). No *Tractatus*, a concepção russelliana de uma função proposicional é substituída por aquela de uma “sentença variável”, notando-se que uma sentença variável é dada com todos os seus valores (DIAMOND, 2003, p. 278);¹⁹ os valores de uma sentença variável são sentenças da “minha linguagem” (DIAMOND, 2003, p. 278).

Do ponto de vista de Wittgenstein, a conclusão dessas divergências é que, na medida em que as sentenças da linguagem ordinária fazem sentido assim como estão, tal linguagem mostra aquilo sobre o qual se está falando; não se está falando sobre atingir, indiretamente, os objetos privados de um sujeito A (DIAMOND, 2003, p. 278). Em consonância com isso, Wittgenstein, no *Tractatus*, irá argumentar contra a concepção de objetos de *acquaintance* como pertencentes a sujeitos; não há, um reino privado vizinho de outros reinos nas mesmas condições, notando-se que nossa linguagem ordinária é sobre como as coisas são no mundo (DIAMOND, 2003, p. 278).

É claro, apesar disso, que é possível traduzir sentenças da linguagem ordinária naquilo que pode ser denominado “sentenças experiência” (DIAMOND, 2003, p. 278); é possível transformar sentenças ordinárias a respeito de como as coisas são no mundo em sentenças de um livro-experiência “O mundo como eu o encontro” (DIAMOND, 2003, p. 279). Essa possibilidade, no entanto, não significa que a linguagem-experiência é tal que permita apenas a existência de sujeitos capazes de falar unicamente sobre o que pertence a cada um deles; a concepção de uma multiplicidade de sujeitos, cada um com seu próprio reino, é confusa. Quando há uma libertação com relação a essa confusão, pode-se ver que o reino da experiência não possui nenhum proprietário dentro dele ou fora dele (DIAMOND, 2003, p. 279); se é deixado com a possibilidade de tradução entre a linguagem da experiência e a linguagem ordinário do mundo físico. Inclusive, é relevante mencionar que essa concepção talvez seja idêntica àquela de Carnap em 1931,

19 Essa noção de uma “sentença variável” será abordada com mais consistência no terceiro capítulo.

de modo que isso justificaria uma acusação de plágio por parte de Wittgenstein (DIAMOND, 2003, p. 279).

Em seguida, para finalizar esta subseção, apontar-se-á alguns elementos no sentido de mostrar as razões pelas quais seria difícil, no contexto do projeto de Russell, aceitar completamente o modo como Wittgenstein lida com o tipo de questão abordada no presente momento desta reflexão; não se quer negar que as críticas de Wittgenstein sejam muito pertinentes, notando-se que o único objetivo é chamar, mais ainda, a atenção para as diferenças entre os projetos dos dois filósofos. Para essa finalidade, far-se-á uso de um trabalho de Jales Ribeiro (2007a); em tal texto o autor realiza uma breve comparação entre certo holismo presente na obra madura de Russell e certo holismo que marca o pensamento de certos positivistas lógicos.²⁰ Com certeza, não se tem a pretensão de introduzir estudos a respeito dos positivistas lógicos na presente tese; apesar disso, certo aspecto da distinção que Jales Ribeiro (2007a) faz entre os positivistas e o Russell maduro servirá para ilustrar o tipo de incompatibilidade parcial que este autor e Wittgenstein.

Nesse sentido, pode-se iniciar mencionando o fato de que, segundo Jales Ribeiro (2007a, p. 46), o holismo de certos positivistas lógicos, a exemplo do carnapiano, fica evidente na querela concernente aos enunciados protocolares em meados dos anos trinta. Nessa querela fica claro que, para Carnap e outros positivistas, a linguagem deveria ser concebida como um todo autônomo e auto subsistente; nesse contexto, é-se levado a efetuar uma redução linguística dos problemas filosóficos no seu conjunto (JALES RIBEIRO, 2007a, p. 47).

Apesar de tomar algo dos positivistas, Russell jamais aceitaria, na totalidade, a referida redução linguística dos problemas filosóficos, uma vez que, na perspectiva desse filósofo, é necessário que haja a experiência como algo independente da linguagem (JALES RIBEIRO, 2007a, p. 48): é certo, como se verá no capítulo final da presente tese, que o Russell maduro, ao adotar uma espécie de holismo, verá a experiência em geral como algo sempre contaminado pelo conhecimento prévio; apesar disso, ele manterá a defesa do “dado” como uma premissa de suma importância no projeto russelliano de fundamentação do conhecimento.

Com isso, por mais pertinente que seja o tipo de crítica que Wittgenstein dirigiria à forma pela qual Russell, em 1913, enfrenta a doutrina do solipsismo, este trabalho

²⁰ A questão do holismo na obra madura de Russell será abordada, com mais profundidade, no capítulo final desta tese.

advoga a perspectiva que a solução de Wittgenstein, apresentada acima nos termos de Diamond, provavelmente, não seria totalmente aceita: ao se aproximar, como fez Diamond, Wittgenstein do Carnap de 1931 e, ao se pensar na crítica que Russell (1942) dirige a Carnap - independentemente de essa crítica ser razoável ou não-, deve-se concluir que aquele autor inglês, dificilmente, aceitaria uma solução, como a de Wittgenstein, que parece se pautar na linguagem ordinária e pensar uma possibilidade de tradução dessa linguagem na linguagem da experiência. Isso será abordado com mais clareza no capítulo final desta tese.

1.2 BREVE EXPOSIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA DOS TIPOS LÓGICOS.

Segundo Hylton (1992, p.285), os paradoxos, que conduziram à teoria dos tipos lógicos, colocavam dois tipos de problemas para Russell.²¹ O primeiro, dentre esses tipos de problema, era de natureza lógica e matemática: os paradoxos põem em dúvida a coerência da própria noção de classe, notando-se que essa noção parecia inescapável. A razão desse caráter inescapável é que as classes eram centrais no logicismo de Russell. Além disso, as classes eram relevantes em muitos trabalhos sobre matemática do século XIX; esses trabalhos apareciam como puramente matemáticos e livres de dúvidas filosóficas (HYLTON, 1992, p. 285). Inclusive, como resultado de um maior rigor na análise, o raciocínio que apela para classes arbitrárias de números reais era considerado muito importante para a matemática; o paradoxo de Russell ameaçava a noção de “classe arbitrária” (HYLTON, 1992, p. 285).

O segundo tipo de problemas colocado pelos paradoxos era de natureza logico-metafísica. Esse aspecto está correlacionado com problemas que Russell enfrentou, principalmente, como uma decorrência da ontologia desenvolvida nos *The Principles of Mathematics*. Nessa obra, todas as entidades são concebidas como similares a objetos (HYLTON, 1992, p. 285).

Esse tipo de concepção traz dificuldades, posto que, na medida em que a noção de função proposicional é introduzida com a finalidade de se explicar certos padrões de inferência associados à generalidade, os paradoxos seguem-se facilmente a menos que se estabeleça restrições especiais (HYLTON, 1992, p. 285).

Uma dessas restrições estaria ligada à situação de que certas funções proposicionais não podem ser aplicadas a si mesmas. Inclusive, é instrutivo notar, nesse

²¹ Para uma exposição consistente de alguns dos paradoxos que conduziram à teoria dos tipos, ver Marques (1998, p. 16-23).

caso, que, dada a pressuposição ontológica mencionada (referente ao *Principles*), deve haver uma função proposicional expressa pelas palavras “...é uma função proposicional que (não) pode ser verdadeiramente aplicada a ela mesma” (HYLTON, 1992, p. 285).²²

De qualquer forma, os dois tipos de problema citados - a saber, lógico-matemático e lógico-metafísico - são retomados e abordados na obra *Principia Mathematica* (HYLTON, 1992, p. 286). Nesse trabalho, o tratamento dado para tais problemas é feito por meio de uma espécie de argumentação em dois degraus (HYLTON, 1992, p. 286).

O primeiro desses degraus é o forte reconhecimento das consequências inevitáveis dos paradoxos: o abandono do posicionamento segundo o qual não há distinções ontológicas últimas entre entidades (HYLTON, 1992, p. 286). Assim, estabelece-se a distinção (de tipo ou categoria ontológica) entre indivíduos e funções proposicionais; há, também, uma gama de distinções entre tipos de funções proposicionais (HYLTON, 1992, p. 286).

O segundo degrau consiste na eliminação das classes: desenvolvendo alguns aspectos de *Da denotação*²³, *Principia Mathematica* trata símbolos que parecem remeter a classes como símbolos incompletos (HYLTON, 1992, p. 286). Tais símbolos recebem definições contextuais (HYLTON, 1992, p. 286).

No contexto das consequências desse processo de eliminação das classes, muitos conceitos importantes são introduzidos. Desses conceitos, alguns interessam mais para os fins desta exposição; dentre eles, se iniciará com a consideração da noção de “afirmação de uma proposição arbitrária de uma dada forma” (HYLTON, 1992, p. 291): trata-se de afirmar um dos valores de uma função proposicional sem que fique determinado qual dos valores é afirmado (HYLTON, 1992, p. 291). Tal asserção indeterminada pode ser verdadeira apenas se cada valor da função proposicional resultar verdadeiro; apesar disso, Russell procura distinguir esse tipo de asserção daquilo que está associado a uma quantificação universal (HYLTON, 1992, p. 291).

Nesse contexto, a própria noção de “função proposicional” não é algo fácil: por uma função proposicional quer-se significar algo que contém uma variável x , por exemplo, e que expressa uma proposição tão logo se atribui um valor a x . Pareceria, então, que a característica essencial de uma função é a ambiguidade (HYLTON, 1992, p. 291). Com isso, quando se afirma “ ϕx ”, onde x não é especificado, quer-se significar um valor

22 . . . is a propositional function which can (not) be truly applied to itself

23 Em um capítulo posterior, o texto *Da denotação* será, ainda que de forma breve, abordado com mais detalhe.

da função, porém não um valor definido. Isso pode ser expresso de forma mais clara dizendo que “ φx ” denota, ambigualmente, “ φa ”, “ φb ”, “ φc ”, etc.

Seguindo essa linha, uma das exigências de Russell em *Principia Mathematica* consiste na capacidade de se dizer alguma coisa a respeito do valor arbitrário de uma função proposicional. Essa exigência, como se verá com um pouco mais de detalhe, está associada à dificuldade que a teoria dos tipos cria para a capacidade de declarar a lógica (HYLTON, 1992, p. 292); a ideia originária aí está relacionada à tendência, em matemática, de se fazer afirmações sobre “algum triângulo” ou “algum número” (HYLTON, 1992, p. 292). Isso fica um pouco mais evidente caso se recorde de demonstrações matemáticas simples que começam com expressões do tipo “seja ABC um triângulo retângulo...”. Russell assimila esse tipo de raciocínio ao uso de variáveis livres que seriam essenciais às deduções da lógica (HYLTON, 1992, p. 292).²⁴

Coerentemente com essa forma de pensar, o filósofo inglês introduz a seguinte distinção: uma função proposicional pode ser usada tanto em situações em que se diz algo sobre ela mesma quanto em momentos em que se almeja afirmar algo sobre um dos seus valores arbitrários (HYLTON, 1992, p. 295). Simbolicamente, esses dois usos de uma função proposicional φ qualquer podem, respectivamente, ser representados por $\varphi\hat{x}$ e φx (HYLTON, 1992, p. 295). Pode-se, desse modo, dizer que φx é uma proposição enquanto $\varphi\hat{x}$ consiste apenas em uma função proposicional; a função $\varphi\hat{x}$ denota, ambigualmente, muitos valores, notando-se que φx , onde x não é especificado, é um dos objetos denotados.

A partir dessa concepção a respeito às funções proposicionais em relação com as proposições, Russell, com a finalidade de evitar os paradoxos irá estabelecer toda uma hierarquia envolvendo as funções proposicionais. Para que se possa entender melhor essa hierarquia, é interessante, mesmo sem a intenção de aprofundamento, se entender um pouco daquilo que para Russell seria a fonte dos erros que levam aos paradoxos: todos os paradoxos resultam de um certo tipo de círculo vicioso. Este, por sua vez, poderia ser definido de, pelo menos, duas maneiras: um círculo vicioso surge quando se supõe que uma coleção de objetos é capaz de conter membros que só podem ser definidos em termos da coleção como um todo (HYLTON, 1992, p. 299); qualquer afirmação sobre os membros de uma totalidade não pode pressupor a totalidade (HYLTON, 1992, p. 299).

24 Com certeza, existem muitos problemas e discussões que podem ser feitas a partir desse modo russelliano de raciocinar; infelizmente, não haverá espaço para esse tipo de aprofundamento no presente trabalho.

Segundo Hylton (1992, p. 299-300), considerando-se as críticas sofridas por Russell, críticas essas que provieram de autores como Ramsey e Gödel, a segunda versão do princípio, em termos de pressuposição ao invés de “definibilidade”, é, pelo menos aparentemente, menos controversa. Para que se entenda, completamente, a aplicação dessa versão do princípio do círculo vicioso é necessário que, no contexto daquilo que foi dito sobre funções proposicionais até agora, se perceba que uma dada função proposicional sempre pressupõe seus valores (HYLTON, 1992, p. 300). Assim, é plausível afirmar que uma dada função é bem definida apenas se seus valores forem, já, definidos (HYLTON, 1992, p. 300); segue-se que nenhuma função pode ter, entre seus valores, alguma coisa que pressupõe a função (HYLTON, 1992, p. 300).

É interessante notar que se as coisas não ocorressem desse modo, não se poderia considerar os objetos como denotados ambigualmente pela função da maneira como se explicou acima; caminhando-se, então, para um entendimento mais direto da teoria dos tipos lógicos, é razoável se iniciar com a afirmação da ideia de que o fato de uma função proposicional pressupor seus valores origina distinções de categoria que, seguindo-se Russell, podem ser denominadas distinções de ordem (HYLTON, 1992, p. 300).

Há, aí, dois princípios básicos iniciais: em primeiro lugar, uma função proposicional é de uma ordem mais alta do que o objeto que pode tomar como argumento (HYLTON, 1992, p. 300-301); em segundo lugar, uma função proposicional é de uma ordem mais alta do que qualquer objeto contido no escopo de um quantificador naquela função proposicional (HYLTON, 1992, p. 301).

Uma consequência do primeiro dentre esses princípios – baseado na própria situação de que uma função pressupõe seus valores – é que uma função proposicional e seus argumentos não “têm um total”, uma vez que tal função proposicional é de uma categoria ontológica distinta daquela de tais argumentos (HYLTON, 1992, p. 301).

O segundo princípio merece ser considerado de uma maneira um pouco mais detida; tal princípio é baseado em um argumento de certa complexidade. O entendimento desse argumento é baseado tanto na concepção de que uma função proposicional pressupõe seus argumentos quanto na forma como Russell enxergava a generalidade: para Russell uma função proposicional que expressa a generalidade contem outra função proposicional (HYLTON, 1992, p. 301). Com isso, considerando-se um exemplo de Russell, “ $\hat{x}$ tem todas as propriedades de um grande general” contem outra função proposicional, ou seja, contem “ $\emptyset$ é uma propriedade de um grande general”. Como consequência disso, a primeira função pressupõe a segunda que, por sua vez, pressupõe

as entidades que são seus argumentos (HYLTON, 1992, p. 301), de modo que a primeira é de uma categoria ontológica distinta daquela de tais entidades. Conclui-se, pois, que, pelo menos no interior dos limites das assunções feitas por Russell, uma função proposicional deve ser de ordem mais alta do que qualquer objeto contido no escopo de um quantificador contido naquela função.

Se passará, agora, à consideração de algumas consequências e características relativas à aplicação dos dois princípios expostos. O ponto principal dessa consideração é o seguinte: mais de uma hierarquia de ordens é consistente com os princípios examinados (HYLTON, 1992, p. 303). Para que se possa compreender esse ponto, iniciará-se com algumas definições muito simples: chamar-se-á de *matriz* uma função proposicional que, assim como “ $\hat{x}$ ama $\hat{y}$ ”, é livre de quantificadores (HYLTON, 1992, p. 303); chamar-se-á de *generalização* o processo de quantificar uma variável livre, de modo que, ao quantificar, transforma-se uma matriz de n “lugares” não quantificadas em uma função proposicional com $n - 1$ “lugares” quantificados, ou transforma-se uma função proposicional de 1 lugar não quantificado em uma proposição (HYLTON, 1992, p. 303).

A partir dessas definições simples, comecemos a expor, em linhas gerais, uma hierarquia de ordens compatível com os princípios da teoria dos tipos lógicos: chama-se uma matriz de *matriz de primeira ordem* se todas as variáveis de tal matriz tomarem indivíduos como valores (HYLTON, 1992, p. 303). Coerentemente com isso, chama-se uma função proposicional de uma *função proposicional de primeira ordem* se tal função puder ser derivada de uma matriz de primeira ordem ao se generalizar zero ou mais dentre as variáveis em tal matriz (HYLTON, 1992, p. 303). Em consonância com isso, pode-se, também, afirmar que: uma proposição de primeira ordem é obtida por meio da generalização de todas as variáveis de uma matriz de primeira ordem (HYLTON, 1992, p. 303).

Pensando-se, outra vez, em um exemplo já utilizado pode-se, a título de ilustração, dizer que: se “ $\hat{x}$ ama $\hat{y}$ ” é uma matriz de primeira ordem, então “ $(\exists x) (x \text{ ama } \hat{y})$ ” é uma função proposicional de primeira ordem e “ $(\exists x) (\exists y) (x \text{ ama } y)$ ” é uma proposição de primeira ordem (HYLTON, 1992, p. 303).

Se passará, em seguida, ao tratamento simplificado do segundo nível da hierarquia: uma *matriz de segunda ordem* deverá, sempre, conter uma ou mais variáveis que têm, como valor, funções proposicionais de primeira ordem, notando-se que tal *matriz de segunda ordem* poderá, ou não, conter variáveis que tenham, como valor,

indivíduos (HYLTON, 1992, p. 303). Com isso, funções proposicionais e proposições de segunda ordem são aquelas que podem ser derivadas de matrizes de segunda ordem (HYLTON, 1992, p. 303-304); se $\hat{\phi} \hat{x}$ e $\hat{\Psi} \text{ Sócrates}$ são duas matrizes de segunda ordem contendo, respectivamente, uma e duas variáveis, então $(\exists \Psi) (\Psi \text{ Sócrates} \rightarrow \hat{\phi} \hat{x})$ é uma função proposicional de segunda ordem, e $(\exists \Psi) (\exists \phi) (\exists x) (\Psi \text{ Sócrates} \rightarrow \phi x)$ é uma proposição de segunda ordem.

O terceiro nível da hierarquia é gerado a partir do segundo assim como o segundo foi gerado a partir do primeiro (HYLTON, 1992, p. 304); toda essa hierarquia de ordens, no entanto, necessita de mais sutilezas para se entender, com maior precisão, a teoria dos tipos, uma vez que, além das distinções de ordem parecem haver duas outras determinações de tipo consideradas por Russell (HYLTON, 1992, p. 305).

A primeira dessas determinações – que não reflete muito na prática de Russell (HYLTON, 1992, p. 305) – é a sugestão de que funções proposicionais com diferentes números de quantificadores pertencem a tipos lógicos diferentes. Essa ideia levaria a distinções muito sutis, e, na medida em que o próprio Russell não dá muita atenção a tais distinções, é possível, seguindo-se Hylton (1992, p. 305), ignorá-las.

A segunda determinação – mais significativa do que a primeira – é pautada na concepção de que o tipo lógico de uma função proposicional não é baseado apenas na ordem a que tal função pertence: o número de lugares de argumento que uma função proposicional tem condiciona, também, o tipo dessa função proposicional (HYLTON, 1992, p. 305). Assim, uma função proposicional com dois lugares de argumento pertencerá a um tipo diferente do de uma função proposicional com um lugar de argumento. Essa ideia – que, quando aprofundada, gera uma imensa complexidade – não é articulada de forma muito clara por Russell, porém é exibida, de forma consistente, na prática de *Principia Mathematica*.

Inclusive, é importante perceber que todas as sutilezas introduzidas na teoria dos tipos irão trazer dificuldades com as quais Russell terá de lidar. Não haverá espaço, nesta reflexão, para se abordar, pormenorizadamente, todas essas dificuldades; contudo, importa tratar um pouco dos problemas que conduziram ao célebre axioma da redutibilidade.

Principalmente no que tange ao projeto filosófico de *Principia Mathematica*, um desses problemas está ligado à necessidade filosófica de se generalizar sobre funções proposicionais que podem, com sentido, ser aplicadas a um objeto. Um exemplo desse tipo de generalização é o seguinte: a definição de número natural a partir de zero e

sucessor exige que se possa afirmar que um objeto é um número natural se tal objeto possui todas as propriedades que *zero* possui e que são possuídas pelo *sucessor* de todo objeto que as possui (HYLTON, 1992, p. 307).

Para que se possa entender melhor as dificuldades trazidas por esse tipo de generalização, considere-se um caso mais simples: considerem-se as matrizes “ $\hat{x}$ é corajoso” e “ $\hat{x}$ tem todas as propriedades de um grande general”. Esses dois casos são funções proposicionais passíveis de serem aplicadas a seres humanos, porém elas são de diferentes ordens e tipos. Como consequência disso, se está impedido de generalizar sobre todas as funções proposicionais de um “lugar” que tomam humanos como argumentos (HYLTON, 1992, p. 307). Isso, no entanto, dificulta generalizações como aquela que, acima, é feita a partir de conceitos como *zero* e *sucessor*.

É, justamente, para lidar com dificuldades como essa que o filósofo inglês introduz a noção de *predicatividade* e acrescenta o axioma da redutibilidade à teoria lógica; seguindo-se Hylton (1992, p. 307), pode-se afirmar que uma função proposicional é predicativa se for da ordem mais baixa compatível com a aceitação dos argumentos que possui (HYLTON, 1992, p. 307).²⁵ Não é difícil perceber que, embora não seja possível, respeitando-se a teoria dos tipos lógicos, generalizar sobre todas as funções proposicionais passíveis de serem aplicadas a um objeto, pode-se generalizar sobre todas as funções proposicionais predicativas aplicáveis a um dado objeto. Nesse contexto, o axioma da redutibilidade, fundamentalmente, que, para toda função proposicional, há uma função proposicional predicativa coextensiva (HYLTON, 1992, p. 308).

Ao se tomar como base unicamente as funções proposicionais predicativas, pode-se gerar uma hierarquia de tipos mais simples do que aquela que inclui as sutilezas mencionadas. Essa hierarquia seria algo como: indivíduos, funções proposicionais que se aplicam a indivíduos, funções proposicionais que se aplicam a funções proposicionais aplicáveis a indivíduos (HYLTON, 1992, p. 310) etc. Grande parte do trabalho desenvolvido em *Principia Mathematica* – que, como foi afirmado, faz uso de uma definição contextual de classe – é realizado a partir dessa hierarquia mais simples (HYLTON, 1992, p. 310). Daí o mencionado fato de que essa obra apresenta mais de uma hierarquia de tipos; isso, segundo Hylton (1992, p. 310), coloca uma série de questões sobre a teoria dos tipos, cujas respostas, muitas vezes, são vagas.

²⁵ É relevante mencionar que o próprio Hylton (1992, p. 308) admite que Russell chega definir o próprio conceito de predicatividade em duas acepções, porém o próprio Hylton acaba enfatizando uma concepção mais fraca de predicatividade que é aquela que se está adotando aqui.

Algumas dessas questões, em um primeiro momento, estão associadas à situação é que, pelo menos no período da filosofia de Russell estudado neste capítulo, este filósofo, como já se mencionou ao citar Bonino na seção anterior, tinha uma visão da lógica como universal. Assim, os tipos eram pensados como aspectos de uma mesma linguagem. Pode-se, assim, colocar problemas como: seria possível, no contexto da teoria dos tipos lógicos que foi resumindo, afirmar leis da lógica das funções de verdade? Seria plausível afirmar, por exemplo, que toda proposição é verdadeira ou falsa?

A forma russelliana de lidar com esse tipo de problema está relacionada com o uso das asserções ambíguas (afirmação do valor arbitrário de uma função proposicional) que foram explicadas nesta seção. A partir dessa ambiguidade seria possível fazer afirmações sobre todas as proposições sem, aparentemente, cair em uma falácia de círculo vicioso (HYLTON, 1992, p. 315); na medida em que, com a afirmação do valor arbitrário de uma função proposicional, não há propriamente uma generalização sobre uma totalidade de que se é membro, pode-se simular generalização sobre entidades que, em conformidade com a teoria dos tipos, não têm total (HYLTON, 1992, p. 315). Certamente, como observa Hylton (1992, p. 316-317), essa solução continua a trazer dificuldades. Sem ter a intenção de desvalorizar essas dificuldades, deixar-se-á elas de lado, uma vez que a intenção desta seção era apenas uma exposição introdutória no que tange à teoria dos tipos lógicos.

Em seguida, caminhando para os aspectos finais desta reflexão, serão apresentados alguns pontos do posicionamento de Wittgenstein com relação à teoria dos tipos lógicos. Para esse autor – principalmente no *Tractatus* – toda a teoria dos tipos pode ser resumida na afirmação segundo a qual é impossível atribuir uma qualidade (um predicado) sintática a si mesma (STENIUS, 1964, p. 207).

Para explicar esse ponto, pode-se começar mostrando o seguinte: suponha-se que se tente, na linguagem, introduzir um predicado “Ox” que teria a função de representar a propriedade de “ser um indivíduo” ou, em uma terminologia mais coerente com o pensamento do *Tractatus*, “ser um objeto”; suponha-se, também, que se substitua “x” (em “Ox”) pelo nome “a” de um determinado objeto. Ora, nesse caso, se acabaria caindo em uma sentença tautológica que não descreve nada (STENIUS, 1964, p. 206); isso fica claro quando se para pensar que o simples fato de se nomear, com “a”, já pressupõe que se está nomeando um objeto, de modo que é quase como se, ao afirmar “Oa”, se estivesse afirmando que um objeto de nome “a” é um objeto.

Por outro lado, considere-se, agora, a possibilidade de se tentar negar que uma

dada qualidade (ou predicado) “ fx ” é um objeto; nesse caso, poder-se-ia escrever “ $\sim Of$ ” ou “ $\sim Ofx$ ”. Essas expressões, no entanto, são casos de contrassenso: para ter sentido, uma sentença como “ $\sim Of$ ” precisa ser analisada em um predicado sintático (“ Ox ”) e um objeto fx ; no entanto, havíamos deixado claro que f deveria ser caracterizado como o nome de um predicado (STENIUS, 1964, p. 207).

O interessante, nesse tipo de reflexão, é que, pelo menos no contexto do pensamento de Wittgenstein, torna-se desnecessário boa parte do tratamento que Russell dá a teoria dos tipos; deve-se notar novamente que tanto Russell quanto Wittgenstein, pelo menos inicialmente, tratavam a lógica como universal e a linguagem como meio universal (*universal médium*). É desse pressuposto, entre outros, que Wittgenstein tira consequências, notando-se que, por mais inevitáveis que essas consequências sejam, talvez seja difícil aceitar muitas delas no contexto do projeto de uma filosofia científica.

Ao longo desta tese, tentar-se-á ver como essa filosofia científica se desenvolve a partir do Manuscrito abandonado de 1913; no capítulo final, tentar-se-á mostrar como a obra madura de Russell tenta manter vivo o projeto. Nesse contexto, procurar-se-á sustentar a hipótese de que a teoria dos tipos tem relevância para a defesa do referido projeto, pois essa teoria, ainda que talvez tenha muitos problemas difíceis de superar, será, até certo ponto em obras do período final de Russel, associada a noções como a de uma metalinguagem; não seria, no final das contas, essa associação uma forma de se falar a respeito daquilo que, em Wittgenstein, se torna, muitas vezes indizível?

2 UMA ANÁLISE DO MANUSCRITO DE 1913 (*THEORY OF KNOWLEDGE*).

O objetivo deste capítulo é constituir-se em uma análise de *Theory of knowledge* (RUSSELL, 1913).²⁶ Essa análise procurará considerar, principalmente, os seguintes tópicos da obra estudada: o conceito de *acquaintance*; ²⁷ a teoria russelliana do juízo; a teoria russelliana das descrições.

2.1 ACQUAINTANCE.²⁸

Uma interpretação mais tradicional de Russell tende a subdividir o pensamento deste autor em três aspectos importantes: “a teoria do conhecimento direto e imediato, a teoria das descrições e a teoria das construções lógicas” (JALES RIBEIRO, 2007b, p. 313). Como ficará claro mais adiante, a teoria do “conhecimento direto e imediato” (*acquaintance*) é um pressuposto fundamental para a importante noção de análise; além disso, a referida teoria é um pressuposto relevante para a “teoria das construções lógicas”.

Nesse sentido, a problemática fundamental da primeira parte de *Theory of knowledge* (RUSSELL, 1913) será, como se verá, descrever as principais características da noção de *acquaintance* e fazer alguns apontamentos no sentido de explicar como é possível reconstruir algumas noções científicas fundamentais (como tempo e espaço) a partir dos resultados de tal *acquaintance*. No que se segue, se tentará descrever o modo como esses problemas são encaminhados.

2.11 DEFINIÇÃO E ESTRUTURA DA ACQUAINTANCE.

Nesta primeira subseção, se procurará fornecer uma primeira definição da noção de *acquaintance*. É importante notar que, ainda que Russell (em algum sentido) seja um empirista (herdeiro de Hume), parece haver algo de cartesiano em suas reflexões, pois, como ficará mais claro, as primeiras definições servirão como pressupostos para construções conceituais posteriores: o sistema que Russell almejava construir comporta uma clara sequência dedutiva que, inclusive, poderia ser formalizada usando-se os recursos da lógica simbólica; não se empreenderá essa formalização, porém tentar-se-á chamar a atenção do leitor para aquele edifício dedutivo quando for propício. Observe-

26 Estamos usando, nas citações, as datas originais da primeira edição dos principais textos citados; as datas das edições que realmente usamos aparecerão na bibliografia deste trabalho.

27 Para evitar discussões que fogem ao objeto de nossa pesquisa, evitaremos traduzir, neste trabalho, a noção de *acquaintance*.

28 Muito da interpretação exposta aqui do Manuscrito de 1913 (no que tange, principalmente, à noção de *acquaintance*) é fruto de debates no Grupo de Estudo sobre lógica e filosofia da linguagem, liderado pelo prof. Dr. Anderson Nakano (na PUCSP), motivo pelo qual agradeço a ele e aos demais membros do grupo pelas valiosas contribuições para minha compreensão da leitura de Russell.

se, pois, a primeira definição que será usada nas construções russellianas:

No que segue, a proposta é defender certa análise do aspecto mais simples e mais difundido da experiência, nomeadamente aquilo que eu chamo de “*acquaintance*”. Será mantido que a *acquaintance* é uma relação dual entre um sujeito e um objeto, os quais não necessitam ter qualquer comunidade de natureza. O sujeito é “mental”, o objeto não é conhecido por ser mental exceto na introspecção. O objeto pode estar no presente, no passado, ou ser intemporal; este pode ser um particular sensível, ou um universal, ou um fato lógico abstrato. Todas as relações cognitivas – atenção, sensação, memória, imaginação, crença, descrença, etc. – pressupõem *acquaintance*.²⁹ (RUSSELL, 2005, p.5)

Trata-se de uma relação estruturalmente dual entre um sujeito e um objeto. Como se verá melhor, essa relação pode envolver vários elementos: tempo, memória, relações, universais etc. Além disso, a relação de *acquaintance* pressupõe que o objeto é real; isso trará inúmeros problemas com os quais Russell precisará lidar. Um exemplo disso é: se os objetos de *acquaintance* são reais, como distinguir a peculiaridade de certas experiências das quais se destaca a imaginação?

De qualquer forma, essa questão será abordada em outra seção; por outro lado, um conjunto de questões claramente se coloca logo que definimos a noção de *acquaintance*: em que consiste o sujeito? É possível conhecer a existência do sujeito? De que modo podemos ter garantia da existência do sujeito?

Quanto à primeira dessas questões, pode-se responder afirmando que a natureza do sujeito não pode ser conhecida: o sujeito somente pode ser conhecido por inferência (conhecimento por descrição);³⁰ assim nada se pode saber da natureza intrínseca do sujeito. Inclusive, não é possível afirmar ou negar que a natureza intrínseca do sujeito é aquela da matéria (RUSSELL, 1913, p. 37).

Em seguida, passar-se-á à consideração da segunda questão cuja resposta é: sim, é possível conhecer a existência do sujeito. Isso obviamente nos leva direto à terceira questão colocada: são necessários alguns argumentos que, de certa maneira, justifiquem a existência do sujeito. Nesse aspecto, é interessante, para a finalidade desta subseção, apresentar apenas um argumento provisório e popular exposto por Russell; com essa finalidade, cabem algumas distinções.

29 The purpose of what follows is to advocate certain analysis of the simplest and most pervading aspect of experience, namely what I call “*acquaintance*”. It will be maintained that *acquaintance* is a dual relation between a subject and a object which need not have any community of nature. The subject is “mental”, the object is not known to be mental except in introspection. The object may be in the present, in the past, or not in time at all; it may be a sensible particular, or a universal, or an abstract logical fact. All cognitive relations – attention, sensation, memory, imagination, believing, disbelieving, etc. – presuppose *acquaintance*.

30 Os pressupostos da distinção entre conhecimento por descrição e conhecimento por *acquaintance* serão mais bem trabalhados em outra seção deste capítulo.

A primeira dessas distinções diz respeito à noção de “Eu”: a palavra “Eu” deve, com muito cuidado, ser distinguida da palavra “ego”. Essa distinção se deve ao fato de que a noção de “ego” tem um sentido universal: a noção de “ego” não remete à alguma pessoa particular; ao invés disso, remete àquela característica geral que faz com que cada um de nós chame a si próprio de “Eu” (RUSSELL, 1913, p.36). Com isso, diferentemente do que acontece com a palavra “ego”, a palavra “Eu” remete a um nome próprio: a cada uso que é feito da palavra “Eu”, esta remete a um único indivíduo; esse indivíduo, obviamente, varia de acordo com aquele que usa a palavra “Eu” em um dado momento. Apesar disso, é mais correto entender “Eu” como um nome próprio ambíguo do que entender (essa palavra) como um universal.

Outra distinção importante é a seguinte: trata-se de distinguir, no “Eu” o “sujeito”. Este não se confunde com o próprio “Eu”: para se chegar a distinguir o sujeito, é necessário abstrair algumas coisas que compõem o “Eu”; essas coisas são, fundamentalmente, o passado, o presente e o corpo (RUSSELL, 1913, p. 36).

Essas distinções são importantes, pois permitem entender o que é o “Eu” e o que, no “Eu”, é o sujeito. É importante comentar que, embora “Eu” seja um nome próprio com uma referência clara a cada contexto, o “sujeito” é, como já mencionado, uma descrição que só pode ser conhecida por inferência.

Para isso, Russell (1913, p. 37) propõe uma interessante reflexão: considere-se dois objetos de *acquaintance* chamados de *O* e *O'*. Obviamente é bem possível que um mesmo indivíduo tenha a experiência desses dois objetos. Desse modo, é-se obrigado a supor que existe um mesmo sujeito que experimenta *O* e *O'*, de modo que se torna impossível negar a existência do sujeito.

Tem-se aí uma primeira justificativa (popular) de inferência de um sujeito que entra como o segundo elemento em uma relação de *acquaintance*.

Por fim, cabe fazer uma colocação: uma vez que a noção de *acquaintance* remete a uma relação e uma parte dessa relação (o sujeito) é conhecida apenas de modo indireto, pode-se concluir que aquilo que envolve tal relação consiste (sempre) em um fato; além disso, outros “dados psíquicos” (julgar, desejar etc.) que pressupõem a relação de *acquaintance* (RUSSELL, 1913, p. 37) também consistem em fatos.

A partir dessa compreensão, cabem duas definições: uma *sensação* é marcada por representar experiências que, a exemplo da introspecção, são marcadas por “darem” (*give*) particulares; uma *percepção* é caracterizada por representar experiências que originam fatos.

2.12 ACQUAINTANCE E EXPERIÊNCIA DO PRESENTE.

Passar-se-á, no que se segue, a tratar das interconexões entre a noção de *acquaintance* e a noção de “presente”. Sobre essas interconexões, Russell afirma que devem ser considerados três pontos: primeiro é preciso considerar a relação (caso ela exista) entre a presença psicológica e o tempo presente; em segundo lugar, é preciso considerar o que, psicologicamente, está envolvido em nossa *acquaintance* com a experiência presente; por fim, é preciso considerar o círculo vicioso que qualquer definição de experiência presente parece estar envolvida.

Sobre o primeiro desses pontos, deve-se começar constando o seguinte: o que quer que eu experiencie é, em algum sentido, presente para mim. Apesar dessa constatação, em um sentido temporal, não se deve, necessariamente, considerar que todas as experiências são presentes a nós (RUSSELL, 1913, p. 38): por exemplo, há a experiência de coisas lembradas e coisas abstratas (que não estão no tempo). Sendo assim, há um sentido mais específico em que aquilo que é experienciado é presente. Para se entender isso, é necessário supor que há vários tipos de relação de *acquaintance*; um desses tipos de relação de *acquaintance* é a chamada relação de “presença”. Quando se possui essa relação específica de *acquaintance* tem-se uma sensação e percepção de um objeto que não está na memória. Dessa forma, a relação de presença é um dos constituintes derradeiros de nosso conhecimento do tempo (a construção do conhecimento do tempo depende muito da relação de presença); a própria noção de tempo presente deve ser definida como o tempo daquelas coisas que têm a relação de presença com o “sujeito”. Além disso, quando se fala de coisas que tem a “relação de presença” com o “sujeito”, quer-se falar de coisas que tem a relação de presença com o sujeito da “experiência presente”. Com isso, a noção de “experiência presente” é mais fundamental do que a noção de “tempo presente”, pois esta pode ser definida em função daquela (RUSSELL, 1913, p. 38).

Passar-se-á, em seguida, para o segundo ponto: o que, psicologicamente, está envolvido quando falamos de “experiência presente”? O mínimo que deve estar envolvido (psicologicamente na “experiência presente”) é, obviamente, uma experiência de um objeto “O” e uma experiência de experienciar “O” (RUSSELL, 1913, p. 38). Dessas duas experiências, a segunda deve envolver presença no sentido em que os objetos da sensação e percepção estão presentes e os objetos da memória não. Chame-se “P” a relação de presença; então um sujeito “S” deve ter a relação “P” com um objeto que é, em si mesmo, uma experiência. Esse objeto (que é, em si mesmo, uma experiência) pode

ser representado por “S – A – O”, de modo que a experiência como um todo pode ser: “S’ – P – (S – A – O)”. Não há razão, nessa experiência, para se supor que os sujeitos “S” e “S’” devem ser, numericamente, o mesmo: o “Eu” (self) ou “mente” que envolve ambos os sujeitos pode ser uma construção, e não precisa, além das necessidades lógicas do problema abordado, afirmar a identidade entre tais sujeitos (RUSSELL, 1913, p. 38- 39).

Vê-se, assim, a estrutura psicológica na qual a relação de presença permite a definição da experiência presente. Apesar disso, permanece uma dificuldade lógica cuja solução é interessante e importante. Essa dificuldade surge quando não se entende que, a fim de conhecer uma experiência presente, não é necessário que eu perceba o fato “S’ – P – (S – A – O)”. Se, para conhecer a experiência presente, se tivesse que perceber esse fato, então embarcar-se-ia em um regresso infinito ou um círculo vicioso: para perceber o fato “S’ – P – (S – A – O)” eu constituíra outro fato que, por sua vez, constituiria, ao ser percebido, outro fato, de modo que tudo isso me levaria a regredir ao infinito.

Para evitar isso, é importante, primeiro entender, que a expressão “experiência presente” deve ser usada como um nome. Desse modo, não é necessário refletir sobre minha experiência ou observar que um dado objeto tem a propriedade de pertencer à minha experiência a fim de ter a relação de *acquaintance* com esse objeto; o objeto é conhecido sem a necessidade de qualquer reflexão a respeito de suas propriedades e relações.

Isso pode ficar mais claro através de um exemplo: se a exemplo de Adão, um determinado “sujeito” estivesse ocupado em dar nomes a uma série de objetos, não seria necessário, para que esse “sujeito” fizesse seu trabalho de nomear, que ele refletisse sobre o fato de possuir a relação de *acquaintance* com tais objetos; realmente, o que distingue os objetos da experiência de um “sujeito” com relação aos outros objetos é o fato de esse “sujeito” ter a relação de *acquaintance* com esses objetos. Apesar disso, é somente a reflexão posterior que prova que os objetos de *acquaintance* têm a característica que os distingue.

Uma coisa que tornará essa situação um pouco mais clara é uma reflexão sobre a palavra “isto”. Essa palavra é sempre um nome próprio, na medida em que se aplica sempre a um único objeto e não descreve o objeto ao qual se aplica. Essa palavra (isto), entretanto, se aplica a diferentes objetos em ocasiões diferentes (RUSSELL, 1913, p. 39); para os propósitos da presente reflexão, é possível afirmar que “isto” é o nome do objeto para o qual atenta a pessoa que usa esta palavra no momento em que usa a palavra. Isso nos obriga, inclusive, a explicar o que é a relação de “atenção”: a relação de “atenção”

difere da relação de *acquaintance*, uma vez que o “sujeito” que participa daquela relação (de “atenção”) pode atentar apenas para um número muito pequeno de objetos ou para um único objeto. Desse modo, pode-se falar do objeto de atenção que é definido, justamente, como o objeto que se nomeia com a palavra “isto”.

A compreensão dessa reflexão sobre a relação de atenção e sobre a palavra “isto”, além de ajudar a compreender bem a falta de necessidade de se perceber todo o fato da *acquaintance* para se participar da relação de *acquaintance*, ajuda a afastar qualquer objeção que teorias como o “monismo neutro” poderiam mover contra a inexistência de *acquaintance* com o “Eu” ou o “sujeito”. Russell acredita que o uso de palavras como “isto” ou “agora” (que serão elucidadas mais adiante) é a chave para se defender a inevitabilidade de coisas como o “Eu” ou o “sujeito”. Não se aprofundará esse ponto por ora, pois a questão do diálogo de Russell com a doutrina que o mesmo denominou de “monismo neutro” - e que é oriundo do pragmatismo de autores como James e Dewey - será abordada, principalmente, no quinto capítulo desta tese.

2.121 DEFINIÇÕES IMPORTANTES A PARTIR DE 2.1.2.³¹

a) Nomes, predicados e relações primitivas:

a1) o nome próprio “isto” é primitivo

a2) o predicado “ser um objeto” é primitivo

a3) a relação “x tem *acquaintance* com y” é primitiva.

a4) a relação “x tem uma relação de presença com y” é primitiva.

b) Dada uma relação de *acquaintance* qualquer com algo que é um objeto “O”, então dizemos que, no contexto de uma relação de *acquaintance*, um elemento da relação se chama “sujeito”, se aquele elemento não é o objeto “O”. (a partir da seção 2.1.1)

c) Dado um “sujeito” qualquer que participa de uma relação de *acquaintance*, então dizemos que esse “sujeito” é um “Eu” se tal “sujeito”: c1) está associado a um corpo; c2) está associado a um passado; c3) está associado a um presente. (a partir da seção 2.1.1)

31 Embora não tenhamos a intenção de formalizar completamente (em linguagem de cálculo funcional usando a teoria dos tipos) o pensamento de Russell, é importante, para nossa leitura do autor aqui estudado, que se mostre, ainda que parcialmente, a possibilidade de tal formalização. Sendo assim, algumas das subseções deste capítulo serão sucedidas por séries de definições e conclusões que foram desenvolvidas no conteúdo de tais seções; é importante que fique claro o modo como é possível, no seio do pensamento de Russell, construir todas as noções com base em noções fundamentais como *acquaintance*. Isso será relevante, pois mostraremos em um capítulo subsequente que Russell, embora tenha adotado (na maturidade) um *monismo parcial*, jamais chegou a abandonar totalmente o ponto de partida do dado.

- d) Dada uma relação de *acquaintance* entre um sujeito “S” e um objeto “O”, esse objeto “O” pertence à experiência presente se aquela relação de *acquaintance* é, também, uma relação do tipo “ter uma relação de presença com”.
- e) Dada uma relação de *acquaintance* entre um sujeito “S” e um objeto “O”, esse objeto “O” pertence ao tempo presente se ele pertence à experiência presente.
- f) Dada uma relação entre um sujeito “S” e um objeto “O”, essa relação se chama “relação de atenção” se “O” é um objeto de atenção.
- g) Dado um objeto “O”, então esse objeto é um objeto de atenção se ele pode ser nomeado a partir do nome “isto”.

2.13 ACQUAINTANCE E TEORIA DO CONHECIMENTO.

As definições vistas nas subseções anteriores podem, agora, ser contextualizadas em uma discussão mais detida sobre certos preceitos metodológicos da teoria do conhecimento; de tudo que foi visto, a relação de *acquaintance* aparece como sendo um dos termos mais fundamentais no processo onde, por meio de definições e deduções se analisa e constrói o conhecimento. Essa relação tem os “sujeitos” (como seu domínio) e os objetos como seu contradomínio; é importante observar aí que os “sujeitos” não necessariamente são entidades simples. Se assumirá, uma vez que não se encontrou uma maneira de analisá-los (RUSSELL, 1913, p. 45), que os “sujeitos” são simples; no entanto, nada será falseado se se encontrar uma maneira de analisar tais entidades (os “sujeitos”).³²

Com uma boa compreensão da relação de *acquaintance*, é possível tentar fornecer uma definição para uma noção capital em teoria do conhecimento: fatos cognitivos serão definidos como fatos que envolvem uma relação de *acquaintance* ou algum outro tipo de relação que pressuponha *acquaintance*.

Observe-se que essa é uma definição de fatos cognitivos e não de “particulares mentais” (RUSSELL, 1913, p. 45), pois não há razão para pressupor que os “sujeitos” são particulares de um tipo diferente de outros particulares; a marca distintiva daquilo que é cognitivo não é descoberta nos particulares envolvidos, uma vez que tal marca aparece na natureza da relação entre tais particulares.

De qualquer forma, a definição dada acima não deixa de possuir problemas: os fatos cognitivos devem envolver relações como a “relação de atenção” ou a “relação de

³² É interessante notar, aqui, um pouco do método científico que, como se percebeu no primeiro capítulo, Russell adota após seu primeiro contato com Peano; como se vê neste parágrafo, o filósofo inglês está claramente aberto à possibilidade de se analisar o “sujeito” caso, futuramente, se perceba que é o caso.

“julgar” que contêm ou pressupõem *acquaintance*; apesar disso, não é desejável que os fatos cognitivos envolvam relações que estejam associadas à (relação de) *acquaintance* de modo contingente.

É difícil ter-se uma clara diferença desses dois tipos de situação em que há *acquaintance*; a situação desejada, para fins da definição, deve incluir apenas aquelas relações que possuem uma associação necessária com a relação de *acquaintance*. De qualquer forma, o problema de distinguir a necessidade ou contingência dos tipos de associação entre *acquaintance* e outras relações pode ser deixado de lado por ora, de modo que aceitar-se-á provisoriamente aquela definição de fatos cognitivos que foi fornecida.

Passar-se-á, em seguida, para uma reflexão sobre a própria teoria do conhecimento enquanto disciplina. Para se definir essa disciplina é preciso alguma cautela, pois a própria palavra “conhecimento” impõe algumas dificuldades. Essas dificuldades são fundamentalmente duas: a primeira é a de que a palavra conhecimento é extremamente ambígua; a segunda é a de que só se pode estabelecer um significado para “conhecimento” depois de muitas discussões em teoria do conhecimento.

Além dessas dificuldades, há aquelas que decorrem das relações entre epistemologia, lógica e psicologia: é, óbvio, que, pelo percurso feito até aqui, muito da teoria do conhecimento está incluído na psicologia; um exemplo disso se vê nas, já feitas, distinções entre “atenção” e *acquaintance*. Análises como aquelas que distinguem essas noções não precisam, pelo menos a princípio, tocar na distinção entre verdade e falsidade (que é própria da lógica). Nesse sentido, tão logo se atingir a teoria do julgamento, as dificuldades encontradas – que envolverão a distinção entre verdade e falsidade – serão, principalmente, de natureza lógica: é possível mostrar que um julgamento, assim como qualquer outro pensamento cuja expressão envolve proposições, é um fato de uma forma diferente do que qualquer fato que envolva a estrutura sujeito/predicado ou uma relação de uma ordem “n” qualquer; é importante comentar, que ao mencionar isso, Russell credits a descoberta a Wittgenstein (RUSSELL, 1913, p. 46).

De qualquer forma, com o que foi dito, parece muito difícil distanciar a teoria do conhecimento das províncias da lógica e da psicologia: o problema central da teoria do conhecimento é aquele de distinguir entre crenças verdadeiras e falsas; pode-se, pois, definir a teoria do conhecimento como “a análise das crenças verdadeiras e falsas e suas

pressuposições, juntamente com a procura pelo critério das crenças verdadeiras”³³ (RUSSELL, 1913, p. 46).³⁴ Essa definição sofre do problema de ser demasiado ampla, de modo a envolver partes da lógica e da psicologia que não interessam à teoria do conhecimento. por ora, no entanto, aceitar-se-á a referida definição sendo interpretada de maneira estrita.

Passar-se-á, pois, a alguns princípios metodológicos úteis em teoria do conhecimento; o primeiro desses princípios diz respeito ao seguinte: os objetos de *acquaintance* não podem ser “ilusórios” ou “irreais” (RUSSELL, 1913, P. 48). No que concerne a isso, é natural se tratar sonhos e alucinações como ilusões; além disso, considera-se, com frequência, imagens como irreais em algum sentido de irrealidade não aplicável a objetos de sensações ditas normais.

Sem dúvida, há uma diferença muito relevante entre os objetos que consideramos reais e os objetos ditos irreais; essa diferença, no entanto, demanda, por razões puramente lógicas, uma análise inteiramente distinta daquela do senso comum; segundo Russell, se um objeto é dado em *acquaintance*, então esse objeto tem uma certa relação com o sujeito que tem *acquaintance* com ele. Sendo assim, seria um caso de sem sentido caso não houvesse tal objeto: deve-se dar um nome próprio a um objeto de *acquaintance*; esse nome próprio, inclusive, pode ser o “isto” da relação de atenção. Ora, um nome próprio que não nomeia nada não possui significado, é um mero ruído: não faz sentido algum falar de uma relação de *acquaintance* se não houver um dos termos da relação.

Desse modo, a expressão “irreal” não é passível de aplicação a dados imediatos; tal expressão pode ser aplicada apenas a “descrições” (que serão estudadas em outra seção deste capítulo): irrealidade é uma noção cuja origem repousa em formas gramaticais. Essas formas fazem com que seja possível a situação em que o sujeito gramatical de uma sentença é (um tal sujeito) uma descrição; esse sujeito, então, não é o nome de nenhum constituinte dentre aqueles que compõem a proposição expressa pela sentença.

Nesse caso, caso a descrição (sujeito gramatical da sentença) não se aplique a nada, nós podemos afirmar que o sujeito (da sentença) é irreal. Por outro lado, pensar que

³³ *The analysis of true and false belief and their presuppositions, together with the search for criteria of true belief.*

³⁴ Essa definição pode dar origem a algumas dúvidas além daquelas que, a seguir, aparecerão no corpo do texto. Um exemplo desse tipo de dúvida é: qual é a natureza dos pressupostos da teoria do conhecimento? A resposta parcial a essa questão é a de que os pressupostos (da teoria do conhecimento) são de natureza lógica e psicológica. Isso, no entanto, deve ser encarado com cuidado: como veremos, a psicológica pressuposta em teoria do conhecimento é uma espécie de psicologia descritiva que difere da psicologia explicativa que teria pressupostos científicos (fisiologia e física). Desse modo, reformulando, pode-se afirmar que a teoria do conhecimento busca pressupostos em termos de psicologia descritiva e lógica.

há entidades que são irreais é um total absurdo; como se afirmou, não cabe perguntar se há realidade nos objetos de *acquaintance*.

Considerar-se-á, agora, o segundo princípio metodológico da teoria do conhecimento: a possibilidade de erro em qualquer ocorrência mostra que tal ocorrência não é uma instância de uma relação dual (RUSSELL, 1913, p. 49). Esse segundo preceito, está intimamente associado ao primeiro: quando há qualquer relação dual entre um sujeito e um objeto, não faz sentido afirmar que o objeto é irreal. Por outro lado, ver-se-á, em uma etapa posterior, que isso não se aplica a relações múltiplas como aquela de “crença”; além disso, aplica-se ao caso da memória na medida em que tal memória é falível.

Prosseguindo-se o raciocínio, migrar-se-á, agora, para o terceiro princípio metodológico: a ordem epistemológica da dedução envolve considerações lógicas e psicológicas; é óbvio que qualquer ordem de uma dedução válida envolve considerações lógicas. Apesar disso, dado um corpo de proposições no qual algumas proposições serão deduzidas de outras, haverá muitas maneiras de selecionar tais proposições como premissas. Para se restringir, em epistemologia, esse corpo de proposições, deve-se levar em conta o seguinte: em epistemologia, não se está preocupado apenas com a verdade, pois a preocupação é com o conhecimento; por isso, as premissas devem ser tais que possam ser conhecidas como verdadeiras sem serem deduzidas de quaisquer outras de um corpo de proposições. Desse modo, no campo da teoria do conhecimento, deve-se evitar assumir qualquer coisa em que se acredite firmemente e que, no entanto, somente possa ser atingida no processo de inferência. Por outro lado, com o objetivo de minimizar o risco de erro, é razoável incluir entre as premissas qualquer coisa que pareça ser conhecida sem provas; isso deve ser feito mesmo se essas premissas puderem ser deduzidas de outras proposições conhecidas. Com isso, pode-se chamar um corpo de proposições de “epistemologicamente auto contidas”³⁵ (RUSSELL, 1913, p. 50) quando tal corpo contém todas as suas próprias premissas epistemológicas; uma vez que a questão a respeito daquilo que parece ser conhecido sem inferência envolve psicologia, a ordem epistemológica é parcialmente determinada por considerações psicológicas (RUSSELL, 1913, p. 50).

Pode-se, por fim, considerar o quarto e último princípio metodológico: o conhecimento de física e fisiologia não deve ser assumido em teoria do conhecimento; mesmo a psicologia assumida em teoria do conhecimento tende a ser uma psicologia

³⁵ *Epistemologically self-contained*.

“descritiva”, e não explicativa como seria se pressupusesse conhecimentos avançados de ciência.

Essa postura com relação a certos conhecimentos científicos mais avançados, principalmente no que diz respeito à física e a fisiologia, deve-se ao fato de que esses conhecimentos são pertencentes àquilo que é chamado mundo exterior. Tal conhecimento do mundo exterior é obtido, justamente, pelos métodos que a teoria do conhecimento precisa investigar. Nesse aspecto, o fato de estarmos convencidos da física e da fisiologia deve ser usado apenas para testar a epistemologia.

Um exemplo do erro em que se cairia se tomássemos esses conhecimentos (física e fisiologia) como pressupostos está no seguinte caso: se, para resolver problemas epistemológicos, pressupõe-se o conhecimento da fisiologia associada à retina, se está tratando como resolvido o problema de como derivar o conhecimento físico a partir do sentido da visão.

2.14 ACQUAINTANCE, SENSACÃO E IMAGINAÇÃO.

Sendo a relação de *acquaintance* a mais compreensiva dentre aquelas que podem ser estabelecidas entre um dado “sujeito” e um objeto, cabe agora investigar, mais detidamente, outras relações das quais pode-se exemplificar: “sensação”, “imaginação”, “memória imediata” etc. Desses diversos casos, a presente subseção se focará, principalmente, naquilo que diz respeito às relações de “sensação” e “imaginação”; importa, nesta seção, investigar se a diferença entre esses dois tipos de relação é uma diferença que está associada ao objeto da relação ou à própria relação que envolve um “sujeito” e um objeto. A razão dessa investigação está em que, para fins da teoria do conhecimento, as referidas relações (“sensação” e “imaginação”) interessam apenas enquanto relações: a teoria do conhecimento investiga, no que tange às relações entre um “sujeito” e um objeto, apenas as diferenças entre relações; aquilo que remete ao objeto não interessa à teoria do conhecimento, ou, pelo menos, não interessa à parte analítica da teoria do conhecimento (RUSSELL, 1913, p. 53).

A importância epistemológica da questão da imaginação com relação à sensação não foi, suficientemente, apreciada por qualquer autor exceto Hume (RUSSELL, 1913, p. 53). Apesar disso, do ponto de vista de Russell, Hume ofereceu uma solução indevidamente simples para a questão. O que é necessário (no que concerne ao problema

aqui abordado) é descobrir uma interpretação sustentável do sentimento de que: objetos dos sentidos são reais e objetos da imaginação são irreais (imaginários). De acordo com o que foi visto na subseção anterior, não é cabível, a rigor, afirmar isso: aplicar noções como real e irreal a particulares é o resultado de uma má compreensão da distinção lógica entre nomes e descrições. Sendo assim, uma cor vista ou um som ouvido na imaginação deve ser considerado como estando no mesmo nível que uma cor (vista) ou um som (ouvido) na sensação. De qualquer forma, há, indubitavelmente, uma diferença entre os dados dos sentidos e os “dados imaginários”.

Uma consequência dessa diferença é que os dados dos sentidos são (ao contrário dos dados imaginários) importantes para a física. Daí se segue a importância epistemológica de se decidir como estabelecer uma base para a diferença que sentimos naquilo que diz respeito ao poder de conceder informação sobre o mundo material.

Para se investigar essa diferença será útil, na primeira parte da investigação, o seguinte critério: se for descoberto que um dado objeto “O” é o mesmo em duas experiências que, apesar disso, continuam diferindo intrinsecamente, então as duas experiências deverão envolver diferentes relações com o objeto. Assim, se “O” é dado em uma experiência de sensação e em uma de imaginação, e, se essas duas experiências parecem ser diferentes pela mera inspeção e sem levar em conta suas relações com outras experiências, então deve-se concluir que a imaginação é uma relação diferente da sensação. Isso ocorre, pois dois complexos que envolvem os mesmos termos e diferem podem (aqueles dois complexos) diferir apenas naquilo que tange às suas relações. Por outro lado, se, quando um mesmo objeto “O” é dado, sensação e imaginação não diferem, então deve-se concluir que a relação envolvida é a mesma em ambas (sensação e imaginação).

Por fim, se concluirmos que o objeto da sensação nunca é idêntico ao da imaginação, então o critério (para distinguir sensação e imaginação enquanto relações) falha. Nesse caso, pelo menos, ter-se-á boas razões para se afirmar que a diferença nos objetos é suficiente para explicar a diferença entre sensação e imaginação; não haverá, então, nenhuma boa razão para supor que as relações (sensação e imaginação) diferem.

A partir do critério estabelecido, o pensamento de Russell pretende afirmar que: ainda que os objetos da sensação e da imaginação sejam os mesmos raramente, há casos em que esses objetos são os mesmos e, ainda assim, a sensação e a imaginação continuam sendo, intrinsecamente, diferentes. É necessário se concluir disso que: existe uma diferença entre relações no que concerne à distinção entre sensação e imaginação,

embora, parcialmente, essa distinção seja facilitada pela diferença nos objetos e pela relação externa com outras coisas.

No estabelecimento dessa conclusão e na possibilidade de se propor uma definição para as noções de sensação e imaginação, a psicologia tradicional tenderia a não ser de muito auxílio: a psicologia tradicional não estuda a sensação e a imaginação como relações entre um sujeito e um objeto; além disso ela, em regra, pressupõe conhecimentos de fisiologia que, como foi visto na subseção anterior, não devem ser pressupostos no atual estágio da presente investigação.

Apesar disso, há autores (que escreveram sobre psicologia) que podem fornecer alguma contribuição; um exemplo é James. Esse autor, assim como Russell, usa a expressão *acquaintance* para falar a respeito da sensação: segundo James (JAMES apud RUSSELL, 1913, p. 55), uma vez que podemos apenas falar ou pensar sobre relações com objetos com os quais temos *acquaintance*, somos forçados a postular uma função em nosso pensamento pela qual nos tornamos conscientes da natureza imediata na qual nossos vários objetos são distinguidos; essa função deve ser chamada de sensação.

Embora seja provável que James não utilize a expressão *acquaintance* no mesmo sentido em que Russell utiliza esse termo, o filósofo inglês permite-se, por um momento, tomar o uso que os dois fazem da palavra *acquaintance* em um mesmo sentido. A partir disso, Russell conclui que o pensamento de James permitiria, em um primeiro momento, a apreensão daquilo que é intrínseco à noção de sensação. Não obstante isso, Russell não pode aceitar, completamente, as ideias do filósofo americano: a concepção de James, a respeito do que é intrínseco à sensação, não é suficiente, pois a caracterização que esse filósofo faz da sensação pode ser aplicada a outros tipos de experiência.

De qualquer forma, do que James afirmou, uma coisa é certa: uma característica óbvia dos objetos da sensação é que tais objetos são particulares; isso quer dizer que os objetos da sensação somente podem entrar em complexos como sujeito (e não predicado) ou como termos de uma relação (e não como a relação em si mesma).

Isso, no entanto, não é, ainda, uma definição daquilo que se constitui a sensação, pois há aí uma falha: embora a explicação acima distinga muito bem a sensação do pensamento abstrato, ela falha em distinguir sensação de imaginação ou de memória imediata, como veremos posteriormente.

Essa falha, porém, não torna a referida explicação inútil; para se entender a utilidade de tal explicação é necessário que, primeiro, façamos uma rápida incursão pela noção de memória na medida em que esta envolve *acquaintance*: a memória, na medida

em que envolve *acquaintance*, pode ser distinguida da sensação e da imaginação pelo fato de que seu objeto é dado no passado; a memória difere da sensação e da imaginação por um componente temporal envolvido na relação que a define. Isso permite que se distinga a memória da sensação e da imaginação, de modo que nos resta, apenas, estabelecer uma distinção entre essas duas relações. É, justamente, aliada a essa situação que a explicação, referida acima, da sensação como tendo apenas objetos particulares como objetos nos será útil, pois ela, agora que já há uma especificidade mais clara para a memória, nos permite fornecer uma definição conjunta de sensação e imaginação: sensação e imaginação são o mesmo que *acquaintance* com particulares que não são fornecidos em um tempo anterior ao do sujeito.

Nessa definição, a expressão “fornecidos em um tempo anterior” requer muita discussão; para os presentes fins, pode-se entender essa expressão como sinônimo do seguinte: “ter uma relação imediata com o sujeito daquele tipo subjacente ao nosso conhecimento do passado”³⁶ (RUSSELL, 1913, p. 56); uma definição mais apropriada disso será reservada para subseções posteriores.

Essa primeira definição, contudo, deve ser encarada com cautela: particulares que não são “fornecidos em um tempo anterior” não devem ser, necessariamente, confundidos com particulares “dados simultaneamente ao sujeito”. Tal confusão pressupõe que os particulares devem ser dados em relações temporais com o sujeito. Ora, se for possível negar isso, isto é, negar que os particulares devem ser dados em relações temporais com o sujeito, talvez se possa descobrir uma diferença intrínseca entre sensação e imaginação: é possível que, na sensação, o objeto seja dado agora, ou seja, simultâneo com o sujeito; na imaginação, por outro lado, o objeto seria dado sem qualquer relação temporal com o “sujeito”. É bastante difícil discutir essa questão sem uma reflexão sobre a experiência do tempo, porém Russell tenta fazê-lo.

Na visão do filósofo inglês, a teoria de que o objeto na imaginação não possui qualquer relação temporal com o sujeito, é, por mais impressionante que pareça, bastante sustentável. Com isso, o referido filósofo se propõe, como já se verá, a fazer o necessário para que tal teoria, ainda que não seja provada, seja plausível.

Comece-se, pois, considerando uma possível objeção: é possível alegar contra a teoria que se tentará defender a partir de agora que um objeto imaginado é capaz de sofrer mudanças; esse é o caso de quando, por exemplo, se recita, mentalmente, um poema. A

36 “having an immediately experienced relation to the subject of that kind which underlies our knowledge of the past”

partir desse exemplo, pode-se ser tentado a defender que o objeto imaginado deve ser contemporâneo com o sujeito que imagina.

Para lidar com essa possível objeção, Russell propõe que, ainda que a imaginação seja um tipo de relação que envolve objetos particulares, se faça uma analogia com o pensamento abstrato; essa analogia considera a seguinte situação possível: suponha-se que um dado “sujeito” está pensando as diversas etapas da tábua de multiplicação (“ $1 \times 1 = 1$, $2 \times 1 = 2$...”). Nesse caso, tem-se diferentes objetos diante do “sujeito”, porém nenhum desses objetos está no tempo. Esse exemplo, ainda que não seja o mais adequado naquilo que diz respeito à imaginação, mostra, pelo menos, que o fato de um determinado “sujeito” ter, em momentos diferentes, relações de *acquaintance* com uma série de objetos não implica que esses objetos, necessariamente, tenham qualquer relação temporal com o sujeito. Assim, as várias etapas da recitação mental de um poema não são, necessariamente, contemporâneas ao “sujeito” que imagina tal poema.

Sem dúvidas, essa linha argumentativa parece não provar, definitivamente, a teoria de Russell, porém, como foi explicado, o que Russell quer, neste momento da reflexão, é, como foi afirmado anteriormente, apenas mostrar que sua teoria é plausível: não se trata de provar a teoria que, inclusive, não será provada em nenhum momento.

Continue-se, assim, testando tal teoria por meio de outra possível objeção: considere-se, agora, o tipo de imaginação que está conectada com a memória; se um determinado “sujeito” está lembrando do café da manhã, este deve convocar imagens que são ditas estar associadas ao seu café da manhã. Ter-se-ia, nesse tipo de situação, uma autêntica objeção à teoria (por enquanto) advogada por Russell?

Russell, por enquanto, responderia, de modo negativo, a essa questão: afirmar que as imagens utilizadas para auxiliar a lembrança de algo são uma objeção à teoria da imaginação defendida é, precipitadamente, assumir uma identidade entre a memória e as imagens utilizadas que ajudam a lembrar. Nesse aspecto, quando usamos imagens como um auxílio para lembrar, julgamos que tais imagens têm semelhança com certo dado sensorial (*sense data*) passado; isso nos permite ter conhecimento por descrição concernente àquele dado sensorial passado (RUSSELL, 1913, p. 57) através de uma relação de *acquaintance* com as imagens juntamente com um conhecimento da correspondência entre as imagens e o dado sensorial passado. Ora, o conhecimento dessa correspondência só é possível através de algum conhecimento referente ao passado que não depende das imagens invocadas (RUSSELL, 1913, p. 57). Uma análise aprofundada disso, no entanto, pertence às reflexões sobre a memória que não são objeto de estudo neste momento; por ora, no entanto, o importante é que tenha ficado claro que remeter às imagens invocadas quando alguém se lembra não é objeção à teoria da imaginação advogada por Russell.

Sendo assim e, na medida em que as objeções abordadas não são suficientes para derrubar a teoria da imaginação advogada por Russell, pode-se aceitar, por enquanto, as seguintes definições: imaginação é *acquaintance* com particulares que não são dados como tendo qualquer relação temporal com o sujeito; sensação é *acquaintance* com particulares dados como simultâneos ao sujeito.

A partir dessas definições, Russell inicia uma análise de outras alegadas diferenças entre imaginação e sensação; esses outros modos de distinguir sensação de imaginação são quatro e, como veremos, um deles se destacará.

O primeiro modo examinado por Russell consiste em estabelecer uma diferença fisiológica causal com relação ao estímulo. O primeiro problema de se estabelecer esse tipo de distinção é que, no estágio em que estamos da teoria do conhecimento, ele não é relevante (RUSSELL, 1913, p. 58): se pressupormos aspectos fisiológicos para distinguir entre sensação e imaginação, seria necessário que se construísse a teoria do mundo exterior antes que tal distinção fosse estabelecida; o conhecimento da realidade exterior é pressuposto para que se possa estabelecer diferentes relações de estímulo. Ora, na medida em que as teorias da realidade externa, normalmente, dependem da sensação para excluir a imaginação (RUSSELL, 2005, p. 58), deve-se concluir que, no ponto em que estamos da teoria do conhecimento, não é razoável se pressupor tal realidade externa para distinguir entre sensação e imaginação.

O segundo modo pode ser assim resumido: diz-se que imagens podem ser invocadas à vontade de uma maneira em que os objetos da sensação não podem. Sobre essa forma de se estabelecer a distinção, deve-se iniciar pontuando o seguinte: temos, na maior parte das vezes, considerável escolha com relação àquilo que podemos ver e tocar, embora estejamos limitados ao que é visível e palpável a partir do local onde estamos. Por outro lado, no que diz respeito àquilo que imaginamos, somos limitados pelos nossos poderes imaginativos e, embora o campo de escolhas seja diferente, estamos tão limitados quanto no caso da sensação. É claro que, quanto a esse ponto, cabe ressaltar que podemos, mais ou menos à vontade, invocar imagens de eventos passados; no campo das sensações, estamos confinados, no que diz respeito à escolha, ao tempo presente. Essa diferença entre sensação e imaginação, entretanto, é uma diferença na área de escolha e não em relação ao papel da vontade. Além disso, imagens podem aparecer com tão pouca cooperação da vontade quanto as sensações, de modo que a distinção que afirma que imagens podem ser invocadas à vontade não é adequada.

O terceiro modo é: imagens podem ser distinguidas dos objetos da sensação, uma

vez que estes últimos são mais vívidos do que as imagens. A razão pela qual essa forma de distinção não é adequada é a seguinte: uma emoção muito forte, frequentemente, tratará consigo imagens poderosas e atraentes que são capazes de definir todo o curso de uma vida (RUSSELL, 1913, p. 59).

O quarto e último modo constitui-se no mais importante, pois, ao analisá-lo, Russell acaba expondo outra concepção de imaginação capaz de rivalizar com aquela teoria da imaginação cuja defesa, anteriormente nesta subseção, foi atribuída ao filósofo. Esse quarto modo pode ser assim explicado: as imagens, diferentemente das sensações, não podem ser empregadas para fornecer conhecimento de física; imagens são destituídas de eficácia causal. Embora Russell, diferentemente do que havia feito com sua teoria anterior da imaginação, não faça uma ampla defesa dessa teoria, o filósofo acaba por não conseguir refutá-la, de modo que o capítulo termina com duas teorias rivais.

Apesar dessa indecisão entre duas teorias a respeito da imaginação, a primeira teoria aqui exposta parece ser mais adequada aos propósitos de Russell. A razão de se pensar assim está no fato de que, ao fim da primeira parte do manuscrito de 1913, o filósofo inglês faz um resumo das principais teses defendidas em tal parte; nesse momento, Russell acaba retomando apenas a primeira teoria da imaginação advogada nesta seção (RUSSELL, 1913, p. 100).

2.141 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DAS SUBSEÇÕES 2.1.3 E 2.1.4.

- a) Termos primitivos.
 - a1) “Fato” é um primitivo.
 - a2) “particular” é um primitivo.
 - a3) “x tem uma relação temporal com y” é um primitivo.
 - a4) “x tem uma relação causal com y” é um primitivo
- b) Um fato é um fato cognitivo, se: b1) envolve a relação “ter *acquaintance* com”; b2) pressupõe a relação “ter *acquaintance* com”.
- c) Uma relação de *acquaintance* com um dado objeto é chamada de relação de sensação ou de imaginação se: b1) a relação envolve um objeto particular; b2) a relação não é dada em um tempo anterior ao do sujeito.
- d) Uma relação de *acquaintance* é dita ser apenas de imaginação se: d1) a relação envolve um objeto particular; d2) o objeto da relação não envolve qualquer relação temporal com um “sujeito”.

e) [Definição alternativa de imaginação] Uma relação de *acquaintance* é dita ser apenas de imaginação se: e1) a relação envolve um objeto partícula; e2) o objeto da relação não este envolvido em qualquer relação causal com outros objetos.

2.15 ACQUAINTANCE E TEMPO.

Conforme Linsk (2003, p. 389), a análise russelliana visa possibilitar o programa das construções lógicas; embora não se tenha visto ainda o conceito de análise com mais detalhes, far-se-á, nesta seção, a exposição de um exemplo de construção lógica: trata-se da construção do conceito de “tempo”. Em Russell, essa construção do conceito de tempo foi muito influenciada pelo célebre artigo de McTaggart (1908), de modo que, conforme a exposição avançar, citaremos, algumas vezes tal artigo.

Iniciar-se-á, agora, a apresentação de nove definições (ou apontamentos para definições) que serão utilizadas para a construção do conceito de tempo. A primeira dessas definições é a, já conhecida, definição de sensação: viu-se que a relação de sensação - entre um “sujeito” e um dado objeto - é um tipo de relação de *acquaintance* que envolve um objeto particular que, por sua vez, não pode ser, temporalmente, anterior ao “sujeito”. Isso, inclusive, nos leva, diretamente, à segunda definição que é uma decorrência imediata da primeira: objetos “da sensação são ditos ser presentes ao seu sujeito na experiência em que eles são objetos” (RUSSELL, 1913, p. 64).

A terceira definição está associada ao tempo objetivo: trata-se da definição de simultaneidade que consiste em uma relação entre objetos independentemente do envolvimento de um “sujeito”. Sobre essa relação, Russell se limita, inicialmente, apenas a assinalar sua objetividade, de modo que a terceira definição não consiste propriamente em uma definição; ter-se-á uma maior clareza daquilo em que consiste a simultaneidade conforme esta subseção avançar.

A quarta definição consiste na definição da noção de agora: uma entidade é dita ser agora se esta é simultânea como que é presente para um dado “sujeito”.

A quinta definição é a definição de tempo presente: o tempo presente é a classe de entidades que são agora. É necessário notar que essa definição sofrerá algumas modificações conforme for mais bem trabalhada em um momento posterior desta subseção.

A sexta definição consiste na definição de memória imediata; como no caso de sucessão, Russell, em um primeiro momento, não chega a fornecer a definição de

memória imediata. Com isso, o filósofo se limita a afirmar que a memória imediata é alguma relação entre um “sujeito” e um objeto; essa relação envolve *acquaintance* (RUSSELL, 1913, p. 64) e, na perspectiva de Russell, é, claramente, diferente de qualquer outra relação entre um “sujeito” e um objeto.

A sétima definição, novamente, faz referência ao tempo objetivo: trata-se da noção de sucessão que deve ser entendida como uma relação que pode se manter entre dois eventos que, por sua vez, podem ser partes de uma mesma sensação. Além disso, a sucessão pode ser manter entre objetos da memória imediata, e ser, por inferência, estendida para casos em que ambos os termos da relação não estão presentes.

A oitava definição consiste na definição das noções de antes e depois: quando um evento *a* é sucedido por outro evento *b*, *a* é chamado de “antes” e *b* é chamado de “depois”.

A nona e última definição concerne às noções de passado e futuro: um evento que é antes da totalidade do presente é dito ser “passado”; um evento que é depois da totalidade do futuro é dito ser “futuro”.

Após apresentar as nove definições que darão base à construção do conceito de tempo, Russell, antes de comentar e aprofundar tais definições, apresenta quatro afirmações que servirão como axiomas para a reflexão sobre o tempo.

A primeira afirmação é: sucessão e simultaneidade são relações transitivas; simultaneidade é simétrica, enquanto sucessão é assimétrica ou, pelo menos, permite que se definam relações assimétricas.

A segunda afirmação é de extrema simplicidade e diz: o que é lembrado é passado.

A terceira afirmação é a seguinte: quando uma coisa é, imediatamente, experienciada em uma sensação, partes do presente são antes do que outras partes. Russell afirma que essa afirmação se segue das definições, porém o filósofo inglês não chega a mostrar como.

A quarta afirmação é, fundamentalmente, a seguinte: a relação de pertencer ao mesmo presente não é transitiva, de modo que dois presentes podem se sobrepor sem coincidir (RUSSELL, 1913, p. 65).

Passaremos, em seguida, a um comentário sistemático de cada uma das primeiras (nove) definições que apresentamos. Conforme esse comentário avançar, veremos, aos poucos, uma construção do conceito de tempo; é importante destacar é que a construção do conceito de tempo almeja chegar a uma concepção linear de tempo.

No que tange, pois, à sensação (primeira definição), deve-se enfatizar que esta

noção se refere a objetos particulares que são dados como presentes: de acordo como que foi visto, a ocorrência de objetos no presente ou no passado não é uma propriedade intrínseca dos objetos; trata-se aí de algo da ordem da relação entre um dado “sujeito” e os objetos experienciados (RUSSELL, 1913, p. 66). Sendo assim, pode-se afirmar que a sensação é tal que o objeto experienciado na sensação possui, com o “sujeito”, uma relação temporal que faz com que o mesmo (objeto) seja dado como presente.

No que diz respeito ao presente (segunda definição), Russell procura delinear toda uma reflexão a respeito do modo como é construído o conhecimento desse aspecto do tempo; procurar-se-á sumarizar essa reflexão apresentando apenas os seus principais resultados. Para se chegar a esses resultados, deve-se iniciar pela definição de “experiência momentânea total” (*momentary total experience*); essa noção corresponde ao elemento fundamental em que a totalidade da vida experiencial de um dado indivíduo poderia ser dividida: o átomo perceptual da vida de um indivíduo é uma “experiência momentânea total”. Para que algo pertença a esse átomo perceptual, esse algo, na visão de Russell, deve respeitar a três cláusulas: 1- uma experiência momentânea total é uma coleção de dados dos sentidos (objetos de sensação); 2- se duas coisas estão presentes em uma “experiência momentânea total” essas duas coisas são experienciadas conjuntamente; 3- se alguma coisa é experienciada junto de todas as coisas na “experiência momentânea total”, essa coisa é também parte da experiência momentânea total.

Afora essa definição, outra importante noção no que diz respeito à construção do conhecimento do presente é a noção de “presente especioso”: o “presente especioso” de uma “experiência momentânea total” é o período de tempo no interior do qual um objeto deve estar para ser um dado dos sentidos no interior de tal “experiência momentânea total” (RUSSELL, 1913, p. 68).

Russell passa, então, a conceber a noção de presente a partir dessas duas definições: “presente especioso” e “experiência momentânea total”. Nesse contexto, aparece um problema: uma vez que o tempo não passa independentemente do que acontece nele (concepção relativa ou relacional do tempo), como é possível evitar a noção de uma recorrência no tempo, isto é, uma repetição do próprio tempo através de uma repetição dos eventos? Ora, se o tempo presente está intimamente relacionado com o que ocorre em uma “experiência momentânea total”, como a repetição de uma dessas experiências não leva à recorrência de um presente?

Para lidar com esse tipo de questionamento, Russell irá tomar o pressuposto de

que duas experiências, ainda que sejam extremamente similares, nunca são exatamente iguais, de modo que isso impede a existência de presentes recorrentes. A alternativa a essa postura de Russell seria adotar uma concepção absoluta do tempo, de modo que dois eventos similares se diferenciariam pela posição que ocupam no tempo (RUSSELL, 1913, p. 69); Russell pretende evitar essa alternativa na obra aqui estudada.³⁷

Passaremos, agora, à consideração da noção de simultaneidade (terceira definição); essa noção não é, propriamente, definida por Russell: provavelmente, simultaneidade acaba sendo tratada como um termo primitivo para a construção do conceito de tempo. Apesar desse caráter primitivo da simultaneidade, essa noção possui algumas características que devem ser citadas: a primeira característica – que já foi mencionada – consiste na objetividade da simultaneidade, notando-se que essa noção concerne a uma relação entre objetos, a saber, uma relação que não necessariamente envolve um sujeito ou um “sujeito”; a segunda característica consiste no fato de que, por ser objetiva, a simultaneidade entre dois objetos pode ser conhecida por descrição; a terceira característica é que, como veremos de modo mais claro, pode ser que uma coisa preceda a outra e, ao mesmo tempo, seja simultânea a essa outra.

No que tange à noção de agora (quarta definição), trata-se de algo cuja definição é um pouco mais simples: uma coisa é dita agora se ela for simultânea com alguma parte do presente especioso.

Falar-se-á, em seguida, a respeito da noção de tempo presente (quinta definição); essa noção, tal qual aquela de “agora”, é bastante simples se forem aceitas, como pressupostas, as definições e construções anteriores: o tempo presente constitui-se no conjunto de todas as entidades que são agora.

Concluído, por hora, o conjunto de reflexões de Russell sobre o presente, entendido como um importante aspecto do tempo; urge, sem demora, passar a uma consideração a respeito do passado (outro aspecto do tempo).

Essa consideração terá início com a noção de memória imediata (sexta definição); essa noção é primitiva na construção de Russell: a memória imediata consiste em uma relação que envolve um “sujeito” e um objeto com o qual ainda se consegue ter uma relação de *acquaintance*. Essa noção primitiva é fundamental para se entender o próprio passado: embora a memória imediata não defina o passado, ela é a própria condição de possibilidade de se compreender o significado da palavra passado.

37 Tratar-se-á um pouco mais a respeito da evolução da filosofia do tempo de Russell no capítulo final desta tese.

Passar-se-á, agora, a considerar, brevemente, a noção de sucessão (sétima definição). Sobre a sucessão, é necessário afirmar apenas que esta consiste em uma relação primitiva e objetiva, pertencente ao tempo físico; além disso, é necessário mencionar que a um dado objeto “A” pode suceder outro objeto “B” e ser simultâneo “B”. Sucessão e simultaneidade não necessariamente se excluem.

Essa noção de sucessão, por sua vez, está intimamente relacionada com as noções de antes e depois (oitava definição): considerando-se dois objetos “A” e “B”, pode-se afirmar que “A” é depois de “B” quando “A” sucede “B”; nesse mesmo contexto, é possível afirmar que “B” é antes de “A”. Como, provavelmente, já ficou claro, as relações que definem antes e depois são relações objetivas e, conseqüentemente, ocorrem independentemente de noções como passado ou presente (RUSSELL, 1913, p. 73).

Passar-se-á, por fim, à consideração da nona e última definição: um evento é dito passado quando esse é antes da totalidade do presente. É importante notar aí que, teoricamente, é possível definir futuro como aquilo que é depois da totalidade do presente; no entanto, é importante notar que, como não existe uma experiência do futuro, esse aspecto do tempo é conhecido por descrição.

Após ter-se considerado detidamente as nove definições que foram mencionadas inicialmente, cabe comentar também, mais detidamente, os quatro axiomas que, no início desta subseção, foram expostos, sendo o primeiro o mais problemático; ao se comentar esse primeiro axioma, acabar-se-á por mencionar teoremas (que se seguem ao primeiro axioma).

No que é pertinente ao primeiro axioma, cumpra mencionar dois problemas que poderiam levar a uma negação do referido axioma. O primeiro desses problemas é o seguinte: suponha-se que eu observe um dado objeto “A” enquanto ouço os sons “B” e “C”, notando-se que o som “C” sucede completamente o som “B”; ora, nesse caso “B” é simultâneo a “A”, “A” é simultâneo a B”, porém “B” não é simultâneo a “C” (RUSSELL, 1913, p. 74). Fica claro, por esse exemplo, que o primeiro axioma seria falso, uma vez que a relação de simultaneidade não seria transitiva.

O segundo problema é o seguinte: se há a possibilidade de haver recorrência (no tempo), então “A” pode ocorrer antes e depois de “B”; nesse caso, a relação de sucessão não seria assimétrica. Além disso, considerando-se essa mesma possibilidade de recorrência no tempo, se “B” ocorre, ao mesmo tempo, antes de “A” e depois de “C”, e “A” ocorre antes de “C”, porém nunca depois de “C”, então “A” sucederá “B” e “B” sucederá “C”, mas “A” não sucederá “C”. Nesse último caso, a sucessão não seria

transitiva.

Como já foi mencionado, Russell terá que acrescentar uma espécie de novo axioma para lidar com esse tipo de problema; esse novo axioma pode ser assim explicado: se um dado objeto “O” ocorre e deixa de ocorrer, então, quando “O” “aparecer” novamente, dir-se-á que não se trata mais de “O”, porém de outro objeto “O’” similar a “O” (RUSSELL, 1913, p. 76). Esse axioma, de modo imediato, resolve o segundo problema que se acabou de mencionar, uma vez que tal axioma impede a recorrência no tempo. Resta, assim, o primeiro problema que diz respeito à permanência de um objeto no tempo; para lidar com isso, Russell procura aprofundar a noção de permanência no tempo: diz-se que um dado objeto é permanente se esse objeto é simultâneo com coisas que não são simultâneas entre si (RUSSELL, 1913, p. 76).

Com essa última definição, Russell, pelo menos para sua finalidade, dá conta dos problemas que poderiam ser colocados para o primeiro axioma. Além disso, o filósofo inglês, após ter eliminado a possível recorrência temporal e acrescentado uma nova definição de permanência no tempo, chega a algumas conclusões importantes.

A primeira dessas conclusões consiste na definição da noção de instante: um instante consiste em uma classe de objetos cujos membros são simultâneos entre si. Essa definição está intimamente relacionada com a discussão dos problemas relacionados ao primeiro axioma: se se aceitar a impossibilidade da recorrência e a definição de permanência no tempo, deve-se concluir que é impossível que, no universo, se siga uma porção finita de tempo que seja isenta de mudanças (RUSSELL, 1913, p. 76). Ora, a compreensão disso leva, de imediato, para a definição de instante tal qual se acabou de conceber.

Além de definir instante, uma segunda reflexão que a discussão dos problemas (referentes ao primeiro axioma) acarreta está relacionada com outra definição importante: diz-se que um evento “E” precede completamente outro evento “E’” se “E’” sucede “E” e “E’” não é simultâneo a “E” (RUSSELL, 1913, p. 77). A partir dessa definição, é possível fornecer outra: diremos que um instante “I” é anterior a outro instante “I’” se há pelo menos um membro de “I” que precede completamente um membro de “I’”.

Uma terceira reflexão acarretada pela discussão dos problemas concernentes ao primeiro axioma está associada a uma série de pressupostos que a construção do conceito de tempo deve assumir; esses pressupostos estão, principalmente, relacionados com as definições do fato de um instante ser anterior a outro, e da noção de “precede

completamente”.

O primeiro, dentre os referidos pressupostos, é: todo evento é simultâneo a si mesmo, de modo que nenhum evento pode preceder completamente a si mesmo. Afora, esse primeiro pressuposto, é importante assumir também: “precede completamente” é uma relação assimétrica; preceder completamente é uma relação transitiva; para quaisquer dois eventos que não são simultâneos, um deles deve preceder completamente o outro.

A partir de todos esses pressupostos – assim como de todas as definições que foram aprofundadas anteriormente – é possível chegar a dois teoremas, que Russell não chega a provar. O primeiro desses teoremas: “ser um instante anterior a outro” é uma relação serial (RUSSELL, 1913, p. 77); como era objetivado pela construção do tempo, os instantes formam uma série, de modo que o tempo tenderá a assumir uma estrutura serial.

Afora esse primeiro teorema, há outro que, embora não provado, deve seguir-se das reflexões e definições sobre o tempo. Para bem compreendê-lo, são necessárias mais duas definições e uma assunção: um dado evento “E” é dito ser a primeira parte de outro evento “E’” se tudo que é simultâneo com “E” é simultâneo com “E’”, notando-se que nada que precede completamente “E” é simultâneo com “E’”; o começo de um evento é dito ser a classe de eventos simultâneos com todas as suas primeiras partes; qualquer evento “E” precedido completamente por alguma coisa simultânea com outro evento “E’” é o mesmo evento “E”) precedido completamente pela primeira parte de “E’” (RUSSELL, 1913, p. 77). Com isso, é possível provar o seguinte (teorema): o começo de um evento é um instante do qual o evento em questão é um membro.

Retomando, quanto ao segundo – dentre aqueles quatro axiomas enunciados no início desta subseção – importa considerar que, embora se possa afirmar que “o que é lembrado é passado”, o passado não pode ser definido por meio da noção de memória, uma vez que nem tudo o que é passado é lembrado (RUSSELL, 1913, p. 77).

Sobre o terceiro axioma, é importante salientar que – como muito dos axiomas auxiliares que foram usados para provar os dois teoremas que se seguiram à análise do primeiro dentre os quatro axiomas – ele pode ser provado, porém, por questões de brevidade, não se empreenderá tal prova neste trabalho.

Sobre o quarto axioma, cumpre mencionar que este não tem a ver com a questão da recorrência no tempo: o quarto axioma remete a um fato relacionado ao tempo mental; trata-se aí de que o presente nem sempre coincide com um instante, de modo que dois

presentes podem se sobrepor sem coincidir.

Por fim (após termos analisado todas as definições e axiomas), pode-se encerrar esta subseção. É importante mencionar que, ao término (desta subseção), não se chega a uma exata construção da noção de tempo. Apesar disso, apresentou-se os meios para tal construção e mostrou-se, no processo, as linhas mestras de como, na filosofia de Russell, é possível pensar a construção de noções (físicas, por exemplo).

2.151 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DA SUBSEÇÃO 2.1.5.

a) Termos primitivos.

a1) “ser um Evento” é um predicado primitivo.

a2) “estar contido em um período de tempo” é um predicado primitivo.

a3) “ x é experienciado em conjunto com y ” é uma relação primitiva.

a4) “ x é simultâneo a y ” é uma relação primitiva.

a5) “pertencer à memória imediata” é um predicado primitivo.

a6) “ x sucede y ” é uma relação primitiva.

b) Um dado objeto “O” é dito ser um “dado dos sentidos” se: b1) “O” é o objeto de uma relação de *acquaintance*; b2) a relação de *acquaintance* em que “O” é um objeto é uma relação de sensação.

c) Um dado evento é dito pertencer a uma “experiência momentânea total” se esse evento pertence a uma sensação “S” tal que: c1) “S” é uma coleção de dados dos sentidos; c2) para qualquer dois dados dos sentidos pertencentes a S, esses dois dados são experienciados conjuntamente; c3) se existe um dado do sentido “Ds” que é pertence a S, então “Ds” é considerado parte de “S”.

d) Um dado evento “E” é dito pertencer a um “presente especioso de uma experiência momentânea total” se : d1) “E” está contido em um período de tempo “T”; d2) para qualquer evento “Ev”, se “Ev” está contido em “T”, então “Ev” pertence a uma experiência momentânea total.

e) Um dado evento “S” é dito “agora” se: e1) “S” é simultâneo a outro evento “S” ; e2) “S” pertence a um presente especioso.

f) Uma dada entidade é dita “pertencer ao tempo presente” se essa entidade pertence ao conjunto de entidades que são ditas ser agora.

g) Um dado objeto “A” é dito ser “depois” de outro objeto “B” se “A” sucede “B”.

h) Um dado objeto “B” é dito ser “antes” de outro objeto “A” se “A” sucede “B”.

i) Um dado evento “E” é dito “passado” se, para qualquer evento “E” que pertence ao

tempo presente, “E” é antes de “E”.

j) Um dado evento “E” é dito “futuro” se, para qualquer evento “E” que pertence ao tempo presente, “E” é depois de “E”.

k) Um dado objeto “O” é “permanente no tempo” se existe um conjunto “C” de objetos tal que: k1) “O” é simultâneo a qualquer objeto “O” pertencente a “C”; k2) para quaisquer dois objetos “O” e “O” pertencentes a “C”, não é o caso que “O” é simultâneo a “O”.

l) Um “instante” é uma classe “C” de objetos tal que: para qualquer objeto “O” pertencente a “C”, “O” é simultâneo a todos os outros objetos “O” pertencentes a “C”.

m) Diz-se que um evento “E” “precede completamente” outro evento “E” se “E” sucede “E” e “E” não é simultâneo a “E”.

n) Diz-se que um instante “I” é “anterior” a outro instante “I” se há pelo menos um membro de “I” que precede completamente um membro de “I”

o) um dado evento “E” é dito ser a “primeira parte” de outro evento “E” se: o1) tudo que é simultâneo com “E” é simultâneo com “E”; o2) nada que precede completamente “E” é simultâneo com “E”.

p) o “começo” de um evento é dito ser a classe de eventos simultâneos com todas as suas primeiras partes.

q) Axiomas:

q1) sucessão e simultaneidade são relações transitivas; simultaneidade é simétrica, enquanto sucessão é assimétrica ou, pelo menos, permite que se definam relações assimétricas.

q2) o que é lembrado é passado.

q3) quando uma coisa é, imediatamente, experienciada em uma sensação, partes do presente são antes do que outras partes.

q4) a relação de pertencer ao mesmo presente não é transitiva, de modo que dois presentes podem se sobrepor sem coincidir.

q5) se há três instantes “I”, “I” e “I”; se há um objeto “O” que ocorre no instante “I” e não ocorre no instante “I”. Então (pressupondo-se tudo isso), não existe um objeto “O” tal que “O” ocorre no instante “I” e “O” = “O”.

q6) todo evento é simultâneo a si mesmo, de modo que nenhum evento pode preceder completamente a si mesmo.

q7) “precede completamente” é uma relação assimétrica.

q8) “precede completamente” é uma relação transitiva.

q9) para quaisquer dois eventos que não são simultâneos, um deles deve preceder completamente o outro.

q10) qualquer evento “E” precedido completamente por alguma coisa simultânea com outro evento “E” é o mesmo evento “E” precedido completamente pela primeira parte de “E”.

r) Teoremas:

r1) “ser um instante anterior a outro” é uma relação serial.

r2) o começo de um evento é um instante do qual o evento em questão é um membro.

2.16 ACQUAINTANCE COM RELAÇÕES.

Nas subseções anteriores, tratou-se de conceitos importantes associados à noção de *acquaintance*, no entanto na maior parte do tempo se esteve pensando em uma relação de *acquaintance* cujo objeto seria um particular. A partir de agora, abordar-se-á os problemas em torno de se pensar a relação de *acquaintance* com universais.

Antes de se tratar desse tipo de relação de *acquaintance*, é necessário expor, dogmaticamente, algumas noções e definições que serão mais bem abordadas em outro momento (RUSSELL, 1913, p. 79).

A primeira noção a ser considerada é a noção de “complexo”: um complexo consiste em uma coisa passível de ser analisada, ou seja, alguma coisa que possua constituintes. Um exemplo disso consiste em duas coisas relacionadas como no caso em que se diz “A é similar a B”. Nesse caso, “a similaridade entre ‘A’ e ‘B’” será um complexo passível de ser decomposto nos constituintes “A”, “B” e “similaridade”.

Caracterizados por essa possibilidade de ser decomposto, os complexos podem ser de dois tipos: “complexos atômicos” e “complexos moleculares”. A distinção entre esses dois tipos de complexo não pode, ainda, ser tratada com precisão; apesar disso, é possível apontar um caminho temporário para se entender a diferença entre complexos atômicos e moleculares: na expressão verbal de um complexo atômico, uma única proposição está envolvida (RUSSELL, 1913, p. 80); por outro lado, na expressão verbal de um complexo molecular, podem haver várias proposições envolvidas e relacionadas por palavras como “e”, “ou” e “não” (RUSSELL, 1913, p. 80). Por ora, os complexos moleculares serão ignorados.

Seguir-se-á, pois, abordando apenas os complexos atômicos; em tais complexos, há dois tipos de constituintes: os termos particulares que são relacionados; a relação que une tais termos particulares. A diferença exata entre esses dois tipos de constituintes não

será relevante no presente momento; importa, apenas, assinalar que as noções da relação e dos termos associados por tal relação são inconfundíveis: em “A precede B”, “A” e “B” ocorrem, claramente, de uma maneira diferente daquela em que “precede” ocorre; nesse contexto, chama-se de “relação relacionante” a relação que se dá em um complexo, notando-se que uma relação não será “relacionante” quando ela não ocorrer de modo a relacionar termos em um complexo. Um exemplo de relação que não é relacionante pode ser “simultaneidade” em “‘simultaneidade’ é uma relação transitiva”.

A partir da compreensão de “relação relacionante”, é possível complementar a definição de “complexo atômico” afirmando-se que: um complexo atômico é aquele em que há uma única relação relacionante (RUSSELL, 1913, p. 80). Nesse aspecto, inclusive, é possível classificar um complexo pelo número de termos (afora a relação relacionante) que tal complexo possui: por exemplo, um complexo com dois termos (além da relação relacionante) é chamado de dual; nesse caso, a relação envolvida no complexo também será denominada dual. Esse tipo de classificação pode ser estendido indefinidamente, considerando-se complexos de três termos, quatro termos, cinco termos etc.; existem, também, complexos em que há um único termo e um predicado: predicados podem ser definidos como termos que têm a relação de predicação com outros termos; tanto predicados quanto relações relacionantes podem ser chamados de “universais”. Desse modo, é aceitável afirmar que todos os constituintes de um complexo atômico são particulares ou universais, notando-se que, pelo menos um deles deve ser um universal.

Passar-se-á, agora, a examinar o seguinte problema: partindo do fato de que é óbvio que nosso conhecimento de relações deriva de um tipo de relação de *acquaintance*, cabe examinar se esse tipo de relação de *acquaintance* refere-se diretamente às relações ou a algo do qual o conhecimento de relações é derivado.

Para se começar a lidar com esse problema, pode-se mencionar duas situações óbvias. A primeira dessas situações é a de que, certamente, existe conhecimento por descrição de relações; por outro lado, as próprias descrições se tornariam impossíveis se não tomassem como pressuposto o conhecimento de certas relações.

Outra coisa óbvia é que, a fim de entender uma relação, nem sempre, basta ter *acquaintance* com os complexos em que tal relação ocorre. Para tornar isso mais claro, tome-se a relação “precede”; essa relação aparece, frequentemente, em casos de sucessão temporal. Nesse aspecto, é possível ter uma relação de *acquaintance* com inúmeros casos de sucessão sem saber-se que tais casos representam sucessão (RUSSELL, 1913, p. 82). Um exemplo disso é o seguinte: pode haver sentenças escutadas ou movimentos vistos

que nos parecem perfeitamente familiares; esses mesmos movimentos (vistos) e sentenças (escutadas) nos apareceriam de modo extraordinário se fossem invertidas em um cinematógrafo ou um fonógrafo (RUSSELL, 1913, p. 82). Nesse caso, há, claramente, *acquaintance* com um complexo constituído por sucessão temporal, porém não há *acquaintance* com aquele componente abstrato que permitirá entender palavras como “precede” ou “antes”.

Tendo-se estabelecido um acordo sobre elementos óbvios como esses, é necessário que, de em diante, sejam atacados certos pontos de vista e problemas referentes ao conhecimento de relações. Desses pontos de vista, o primeiro é o seguinte: não é necessário haver *acquaintance* com as relações em si mesmas; a única coisa obrigatória é que haja *acquaintance* com similaridades entre complexos que possuem a mesma relação (RUSSELL, 1913, p. 82).

Russell procura criticar essa visão em um raciocínio que pode começar a ser resumido da seguinte maneira: suponha-se um número qualquer de complexos associados à relação “antes”; considere-se dois desses complexos sendo “A-é-antes-de- B” e “C-é-antes-de-D”. Chame-se esses dois complexos, respectivamente, de “ α ” e “ γ ”; suponha-se que um “sujeito”, como é a hipótese inicial, se torna consciente da similaridade entre “ α ” e “ γ ”. Nesse caso, o “sujeito” experiencia o complexo “ α -é-similar-a- γ ”; suponha-se que essa experiência se dá com o complexo (“ α -é-similar-a- γ ”) como um todo, pois, do contrário, já se pressuporia o conhecimento de relações (que é, justamente, onde, possivelmente, estamos querendo chegar).

Denote-se, agora, o complexo (“ α -é-similar-a- γ ”) por $(\alpha\gamma)$; nesse caso, se quer-se entender a natureza da semelhança (existente em “ α -é-similar-a- γ ”), pode-se considerar três possibilidades: ou o primeiro termo de α é similar ao primeiro termo de γ ; ou o segundo termo de cada um dos dois complexos (α e γ) é similar; ou, ainda, as relações existentes nos complexos são similares. Pode-se denotar, respectivamente, cada uma dessas hipóteses pelos seguintes símbolos: $(\alpha\gamma)_1$, $(\alpha\gamma)_2$, $(\alpha\gamma)_R$. Ora, se essas três hipóteses são diferentes, não é suficiente que $(\alpha\gamma)_1$, $(\alpha\gamma)_2$ e $(\alpha\gamma)_R$ sejam experienciados imediatamente para que tal diferença seja conhecida; deve-se ter conhecimento da diferença entre os sufixos dos símbolos (“ $(\alpha\gamma)_1$, $(\alpha\gamma)_2$ e $(\alpha\gamma)_R$ ”) e isso seria o conhecimento de mais uma relação (a diferença) que seria pressuposto para se entender similaridade entre relações. Nesse caso, todo o raciocínio que se iniciou com a comparação entre “A-é-antes-de- B” e “C-é-antes-de-D” se repetiria; cai-se aí, claramente, em um regresso sem fim (RUSSELL, 1913, p. 83).

Há, pois, um grave problema em pressupor que o conhecimento de relações resulta da similaridade (ou semelhança) entre complexos. A constatação desse problema leva a uma nova tentativa: parta-se da concepção segundo a qual, em um complexo, a descoberta dos termos individuais é, psicologicamente, mais fácil do que o conhecimento da relação. Para se entender essa visão, retome-se o complexo “ α ” (“A-é-antes-de-B”); ora, se, hipoteticamente, é mais fácil conhecer os termos individuais de “ α ”, então deve-se concluir que, antes de se conhecer a relação envolvida em “ α ”, este pode ser desmembrado em “A é parte de α ” e “B é parte de α ”. A partir disso, tentar-se-á, novamente, deduzir o conhecimento de relações por similaridade entre complexos.

Para essa nova tentativa, suponha-se, novamente, os complexos “ α ” (“A-antes-de-B”) e “ γ ” (“C-antes-de-D”); além disso, tome-se como dado o fato de os dois termos particulares que ocorrem “ α ” serem diferentes dos dois termos particulares que ocorrem em “ γ ”. Nesse contexto, aceitar-se-á a assunção de que se percebe (entre “ α ” e “ γ ”) uma similaridade existente entre certos complexos duais e que independe da identidade dos termos particulares. A partir daí, é possível definir a relação entre todos esses complexos (duais) como a classe deles (RUSSELL, 1913, p. 84); em outras palavras: dado um certo complexo cujos termos particulares são “A” e “B”, e é (esse complexo) chamado de “A-antes-de-B”, o complexo “C-antes-de-D” será definido como o complexo que, tendo “C” e “D” como termos particulares, é similar a “A-antes-de-B”.

Há problemas nessa forma de conceber as coisas: em primeiro lugar, esse tipo de definição não permite distinguir entre “C-antes-de-D” e “D-antes-de-C”. Além disso, há uma segunda objeção: a relação de “similaridade” entra na definição acima; ora, “similaridade” é, claramente, uma relação e, portanto, demanda o mesmo tratamento dado a outras relações. Sendo assim, seria um círculo vicioso usar o procedimento acima para definir todas as relações duais por meio de uma relação.

É possível tentar salvar o tipo de definição feito acima de outras maneiras, porém Russell encontra problemas nessas outras maneiras também. Além disso, a necessidade de se distinguir entre “C-antes-de-D” e “D-antes-de-C” permanecerá.

Como conclusão dessa análise, Russell pretende que seja necessária a existência de um conhecimento das relações que envolva *acquaintance*, ou com as próprias relações, ou com algo tão abstrato quanto tais relações.

Para estruturar uma teoria correta da *acquaintance* com relações, Russell precisa enfrentar duas questões. A primeira dessas questões é: a *acquaintance* pela qual se deriva o conhecimento de “antes” é a mesma pela qual se deriva o conhecimento de “depois”?

A resposta a essa questão, na concepção de Russell, deve ser afirmativa. Desconsiderando a posição espaço temporal das palavras, pode-se afirmar que, dadas duas coisas em uma sequência temporal, a expressão dessa sequência temporal é feita: ou mencionando-se os nomes em uma ordem que é a mesma das coisas; ou mencionando-se os nomes em uma ordem que é oposta à ordem das coisas. Se a ordem dos nomes é a mesma das coisas, então usa-se a palavra “antes”; se a ordem é a oposta, usa-se a palavra “depois” (RUSSELL, 1913, p. 85). Observando-se essa situação, permanece óbvio que a diferença entre “antes” e “depois” é meramente linguística: não há nenhum fato que não possa ser descrito sem usar ambas as palavras (“antes” e “depois”); se existisse apenas a palavra “antes” todos os fatos referentes a sequências temporais poderiam ser referidos.

Assim, a diferença que realmente importa pensar é, por exemplo, aquela entre “A antes de B” e “B antes de A”. Trata-se da segunda questão que deve ser abordada por Russell na tentativa de pensar *acquaintance* com relações: o célebre problema da direção para o qual, agora, apresentar-se-á uma solução de Russell; no caso desse problema, se vê dois complexos constituídos pelos mesmos termos particulares e a mesma relação.

Para lidar com essa questão, Russell (1913, p. 87-88) propõe que: o reconhecimento de uma relação assimétrica passa pelo reconhecimento daquilo que o filósofo inglês denomina de “posição” de um termo na relação. Para se entender isso, considere-se uma dada relação “R” que associa dois termos “x” e “y”; cada um desses termos (“x” e “y”) terá uma relação com o complexo que será chamado de “ α ”: “x é antes em α ” e “y é depois em α ”. Nesse caso, não se cai em um regresso sem fim, uma vez que as relações em “x é antes em α ” e “y é depois em α ” não são homogêneas (nesse caso, não faz sentido afirmar, por exemplo, que “ α é antes em x”).

Sem prejuízo das considerações adicionais no próximo capítulo sobre o problema da direção – o qual, como se verá, pode tornar-se ainda mais complexo –, é de rigor aqui, ainda a respeito dele, destacar que as palavras para relações assimétricas não são nomes de relações, pois sempre envolvem uma indicação de sentido. Como é então possível haver um conhecimento direto (*acquaintance*) com relações? Para lidar com esse problema, Russell procura adotar a posição de que, para qualquer par de termos, há sempre uma relação que é neutra com relação ao sentido. Com isso, no que concerne à relação “antes”, o nome da relação envolvida pode ser “sequência” (RUSSELL, 1913, p. 88).

Pode-se objetar a essa postura de Russell que, ao invés de haver *acquaintance* com cada relação dual por exemplo, existiria *acquaintance* com o fato “alguma coisa tem a

relação em questão com alguma coisa”. Russell (1913, p. 89) não chega a oferecer uma refutação a esse possível posicionamento; o filósofo inglês se contenta em afirmar que o ponto que deveria ser provado é que é necessária *acquaintance* com relações ou com algo tão abstrato quanto (as relações). Com isso, Russell, mesmo expondo-se ao risco de erro, encerra sua reflexão simplesmente assumindo que há *acquaintance* com relações.

2.17 ACQUAINTANCE COM PREDICADOS.

Nesta subseção, far-se-á uma breve exposição das reflexões de Russell a respeito das relações entre *acquaintance* e predicados. Conforme se avançar nesta exposição, ficará claro que Russell, provavelmente, está dialogando com o empirismo clássico - Berkeley e Hume, por exemplo. Infelizmente, não se terá espaço aqui para um aprofundar detalhado desse diálogo, uma vez que o objetivo não é, apenas, discutir a questão dos universais e predicados no contexto do pensamento de Russell; almeja-se, neste trabalho, discutir brevemente a referida questão, com o fim de posteriormente mostrar os desdobramentos desse ponto na obra madura de Russell e a possível atualidade das questões de *Theory of Knowledge*.

Iniciar-se-á, pois, a discussão sobre predicados no contexto do manuscrito de 1913. Para tanto, devem ser tratados algumas questões. A primeira relaciona-se ao seguinte: há universais que, assim como as relações relacionantes, ocorrem em complexos que possuiriam um único constituinte (além do próprio universal)? Embora haja a possibilidade inicial de se pensar que a predicação seria uma relação, essa possibilidade, aparentemente, pode ser rechaçada; a partir daí seria plausível enumerar as seguintes razões em favor da possibilidade de complexos com um único constituinte: em primeiro lugar, sujeito e predicado diferem logicamente, de modo que, case se trate a predicação como uma relação dual, estar-se-ia forçado a admitir que se trata de uma relação dual bastante estranha (RUSSELL, 1913, p. 90); pareceria bastante impressionante se não houvesse complexos com dois constituintes (um universal e um termo particular), uma vez que há complexos com mais de dois constituintes (RUSSELL, 1913, p. 90); em terceiro lugar, expressões como “branco” e “dolorido” parecem demandar a presença de sujeitos assim como as relações demandam a presença de termos.

Essas afirmações parecem garantir a possibilidade de se pensar complexos predicativos; apesar disso, tais afirmações não são suficientes para provar a efetividade

de tais complexos. Assim, é necessário averiguar se os predicados não seriam ilusórios; nesse caso (se os predicados fossem ilusórios), os predicados deveriam ser substituídos por relações simétricas e transitivas que podem ser denominadas “similaridades específicas” (RUSSELL, 1913, p. 91). No caso dessas relações proceder-se-ia como se segue: dada uma relação transitiva e simétrica, os termos que possuem essa relação com um dado termo formariam um grupo (RUSSELL, 1913, p. 91); nesse contexto, o grupo de termos que têm a relação de similaridade com um dado termo “a” excluiria ou seria idêntico ao grupo de termos que têm tal relação com “b”. Assim, a referida relação daria origem a um número de grupos mutuamente exclusivos (RUSSELL, 1913, p. 91); os membros de um grupo teriam todas as propriedades formais relativas à posse de um dado predicado.

Russell (1913, p. 91) atribui essa linha de raciocínio a Berkeley e Hume; segundo o filósofo (Russell), esses autores teriam visto (na referida linha de raciocínio) a possibilidade de abolir ideias abstratas. Russell não via essa tentativa - empreendida por autores como Berkeley e Hume - como muito frutífera, uma vez que ela pressupõe a própria ideia de “similaridade”; além disso, ainda que se possa provar que alguns predicados são obtidos pelo procedimento descrito acima, ainda não foram apresentadas, na visão de Russell, razões suficientemente fortes para se afirmar que, devido a tal procedimento, predicados não existem (RUSSELL, 1913, p. 91).

Há, entretanto, outra forma de se lançar dúvidas a respeito da existência de predicados: considere-se, por exemplo, o possível predicado “ser branco”; poder-se-ia tentar eliminar esse tipo de predicado substituindo-o por um particular que denominado “brancura”. Nesse caso, ao invés de afirmar coisas como “isto é branco”, se afirmaria algo do tipo “a brancura está aqui” ou “a brancura está ali”; nesse caso, duas manchas brancas seriam idênticas no que tange à sua cor. Um problema que se pode apontar a esse tipo de visão é o seguinte: tratar a “brancura” como um particular que estaria em certos lugares leva à necessidade de se assumir um espaço absoluto; esse espaço seria quase que a condição de possibilidade de, por exemplo, se distinguir entre duas manchas de cor. Nesse caso, ter-se-ia que assumir que os diversos lugares – os quais poderiam, por exemplo, ser ocupados pela “brancura” – possuem algo em comum; ora é difícil acreditar que esse “algo em comum” aos diversos lugares não deveria ser um predicado (RUSSELL, 1913, p. 91).

Vê-se, pois, como errônea a concepção demasiado nominalista que trata os predicados como particulares situados em diferentes lugares. Na visão de Russell, há

inclusive outra confusão que muitas vezes está ligada a essa concepção demasiado nominalista: trata-se da concepção de que um dado indivíduo consiste, na verdade, em uma coleção de predicados. Esse ponto de vista está intimamente associado a algumas discussões filosóficas clássicas como aquele de que as proposições do tipo sujeito-predicado são analíticas, ou a, tão criticada, concepção de substância entendida como substrato (RUSSELL, 1913, p. 93).

Considerando isso, Russell se propõe a analisar a questão do individual entendido como coleção de predicados sob dois aspectos: a natureza da “coisa”; a errônea identificação de proposições como “Sócrates é mortal” com proposições do tipo “todo homem é mortal”.

Quanto ao primeiro aspecto, segundo Russell, muitos metafísicos tendem a cometer o erro de pensar que, ao se enumerar as propriedades de um suposto ente individual, se exaure tudo que pode ser dito sobre ele. Nesse contexto, não seria possível falar sobre a “coisa mesma”, uma vez que somente seria possível atribuir-lhe propriedades. Contra esse tipo de pensamento, Russell advoga o fato de que o particular (“a coisa mesma”) consiste em um dado dos sentidos singular que pode ser apreendido por *acquaintance*: é errôneo considerar um dado dos sentidos como tendo sua identidade constituída por seus predicados, pois outro dado com os mesmos predicados pode existir em outro lugar (RUSSELL, 1913, p. 94). Por isso não se pode dizer que a predicação é analítica e os predicados são partes dos dados dos sentidos.

Quanto ao segundo aspecto, deve-se começar constatando o seguinte: proposições do tipo “todo homem é mortal” são, por vezes, tratadas como sinônimas de proposições da forma “humanidade implica mortalidade”; nesses casos, tem-se a tendência de concluir que “mortalidade” é parte de “humanidade”. No contexto dessa conclusão, pode-se adicionar, cada vez mais, predicados a “humanidade”, de modo que a extensão vai diminuindo e a intensão aumentando. Esse processo, hipoteticamente, chegaria até “Sócrates” por exemplo, e, partir daí, afirmar-se-ia que “Sócrates” é uma classe da qual pode-se, analiticamente, predicar todas as propriedades usadas para defini-la (RUSSELL, 1913, p. 94). Contra essa postura, Russell não se propõe a fazer uma análise detalhada, porém o filósofo inglês expõe, de modo mais ou menos dogmático, três afirmações que devem servir para evitar tal postura: em primeiro lugar, “todo homem é mortal” não é a mesma proposição que “humanidade contém mortalidade”; é um erro lógico fatal estabelecer uma identidade entre um único termo e a classe que contém um único termo; as proposições contendo um sujeito nomeado (como Sócrates) são de forma vitalmente

diferente daquelas proposições contendo um sujeito descrito como “todo homem”.

2.18 ACQUAINTANCE COM DADOS LÓGICOS.

Na presente subseção, abordar-se-á *acquaintance* com aqueles que podem ser denominados “dados lógicos”. Para pensar esse tipo de *acquaintance*, Russell inicia sua reflexão chamando atenção para a situação de que, talvez, a própria relação de *acquaintance* seja diferente no que diz respeito a objetos lógicos: *acquaintance* com dados lógicos seria, então, algo diferente de *acquaintance* com objetos particulares; pareceria, em um primeiro momento, que dados lógicos não poderiam ser tratados como objetos propriamente ditos, de modo que a *acquaintance* com tais dados não poderia ser uma relação dual (RUSSELL, 1913, p. 97). Segundo o próprio Russell, embora as dificuldades que resultam daí sejam formidáveis, elas devem ser enfrentadas no campo da lógica, e não no da teoria do conhecimento. A partir dessa afirmação, o filósofo inglês, sem apresentar muitas justificativas, limita-se a afirmar que irá pressupor que há certa coisa entendida como “experiência lógica”; além disso essa “experiência lógica” deve ser tratada como um tipo de conhecimento imediato - diferente de um julgamento - e que permite o entendimento dos termos lógicos.

Tentando, então, apontar o caminho necessário para se atingir o conhecimento (*acquaintance*) dos dados lógicos, Russell considera, em primeiro lugar, a peculiaridade de tais dados lógicos: segundo Russell, não obstante a antiguidade dos dados lógicos, o que é próprio de tais objetos não foi adequadamente percebido; por vezes, não se percebe que, para se compreender a palavra “relação”, é necessário um grau muito mais alto de abstração do que aquele envolvido em compreender o nome de uma relação. Nesse contexto, embora uma dada relação dual nomeada seja o membro de uma classe de entidades, a relação dual em si mesma, em um sentido muito importante, é única (RUSSELL, 1913, p. 97); toda noção lógica é ou envolve um *summum genus* e resulta de um processo de generalização levado até o limite (RUSSELL, 1913, p. 97). Assim, é razoável afirmar que “constantes lógicas” – que podem parecer ser entidades ocorrendo em uma proposição lógica – estão, na verdade, envolvidas com a forma pura.

É necessário, agora, exemplificar e aprofundar a noção de tal forma pura. Para isso, iniciemos com a consideração da proposição: “se Sócrates é humano, e o que quer que seja humano é mortal, então Sócrates é mortal” (RUSSELL, 1913, p. 98). A verdade dessa

proposição, de nenhuma maneira, depende de qualquer peculiaridade de “Sócrates”, “humanidade” ou “mortalidade”. Inclusive, algum desses termos pode ser substituído sem que o valor de verdade da referida proposição sofra mudanças; pode-se, então, atingir (a partir da primeira proposição que envolvia “Sócrates”, “mortalidade” e “humanidade”) a seguinte proposição: “o que quer que x , α e β possam ser, se x é α e o que quer que seja α é β , então x é β ”³⁸ (RUSSELL, 1913, p. 98). Nesse caso, não há nada além da pura forma; esta, por sua vez, não outra coisa juntamente com os constituintes que, anteriormente, eram relacionados. Assim, tentar pensar que a forma é uma coisa pode levar a diversas confusões; um exemplo desse tipo de confusão pode ser pensado a partir do caso (extraído da proposição que foi generalizada) de “ x é α ”. Considerando-se esse caso e tentando-se ver a forma como uma coisa, poder-se-ia afirmar que, em “ x é α ”, o “é” é algum tipo de “coisa” constante que relaciona sujeito e predicado. O problema nisso é que proposições do tipo sujeito/predicado (como é “ x é α ”) possuem apenas dois constituintes, e tentar acrescentar o “é” como um terceiro constituinte levaria a um regresso sem fim (RUSSELL, 1913, p. 98): se o “é” fosse um constituinte, deveria haver uma maneira pelo qual o “é” é unido a “ x ” e a “ α ”; essa nova maneira de unir, por sua vez, seria um novo constituinte que precisaria ser unido aos outros, de modo que o processo se repetiria indefinidamente.

Vê-se, pois, que a forma não é, propriamente, um constituinte da proposição no sentido em que os termos o são; de qualquer maneira, pois mais peculiar que seja a forma da proposição, é necessário que se pressuponha a existência de *acquaintance* com tal forma, uma vez que, como já mencionamos, sem a ocorrência de tal *acquaintance* seríamos incapazes de entender palavras como “relação” (RUSSELL, 1913, p. 99). Além disso, a relação *acquaintance* mantida com a forma de um complexo é essencial por outras razões: compreender a sentença “Sócrates precede Platão” somente é possível, na medida em que compreendemos que “Sócrates”, “Platão” e “precede” estão unificados a partir da forma xRy ; entender a referida sentença, então, é o mesmo que, por exemplo, entender que Sócrates ocupa a posição x e Platão ocupa a posição y da forma xRy .

Torna-se, assim, inevitável a *acquaintance* com a forma lógica; é óbvio, no entanto, que as discussões em torno disso podem ser mais complicadas do que parecem: por exemplo, não existem apenas formas lógicas ligadas a sentenças atômicas, de modo que palavras como “ou”, “não”, “todo” e “algum” também devem pressupor

38 Whatever x and α and β may be, if x is α and whatever is α is β , then x is β .

acquaintance com objetos lógicos; nesse caso, entretanto, é muito difícil conhecer ou isolar os referidos objetos lógicos (RUSSELL, 1913, p. 99).

Por fim, apesar do pouco que até agora se viu sobre as formas lógicas, pode-se encerrar esta subseção com a certeza de que tais formas lógicas são objeto de conhecimento direto (*acquaintance*); a discussão será, pelo menos em parte, retomada quando, na próxima seção, discutir-se noções como crença ou julgamento.

2.2 TEORIA DO JUÍZO.

Nesta subseção, abordar-se-á, principalmente, a teoria russelliana do juízo no contexto do manuscrito de 1913. Essa teoria será abordada ao longo de quatro subseções que tratarão, respectivamente, dos seguintes temas, todos, direta ou indiretamente, associados à concepções de Russell a respeito de noções como juízo e crença: a primeira subseção tratará dos problemas mais gerais no que tange ao tema de “entender uma proposição”, notando-se que, ao se abordar esse tema, se estará, também, expondo o cerne da teoria do juízo; a segunda subseção tratará, principalmente, do tema da análise que, por sua vez, consiste em um tema fundamental dentro do projeto filosófico de Russell; a terceira subseção retomará e abordará novos temas no que diz respeito ao “entender uma proposição”; por fim, a subseção final tratará, principalmente, da noção de auto evidência, e passará por um breve comentário sobre outra noção importante (a vagueza).

2.21 ENTENDER UMA PROPOSIÇÃO.

Uma forma de se subdividir o estudo da lógica seria a seguinte: o estudo dos termos; o estudo das proposições e o estudo da inferência. Russell (1913, p. 105), por razões que não serão expostas aqui por motivos de brevidade, repudia a aplicação dessa subdivisão à lógica; por outro lado, a mesma subdivisão teria sua utilidade para a teoria do conhecimento que, por sua vez, poderia ser dividida em: conhecimento de termos, conhecimento de proposições e conhecimento de proposições moleculares.

Levando-se em conta essa subdivisão da teoria do conhecimento, pode-se afirmar que o conhecimento de termos em certa medida já foi abordado neste capítulo, quando na seção anterior tratou-se amplamente da relação de *acquaintance*. A partir de agora, caberia então abordar o pensamento proposicional atômico e o pensamento proposicional

molecular. Desses dois pensamentos, deve-se iniciar considerando o pensamento proposicional atômico; no seio desse pensamento, destaca-se a relação denominada crença ou julgamento de uma proposição (RUSSELL, 1913, p. 105).

Antes, no entanto, de se adentrar a complexa teoria da crença (ou julgamento) deve-se verificar se é possível encontrar uma definição daquilo em que consiste uma proposição. Para lidar com esse tipo de problema, qual seja o de saber em que consiste uma proposição, Russell explora alguns caminhos que, como se verá, culminarão em uma coincidência entre o problema da proposição e os problemas associados ao julgamento (ou crença).

O primeiro desses caminhos explorados por Russell consiste em pensar na possibilidade de uma “definição linguística para a proposição”, que poderia, então, ser definida como: “qualquer sentença completa capaz de expressar uma afirmação”³⁹ (RUSSELL, 1913, p. 105). Obviamente, dessa definição surge uma questão: o que quer dizer com “capaz de expressar uma afirmação”? A resposta seria, em linhas gerais, o seguinte: uma sentença “capaz de expressar uma afirmação” é uma sentença que contém, pelo menos, um verbo e não é uma questão ou comando (RUSSELL, 1913, p. 105).

A partir disso, seria, hipoteticamente, possível definir o que são proposições atômicas e moleculares: uma proposição atômica como uma proposição da qual nenhuma parte é uma proposição; uma proposição molecular, por sua vez, é uma proposição da qual uma parte, pelo menos, tem de ser uma proposição.

Não obstante esse tipo de definição pareça muito claro, Russell dirá que a definição acima não resiste ao escrutínio. Existem algumas razões para isso, porém a razão principal é a seguinte: é necessário suavizar o elemento gramatical (da definição fornecida para proposição). Essa necessidade fica clara se atentar-se para o seguinte caso: a definição de proposição molecular deveria ser embasada em pressupostos tais que fosse possível considerar o resultado de se negar uma proposição como uma proposição molecular; se forem adotados pressupostos gramaticais, como aqueles da definição acima, o fato de a negação de uma proposição gerar uma proposição molecular pode não ser verbalmente o caso.

Problemas como esse levam Russell a abandonar a possibilidade de se pensar em uma definição puramente linguística para proposição. Sendo assim, o filósofo inglês

39 any complet sentence capable of expressing a statement.

procura apontar outro caminho para se definir uma proposição; esse caminho está relacionado com encontrar algo que existe em comum entre diversas sentenças: deve existir algo que seja como que o significado comum entre os membros de um determinado grupo de sentenças, e na reflexão a respeito desse significado deve estar a chave para se entender aquilo em que consiste uma proposição.

Para se ter maior clareza a respeito disso, partir-se-á de um exemplo: considere se as sentenças “mendigos são cavaleiros”, “mendigos seriam cavaleiros”, “mendigos são cavaleiros?” e “mendigos devem ser cavaleiros”. Observando-se essas sentenças, vê-se que, em todas elas, a relação entre mendigos e cavaleiros é a mesma. Apesar disso: na sentença inicial, a relação é afirmada; na segunda sentença, a relação é sugerida como consequência de uma hipótese; na terceira sentença, a relação é objeto de uma dúvida; na quarta sentença, a relação é objeto de uma volição.

Com isso, pode-se afirmar que as quatro sentenças citadas - sobre mendigos e cavaleiros - possuem o mesmo significado; elas certamente possuem algo muito importante em comum. Nesse caso, a palavra proposição seria o mais natural para remeter ao que as referidas sentenças têm em comum; pode-se afirmar que tais sentenças expressam diferentes atitudes com relação à mesma proposição. Isso, entretanto, não deve levar a pensar que já se encontrou uma definição para a palavra “proposição”, posto que é preciso, ainda, resolver uma série de problemas para que se possa desemaranhar o que sentimos de comum entre aquelas sentenças.

De qualquer forma, a percepção desse componente comum entre as diversas sentenças já aponta uma importante via no caminho que se está trilhando para se chegar a uma proposição: se a proposição é o que havia de comum entre diferentes atitudes, estudar tais atitudes deve ser algo intimamente relacionado com definir o que é proposição. Ora, a atitude de “entender uma proposição” consiste na atitude proposicional mais fundamental, uma vez que “entender uma proposição” é pressuposta em “afirmar”, “sugerir”, “duvidar”, ou “manifestar uma volição” com relação a uma proposição (RUSSELL, 1913, p. 107). Nesse caso, somos forçados a concluir que descobrir o que é uma proposição não pode ser separado de se conceber o que é “compreender uma proposição”. O restante desta subseção irá, então, discutir estas duas questões interrelacionadas, circunscrevendo-as, no entanto, ao campo das proposições atômicas (tentar-se-á descobrir o que é uma proposição atômica no processo pelo qual se investiga o que é compreender uma proposição atômica).

O tratamento dessa importante questão terá início com uma consideração a

respeito das diferenças de forma lógica entre “entender uma proposição” e ter uma relação de *acquaintance* qualquer: a principal diferença entre a atitude proposicional de “entender” e uma relação de *acquaintance* é que, enquanto a atitude proposicional de “entender” remete a algo (a proposição) que pode ser verdadeiro ou falso, um objeto de *acquaintance* não é verdadeiro ou falso (RUSSELL, 1913, p. 108-109).

Ligado a essa distinção fundamental está o problema que surge da tentativa de se tratar proposições como entidades; nesse caso, se proposições fossem entidades, poder-se-ia ter uma relação de *acquaintance* com proposições e a distinção estabelecida acima desapareceria. O problema com esse tipo de postura é o célebre problema do falso: certamente, seria fácil encontrar uma entidade que corresponda às proposições verdadeiras, porém que tipo de entidade iria corresponder às proposições falsas? Associada a esse problema está a seguinte situação: “entender uma proposição” ou “acreditar em uma proposição” devem ser fatos da mesma forma lógica independentemente de a proposição - entendida ou objeto de crença - ser verdadeira ou falsa; se não fosse assim, ter-se-ia que admitir que existe uma diferença intrínseca entre proposições verdadeiras ou falsas, de modo que a mera inspeção de um fato mental seria capaz de mostrar se uma proposição é verdadeira ou falsa. Essa situação torna ainda mais repugnante admitir proposições - e, principalmente, proposições falsas - como entidades.

Assim, para tentar escapar a uma miríade de problemas, Russell propõe que, o que quer que seja uma proposição, esta deve ser entendida como um símbolo incompleto que somente adquire significado completo em um contexto maior (RUSSELL, 1913, p. 109).

Compreendida a necessidade de uma diferença entre atitudes proposicionais e a relação de *acquaintance*, se passará, em seguida, a abordar quatro questões com as quais esta subseção caminhará para seu encerramento; essas questões ajudarão a se chegar a uma primeira conceituação mais rigorosa a respeito daquilo em que consistem as noções de “proposição” e “compreender uma proposição”:

- (1) O que nós queremos significar pela forma de um complexo?
- (2) Podemos, trazendo a "forma" ou de qualquer outra maneira, fazer da proposição uma entidade, i. e. não um mero símbolo incompleto, mas alguma coisa que pode subsistir por sua própria conta, e não somente como um constituinte ficcional de certos complexos mentais?
- (3) Como nós podemos estar seguros de que *acquaintance* com a forma está envolvida em “entender” uma proposição?
- (4) Qual é a estrutura lógica do fato que consiste em um dado sujeito “entender” uma dada proposição?⁴⁰ (RUSSELL, 1913, p. 113)

No que tange à primeira dessas questões, cabe lembrar que já se mencionou a forma de um complexo na última subseção da seção anterior, porém almeja-se, agora, compreender em que consiste essa forma. Essa forma pode, simbolicamente, ser representada por variáveis que substituem as partes de um complexo; nesse caso pode-se usar tipos de letras diferentes para simbolizar constituintes de tipos lógicos diferentes. Pode-se, além disso, fazer uso de colchetes e parênteses para auxiliar na representação.

Usando esses meios de simbolizar, então, ter-se-á, para uma possível representação da forma dos complexos duais, “ xRy ” ou “ $R(x,y)$ ”; pode-se, também, indicar a forma dos complexos sujeito-predicado por “ $\alpha(x)$ ” (onde α é o predicado e x o sujeito) ou por “ $x \in \alpha$ ”.

Apesar dessas possibilidades simbólicas, não se resolve o problema da forma: embora as representações como “ xRy ” e “ $\alpha(x)$ ” sirvam muito bem a propósitos técnicos, elas (as representações) não dizem, nem o que a forma é, nem se tal forma é mais do que um símbolo (RUSSELL, 1913, p.113). Uma maneira de se notar essa insuficiência dos símbolos (para dizer o que é a forma) é pensar o seguinte: ao se substituir as variáveis de um símbolo pelos elementos de um complexo, deve-se saber, previamente, a posição ocupada pelos elementos do complexo; saber essa posição, no entanto, já pressupõe que se conhece a forma do complexo.

Isso faz com que seja necessária uma definição que não se limite à simbolização. Outra maneira de se obter essa definição baseia-se no fato de que é, aparentemente, bastante fácil saber quando dois complexos possuem a mesma forma: na medida em que “ter a mesma forma” é uma relação transitiva e simétrica, pode-se definir forma como a classe de todos os complexos que têm a mesma forma. Inclusive, essa definição pode ser aprimorada de modo a evitar a noção de “classes”: considerando-se a relação “ser similar a”⁴¹, pode-se pressupor um complexo qualquer, digamos “ C é similar a D ”, com o qual se teria a relação de *acquaintance*; chamar-se-á esse complexo - com o qual temos *acquaintance* - de γ e definir-se-á que outro complexo “ A é similar a B ” é tal que “ A ”, “ B ” e “similaridade” constituem um complexo da mesma forma de γ . Nesse caso, dever-se-ia tomar como primitiva a ideia de “ter a mesma forma que”.

in its own account, and not only as a fictitious constituent of certain mental complexes? (3) How can we be sure that acquaintance with the “form” is involved in understanding a proposition? (4) What is the logical structure of the fact which consists in a given subject understanding a given proposition?.

41

Para evitar complicações com o problema da direção, a maior parte dos exemplos desenvolvidos nesta porção da presente subseção farão uso de relações simétricas como “ser similar a”.

Esse tipo de raciocínio, que visa definir “forma”, por mais tentador que pareça, deve levar a um regresso sem fim (RUSSELL, 1913, p. 113). A razão disso é se teria de aplicar o mesmo tratamento (dado acima a partir de γ) ao complexo “‘A’, ‘B’ e ‘similaridade’ constituem um complexo da mesma forma de γ ”.

Para Russell (1913, p. 114), a constatação desse tipo de problema deve levar à percepção de que a forma, que entra em complexos constituídos em torno de “entender” uma proposição, deve ser algo extremamente simples.

Para que isso fique mais evidente, recupere-se, inicialmente, quais são os objetivos a que a forma deve atender: é necessária haver uma única forma para todo grupo de complexos que possuem a mesma forma; se for possível, é importante que a forma não seja algo que consideremos como mero símbolo incompleto.

Na visão de Russell, pode-se assegurar esses objetivos tratando as “formas” como espécies de entidades que compõem os complexos que as contêm. Nesse caso: a forma dos complexos sujeito-predicado será “alguma coisa tem algum predicado”; a forma dos complexos duais será “alguma coisa tem alguma relação com alguma coisa”.

Essas entidades possuem uma natureza muito particular. É importante tentar entender tal natureza: considere-se o complexo dual particular “ xRy ”; se substituirmos “ x ” por “alguma coisa”, então teremos um complexo que não mais contém “ x ”, de modo que esse novo complexo (“alguma coisa tem R com y ”) não substituiu x por nada, dado que “alguma coisa” não é nada. Se levarmos isso até as últimas consequências, teremos o, já referido, “alguma coisa mantém alguma relação com alguma coisa”; a um primeiro olhar isso parece ter uma estrutura, porém é mais correto dizer que é uma estrutura: a linguagem natural não é bem adaptada para falar de objetos como “alguma coisa mantém alguma relação com alguma coisa”; no entanto, esse tipo de objeto deve ser tratado como legítimo.

Com isso, aparentemente, chega-se a uma definição de “forma”: “alguma coisa mantém alguma relação com alguma coisa” pode ser definido como a forma dos complexos duais; de modo análogo é possível definir as formas dos outros tipos de complexos.

Passaremos, agora, para a segunda questão dentre aquelas expostas anteriormente: é possível conceber uma definição de proposição que não traga elementos mentais e não faça, da proposição, um símbolo incompleto? De alguma forma, a resposta a essa questão já foi fornecida quando, nesta subseção, mencionou-se a proposição entendida como símbolo incompleto. Apesar disso, Russell se propõe a reconsiderar tal resposta.

Essa reconsideração da questão pode começar a ser feita assim: apreendemos a proposição, em um primeiro momento, como algo que um número de eventos mentais têm em comum; assim, se alguém julga que “A é similar a B”, e, se esse alguém faz esse julgamento em duas ocasiões, é óbvio que a diferença entre esses dois eventos está apenas no lado subjetivo. Desse modo, sob o aspecto do lado objetivo, há similaridade, não somente porque os mesmos objetos estão envolvidos, mas também pelo fato de que os diferentes julgamentos trazem os mesmos objetos na mesma relação uns com os outros. Inclusive, o lado objetivo permaneceria intocado se a atitude proposicional (com relação a “A é similar a B”) fosse outra (desejar, duvidar e etc.).

Apesar da importância de se notar esses aspectos, deve-se admitir que, nos casos citados, parece haver algo que permanece mesmo quando se refaz um julgamento ou se modifica a atitude proposicional. É a esse elemento comum (a diferentes julgamentos e atitudes proposicionais) que damos o nome de proposição; é ele (o elemento comum) que se quer isolar do contexto subjetivo. Há, segundo Russell, um método simples para se fazer isso; esse método será explicitado no que se segue.

Convencione-se o seguinte: simbolize-se o sujeito de um dado julgamento ou outra atitude proposicional por “S”; simbolizar-se-á a relação que representa a atitude proposicional pela letra “U”. Será, também, convencionado que a atitude proposicional está associada ao complexo atômico que envolve uma relação dual, notando-se que as partes desse complexo serão, respectivamente, simbolizadas por “x” (um dos termos da relação), “y” (outro dos termos da relação) e “R” (a relação); se fará uso da letra grega “ γ ” para simbolizar a forma dos complexos duais.

Tomando-se como base essas convenções simbólicas, a relação (“U”) entre um sujeito e os demais componentes pode, na visão de Russell (1913, p. 115) ser representada assim: “há um U e um S tais que $U(S, x, R, y, \gamma)$ ”. Atinge-se, então, algo que é o mesmo para todos os sujeitos e todas as relações proposicionais que deveríamos considerar envolvidas com a mesma proposição. Não há obstáculo formal para definir isso como sendo a proposição.

Essa definição de proposição possui seus méritos: a referida definição provê proposições, verdadeiras ou falsas, tão rápido quanto se possa pensar em tais proposições. Por outro lado, há deméritos envolvidos que fazem com que o próprio Russell, ao final, fique em dúvida com relação a ela. Desses deméritos, cabe destacar o seguinte: a ocorrência de uma proposição pressupõe sempre um sujeito que tenha tido uma atitude proposicional com relação a essa proposição; precisar-se-ia pressupor, por exemplo, que

haja, sempre, um complexo do tipo “ $U(S, x, R, y, \gamma)$ ” para se conceder a existência de uma proposição.

Russell não consegue pensar em uma maneira melhor de lidar com o problema das proposições. De qualquer forma, no decorrer deste capítulo, é lícito pressupor tanto a definição de proposição que se acabou de fornecer, quanto a visão das proposições como símbolos incompletos.

Dito isso, passar-se-á, então, à terceira questão enumerada anteriormente: Qual é a prova de que devemos entender a forma antes de entendermos a proposição? A resposta a essa questão está intimamente relacionada com o problema da unidade da proposição: assim como não basta, simplesmente, “juntar” os componentes de uma receita culinária para se chegar ao prato almejado, o entendimento de uma proposição não consiste em, simplesmente, “juntar” elementos que podem, ou não, estar em um complexo; ora, principalmente no que tange a entender uma proposição falsa, é necessário que se saiba o que fazer com cada um dos componentes do complexo. Assim, entender “A é similar a B” deve pressupor a forma, isto é, a forma “alguma coisa tem alguma relação com alguma coisa”, que permite que se saiba o que fazer com “A”, “B” e “ser similar a” (RUSSELL, 1913, p. 116).

No que é concernente à última das questões enumeradas anteriormente: qual é a estrutura lógica do fato que consiste em um dado sujeito “entender” uma proposição?, cumpre asseverar que, para lidar com essa questão, usar-se-á o exemplo descrito pela sentença “A é similar a B”. Uma primeira coisa que deve ser afirmada a respeito do “entender” uma proposição é que o complexo mencionado (pela proposição entendida) não entra no próprio entendimento da proposição. As coisas se passam assim, pois se o próprio complexo devesse entrar no entendimento da proposição, então, não poderíamos entender proposições falsas, às quais não corresponde nenhum complexo.

É relevante, também, ressaltar que, para se “entender” uma proposição, pressupõe-se *acquaintance* com os componentes da proposição e com a forma do complexo correspondente; no caso do nosso exemplo, é necessário *acquaintance* com “A”, “B”, “similaridade” e a forma dos complexos duais (“alguma coisa tem alguma relação com alguma coisa”).

Desse modo, pode-se chegar à forma: $U\{S, A, B, \text{similaridade}, R(x, y)\}$ ⁴². Nesse

42 Como assinala Carey (2007, p. 67), Russell, nessa fórmula (de “entender” uma proposição), parece tratar o sujeito como algo que pode ser nomeado da mesma forma que outros objetos de *acquaintance*; vale lembrar que o sujeito, aparentemente, deveria ser tratado como objeto de descrição (o sujeito não poderia

símbolo, “U” simboliza a relação de “entender” e “R (x,y)” simboliza “alguma coisa tem alguma relação com alguma coisa”.

O referido símbolo, no entanto, não é suficiente para exaurir a análise do complexo envolvido em “entender” uma proposição. Isso ocorre, pois há muitos tipos de complexos com cinco termos e é necessário decidir qual tipo de complexo é a relação de “entender”.

Para isso, é necessário considerar os seguintes aspectos: em primeiro lugar, S está relacionado com os outros quatro termos de uma maneira muito diferente do que os outros termos estão relacionados entre si. Percebe-se essa situação se for feita a tentativa de substituir qualquer dos termos do complexo (envolvido em “entender”) por “alguma coisa”; no caso específico de “S”, se este é substituído por “alguma coisa”, essa substituição deve dar origem a um complexo de forma diferente do complexo anterior à substituição.

Em segundo lugar, R (x, y) também tem uma relação diferenciada com os outros termos: a relação entre “similaridade” e R(x, y) é diferente daquela relação entre “A”, “B” e R (x, y); uma vez que se está lidando com uma relação simétrica, “A” e “B” tem a mesma relação com R (x, y).

Esse problema e o anterior mostram que é preciso mais do que $U \{S, A, B, \text{similaridade}, R(x, y)\}$ para evidenciar a estrutura do fato que consiste em “entender” uma proposição. Para complementar sua análise Russell (1913, p.118) faz uso de uma figura que representa melhor alguns dos detalhes da referida estrutura.

2.22 A QUESTÃO DA ANÁLISE.

Nesta subseção se tratará da questão da análise e da síntese no contexto do pensamento de Russell contido no manuscrito de 1913. Esta exposição se iniciará com algumas definições importantes.

A primeira dessas definições consiste na própria definição de análise: a *análise* consiste na descoberta dos constituintes e do modo de combinação de um dado complexo. Nesse caso, deve-se ter uma relação de *acquaintance* com o complexo; além disso, pode-se afirmar que: a análise é *completa* quando adquirimos uma relação de *acquaintance* com todos os constituintes e sua maneira de combinação, e, nesse caso, devemos saber que não há mais constituintes no complexo que foi analisado completamente. No contexto

ser conhecido diretamente).

dessa concepção de análise é possível distinguir: a análise *material*, que se refere à descoberta dos constituintes; a análise *formal*, que se refere à descoberta do modo de combinação dos constituintes em um dado complexo (RUSSELL, 1913, p. 119).

Outra definição importante consiste na definição de *síntese*: consiste na descoberta de um complexo consistindo de determinados constituintes combinados de dada maneira. Essa situação, obviamente, só é possível quando é o caso que há o referido complexo (RUSSELL, 1913, p. 119); pode-se falar de: *síntese-acquaintance*, quando se possui uma relação de *acquaintance* com o complexo resultante de uma síntese; *síntese descritiva*, quando meramente se sabe que há o complexo resultante de uma síntese.

Uma terceira definição está relacionada à seguinte situação: pode acontecer que os constituintes de um complexo sejam, também, complexos; um exemplo disso pode ser o fato de que a diferença entre azul e amarelo é maior do que a diferença entre azul e verde (RUSSELL, 1913, p. 120). Esse fato consiste na relação entre dois complexos: a diferença entre azul e amarelo, e a diferença entre azul e verde. Nesse contexto, a relação relacionante “ser maior que” produz a unidade de todo o complexo, e a relação relacionante “diferença” produz a unidade dos complexos subordinados. A partir disso, pode-se denominar: *constituintes primários* à relação relacionante que produz a unidade do todo e aos termos dessa relação; *constituintes secundários* aos constituintes primários dos constituintes primários. Essa última definição pode ser estendida indefinidamente (*constituintes terciários* etc.), de modo que se dará o nome de *últimos constituintes* àqueles constituintes que não possuem constituintes; nesse caso, chamar-se-á de *simples* a um termo que não tem constituintes.

No que se segue, irão interessar, principalmente, os constituintes primários, posto que aquilo que pode ser afirmado acerca dos constituintes primários só necessita ser repetido naquilo que concerne a outras ordens de constituintes (RUSSELL, 1913, p. 120); quando não houver risco de confusão, falar-se-á apenas de constituintes ao invés de constituintes primários.

Iniciar-se-á, agora, a colocação de algumas questões que surgem em torno da análise. A colocação dessas questões começará com a exposição e comprovação de dois problemas que, certamente, estão relacionados à análise.

O primeiro desses problemas é bastante óbvio: consiste no fato de que é possível haver uma relação de *acquaintance* com um complexo sem haver conhecimento dos constituintes de tal complexo. Segundo Russell (1913, p. 120), há inúmeras ilustrações desse problema; a principal dessas ilustrações consiste na dificuldade envolvida em

qualquer análise, notando-se que se deve destacar a imensa dificuldade de se atingir os constituintes abstratos envolvidos em fatos de fácil apreensão.

O segundo problema – que, embora lembre muito o primeiro, não se identifica com ele – consiste no seguinte: pode haver uma relação de *acquaintance* com um dado complexo sem haver relação de *acquaintance* com seus constituintes; pode-se, inclusive, haver *acquaintance* com os constituintes de um complexo sem haver consciência dessa *acquaintance*. Essa última afirmação pode ser provada se atentar-se para a situação de que pode haver *acquaintance* sem haver *acquaintance* com a própria *acquaintance*; isso pode ser visto se nos concentrarmos em que há instâncias de dados dos sentidos para os quais não atentamos, pois, se não houvesse tais instâncias, todo caso de *acquaintance* implicaria em uma série introspectiva infinita (RUSSELL, 1913, p. 121). Essa situação torna difícil distinguir os casos em que não se tem, realmente, uma relação *acquaintance* com os componentes de um complexo. É necessário, assim, recolocar o problema inicial: podemos ter uma relação de *acquaintance* com um complexo sem sermos capazes de descobrir, por um esforço introspectivo, que temos uma relação de *acquaintance* com os objetos que são constituintes de tal complexo?

Pode-se apresentar algumas provas para se responde afirmativamente a essa questão (como é desejado para os fins de Russell); dessas provas, como resultado da discussão de Russell (1913, p. 121-122), apresentar-se-á duas.

A primeira prova está relacionada ao próprio fato de se experienciar um objeto. Como foi mencionado, o mais atento exercício de introspecção com relação ao complexo que é experienciar um objeto falha em revelar qualquer constituinte de tal complexo que não seja o próprio objeto experienciado. Desse modo, considerando-se o próprio caso de se experienciar um objeto, tem-se um exemplo de complexo com o qual se pode haver *acquaintance* sem haver *acquaintance* com as partes.

A segunda prova – que chega a ser utilizada pelos próprios adversários da análise – procura referir aos casos de movimento contínuo; embora nessas situações seja possível pensar o próprio movimento como constituído por inúmeras partes, é mais razoável pensar o movimento contínuo como um complexo de cujos constituintes não se está consciente.

Vê-se, assim, que há aí um problema real para análise. Além desse problema, há outras questões que estão relacionadas à análise. Dessas questões, há um grupo que está associado com o seguinte: há complexos que são dados imediatamente quando seus constituintes e sua forma são dados; por outro lado, há complexos que são apenas um

dentre vários. Os complexos desse último tipo, quando há uma proposição correspondente, podem ser denominados *logicamente possíveis*; sobre complexos logicamente possíveis é interessante expor uma definição que ainda não foi tão bem trabalhada neste capítulo: um complexo logicamente possível pode ser denominado *homogêneo* com relação a determinados constituintes assimétricos se outro complexo logicamente possível resulta da permutação de tais constituintes (RUSSELL, 1913, p. 123). Assim, por exemplo “A é antes de B” é assimétrico e homogêneo com respeito a “A” e “B”. Por outro lado, “A é um constituinte de α ” é dito ser heterogêneo com respeito a “A” e “ α ”, uma vez que não resulta um complexo logicamente possível da substituição de “A” por “ α ”.

Além dessas questões, quais sejam as relativas à homogeneidade e heterogeneidade de complexos, há outra questão de muita relevância quando se trata da noção de análise: quais tipos de fatos deve-se perceber a fim de se ser capaz de analisar? Para se ter certeza de que se está diante de um genuíno caso de análise, é necessário se ter certeza que, no caso considerado, o complexo realmente é dado; antes de se ter alguma coisa que possa ser, propriamente, chamada de análise, deve-se ter um complexo dado como objeto de atenção cujas partes, se forem descobertas, não se tornam, meramente, novos objetos de atenção, uma vez que tais partes devem ser reconhecidas como partes do complexo em questão.

Para aprofundar essa questão e, ainda que implicitamente, retomar a maior parte das questões abordadas até o presente momento, consideremos um exemplo: considere-se a figura:



Essa figura – que possui uma estrutura similar à de uma letra “T” pintada de preto sobre um fundo branco – será, a partir de agora, objeto de reflexão; para simplificar tal reflexão, se tratará as duas barras (horizontal e vertical) que constituem a figura acima como constituintes primários; além disso, será deixado de lado o fato de que cada uma das referidas barras pode, também, ser analisada. Chamar-se-á, então, a barra vertical de *b* e a barra horizontal de *a*; a figura como um todo será referida como γ .

Diante do exemplo da figura acima, pode-se perguntar: no processo de análise, nós, primeiramente, chegamos ao julgamento “*a* é parte de γ ”, ou chegamos, primeiro, à *acquaintance* com o complexo “*a*-é-parte-de- γ ” que, posteriormente, permitiria que se chegasse ao julgamento “*a* é parte de γ ”? Segundo Russell (1913, p. 124-125) não

podemos tomar, como ponto de partida, a *acquaintance* com complexo “*a-é-parte-de- γ* ”, uma vez que, se partirmos dessa *acquaintance* para chegar ao julgamento (“*a* é parte de γ ”), esse próprio julgamento já iria pressupor a própria análise que se está querendo explicar. Por outro lado, se partirmos do pressuposto de que começamos (a explicar a análise) com o julgamento (“*a* é parte de γ ”) sem pressupor uma relação de *acquaintance* com o complexo (“*a-é-parte-de- γ* ”), como nós poderíamos obter o julgamento que, por certo, não seja uma inferência?

Russell tentará lidar com essa intrincada situação através da já mencionada noção de “atenção”. Para se compreender o uso que o filósofo inglês fará de noção, se iniciará com as seguintes definições: uma *percepção simples* de um dado complexo consiste em um tipo de percepção que não envolve *acquaintance* com as partes do complexo; uma *percepção complexa* é aquela em que o complexo é percebido como uma interrelação de partes. Nesse último caso, haverá um modo de perceber γ (por exemplo) no qual o próprio γ é apreendido como “*a-R-b*” em que “*R*” é a relação entre “*a*” e “*b*” em virtude da qual esses dois componentes formam o complexo γ .

Essa visão das coisas, certamente, levanta um problema: como se pode saber que γ (o objeto da percepção simples) é idêntico a “*a-R-b*” (o objeto da percepção complexa)? É, justamente, na tentativa de se responder a esse tipo de questão que entra a relação de “atenção”: a diferença entre uma percepção simples e uma percepção complexa depende do número de objetos presentes simultaneamente (RUSSELL, 1913, p. 125); ora, da mesma maneira que seria possível prestar atenção a duas figuras da forma de γ , não é absurdo pensar que é possível perceber γ tendo-se atenção às duas barras interrelacionadas que compõem essa figura. Sendo assim, a percepção complexa pode ser vista como uma atenção a um todo combinada com uma atenção às partes de tal todo. Nesse caso, o problema da análise torna-se apenas um problema relativo a se transferir atenção do todo para as partes.

Para se ter certeza de que essa visão da análise é correta, é necessário, apenas, se ter certeza que o objeto da percepção simples é idêntico ao objeto da percepção complexa. Isso se torna bastante aceitável se pensarmos no fato de que, frequentemente, podemos atentar para experiências do passado imediato; nesses casos prestamos atenção a objetos para os quais não havíamos atentado quando a experiência era presente.

Obviamente, essa constatação da análise, como sendo algo intimamente associado à atenção, coloca inúmeras questões. Russell não chega a lidar com essas questões diretamente; o filósofo inglês caminha para o encerramento de sua reflexão (sobre

análise) deixando em aberto alguns problemas. Além disso, Russell (1913, p. 128) afirma que, no que tange ao problema da síntese, tal problema levanta questões muito similares às aquelas levantadas pela análise, algo que lhe parece não carecer de discussão própria.

2.23 ENTENDIMENTO E FORMA.

Em uma subseção anterior discutiu-se a questão das atitudes proposicionais e forneceu-se a forma do fato que consiste em compreender uma proposição atômica (segundo Russell). Nesse contexto, mencionou-se que o fato que consiste em compreender uma proposição atômica pressupõe que se conheça a forma dessa proposição. Quando se falou da forma da proposição atômica, mencionou-se, também, que tal forma consiste em uma espécie de estrutura pura; no caso dos complexos duais, por exemplo, essa estrutura pura pode ser expressa em “alguma coisa tem alguma relação com alguma coisa”.

Considerando-se todas essas situações, a presente subseção, para fornecer bases para o tratamento de outros problemas, tratará do entendimento ligado à própria forma pressuposta no entendimento de proposições atômicas. Não há dúvidas para Russell que as formas são objetos genuínos e simples; por outro lado, uma forma pode ser tratada como um fato.

A partir daí surgem, então, alguns problemas que podem ser assim expressos: uma vez que as formas são objetos simples, o conhecimento de tais formas coincide com uma relação de *acquaintance* ou com outro fato de entendimento similar àquele que já foi explicitado no que tange às proposições atômicas?

Na tentativa de lidar com essa problemática, Russell se decide pela opção de que há uma diferença, no que tange ao conhecimento das formas, entre conhecer uma forma e ter uma relação de *acquaintance*. Essa visão de Russell embasa-se no seguinte: ao se classificar os fatos do conhecimento - *acquaintance*, diversos tipos de atitude proposicional etc., tem-se a tendência de se pensar que o mais relevante para a classificação é a própria *forma lógica* de tais fatos de conhecimento; apesar disso, segundo o filósofo inglês, o mais importante, no que diz respeito aos fatos de conhecimento, é para fins de classificação considerar-se os objetos dos fatos de conhecimento. Para defender esse ponto, Russell procura retomar um aspecto daquilo que foi abordado na subseção anterior: quando se abordou a análise, embora se tenha falado

de percepção complexa, os objetos possuíam uma finidade maior com os objetos de *acquaintance*. Sendo assim, embora naquele caso houvesse uma relação múltipla, tratava-se, devido ao próprio objeto, de um caso de *acquaintance* provavelmente. De maneira similar a essa, embora a relação com a forma de um complexo atômico seja uma relação dual, trata-se, em tal relação, de uma atitude proposicional que se justifica pelo próprio objeto.

Nesse aspecto, segundo Russell, é possível se fazer uma hierarquia das relações de conhecimento de acordo com o grau de abstração de seus objetos: no grau de abstração mais baixo quando se tem um objeto particular, pode-se falar em sensação, imaginação ou memória; em um grau de abstração um pouco mais alto, têm-se os universais, de modo que se pode falar em concepção e percepção complexa; em um grau ainda mais alto de abstração, têm-se as formas lógicas, de modo que pode-se começar a falar de atitudes proposicionais como entender, acreditar e duvidar. A partir dessas atitudes proposicionais é, inclusive, possível pensar, como já vimos, em graus mais altos de abstração.

Nessa hierarquização, é interessante notar que uma relação permanece constante: trata-se da relação de *atenção*. Apesar disso, é lícito notar que, quanto mais abstrato o objeto, mais difícil se torna a atenção.

De qualquer forma, não se aprofundará muito essa reflexão sobre graus de abstração, pois segundo Russell (1913, p. 132), ela pertence mais à lógica do que à teoria do conhecimento.

Antes de se encerrar esta subseção, é interessante, ainda, abordar outros dois assuntos. Quanto ao primeiro assunto, viu-se que a relação de conhecimento que envolve a forma de um complexo atômico é, também, uma relação de atitude proposicional; por outro lado, o próprio ato de se entender uma proposição pressupõe que se mantenha uma relação de conhecimento com uma forma. Assim, quando não se está entendendo uma forma diretamente, se está entendendo uma proposição que pressupõe uma forma.

Diante dessa situação, Russell (1913, p. 132) não vê outra alternativa a não ser pressupor que o entendimento da forma traz, consigo, a impossibilidade da falsidade: enquanto o entendimento de uma proposição qualquer não necessariamente implica a verdade de tal proposição, o entendimento da forma implica a verdade desta; a forma é, nas palavras do próprio Russell, auto evidente. Na próxima subseção, esse conceito de auto evidência ficará mais claro; por ora é importante apenas ter a noção da auto evidência da forma. Essa auto evidência é bastante problemática, como se verá oportunamente ao analisar as críticas contra Russell atribuídas a Wittgenstein.

Além desse ponto polêmico, outro assunto que precisa ser analisado nesta subseção é o seguinte: viu-se anteriormente, que, de algum modo, o conhecimento de certas proposições envolvendo relações assimétricas ocasionava o problema da direção; nesse caso, se houver o objetivo de aplicar os resultados da análise de tal problema à teoria do entender (e do juízo) vista na subseção 2.2.1, ter-se-á uma situação bastante estranha. Isso ocorre do seguinte modo: ora, retomando-se o que mencionou-se ao falar do problema da direção, entender uma proposição do tipo “A precede B” pressupõe que se entenda, por exemplo, “A é antes em γ ” e “B é depois em γ ” (em que γ representa o próprio complexo “A-precede-B”). Ora, parando-se para pensar, ver-se-á que há algo peculiar nesse caso, pois o entendimento de uma proposição atômica (“A precede B”) parece envolver uma proposição molecular “‘A é antes em γ ’ e ‘B é depois em γ ’”.

2.24 AUTO EVIDÊNCIA E VAGUEZA.

Nesta subseção será abordado, sobretudo, o tema da auto evidência, notando-se que, ao fim da presente subseção se mencionará, brevemente, o tema da vagueza no contexto do manuscrito de 1913.

Para se iniciar o tratamento do tema, é interessante ressaltar alguns aspectos bastante gerais de tal tema. O primeiro desses aspectos consiste em que uma compreensão da auto evidência não pode pressupor a própria noção de conhecimento. A razão disso é a seguinte: embora uma crença verdadeira seja pressuposta para o conhecimento, tal conhecimento não pode ser identificado com uma crença verdadeira; assim, para se chamar algo de conhecimento, é necessário algo mais do que a mera estabilidade psicológica (RUSSELL, 1913, p.156). Com isso, pode-se dizer que, em última instância, o próprio conhecimento irá repousar sobre a auto evidência; por isso, deve-se definir auto evidência sem mencionar a noção de conhecimento.

O segundo aspecto geral que cabe mencionar consiste em que, se algo é auto evidente, esse algo deve ser, imediatamente, derivado dos sentidos; desse modo, a auto evidência é algo que não pode ser definido sem referência a um sujeito ou “Eu” particular: a auto evidência não é uma coisa da natureza de uma dada proposição, uma vez que tal proposição é a mesma antes ou depois de uma dada sensação (RUSSELL, 1913, p. 157); por isso a auto evidência, como se afirmou, é algo deve ser pensado por referência a um sujeito (ou “Eu”) em um dado momento. Com isso, é mais razoável se falar da auto evidência de uma crença do que falar da auto evidência de uma proposição.

O terceiro aspecto consiste em que uma crença auto evidente deve ser verdadeira; apesar disso, não é razoável pressupor, explicitamente, a noção de “verdade” na própria definição de auto evidência. A razão disso é que, se a noção de “verdade” for explicitamente pressuposta na noção de auto evidência, ter-se-á que estabelecer, antes de ser definida a auto evidência, a diferença entre crenças verdadeiras ou falsas. Isso, entretanto, é inaceitável, pois cabe à própria auto evidência permitir a distinção entre as crenças verdadeiras e falsas (RUSSELL, 1913, p. 157).

Cumprido, então, passar-se para a análise de outro problema: uma das bases lógicas para a auto evidência, é a afirmação de que, se há conhecimento, deve haver conhecimento independente da inferência; isso permite que se afirme que deve haver auto evidência para que haja conhecimento. Será que é possível escapar a esse ponto de vista?

Lidando com essa possível questão, Russell procura examinar alguns pontos de vista alternativos à tese de que a auto evidência é um pressuposto lógico para o conhecimento. O primeiro desses pontos de vista – que Russell atribui, principalmente, aos idealistas monistas – consiste em que toda inferência perfeita é circular (RUSSELL, 1913, p. 158).

Para criticar essa postura, o filósofo inglês inicia um raciocínio da seguinte forma: suponha-se, inicialmente quatro proposições que serão simbolizadas pelas letras p , q , r e s ; suponha-se, também que p implica q , q implica r , r implica s e s implica p . Além disso, pressuponha-se que todas as implicações possíveis se mantêm entre as referidas proposições (p , q , r e s).

Segundo Russell, todas essas suposições, no entanto, não propiciam nenhuma base para se acreditar nas proposições p , q , r e s (RUSSELL, 1913, p. 158); ainda que todas essas proposições tenha muitas implicações mútuas entre si, elas podem ser todas falsas.

Pode-se, é claro, assumir que as implicações mútuas (entre p , q , r e s) tornam essas proposições (p , q , r e s) mais prováveis. Isso, no entanto, nos forçaria a assumir algumas proposições sobre probabilidade, e essas proposições sobre probabilidade, em última instância, teriam de ser embasadas em proposições auto evidentes; sendo assim, não se conseguiria eliminar a auto evidência pela referida via.

O segundo ponto de vista que, hipoteticamente, permitiria que se escape da necessidade de auto evidência pode ser assim resumido: trata-se do argumento indutivo segundo o qual as premissas tornam as conclusões prováveis e, portanto, não seriam tais premissas as bases para a conclusão. Essa postura, segundo Russell, parte de uma

confusão entre a ordem lógica e a epistemológica: com certeza, de um ponto de vista da ordem lógica, é necessária uma organização tal que, dado um corpo de proposições conhecidas como prováveis ou verdadeiras, a melhor ordem será aquela em que há as premissas mais simples; não obstante isso, em teoria do conhecimento, quer-se considerar, entre outras coisas, como as proposições são conhecidas, de modo que a ordem é, provavelmente, outra (RUSSELL, 1913, p. 158-159). Com isso, em teoria do conhecimento, deverão haver premissas auto evidentes; mesmo que, em um momento posterior, se aceite um corpo de proposições prováveis, deve (na ordem da teoria do conhecimento) haver premissas auto evidentes que darão probabilidade indutiva para tal corpo de proposições prováveis (RUSSELL, 1913, p. 159).

Em seguida, ainda no contexto da temática da auto evidência, discutir-se-ão três possibilidades para se definir auto evidência, quais sejam: (i) auto evidência pode, de alguma forma, estar relacionada à relação de *acquaintance*; (ii) ainda que implique crença, a auto evidência pode consistir em alguma relação cognitiva diferente da crença; (iii) a auto evidência pode ser um predicado de crenças.

No que tange à primeira, pode-se começar constatando o seguinte: poder-se-ia, de uma maneira aparentemente promissora, afirmar que um julgamento é auto evidente quando tal julgamento é contemporâneo à *acquaintance* com o complexo correspondente.

Essa definição de auto evidência, embora pareça promissora em um primeiro momento possui alguns problemas. O principal desses problemas é o seguinte: se um julgamento é dito auto evidente quando contemporâneo à *acquaintance* com o complexo correspondente, não se está, com essa definição de auto evidência, afirmando que se tem, juntamente com o julgamento, a percepção da própria correspondência entre o julgamento e o complexo que lhe é correlato. Sendo assim, pode ser o caso, à luz da definição de auto evidência que foi dada, que não concebamos o complexo, com o qual temos *acquaintance*, como efetivamente correspondendo ao julgamento, que supostamente seria auto evidente. Além desse problema, pode-se vislumbrar outros como seguinte: considere-se o julgamento “*a* é parte do complexo *aRb*”; se for aceita a definição fornecida para auto evidência, ter-se-ia que assumir que há *acquaintance* com o complexo “*a-é-parte-do-complexo-aRb*”. Embora não seja necessariamente absurdo assumir isso, pressupor *acquaintance* com o complexo “*a-é-parte-do-complexo-aRb*” traria inúmeros problemas para a definição de verdade enquanto correspondência (RUSSELL, 1913, p. 162). Problemas similares a esses aparecem quando se pensa na evidência de leis lógicas como o princípio de não contradição ou a lei do terceiro excluído (RUSSELL, 1913, p.

162).

Uma segunda opção para definir auto evidência, seria a seguinte: pode-se entender que a auto evidência é constituída por outro tipo de relação que é diferente da crença e implica tal crença; assim como a relação de atenção pode ser um tipo de *acquaintance* intensificada, pode-se sugerir que a auto evidência é um tipo de crença intensificada. Nesse caso, além da crença, ordinária haveria um caso de certeza absoluta que definira a auto evidência.

É fácil ver o problema nesse caminho para se definir auto evidência: a auto evidência, definida em função de uma espécie de certeza absoluta, deixa bastante espaço para a dúvida e crítica céticas (RUSSELL, 1913, p. 162-163).

Esse problema também diz respeito à terceira opção para se definir auto evidência: trata-se da concepção que considera a auto evidência como um predicado de alguns julgamentos; nesse caso, ter-se-ia a noção da auto evidência a partir do modo como se sente no momento em que se tem uma crença. Essa definição é inaceitável pela mesma possibilidade de dúvida cética que foi mencionada.

Após rejeitar a terceira opção, Russell retoma a primeira e procura defender que, apesar dos problemas, tal primeira opção é a melhor; para corrigi-la, Russell parece acrescentar a cláusula que, simultâneo ao fato de um julgamento, deve, além da *acquaintance* com o complexo correspondente, haver percepção da própria correspondência (RUSSELL, 1913, p. 165-166). É claro que essa definição, talvez, coloque outras questões que não serão abordadas. Além disso, é preciso ter-se em vista que o que Russell almejava definir é o próprio fato da auto evidência: percebe-se que um julgamento é auto evidente ao se perceber sua correspondência; deve-se pressupor aí que verdade deve ser definida como correspondência, de modo que perceber a imediata correspondência é perceber a imediata verdade (RUSSELL, 1913, p. 164).

Dito isso, cumpre-nos fazer uma breve incursão no problema da vagueza no contexto do manuscrito de 1913. Esse problema, em Russell, está intimamente relacionado com o problema dos graus de certeza, dos quais, entretanto, a questão da vagueza será adiante tratada de maneira apartada.

Para se entender, minimamente, a noção de vagueza é necessário informar que, em Russell (1913), além da memória imediata - estudada em seção anterior deste capítulo -, tem-se a memória remota. Essa memória é caracterizada por garantir uma possibilidade de erro; ela precisa, em seu auxílio, convocar uma imagem (algo vindo da imaginação) com a qual devemos possuir *acquaintance*. Nesse caso deve haver um grau de vagueza

na imagem que representa um evento passado. Esse grau de vagueza é inerente à própria característica da representação: diferente dos mapas que têm o tamanho do próprio reino que representam (como no conto de Borges), a imagem que representa um evento passado deve ter um grau de vagueza. Nesses casos, pode-se afirmar que o julgamento sobre o passado que se baseia em uma imagem auxiliar é, ao invés de um julgamento com um grau de certeza, um julgamento que tem o vago como objeto (RUSSELL 1913, p. 176).

Por que essa noção de vagueza é importante? Essa questão será mais bem respondida no quinto capítulo quando se retomar o manuscrito de 1913 tentando enxergar o quanto ele antecipa temas da obra madura de Russell, oportunidade em que se verá que obras como *An inquiry into meaning and truth* (RUSSELL, 1942) retomam temas importantes como a questão da vagueza.

2.3 A TEORIA DAS DESCRIÇÕES.

Embora pressuposta, a teoria russelliana das descrições não é exposta diretamente no texto de *Theory of Knowledge* (RUSSELL, 1913). Sendo assim, para expor a referida teoria nesta tese, se fará uso do célebre “Da denotação” (RUSSELL, 1905) ao lado do excelente artigo de Pinto (2001).

Considerando então essas fontes, dividir-se-á a presente exposição da teoria das descrições em dois momentos: em um primeiro momento, se fornecerá uma definição daquilo que Russell (1905) entende como sendo uma expressão denotativa; em um segundo momento, acompanhando a organização proposta por Pinto (2001), se fará uma exposição das principais etapas do raciocínio inerente a “Da denotação” (RUSSELL, 1905).

Levando-se em conta, pois, esse plano de trabalho, se iniciará expondo aquilo que Russell entende como sendo uma “expressão denotativa”, pois a teoria das descrições, de certa forma, surge para eliminar tais expressões. Infelizmente, Russell (1905) não oferece nenhuma definição direta daquilo que entende como sendo uma expressão denotativa. Apesar disso, o filósofo inglês oferece três casos nos quais uma expressão denotativa deve enquadrar-se: uma expressão pode ser denotativa e não denotar nada, notando-se que, desse caso, podemos citar, como exemplo, a expressão “o atual rei da França” (RUSSELL, 1905, p. 1); uma expressão pode, a exemplo de “o atual rei da Inglaterra” (RUSSELL, 1905, p. 1), denotar um objeto definido; uma expressão, a exemplo de “um

homem”, pode denotar de maneira ambígua.

Acredita-se, por meio desses três casos, ter clareza daquilo que Russell (1905) entende como sendo uma expressão denotativa. Desse modo, se passará à segunda etapa desta seção: seguir-se-á Pinto (2001) procurando-se expor as três principais etapas inerentes a “Da denotação” (RUSSELL, 1905).⁴³

A primeira dessas etapas consiste na apresentação de enigmas que a teoria das descrições precisa resolver; esses enigmas surgem, justamente, do uso de expressões denotativas.

O primeiro enigma pode começar a ser exposto do seguinte modo: a proposição “George IV desejava saber se Scott era o autor de Waverley” paradoxalmente equivale à proposição “George IV desejava saber se Scott era Scott” (PINTO, 2001, p. 83). Isso ocorre pelo uso de expressões denotativas que podem criar a ilusão de que “Scott” pode, indiscriminadamente, ser substituído por “o autor de Waverley”.

Quanto ao segundo enigma, ele mostra que, em certas situações de mal-uso de expressões denotativas, pode ocorrer o desrespeito do princípio segundo o qual deve ser verdadeira ou uma proposição ou a negação de tal proposição. Esse desrespeito do princípio do terceiro excluído ocorre, por exemplo, no seguinte caso célebre: “*o presente rei da França é calvo*” e “*o presente rei da França não é calvo*” (PINTO, 2001, p. 83); essas duas proposições, aparentemente contraditórias, devem ser falsas, pois não existe nenhum “presente rei da França”.

Isso encerra o segundo enigma e nos permite passar ao terceiro. Tal enigma tem certa semelhança com o anterior e parte do seguinte: vamos supor que dois objetos - “A” e “B” - quaisquer não difiram, de modo que pareça impossível supor que existe um objeto tal como a diferença entre “A” e “B”. Nesse contexto é possível cair em uma incompatibilidade similar àquela do enigma anterior: “*a diferença entre A e B não possui a propriedade P*” e “*a diferença entre A e B possui a propriedade P*” (PINTO, 2001, p. 83).

Tem-se assim, o terceiro e último enigma; isso encerra exposição da primeira etapa inerente ao raciocínio de “Da denotação” (RUSSELL, 1905). Sendo assim, se passará à consideração da segunda etapa: trata-se, predominantemente, de expor o modo como Russell soluciona os enigmas acima. Para se entender essa solução, é necessário,

43 Na verdade, Pinto (2001) localiza cinco pontos centrais na argumentação de Russell; dois desses pontos são referentes à crítica de Russell a Frege e Meinong. Omitiremos esses pontos aqui, pois não é do interesse de nossa pesquisa adentrar o diálogo entre Russell, Frege e Meinong.

primeiro, compreender o que é um conhecimento por “descrição”. Esse tipo de conhecimento é caracterizado, predominantemente, por ser o oposto do conhecimento por *acquaintance*; enquanto neste último tipo de conhecimento há uma relação direta entre o sujeito que conhece e objeto conhecido (o objeto de *acquaintance*) no conhecimento por descrição o objeto é conhecido sem um contato direto com o próprio objeto. O que se conhece aí são as propriedades do objeto (PINTO, 2001, p. 80), de modo que é possível decompor as proposições que contêm descrições na posição de sujeito em funções proposicionais expressando propriedades de um objeto (PINTO, 2001, p. 80).

Com esse comentário, crê-se ter transmitido uma boa ideia daquilo em que consiste uma descrição. É possível, então, adentrar, de modo mais direto, a solução proposta por Russell; tal solução consiste, justamente, em substituir as expressões denotativas por descrições na forma de funções proposicionais. Com isso, por exemplo, a referida sentença sobre o “presente rei da França” pode ser assim expressa: “existe um x tal que x ocupa o trono francês e x é único e x é calvo”. Vê-se aí que a sentença é, simplesmente, falsa, notando-se que sua autêntica negação é verdadeira: “*NÃO existe um único x que é atualmente rei da França e x é calvo*” (PINTO, 2001, p. 85).⁴⁴

Resolve-se, assim, o segundo enigma. Quanto aos outros dois enigmas, não é difícil resolvê-los aplicando-se o mesmo princípio usado para resolver o segundo enigma. Desse modo, a sentença “George IV queria saber se Scott era o autor de Waverley” possui uma dupla interpretação: “*um e somente um homem escreveu Waverley e George IV queria saber se Scott era este homem*” e “*George IV queria saber se um e somente um homem escreveu Waverley e se Scott era este homem*” (PINTO, 2001, p. 85). Apesar dessa ambiguidade inerente à sentença original, é possível perceber claramente que, nos dois casos, “o autor de Waverley” é uma descrição e não pode ser substituído por um nome como “Scott”.

Por outro lado, quanto ao terceiro enigma, pode-se aplicar, novamente, o mesmo princípio usado para resolver os outros dois enigmas. Se isso for feito, ter-se-á duas proposições que serão, respectivamente, verdadeira e falsa: “*não existe um e somente um x tal que x é a diferença entre A e B* ” (PINTO, 2001, p. 86) e “*existe um e somente um x tal que x é a diferença entre A e B* ”.

⁴⁴ Obviamente, como ressalta Pinto (2001, p. 85), há certa ambiguidade na negação da sentença “o presente rei da França é calvo”, de modo que poderíamos interpretar tal negação como “*existe um único x que é atualmente Rei da França e x NÃO é calvo*” (PINTO, 2001, p. 85). Apesar disso, esta última sentença não é propriamente a contraditória de “existe um x tal que x ocupa o trono francês e x é único e x é calvo”, de modo que não se quebra o princípio do terceiro excluído afirmando-se a falsidade das duas.

Fornecidas essas proposições, acredita-se ter apresentado a solução para os três enigmas expostos anteriormente. Desse modo, pode-se passar à terceira e última etapa inerente ao raciocínio de Russell (1905). Essa etapa consiste no epílogo de “Da denotação” (RUSSELL, 1905); nesse final, Russell faz fundamentalmente duas coisas: em primeiro lugar, Russell retoma uma das importantes consequências de sua teoria, notando-se que essa consequência é basicamente a de que “quando conhecemos alguma coisa por descrição, e não por contato direto, as proposições em que esta coisa é introduzida por meio de uma frase denotativa não contêm realmente esta coisa, mas apenas funções proposicionais que fazem parte da frase denotativa” (PINTO, 2001, p. 87); em segundo lugar, Russell procura predispor o leitor a não se voltar contra sua teoria devido à complexidade de tal teoria, notando-se que o argumento que Russell utiliza para isso é recomendar que o leitor tente construir sua própria teoria da denotação de modo a perceber a complexidade envolvida em tal tipo de teoria (PINTO, 2001, p. 87).

Com essas últimas colocações, pensa-se ter conseguido fornecer uma exposição aceitável da teoria russelliana das descrições. Desse modo, encerrar-se-á a presente seção.

3 A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL.

O objetivo do presente capítulo consistirá em realizar uma breve exposição da filosofia de Wittgenstein e, posteriormente, expor as principais críticas que este filósofo dirigiu a Russell.

Quanto a essa exposição, cabe uma importante delimitação: a filosofia de Wittgenstein aqui exposta se restringirá aos textos do período do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922) tomado como principal objeto de estudo.⁴⁵ Essa primeira delimitação justifica-se não apenas no fato de o próprio Russell (RUSSELL, 1959, p. 112) afirmar que a filosofia posterior de Wittgenstein não o influenciou, senão também na constatação de que foi no período pré-redação do que viria, mais tarde, se tornar o *Tractatus* que Russell recebeu as críticas que fizeram com que ele “sentisse nos ossos” que estava errado. Foram essas críticas que levaram Russell a abandonar o manuscrito de 1913 (estudado no segundo capítulo deste trabalho).

É importante salientar que o fato de o próprio *Tractatus* estar presente nessa delimitação deve-se a que, embora as críticas que fizeram Russell abandonar o manuscrito de 1913 sejam um pouco anteriores ao importante livro de Wittgenstein, o fato de o próprio Russell (RUSSELL, 1959, p. 113) citar este livro e dar a entender que ele foi uma influência em sua filosofia leva, para fins deste estudo, à conclusão de que tal livro é essencial.

Assim sendo, este capítulo será dividido em duas seções. Na primeira, vai a exposição e análise do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922), o que terá a função de permitir que, posteriormente, se entendam as diferenças e especificidades dos pensamentos de Russell e Wittgenstein; inclusive, em capítulos posteriores tem-se a intenção de mostrar as diferenças de projeto entre as filosofias de Wittgenstein e Russell.

A segunda seção irá concentrar-se, enfim, nas críticas dirigidas a Russell. Nesse momento, se procurará, também, antecipar pontos de divergências entre Wittgenstein e Russell, principalmente no que tange à lógica e a certa psicologia descritiva (muito forte no manuscrito de 1913) que se contrapõe ao antipsicologismo que marca o projeto que parece culminar no *Tractatus*.

45 Ao longo do desenvolvimento do presente capítulo usaremos, no que diz respeito ao *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922), a tradução (para o inglês) de C. K. Ogden comparada com a tradução (para o português) de Luis Henrique Lopes dos Santos.

3.1 ASPECTOS DO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS.

Objetivando preparar o terreno para que se entenda melhor as seções e capítulos posteriores; esta seção será dividida em seis partes que retomarão cada um dos seis grupos de aforismos centrais ao *Tractatus*. Sobre isso, é importante destacar que não se tem a pretensão de uma leitura exaustiva do texto estudado; destacar-se-á, apenas, alguns conceitos importantes para que se entenda a especificidade do projeto de Wittgenstein (no *Tractatus*) que, posteriormente, ajudará a lançar luz sobre a especificidade do projeto de Russell.

3.11 UMA PRIMEIRA CONSIDERAÇÃO SOBRE O MUNDO, OS ESTADOS DE COISAS E OS OBJETOS.

O primeiro grupo de aforismos do *Tractatus* trata de algumas propriedades gerais daquilo que o filósofo austríaco denomina “o mundo”.⁴⁶ Para fins deste trabalho, interessam especialmente: a propriedade que diz que o “mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas” (WITTGENSTEIN, 1922, 1.1);⁴⁷ a propriedade segundo a qual “a totalidade dos fatos determina o que é o caso, e também tudo que não é o caso” (WITTGENSTEIN, 1922, 1.12).

Iniciar-se-á, pois, com a análise da primeira dentre essas propriedades. Nesse sentido, importa saber, principalmente, o seguinte: por que o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas? Para se responder a essa questão se tomará como base o trabalho de Simões (2008). Segundo esse autor, existem duas razões principais para que o mundo seja a totalidade dos fatos e não das coisas.

Para se expor essas razões, ter-se-á de adiantar um conceito que será trabalhado em sua densidade apenas mais adiante: trata-se do conceito de objeto (ou coisa)⁴⁸. Por ora, não se fornecerá uma explicação rigorosa sobre aquilo em que consiste esse conceito, mas sim uma explicação fragmentária que será complementada conforme se desenvolver

46 A noção “o mundo” será definida de modo mais preciso no decorrer do presente capítulo.

47 Como já deve ter ficado claro ao leitor, o texto vale-se do sistema autor/data para as citações. Esse sistema, no entanto, sofrerá uma pequena exceção no caso do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922), pois, no final de cada referência a essa obra, se informará, ao invés da página, o número do aforismo citado. Isso será feito pela razão de que esse método torna as citações mais precisas e facilita a localização no texto de cada citação.

48 Parece ser muito difícil dividir em partes uma exposição sobre uma obra como o *Tractatus lógico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922). Isso se deve ao fato de que é duvidoso que o raciocínio de Wittgenstein (no *Tractatus*) tenha sido totalmente linear. Com isso, será necessário que, em muitos momentos deste capítulo, se antecipem noções que, posteriormente, serão retomadas e trabalhadas sob outra perspectiva.

o texto (do presente capítulo).

Dito isso, passar-se-á, pois, às razões pelas quais o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas. A primeira dessas razões consiste em que, se o mundo fosse a totalidade das coisas (e não dos fatos), tal mundo não poderia ser diferente (SIMÕES, 2008, p. 60). Isso significa o seguinte:⁴⁹ apesar de o conceito de mundos possíveis envolver densidades filosóficas que não cabem a esse trabalho, não é absurdo dizer que é possível imaginar coisas que não aconteceram ou, provavelmente, não vão acontecer; seria impossível imaginar essas coisas se não se tratasse o mundo como a totalidade dos fatos. Isso ocorre, pois, embora uma sentença (ou proposição, como veremos melhor) não seja a mera soma de palavras (adentraremos esse aspecto posteriormente), as palavras entram na composição de uma sentença; assim, pode-se dizer que é possível construir os mais diversos tipos de sentenças combinando palavras. Ora, caso se postule, por razões que ficarão mais claras, que as palavras (ou, pelo menos, a maioria das palavras)⁵⁰ designam coisas (objetos do mundo) e as proposições figuram (representam) fatos,⁵¹ então seria lícito concluir que as palavras são como que o material usado para construir e expressar proposições; assim, qualquer proposição - verdadeira ou falsa - é composta de palavras e, por conseguinte, qualquer estado de coisas real ou imaginário é composto das coisas designadas pelas palavras. Infere-se disso que se pode construir e imaginar qualquer tipo de estado de coisas, porém tem-se que pressupor as palavras e seu significado fixo. Se o mundo fosse a mera soma das coisas e sua descrição fosse a mera soma das palavras, não haveria, então, nenhuma possibilidade de o mundo ser diferente, porque para se pensar em estados de coisas diferentes daqueles que de fato ocorrem seria necessário combinar as palavras e construir sentenças.

Isso, crê-se, é suficiente no que diz respeito à primeira razão pela qual o mundo não pode ser a totalidade das coisas. Passar-se-á, então, à segunda razão; esta é uma consequência da primeira e afirma o seguinte: os objetos são “comuns a todos os mundos possíveis”⁵² (SIMÕES, 2008, p. 60). Assim, considerando tudo o que foi dito acima, as

49 A partir de agora se iniciará, procurando seguir o essencial do texto de Simões (2008), uma primeira justificativa do porquê de o mundo ser a totalidade dos fatos e não das coisas. É importante salientar que essa primeira justificativa terá caráter mais didático e jocoso, de modo que, tudo que for afirmado nela, será, posteriormente, aprofundado e justificado.

50 Como será visto, nem todas as palavras designam, propriamente, coisas. Algumas palavras (como cor, som, espaço, tempo etc.) fazem menção à “forma” que é a condição de possibilidade de uma estrutura. Todos esses conceitos serão trabalhados, em profundidade, na próxima subseção.

51 Esse conceito (figuração) será esclarecido na próxima subseção.

52 Como já se mencionou, não temos a intenção (no presente trabalho) de discutir densamente o conceito de mundos possíveis.

palavras – e os correspondentes objetos no mundo – podem se combinar das mais diversas maneiras, porém elas precisam manter seu significado⁵³ fixo, de modo que elas, de alguma forma, são o que se mantém constante nos mais diversos mundos possíveis.⁵⁴

Finda a análise da primeira propriedade, quanto à segunda, nos interessa o seguinte: para Wittgenstein (1922, 2.06), como se verá com mais detalhe, existem tanto fatos positivos (que representam a existência de estados de coisas), quanto a ausência determinada. Desse modo, é a totalidade dos fatos negativos (ausência determinada) e positivos que formam aquilo que o filósofo austríaco denomina “realidade” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.06) e a “realidade total é o mundo” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.063).

3.12 OBJETOS, FORMAS E FIGURAÇÃO.

Nesta subseção serão abordados alguns tópicos relativos ao segundo grupo de proposições do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922). Esses tópicos dividir-se-ão em quatro grupos: o primeiro grupo de tópicos diz respeito a uma explicação um pouco mais detalhada e correta que aquela apresentada na subseção anterior sobre a noção de objeto (coisa) tal como aparece no *Tractatus* e nos escritos que deram origem a essa obra; o segundo grupo de tópicos diz respeito ao conceito de “forma”; o terceiro grupo de tópicos, muito mais extenso que os outros dois, diz respeito à noção de “figuração”; o quarto grupo de tópicos diz respeito à noção de estrutura.

Pois bem. A noção de “objeto” é muito mais complexa e rica do que aquilo que foi sugerido na subseção anterior: em regra, quando Wittgenstein no *Tractatus* e escritos afins) trata dos objetos, está a se referir aos objetos últimos em que pode ser decomposta a realidade; esses objetos podem ser apenas nomeados e constituem o pressuposto de toda a significação. Como conhecer esses objetos? A resposta é a seguinte: a rigor, os objetos são estruturas transcendentais inefáveis (PINTO, 1998, p. 154-155); essas estruturas transcendentais são condições de possibilidade “da própria linguagem como um todo” (PINTO, 1998, p. 154-155).⁵⁵

53 Esse conceito também será aprofundado no que se segue.

54 Como já foi dito, esta é apenas uma exposição intuitiva, pois, a rigor, (como veremos), nem todas as palavras são constantes (em todos os mundos possíveis); apenas as palavras que designam os objetos que se encontram como limite da análise possuem significado constante. Esses objetos últimos serão neste trabalho vistos como postulados transcendentais que estão na base da significação e evitam uma espécie de regresso infinito.

55 Essa concepção dos objetos ficará mais clara quando abaixo for abordada a “figuração”.

Esse caráter transcendental e último dos objetos é complementado por outro: é “essencial para a coisa que esta possa ser uma parte constituinte de um estado de coisas” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.011). Vê-se aí que os objetos (ou coisas) devem conter, em si, a possibilidade de estar em um estado de coisas; em lógica, “nada é acidental” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.012), de modo que “se uma coisa pode ocorrer em um estado de coisas, a possibilidade daquele estado de coisas deve já estar prejulgada na coisa” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.012). Nesse sentido, pode-se dizer que as possibilidades de aparecimento de um objeto (ou coisa) em um estado de coisas devem estar, já, logicamente contidas em tal objeto. Com isso, é possível afirmar que, se conheço um objeto, “conheço também todas as possibilidades de sua ocorrência em estados de coisas” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.0123). Fora esse conjunto de possibilidades prejulgadas no objeto, não é possível, posteriormente, encontrar outras possibilidades (WITTGENSTEIN, 1922, 2.0123).

Com isso, tem-se que:

A coisa é independente, na medida em que esta pode ocorrer em todas as circunstâncias possíveis, mas esta forma de independência é uma forma de conexão com o estado de coisas, uma forma de dependência. (É impossível para as palavras ocorrer de duas maneiras diferentes, sozinhas e na proposição). (WITTGENSTEIN, 1922, 2.0122)

Desse modo, pode-se afirmar que, dados todos os objetos, estão dados todos os estados de coisas possíveis (WITTGENSTEIN, 1922, 2.0124). Isso leva, inclusive, ao segundo grupo de tópicos que se quer abordar nesta subseção: trata-se da noção de forma. Essa noção, pode, inicialmente, ser explicada do seguinte modo: uma forma consiste em um conjunto de possibilidades de combinação de objetos em estados de coisa; cada “coisa está, por assim dizer, em um espaço de possíveis estados de coisas” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.013). O que, no entanto, seria esse “espaço de possíveis estados de coisas”? Visando fornecer uma resposta minimamente didática para esta questão, iniciar-se-á com alguns exemplos presentes em uma passagem do *Tractatus*:

A mancha no campo visual não precisa ser vermelha, mas esta deve ter uma cor. Esta tem, por assim dizer, o espaço das cores à sua volta. Um tom deve ter uma altura, o objeto do sentido de toque uma dureza, etc. (WITTGENSTEIN, 1922, 2.0131)

Em uma passagem das *Notes on logic* lê-se que as formas e objetos devem ser considerados como os indefiníveis (WITTGENSTEIN, 1914, p. 97). Tal passagem, ao lado da citação acima, pode ajudar a ter uma concepção mais clara daquilo em que consiste uma forma: ora, além das possibilidades de combinação mais gerais do espaço lógico, o qual será melhor trabalhado adiante, há, por assim dizer, possibilidades de combinações de objetos subordinadas a outros espaços de possibilidade. Com isso, para

combinar manchas no campo visual devo, por exemplo, estar subordinado ao seguinte: é essencial para uma mancha no campo visual ter, pelo menos, uma cor; não pode haver uma mesma mancha de duas cores diferentes ao mesmo tempo.⁵⁶

Vemos, pois, que, como se detalhará adiante, a forma possui uma espécie de multiplicidade lógico-matemática interna. O que concederia essa multiplicidade à forma? É bastante difícil fornecer uma resposta definitiva a essa questão, porém é possível dizer que as formas são introduzidas – como condições de possibilidade transcendentais da representação e do conhecimento científico – em um conjunto de axiomas (MORENO, 1976, p. 22).

Essa característica da forma permite que esta seja, também, a condição de possibilidade daquilo que Wittgenstein (1922) denomina uma “figuração”: atinge-se, então, o terceiro grupo de tópicos dos quais se pretende dar conta nesta subseção. O que vem a ser a “figuração”? Como ficará claro, a noção de figuração procura dar conta da própria essência do processo pelo qual as proposições representam o mundo; essa essência da representação é dada a partir do conceito de modelo tal qual usado por pensadores como Hertz (PINTO, 1998, p.158). Desse modo, pode-se afirmar que a “figuração é um modelo da realidade” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.12). Isso significa que, quando se quer representar um fato do mundo, é necessário criar um modelo daquele fato combinando nomes até dar origem a um novo fato (WITTGENSTEIN, 1922, 2.141); esse novo fato é composto por objetos que estão por outros objetos (os nomes) e articulam-se de tal maneira a formar (ou não) uma estrutura que representa um estado de coisas passível de estar no mundo. Mas o que é essa estrutura da qual se acaba de falar? Responder a essa questão leva ao último grupo de tópicos que devem ser estudados nesta subseção:⁵⁷

Que os elementos da figuração estejam combinados uns com os outros de uma maneira definida, representa que as coisas assim estão umas para as outras.

Essa conexão dos elementos da figuração é chamada de sua estrutura, e a possibilidade dessa estrutura é chamada a forma de representação da figuração. (WITTGENSTEIN, 1922, 2.15)

Como é possível ver por esse excerto - assim como pelo que foi dito antes -, os

⁵⁶ É interessante ressaltar aqui que essa maneira de caracterizar as formas no Tractatus mostra que, de alguma forma, Wittgenstein já nessa obra estava consciente do que viria a ser o problema da exclusão das cores (HACKER 1986, p. 71-72). A peculiaridade da manifestação desse problema no Tractatus está em que, nessa obra, Wittgenstein parece pensar que as proposições sobre cores (que se excluem) podem ser reduzidas a proposições elementares que, como se tentará mostrar, são logicamente independentes entre si (HACKER, 1986, p. 71-72).

⁵⁷ É importante que o leitor note que os grupos de tópicos que estão sendo estudados nesta subseção estão demasiado entrelaçados, de modo que cada grupo de tópicos retoma, continua e aprofunda o anterior.

elementos da figuração, normalmente os nomes, devem concatenar-se de modo que o fato de eles estarem de tal maneira posicionados ou concatenados represente a maneira como estão concatenados os elementos do fato afigurado. Nesse contexto, a forma – que é a própria possibilidade da estrutura – deve ser o elemento comum entre a figuração e o fato afigurado, notando-se que a “figuração representa toda realidade cuja forma ela tenha” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.171); a forma da figuração, no entanto, não pode ser afigurada, notando-se que a figuração simplesmente “mostra” tal forma (WITTGENSTEIN, 1922, 2.172). A razão disso é que a figuração “não pode colocar a si mesma fora de sua forma de representação” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.174): no contexto da forma da afiguração existe a relação afiguradora (*representing relation*) que consiste na “co-ordenação entre os elementos da afiguração e as coisas” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.1514); a forma da figuração, sendo a própria condição de possibilidade de tal co-ordenação, jamais pode ser afigurada.

O caso limite dessa situação se encontra na chamada “forma lógica” (WITTGENSTEIN, 1922, 2.18). Esta por sua vez, conforme Moreno (1976, p. 1-2), possui algumas peculiaridades: para Moreno, é possível distinguir dois níveis nas formas a priori propostas pelo *Tractatus*; um desses níveis Moreno denomina “nível das categorias científicas” e o outro de “nível das determinações transcendentais”. Esses níveis, grosso modo, podem ser assim explicados: o nível das categorias científicas consiste, justamente, no nível das formas – como o espaço, tempo, cor – em que é possível introduzir os sistemas de axiomas que são pressupostos por toda a experiência científica do mundo (MORENO, 1976, p. 1); o nível das “determinações transcendentais” é onde se encontram “as exigências transcendentais que condicionam toda nossa experiência linguística do mundo”⁵⁸ (MORENO, 1976, p.1).

Para que essa distinção fique mais clara, é possível fornecer um exemplo: enquanto os “objetos” em particular consistem nos “elementos do domínio do conhecimento científico”⁵⁹ (MORENO, 1976, p. 1), o “objeto”, de uma maneira mais ampla, consiste em uma espécie de princípio *a priori* da própria possibilidade do conhecimento científico em geral (MORENO, 1976, p. 1).

Essa distinção permite perceber a peculiaridade da “forma lógica”; esta, assim como as outras formas, não pode ser representada e, desse modo, não é possível, como se verá, haver uma representação (figuração) cujo valor de verdade seja fornecido a priori

58 les exigences générales qui conditionnent toute notre expérience linguistique du monde.

59 Éléments du domaine de la connaissance scientifique.

(WITTGENSTEIN, 1922, 2.22).

3.13 APROFUNDANDO A FIGURAÇÃO: SINAL E SÍMBOLO PROPOSICIONAL.

Considerando o terceiro grupo de aforismos do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922), o objetivo desta subseção é tratar dos seguintes assuntos: a noção de projeção entendida como elemento necessário à figuração; a noção de sinal proposicional; a noção de símbolo proposicional.

Quanto ao método de projeção, este, enquanto etapa essencial à figuração, consiste no processo pelo qual as partes que deverão constituir uma dada figuração (nomes, por exemplo) são colocadas em uma relação biunívoca com o fato afigurado (PINTO, 1998, p. 152-153); no processo de estabelecimento dessa relação biunívoca, é necessário que se submeta, às possibilidades da forma ou das formas nas quais estão envolvidos, a figuração e o fato afigurado. Isso fica muito claro caso se observe a analogia de Pinto (1998, p. 152) onde um os pontos de um círculo são projetados em uma elipse. Nesse contexto, a projeção é possível na medida em que se respeite os axiomas da forma espacial e na medida em que os pontos do círculo possam ser colocados em uma relação biunívoca com os pontos da elipse.

Perceber esse método de projeção dá mais clareza sobre a concepção da figuração tal qual exposta na subseção anterior: como foi visto (na subseção anterior), a proposição é um fato e isso fica muito mais evidente quando é percebido que (pelo método de projeção) as partes da proposição precisam ser colocadas em uma relação biunívoca com as partes do fato afigurado; a proposição é, além disso, articulada (WITTGENSTEIN, 1922, 3.141), de modo que não é possível reduzir tal proposição a uma classe ou uma mistura de nomes. A proposição deve respeitar os axiomas da forma ou das formas onde é construída.

Isso, inclusive, a leva à importante noção de sinal proposicional: o sinal proposicional consiste no sinal sensível (WITTGENSTEIN, 1922, 3.11) por meio do qual é realizada a projeção; “a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo” (WITTGENSTEIN, 1922, 3.12). Desse modo, como já foi insinuado, o sinal proposicional é um fato (WITTGENSTEIN, 1922, 3.14).

Essa caracterização do sinal proposicional fica muito mais clara quando, como ressalta o próprio Wittgenstein (1922, 3.1431), concebemos tal sinal como composto de

objetos espaciais ao invés de sinais escritos. Nesse contexto, a posição relativa dos objetos espaciais exprimiria o sentido da proposição.

Afirmar isso, no entanto, não significa que o sinal proposicional seja suficiente para dar conta sozinho da complexidade daquilo que constitui o sentido da proposição; com isso, torna-se importante uma segunda noção: trata-se da importante noção de “símbolo proposicional”. O que vem a ser o símbolo proposicional? Para lidar com essa questão, é importante começar definindo aquilo que Wittgenstein entende pela noção de “expressão”: expressões “são tudo aquilo que – essencial para o sentido da proposição – proposições podem ter em comum umas com as outras” (WITTGENSTEIN, 1922, 3.31). Sendo assim, a expressão constitui-se em uma espécie de “forma geral das proposições que caracteriza” (WITTGENSTEIN, 1922, 3.312); se o sinal proposicional é o aspecto sensível da proposição, a expressão é o aspecto estrutural comum a várias proposições. É, justamente, essa concepção de expressão que leva à concepção do símbolo proposicional: o símbolo é, pois, a expressão ou a marca comum entre várias proposições que é essencial para que a proposição exprima o seu sentido.

Esse ponto fica mais claro, se executarmos uma reflexão proposta pelo próprio Wittgenstein: se transformarmos em variável uma parte de uma proposição, “há uma classe de proposições que são os valores da proposição variável resultante” (WITTGENSTEIN, 1922, 3.315); essa classe, no entanto, depende, ainda, daquilo que nós, arbitrariamente, queremos significar com as partes daquela proposição (WITTGENSTEIN, 1922, 3.315). Por outro lado, se “transformarmos em variáveis todos os sinais cujo significado foi arbitrariamente determinado” (WITTGENSTEIN, 1922, 3.315), a classe resultante dependerá apenas da natureza da proposição (não dependerá de qualquer convenção).

Tal reflexão de Wittgenstein pode ser esmiuçada; para isso é necessário, em primeiro lugar, ter-se em vista que, para o filósofo austríaco, as “partes” da proposição (símbolos associados a sinais proposicionais) desempenham seu papel somente no contexto da própria proposição; assim, um nome tem referência apenas em tal contexto (ANSCOMBE, 1965, p. 93). Isso proíbe a concepção de que, em uma proposição do tipo “*aRb*” (por exemplo), pode-se, primeiro caracterizar “*a*”, “*R*” e “*b*” e, depois, estabelecer a maneira de construir a proposição (ANSCOMBE, 1965, p. 93). Com isso, não se pode, por assim dizer, caracterizar os símbolos separadamente (não se pode, por exemplo, afirmar que um símbolo é desse ou daquele tipo); caracterizar um símbolo é representar toda a classe de proposições em que tal símbolo pode ocorrer (ANSCOMBE, 1965, p.

93).

Assim, caso se queira representar um símbolo “a”, deve-se tomar uma proposição em que “a” ocorre e, retendo-se “a”, substituir por variáveis todo o restante da proposição (ANSCOMBE, 1965, p. 93); como afirma Cuter (2009), a proposição é uma espécie de síntese de funções proposicionais. Para tornar isso mais evidente, é interessante se expor uma exemplificação mais detida a partir do próprio texto desse autor (Cuter). Essa exemplificação toma emprestada uma fórmula de *Principia Mathematica*, e, sem se comprometer com muitos dos aspectos dessa obra, tenta usar tal fórmula para elucidar certos posicionamentos de Wittgenstein; a fórmula em questão é: “ $F[f(x,y), a] \vee f(a,b)$ ”

É necessário, em primeiro lugar, fornecer alguns esclarecimentos a respeito dessa fórmula: trata-se de uma disjunção (com o símbolo “ $\vee$ ”) cujo lado direito possui uma função de segunda ordem (“ F ”) que toma como argumentos uma função de primeira ordem (“ $f(x,y)$ ”) e um indivíduo (“ a ”). Considerando-se o complexo edifício da teoria dos tipos lógicos (sumarizado no primeiro capítulo), pode-se afirmar o seguinte: “ a ”, por ser um indivíduo, ocuparia (no esquema russelliano), por assim dizer, térreo do edifício dos tipos; “ $f(x,y)$ ” ocuparia, por ser uma função de primeira ordem, o andar acima do térreo, notando-se que, no contexto em que essa função se encontra (na fórmula mais ampla), x e y não são variáveis (CUTER, 2009, p. 38); “ F ” por ser uma função que relaciona uma função de segunda ordem com um indivíduo se encontra em um andar acima de $f(x,y)$.

Quanto ao lado esquerdo da disjunção, há uma função (“ $f(a,b)$ ”) de primeira ordem que recebe, como argumentos, dois indivíduos “ a ” e “ b ”; acredita-se, pelo que foi dito, ser claro posicionamento desses componentes na teoria dos tipos lógicos. Seguindo-se Cuter (2009, p. 39), poder-se-ia utilizar um esquema numérico capaz de enfatizar os “andares” ocupados por cada componente da fórmula citada: “ $3 [2_{1,1}, 1] \vee 2[1,1']$ ”. Nessa estrutura: o argumento “ $2_{1,1}$ ” tem subscritos que marcam o tipo de argumento que tal função toma; o argumento “ 1 ” não precisa de subscritos, uma vez que as entidades do térreo, seguindo-se as convenções do “condomínio russelliano”, podem ser argumentos, porém não tomar argumentos (CUTER, 2009, p. 39); a aspa “ $'$ ” ao lado do último “ 1 ” marca a diferença entre os dois argumentos.

Pois bem, retomando-se um pouco Wittgenstein, cabe a pergunta: quais são as “expressões” componentes da proposição $F[f(x,y), a] \vee f(a,b)$? Ora como é afirmado em 3.313 do *Tractatus* a expressão “é apresentada por uma variável, cujos valores são as proposições contendo a expressão” (WITTGENSTEIN apud CUTER, 2009, p. 40). Desse modo, seria apropriado denominar “expressão” o resultado da substituição, na proposição

russelliana que se está considerando, do sinal “b” por uma variável do tipo apropriado, ou seja, uma variável que percorra o domínio dos indivíduos (CUTER, 2009, p. 40). Utilize-se, nesse caso, a variável “y”: “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,y)$ ”. É necessário notar, nesse caso, que “y” (em $f(a,y)$) é uma variável real; o *Tractatus* denominaria uma expressão como “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,y)$ ” de uma “variável proposicional”, pois seus valores são proposições (CUTER, 2009, p. 40).

Diferentemente do que ocorreu, por muito tempo, no pensamento de Russell, não há, em Wittgenstein, propriamente o nome “b” (pensando-se no exemplo acima) que deveria ocupar o lugar da variável individual “y” para se obter “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,b)$ ”; aquilo que o filósofo austríaco (no *Tractatus*) chamaria de variável não é a letra “y”, porém é toda a expressão “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,y)$ ”. Assim, a variável individual (no *Tractatus*) carrega consigo toda a estrutura proposicional de que faz parte (CUTER, 2009, p. 40). Isso reflete um ponto profundo, posto que “É somente na proposição que uma expressão tem significado [*Bedeutung*]” (WITTGENSTEIN apud CUTER, 2009, p. 42).

Isso reflete “uma característica importante da semântica das partes proposicionais” (CUTER, 2009, p. 42):

Assim como todo objeto tem uma "forma", dada por sua possibilidade de ocorrer em determinados estados de coisas e não em outros (2.0141), todo nome deve incorporar as possibilidades e impossibilidades sintáticas garantidoras do isomorfismo. Essas últimas devem ser tão constitutivas da natureza do nome quanto as possibilidades e impossibilidades ontológicas são constitutivas da natureza do objeto. (CUTER, 2009, p. 42)

Essa “trama” não é algo que se acrescente, ao nome, “de fora” com o aspecto de uma ordenação; pelo contrário, tal trama é constitutiva da nomeação enquanto tal. Desse modo, o nome correspondente à variável “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,y)$ ” – o nome que deve ser acrescentado a ela para dar origem a uma sentença – jamais poderia ser algo como a letra “b” sozinha (CUTER, 2009, p. 42). Tal nome, tentando-se seguir a proposta do filósofo austríaco, será algo como: “ $\Phi[\phi(x,y) , x] \vee \phi(x,b)$ ” (CUTER, 2009, p. 42). Essa expressão constitui-se em uma variável cujos valores são proposições como “ $F[f(x,y) , a] \vee f(a,b)$ ” e “ $G[f(x,y) , b] \vee f(b,b)$ ” (CUTER, 2009, P. 43).

A tendência, nesse caso, é afirmar que, entre essas duas últimas sentenças, há a coincidência do nome “b” na última posição. “A rigor, porém, o que a designa não é o sinal ‘b’, mas sim esse sinal associado a todas as regras sintáticas que permitem seu aparecimento em certos contextos sentenciais e não em outros” (CUTER, 2009, p. 43). Além disso, ainda seguindo-se Cuter (2009, p. 43), seria prudente denominar “ $\Phi[\phi(x,y) , x] \vee \phi(x,b)$ ” de uma “seção” de um nome ao invés de, simplesmente, um nome. Inclusive,

“ $\Phi[\phi(x,y) , x] \vee \phi(x,b)$ ” e, simplesmente, “ $\phi(x,b)$ ” “são expressões que prefiguram possibilidades de ocorrência do mesmo nome” (CUTER, 2009, p. 44).

Certamente, poder-se-ia dizer muito mais coisas a respeito disso, porém, para fins do presente trabalho, tem-se, a nosso ver, uma melhor compreensão daquilo que Wittgenstein entende pela noção de “símbolo proposicional”. Acreditamos que, com isso, podemos encerrar as temáticas da presente subseção.

3.14 O QUARTO GRUPO DE AFORISMOS: A FINALIDADE DA FILOSOFIA, AS TABELAS DE VERDADE, TAUTOLOGIAS E CONTRADIÇÕES.

Nesta subseção tratar-se-á de alguns tópicos (que interessam a esse trabalho) provindos do difícil quarto grupo de aforismos do *Tractatus logico-philosophicus* (WITTGENSTEIN, 1922). Desse quarto grupo de aforismos, interessa abordar os seguintes tópicos: a questão da necessidade de uma multiplicidade lógica comum à proposição e o fato afigurado; a questão da finalidade da filosofia; as noções de propriedade estrutural interna da proposição e conceito formal;⁶⁰ a introdução das tabelas de verdade; as noções de tautologia e contradição.

Partindo-se, então, desse plano de trabalho, iniciar-se-á, pois, a consideração da necessidade da existência de uma multiplicidade lógica comum à proposição e ao fato afigurado por essa proposição. Em um primeiro momento, essa necessidade consiste, apenas, em uma reafirmação do fato de que deve haver uma forma lógica idêntica entre uma proposição e o fato que essa proposição representa (BLACK, 1971, p. 174). Desse modo, a impossibilidade de representar a multiplicidade lógica (comum à proposição e ao fato) é “um aspecto da impossibilidade de representar a ‘forma da representação’”⁶¹ (BLACK, 1971, p. 174).

Apesar desse, já conhecido, caráter geral da multiplicidade lógica comum à proposição e ao fato, é importante detalhar alguns aspectos relativos a tal multiplicidade. O primeiro desses aspectos é pormenorizado por Black (1971) e diz respeito a uma espécie de definição daquilo em que consiste a multiplicidade lógica comum à proposição e ao fato. Para que essa “definição” fique clara, comece-se imaginando dois fatos

60 É importante mencionar que, embora se trate brevemente da noção de conceito formal (neste trabalho), não se tem a intenção de tratar da noção de série formal e toda a filosofia da matemática associada a essa noção; em geral, privilegiar-se-á (neste trabalho) as noções que melhor dialoguem com temas de teoria do conhecimento tal como aqueles que interessam a Russell (1913).

61 Is an aspect of the impossibility of depicting ‘form of representation’.

representados por “F1” e “F2”; suponha-se que esses fatos (“F1” e “F2”) são, respectivamente, resultado da concatenação dos conjuntos de objetos “(a1, a2, ..., an)” e “(b1, b2, ..., bn)”. Nesse contexto, pode-se dizer que “F1” e “F2” possuem a mesma multiplicidade lógica quando as seguintes condições são satisfeitas: 1- há exatamente, tantos “a’s”, quanto “b’s”; 2- há uma correlação biunívoca entre “a’s” e “b’s” ($aI \leftrightarrow bI$), tal que os objetos correlacionados estão na mesma categoria (a substituição de um nome de “bI” por um nome de “aI” e vice-versa nunca converte sentido em contrassenso).⁶²

Para ilustrar essas “definições”, Black (1971) fornece alguns exemplos extraídos de textos do próprio Wittgenstein. Desses exemplos, cabe destacar o seguinte: suponha-se que se queira representar a sequência dos números por uma série de barras coloridas; nesse caso, ter-se-ia que ter uma cor para representar, também, o número zero, pois, do contrário, não haveria a mesma multiplicidade lógica entre as duas sequências.

Além desse exemplo, cabe aqui detalhar um segundo aspecto relativo à multiplicidade comum à proposição e ao fato. Esse aspecto consiste na crítica de Wittgenstein à metáfora idealista dos “óculos espaciais” com os quais enxergar-se-ia o mundo; para Wittgenstein, essa metáfora é insuficiente, pois não dá conta de explicar a multiplicidade das relações espaciais (WITTGENSTEIN, 1922, 4.0412).

Para se entender essa enigmática passagem do *Tractatus*, lançar-se-á mão de uma determinada passagem dos Notebooks citada por Black (1971):

Óculos azuis podem levar-nos a ver tudo azul. Mas nós não podemos imaginar “óculos” que imporiam relações espaciais onde nada tivesse sido previamente percebido. Nenhuma distorção onipresente da experiência visual pode explicar as propriedades lógicas do espaço visual.⁶³ (WITTGENSTEIN apud BLACK, 1971, p. 177)

Como mostra a citação, é provável que a multiplicidade lógico-matemática da qual os “óculos” idealistas não são capazes de dar conta seja determinada pelo conjunto das regras ou axiomas (ver subseção 3.1.2 deste capítulo) que delimitam uma determinada forma no sentido do *Tractatus*. Desse modo, pode-se muito bem imaginar um mundo visto sob o prisma de um óculos com lentes azuis, porém é impossível inferir, das lentes desses óculos, as possibilidades relativas à substituição ou exclusão de cores na forma “cor” que perpassa o campo visual.

Fornecida essa importante explicação, pode-se encerrar (para os fins deste

62 Com alguma variação, essas duas condições (para a mesma multiplicidade lógica entre dois fatos) podem ser, totalmente, encontradas e explicadas em Black (1971, p. 175-176).

63 Blue spectacles might lead us to see everything blue. But we cannot imagine “spectacles” that would impose spatial relations where none had previously been perceived. No ubiquitous distortion of visual experience can explain the logical proprieties of visual space.

trabalho) a exposição relativa à multiplicidade (lógica) comum à proposição e o fato afigurado. Com isso, se passará ao próximo tópico importante a ser abordado nesta subseção: trata-se da questão da finalidade da filosofia. Sobre essa finalidade, é importante, em primeiro lugar, afirmar o seguinte: a “filosofia não é uma das ciências naturais” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.111); a “palavra ‘filosofia’ deve significar algo que esteja acima ou abaixo, mas não ao lado das ciências naturais” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.111).

Sendo assim, a “filosofia não é uma teoria, mas uma atividade” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.112); essa atividade consiste, fundamentalmente, em uma atividade de elucidação, pois o “resultado da filosofia não é um número de ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.112)

Com esse tipo de “atividade” a filosofia pode limitar “a esfera disputável da ciência natural” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.113); cumpre (à filosofia) “limitar o pensável e assim o impensável” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.114). Paradoxalmente, cumpre (à filosofia) “limitar o impensável de dentro através do pensável” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.114).

Tem-se, desse modo, uma sumária (porém razoável) exposição da finalidade da filosofia tal qual apresentada no quarto grupo de aforismos do *Tractatus*. Com isso, se passará ao terceiro tópico da presente subseção. Esse tópico consiste em uma breve explanação sobre as noções de “propriedade interna” e “conceito formal” tal qual apresentadas no *Tractatus*; para se entender essas noções, é necessário que se lembre que as formas (tais quais estudadas, principalmente, na subseção 3.1.2 deste capítulo) são a condição de possibilidade para que os elementos da figuração estejam combinados, de determinada maneira, em uma estrutura. Quando esse tópico foi estudado (na subseção 3.1.2), viu-se que as formas – principalmente, a forma lógica – não podem ser figuradas, mas tão-somente exibidas.

Caso se lembre disso (da impossibilidade de se afigurar uma forma), pode-se, facilmente, concluir que, se houver relações entre as próprias estruturas (possibilitadas pelas formas), então não se poderá representar essas relações; as estruturas forem tratados quase como objetos que podem, também, ser relacionados, então essas relações não poderão ser representadas. Ora, no seio da lógica, é possível que duas proposições se contradigam ou estejam em uma relação tal que uma se siga da outra; nesse contexto, esse tipo de relação lógica -a contradição ou consequência lógica, por exemplo - não pode ser afigurado, pois ele é mostrado ou exibido (WITTGENSTEIN, 1922, 4.1211).

Entendido esse raciocínio, não é complicada a compreensão do que seja uma “propriedade interna”:

Nós podemos falar em um certo sentido de propriedades formais dos objetos e estados de coisas, ou propriedades de estruturas de fatos, e, no mesmo sentido, de relações formais e relações de estruturas.

(Ao invés de propriedade de estruturas, eu também digo “propriedade interna”; ao invés de relação de estruturas, “relação interna”. (WITTGENSTEIN, 1922, 4.122)

Como se pode ver pela citação (e pelo raciocínio que se vinha desenvolvendo antes), uma “propriedade interna” diz respeito a um tipo de relação lógica entre estruturas que não pode ser afigurada; uma “propriedade é interna se é impensável que seu objeto não possua esta” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.123).

O entendimento dessa noção (propriedade interna ou propriedade formal) pode levar ao entendimento da noção de “conceito formal”: no “sentido em que falamos de propriedades formais, podemos agora falar também de conceitos formais”⁶⁴ (WITTGENSTEIN, 1922, 4.126). Desse modo, se algo cai sob um conceito formal como seu objeto, isso não pode ser expresso por uma proposição (WITTGENSTEIN, 1922, 4.126); se algo cai sob um conceito formal, isso “se mostra no sinal mesmo desse objeto” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.126). Com isso pode-se, a título de exemplo, dizer que um “nome mostra que significa um objeto” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.126).

Vê-se, assim, que os conceitos formais não podem ser representados por funções (a exemplo dos outros conceitos); toda “variável é sinal de um conceito formal” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.1271) “toda variável representa uma forma constante, que todos os seus valores possuem, e que pode ser concebida como uma propriedade formal desses valores” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.1271). Sendo assim, uma variável individual do tipo “x” pode ser tratada como um sinal do pseudoconceito⁶⁵ *objeto* (WITTGENSTEIN, 1922, 4.1272).

Nesse contexto, uma vez que os conceitos formais não podem ser representados, cai-se, necessariamente, em contrassenso quando se tenta criar proposições enumerando ou caracterizando tais conceitos: não se pode dizer coisas como “há objetos”, “há funções”, “há 100 objetos” etc. Além disso – e por esse mesmo motivo – é um contrassenso perguntar pela existência de conceitos formais; nenhuma proposição poderia responder a esse tipo de questão (WITTGENSTEIN, 1922, 4.1274).

Tem-se, assim, uma caracterização introdutória da importante noção de “conceito

⁶⁴ In the sense in which we speak of formal properties we can now speak also of formal concepts.

⁶⁵ Na medida em que os conceitos formais não podem, no sentido mais tradicional, ser representados por funções, tais conceitos (formais), no fundo, são pseudoconceitos.

formal”. Passar-se-á, agora, a uma consideração a respeito da introdução (na filosofia do *Tractatus*) das “tabelas de verdade”; isso permitirá introduzir outras noções importantes como as de “tautologia” e “contradição”.

É interessante começar a tratar desses temas com a seguinte explicação: é possível construir uma tabela que retrate todas as possibilidades de verdade das proposições em função das possibilidades de verdade das proposições elementares. Se construída, essa tabela apresentará, sempre, possibilidades de verdade; nessa fórmula, “n” é o número de proposições elementares que compõe a proposição (ou as proposições) representada (s) na tabela (PINTO, 1998, p. 200).

Ao se entender isso, pode-se facilmente entender o seguinte:

Parece mesmo provável à primeira vista que a introdução de proposições elementares é fundamental para a compreensão de outros tipos de proposição. De fato, a compreensão de proposições gerais depende *palpavelmente* daquela das proposições elementares (WITTGENSTEIN, 1922, 4.411)

Como se pode notar, o entendimento das proposições pressupõe, também, o entendimento das proposições elementares: não se poderia compreender uma proposição geral (quantificada) ou uma proposição que use conectivos lógicos sem se compreender uma proposição elementar.

Sendo assim, fica fácil perceber um método quase mecânico para, a partir das proposições elementares, se compreender e se determinar os valores de verdade das demais proposições; esse método é capaz, também, de encontrar, no processo de determinação dos valores de verdade, dois casos extremos: em um caso (extremo), encontra-se uma proposição que é verdadeira “para todas as possibilidades de verdade das proposições elementares” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.46), notando-se que, nesse caso, diz-se “que as condições de verdade são *tautológicas*” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.46); no outro caso, encontra-se uma proposição que é falsa “para todas as possibilidades de verdade” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.46) das proposições elementares, notando-se que, nesse caso, diz-se que as “condições de verdade são *contraditórias*” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.46).

Com esses dois casos, tem-se dois tipos, respectivos, de proposições: as tautologias e as contradições. Esses tipos de “proposição”, na verdade, não dizem nada; existem várias razões para a ausência de sentido das tautologias e das contradições.

Pode-se começar a compreender isso com um exemplo do próprio Wittgenstein: nada sei a respeito do tempo quando sei que “chove ou não chove” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.461).

Além desse exemplo, pode-se acrescentar outros (argumentos) em favor da ausência de sentido da tautologia e da contradição.⁶⁶ Desses argumentos, é interessante destacar o seguinte: o “produto lógico de uma tautologia e uma proposição diz o mesmo que a proposição” (WITTGENSTEIN, 1922, 4.465), de modo que as coisas se passam como se a tautologia não acrescentasse nada à proposição (as coisas se passam como se a tautologia não dissesse nada).

Temos, desse modo, um entendimento geral daquilo em que (no entender do *Tractatus*) se constituem as tautologias e contradições. Obviamente esse entendimento é bastante rudimentar; apesar disso, é um entendimento suficiente para os fins deste trabalho, de modo que é possível encerrar o conteúdo da presente subseção.

3.15 A CRÍTICA DOS OBJETOS LÓGICOS E A QUESTÃO DO SUJEITO.

Na presente subseção serão abordados dois tópicos importantes do quinto grupo de aforismos do *Tractatus*; esses tópicos são os seguintes: a inexistência de constantes lógicas segundo o *Tractatus*; a questão do sujeito no quinto grupo de aforismos do *Tractatus*.

Seguindo-se, então, esse objetivo, inicie-se a consideração do primeiro tópico listado acima. Para começar a abordar esse tópico, é necessário, primeiramente, tomar algum conhecimento de um detalhe técnico. Esse detalhe diz o seguinte: para “ n ” possibilidades de combinações de valores de verdade, existirão “ n ” funções de verdade. Desse modo, na medida em que existem “4” (quatro) combinações de valores de verdade para funções binárias, deverão existir “ $= 16$ ” funções binárias. Dessas 16 (dezesesseis) funções de verdade binárias, há duas (funções de verdade binárias) que chamam atenção: a função que, em linguagem natural, é traduzida pela palavra “incompatibilidade”, de modo que, para duas fórmulas do cálculo proposicional quaisquer representadas pelas letras “P” e “Q”, é possível escrever fórmulas como “P é incompatível com Q”; a função que, em linguagem natural, é traduzida pela expressão “nem... nem...”, de modo que para duas fórmulas quaisquer “P” e “Q”, é possível escrever fórmulas como “nem P nem Q”.

Por que essas duas funções se destacam com relação a outras? O destaque dado às duas referidas funções se dá porque, em 1913, o lógico Sheffer mostrou que todas as dezesseis funções de verdade podem ser representadas pela “incompatibilidade” ou pela

⁶⁶ É importante lembrar que, embora a tautologia e a contradição não tenham sentido, estas não são contrassensos, pois pertencem ao simbolismo de modo análogo àquele pelo qual o número “0” (zero) pertence ao simbolismo da matemática (WITTGENSTEIN, 1922, 4.4611).

função “nem...nem...” (PINTO, 1998, p. 208). Esse resultado de Sheffer contribui para um dos argumentos de Wittgenstein contra a existência de constantes lógicas: os operadores lógicos (como “ou”, “se...então”, “equivale” etc.) não são relações da mesma natureza que relação inerente à proposição “*a* está à esquerda de *b*”; a razão disso é que os referidos operadores (lógicos) podem, como mostrou Scheffer, ser definidos de modo intercambiável (por meio de um único operador, é possível definir todos os outros). Ora, se é possível reduzir todos os operadores a um único e mesmo operador, esse único operador é opcional (posso usar, tanto a “incompatibilidade”, quanto o operador “nem...nem”); não faz sentido dizer que alguns operadores são privilegiados (com relação à linguagem) ou primitivos (a partir do qual todos os outros operadores poderiam ser reduzidos).

Um argumento quase idêntico a esse aparece no aforismo 5.42 do *Tractatus*. Além desse argumento aparecem outros dos quais serão destacados dois.

Um primeiro dentre esses argumentos envolve o operador lógico monádico da negação. Esse operador, assim como os operadores binários (mencionados no argumento anterior), não pode ser tratado como uma espécie de constante lógica. A razão disso pode ser melhor entendida caso se lembre que, de uma única fórmula negada (objeto do operador de negação) no cálculo proposicional, pode-se deduzir uma infinidade de outras fórmulas: assim, da fórmula negada “ $\sim P$ ”, seguem-se fórmulas como “ $\sim\sim P$ ”⁶⁷ e “ $\sim\sim\sim P$ ”, de modo que isso pode se estender até o infinito; se o símbolo “ $\sim$ ” representasse uma constante lógica que, por isso mesmo, deveria referir-se a alguma espécie de objeto lógico especial, cada fórmula da série iniciada por “ $\sim\sim P$ ” e “ $\sim\sim\sim P$ ” deveria ter um significado inteiramente novo. Além disso, ter-se-ia que colocar perguntas paradoxais como: a dupla negação está, de alguma maneira, contida na afirmação? (WITTGENSTEIN, 1922, 5.44)

Afora esse primeiro argumento, vale destacar um segundo que diz respeito aos quantificadores. Embora estes não sejam, propriamente, funções de verdade, Wittgenstein procura mostrar que eles também não são constantes lógicas. Para isso, se usa um argumento parecido com aquele usado para criticar as “constantes lógicas” que estariam ligadas às funções de verdade: ora, é possível, em muitos casos, definir determinado uso de um quantificador por meio do uso de outro quantificador; assim, por exemplo, a fórmula “ $(x) fx$ ” diz o mesmo que “ $\sim(\exists x) \sim fx$ ” (WITTGENSTEIN, 1922, 5.441). Com

67 Neste contexto, estamos usando o “ $\sim$ ” para representar o operador de negação.

isso, pode-se ver que é bastante arbitrário dizer que um dado quantificador é mais primitivo (que o outro) ou é uma “constante lógica”.

Passar-se-á, em seguida, ao segundo tópico desta subseção: trata-se de abordar o problema do sujeito (ou sujeito metafísico, como veremos melhor) no quinto grupo de aforismos do *Tractatus*. Para se abordar essa difícil problemática, se começará considerando os seguintes aforismos:

5.54 Na forma proposicional geral, proposições ocorrem em proposições somente como base de operações de verdade.

5.541 À primeira vista parece como se houvesse também uma maneira diferente em que uma proposição poderia ocorrer em uma outra.

Especialmente em certas formas proposicionais da psicologia, como “A acredita que *p* é o caso”, ou “A pensa *p*”, etc.

Aqui parece superficialmente como se a proposição “*p*” estivesse com o objeto A em um tipo de relação.

(E na moderna epistemologia (Russell, Moore, etc.) aquelas proposições foram concebidas desta maneira) (WITTGENSTEIN, 1922, 5.54-5.541)

Para lidar com o tipo de problemas apresentados nesses aforismos, Wittgenstein (no aforismo 5.542) propõe a tese de que as proposições de tipo especial mencionadas nesse aforismo (proposições do tipo “A acredita que *p*”, “A pensa *p*”, “A diz *p*” etc.) podem ser reduzidas à forma “‘*p*’ diz *p*” (WITTGENSTEIN, 1922, 5.542). Segundo Black (1971, p. 299), essa tese de Wittgenstein diz, fundamentalmente, o seguinte: ao dizer que todas as proposições do referido tipo (“A acredita que *p*”, “A pensa *p*”, “A diz *p*”) podem ser reduzidas à forma “‘*p*’ diz *p*”, Wittgenstein está querendo afirmar que tais proposições reduzem-se à forma “A profere *S* & *S* diz que *p*” (onde “*S*” deve ser visto como podendo ser substituído pela citação de uma sentença e “&” é um símbolo para o operador lógico de conjunção).

Caso se concorde com essa análise de Wittgenstein, deve-se concluir que reduzir proposições da forma “A acredita que *p*” para a forma “‘*p*’ diz *p*” é o mesmo que dizer que as proposições dessa forma, no fundo, são proposições em que se relacionam dois fatos (um fato figura o outro). Essa conclusão leva a outra que é muito importante para a compreensão dos posicionamentos de Wittgenstein a respeito da noção (filosófica) de alma ou “sujeito”: ora a forma “‘*p*’ diz *p*”, ao sumarizar as formas proposicionais onde um sujeito “A” se relaciona com uma das proposição, mostra que tal sujeito é uma quimera (WITTGENSTEIN, 1922, 5.5421), pois, ao articular dois fatos, tal forma (“‘*p*’ diz *p*”) impõe que o sujeito deveria ser múltiplo; isso, obviamente, é um absurdo, pois uma “alma” (ou sujeito) composta não seria uma alma (WITTGENSTEIN, 1922, 5.5421).

Vê-se, com isso, uma primeira crítica que Wittgenstein, dirige ao “sujeito”. Além dessa primeira crítica, há outras que precisam ser abordadas (neste trabalho). Para expor

essas outras críticas, pode-se iniciar com uma menção aos aforismos 5.62-5.64. Nesses aforismos, encontra-se o célebre argumento que utiliza a analogia entre o olho e o campo de visão.

Esse argumento, de um modo geral, se assemelha ao argumento humeano padrão sobre a impossibilidade de se encontrar o “sujeito” (ou o “eu”) na experiência (HACKER, 1986, p. 82): se “eu” escrevesse um livro intitulado “O mundo como eu o encontro”, eu encontraria (em tal livro) menção ao meu corpo, porém o “sujeito” (o “eu”) não poderia ser mencionado em tal livro, pois eu não o encontro no mundo.

Apesar dessa semelhança entre o argumento de Wittgenstein (para criticar a ocorrência do “eu”) e o argumento humeano padrão, há uma diferença muito importante entre os dois (argumentos): para Wittgenstein, a impossibilidade de se encontrar o “eu” na experiência é uma característica essencial e não contingente deste (HACKER, 1986, p. 82); enquanto, em uma forma humeana de se pensar, faz sentido colocar a questão pela existência do “eu”, para Wittgenstein (no *Tractatus* e nos *Notebooks* que o precederam) essa questão não tem sentido. “O eu não é um objeto. Eu objetivamente confronto todo objeto. Mas não o eu”⁶⁸ (WITTGENSTEIN apud HACKER, 1986, p. 82). Nesse sentido, a própria forma do “eu” (ou sujeito) torna impossível que este (sujeito ou “eu”) seja um objeto; de modo análogo ao fato de que não se pode inferir, do campo de visão, o fato de que este é visto por um olho, não se pode concluir ou pensar a existência do sujeito a partir de objetos.

Temos, desse modo, um segundo argumento contra a noção de sujeito e vemos, nele (no argumento), a própria falta de sentido em se falar do “eu”. Isso significa que as tentativas filosóficas de se falar do “eu” são todas vãs? A resposta a essa questão deve, pelo menos parcialmente, ser negativa; para se entender isso, é necessário recordar-se de que, no aforismo 5.641 do *Tractatus*, Wittgenstein introduz a importante noção de sujeito metafísico (HACKER, 1986, p. 86): é claro que o “eu” com que a filosofia está preocupada nada tem a ver com o ser humano, o corpo humano ou a alma no sentido em que a psicologia se preocupa com esta (HACKER, 1986, p. 86).

Desse modo parece haver, em Wittgenstein (pelo menos no período em que se está estudando), um “eu” transcendental cuja grande inspiração é Schopenhauer (HACKER, 1986, p. 88); o “sujeito não pertence ao mundo: ao invés disso, este é um limite do mundo”⁶⁹ (WITTGENSTEIN apud HACKER, 1986, p. 86). O sujeito referido aí não é o

68 The I is not an object. I am objectively confront every object. But not the I.

69 The subject does not belong to the world: rather, it is a limit of the world.

“sujeito pensante”, mas o “sujeito metafísico”; nenhuma parte da experiência (para Wittgenstein) é *a priori*, embora se possa afirmar “que nossa experiência pertence a nós e não poderia pertencer a outro é *a priori*”⁷⁰ (HACKER, 1986, p. 87).

Essa percepção de um “sujeito metafísico” em Wittgenstein, obviamente, coloca outra importante questão: seria Wittgenstein uma espécie de solipsista? Seguindo Hacker (1986, p. 104), pode-se pensar que as doutrinas do *Tractatus* devem levar a um “Realismo Empírico” e um “Solipsismo Transcendental”. Isso significa que, pelo menos em parte, o que o solipsismo quer dizer está correto; o solipsismo, no entanto, não pode ser expresso na linguagem; que “o mundo é meu mundo se manifesta na identidade dos limites da linguagem – que é minha linguagem – e os limites do mundo – que é meu mundo”⁷¹ (HACKER, 1986, p. 103).

Feito esse comentário, é possível encerrar uma sumária exposição a respeito da problemática do sujeito na filosofia do *Tractatus*. Obviamente, essa exposição permanece incompleta, pois há muitos pontos de vista sob os quais ela poderia ser aprofundada: por exemplo, há, como insinua Hacker (1986, p. 89), toda uma profunda questão ética atrelada às reflexões sobre o sujeito no *Tractatus*. Infelizmente não será possível desenvolver essas questões no espaço do presente trabalho; procurou-se, neste trabalho, limitar a discussão às questões pertinentes ao debate com a teoria do conhecimento de Russell.

3.16 AS PROPOSIÇÕES DA LÓGICA SÃO TODAS TAUTOLOGIAS.

Considerando-se o sexto grupo de aforismos do *Tractatus*, a presente subseção, levando em conta os objetivos da presente tese, tem a finalidade de abordar um único tópico: trata-se da “filosofia da lógica” do *Tractatus*; o fato de que, nessa obra, as proposições da lógica são todas consideradas como tautologias que não possuem sentido.

Para defender essa concepção a respeito das proposições da lógica, Wittgenstein apresenta inúmeros argumentos e pontos importantes. A seguir, serão expostos e considerados alguns desses argumentos e pontos importantes.

Dentre os argumentos, pode-se começar destacando o seguinte: se as proposições da lógica não fossem essencialmente verdadeiras (tautologias), tais proposições poderiam ser tratadas de modo análogo àquelas proposições das ciências naturais. Isso seria,

70

that our experience belongs to us and could not belong to another is *a priori*.

71

That the world is my world manifests itself in the identity of the limits of language – which is my language – and the limits of the world – which is my world.

obviamente, falso, pois tornaria as proposições da lógica bem pouco evidentes; tais proposições seriam como a proposição “todas as rosas são ou amarelas ou vermelhas” (WITTGENSTEIN, 1922, 6.111).

Afora esse argumento, outro ponto importante exposto por Wittgenstein, naquilo que concerne às proposições da lógica, consiste em que, para esse filósofo, é “a marca característica das proposições da lógica que se possa perceber no símbolo somente que elas são verdadeiras” (WITTGENSTEIN, 1922, 6.113). Isso fica mais claro caso se observe um comentário do próprio Wittgenstein:

Que *e. g.* as proposições “ p ” e “ $\sim p$ ” na conexão “ $\sim(p \cdot \sim p)$ ” deem em uma tautologia mostra que elas contradizem uma a outra. Que as proposições “ $p \supset q$ ”, “ p ” e “ q ” conectadas juntas na forma “ $(p \supset q) \cdot (p) : \supset : (q)$ ” deem em uma tautologia mostra que q se segue de p e $(p \supset q)$. Que “ $(x) fx : \supset : fa$ ” é uma tautologia mostra que fa se segue de $(x) fx$, etc. etc. (WITTGENSTEIN, 1922, 6.1201)

Além desse importante ponto, há outro importante ponto que está ligado a ele: como fica claro pela citação acima, é possível, uma vez que as tautologias (proposições da lógica) não dizem nada, passar sem as proposições da lógica e reconhecer as propriedades formais das proposições mediante a mera inspeção dessas proposições.

Além disso, um quarto ponto importante consiste na situação de que a “marca da proposição lógica não é sua validade geral” (WITTGENSTEIN, 1922, 6.1231); é fácil mostrar que uma “proposição não generalizada pode ser tautológica assim como uma generalizada” (WITTGENSTEIN, 1922, 6.1231).

Um quinto ponto importante é o seguinte: na perspectiva de Wittgenstein, a lógica não se constitui em uma teoria, mas é, na verdade, uma “imagem especular do mundo” (WITTGENSTEIN, 1922, 6.13). Na medida em que adquire esse estatuto, a lógica deve ser considerada transcendental.

Com esse quinto ponto, encerramos a exposição a respeito dos aspectos que se queria considerar da “filosofia da lógica” do *Tractatus*. Desse modo, pode-se encerrar a presente subseção e, também, a presente seção. Nesse momento de encerramento, é importante que se afirme o seguinte: as exposições sobre o *Tractatus* feitas aqui foram, intencionalmente, voltadas para certo recorte; a razão disso é que, como mencionado, tem-se a intenção de, apenas, tratar dos temas relevantes para esta pesquisa. Além disso, admite-se que muitas das abordagens deste trabalho mantiveram-se em um nível introdutório (poderiam ser aprofundadas); isso também se deve ao fato de que somente se aprofundou (as exposições) na medida em que elas eram interessantes para o presente trabalho. A esse respeito, vale lembrar que, embora Wittgenstein seja importante, ele não

é, por assim dizer, o “personagem principal” deste trabalho.

3.2 EXPOSIÇÃO DA CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL E DE ALGUNS ASPECTOS DA DIVERGÊNCIA ENTRE ESSES DOIS AUTORES.

Esta seção tem como objetivo abordar as críticas que Wittgenstein dirigiu ao pensamento de Russell, no que tange ao manuscrito de 1913. Além disso, a presente seção tentará apontar alguns aspectos da divergência que existe entre os pensamentos dos dois autores estudados; esses pontos de divergência estão, principalmente, relacionados ao pensamento do *Tractatus* trabalhado na seção 2.2: tem-se o objetivo de, utilizando-se os conceitos do *Tractatus* (expostos na seção anterior), fornecer algumas bases para, em capítulos posteriores desta tese, defender algumas diferenças fundamentais entre os projetos filosóficos de Russell e de Wittgenstein no período que culmina com o *Tractatus*. Essas bases fornecidas dizem respeito principalmente à abordagem que cada um dos autores estudados tem com relação a problemas ligados a temas como “lógica”, “psicologismo” e “psicologia descritiva” (no caso mais específico de Russell).

3.21 OS PONTOS CENTRAIS DA CRÍTICA.

Como mostra o texto de Matos Amaral (2014) parece haver certas divergências entre os comentadores naquilo que tange ao real teor das críticas que Wittgenstein dirigiu a Russell. Sendo assim, o objetivo da presente subseção é apresentar duas linhas de interpretação para tais críticas: uma linha que – considerando a leitura de Griffin (1985) como principal ponto de apoio – é caracterizada por ter a tendência de atribuir um aspecto mais técnico à crítica que Wittgenstein teria dirigido a Russell; a outra linha que, levando em conta autores como Hanks (2007) e Potter (2008), enxerga a questão de maneira mais simples e filosófica. Após apresentar os pontos mais relevantes dessas interpretações, a presente subseção fornecerá um breve comentário final que apontará para o caminho que esta tese pretende seguir diante das críticas dirigidas a Russell.

3.211 A LEITURA DE NICHOLAS GRIFFIN SOBRE A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL.

No manuscrito de 1913, Russell, provavelmente, tinha a intenção de escrever dois volumes: um volume preocupado com a análise e o outro preocupado com a síntese (GRIFFIN, 1985, p. 132). Dessas duas partes, o volume sintético – que, posteriormente, foi retomado em *Our Knowledge of the External World* (RUSSELL, 1914) – teria o objetivo de mostrar como o conhecimento científico poderia ser construído com base nas

premissas epistêmicas apresentadas na primeira parte (GRIFFIN, 1985, p. 132).

Como é sabido, esse projeto nunca veio a termo devido às críticas Wittgenstein, do qual as cartas, segundo Griffin (1985, p. 133), faziam constar, antes da crítica, a “nossos problemas”, notando-se que, depois da crítica, tais cartas passam a referir-se a “seus problemas”. Inclusive, muitas das críticas que, nas *Notes on Logic* (WITTGENSTEIN, 1914) e nas *Notes Dictated to G.E. Moore* (WITTGENSTEIN, 1914), são dirigidas a Russell caracterizam-se por remeter ao livro que o filósofo inglês não publicou.

Como foi visto, Russell, nesse livro, tinha uma epistemologia em dois níveis. No primeiro desses níveis, o conceito central era o de *acquaintance*; o segundo nível estava preocupado com aquilo que – ainda que de uma maneira um tanto equívoca, como veremos – pode ser referido pela expressão “atitudes proposicionais” (GRIFFIN, 1985, p. 133).

Na leitura de Griffin (1985), a chave para a diferença entre os dois níveis referidos está em que as noções de verdade e falsidade surgem no segundo nível, porém não estão presentes no primeiro. Surge aí uma grande dificuldade: na medida em que Russell não tinha a intenção de aceitar proposições entendidas como objetos, relações como “entender” (“julgar”, “acreditar” etc.) não podem, simplesmente, dar-se entre um sujeito e uma proposição (GRIFFIN, 1985, p. 134).

A solução para essa dificuldade é, justamente, a teoria do julgamento entendido como uma relação múltipla. Com isso, a crença de Othello de que Desdemona ama Cassio é analisada como uma relação múltipla que envolve, entre outras coisas, os componentes da sentença “Desdemona ama Cassio”. Nesse caso, aquilo que parecia ser uma proposição (“Desdemona ama Cassio”) pode ser decomposto, de modo que a expressão proposicional se torna um símbolo incompleto que não possui significado em si própria; de modo análogo àquilo que ocorre em uma descrição, tal símbolo incompleto somente adquire significado no contexto de uma atitude proposicional.

Obviamente, de imediato, essa teoria – que nos permite eliminar proposições entendidas como objetos que se relacionariam a um sujeito – traz um problema: trata-se do célebre problema da direção. Em um primeiro momento, a principal característica desse problema é que ele impõe, à teoria de Russell (do julgamento como relação múltipla), a necessidade de explicar o seguinte: como explicar a diferença entre as crenças (de Othello, supostamente) “Desdemona ama Cassio” e “Cassio ama Desdemona”. Na leitura de Griffin (1985, p. 135), esse problema é apenas uma das manifestações de um

problema mais amplo: na medida em que, no contexto da crença, a relação “ama” ocorre como um objeto, não haveria nada que permitiria distinguir a crença de Othelo (“Desdemona ama Cassio”) de um contrassenso qualquer (como “ama Cassio Desdemona”). Esse era o grande problema que impulsionou todas as reflexões de Russell que culminam na versão da teoria do julgamento que está no manuscrito de 1913 (GRIFFIN, 1985, p. 135).

Essa versão de 1913 da teoria do julgamento (ou do juízo), na visão de Griffin (1985, p. 136), já mostrava uma consciência do problema mais amplo a partir do qual é possível derivar o problema da direção. Desse modo, Russell, em 1913, introduz um novo componente no contexto do juízo (ou julgamento): trata-se da forma dos complexos. Assim, a crença de Othelo de que Desdemona ama Cassio é uma relação entre: “Othelo”, “Desdemona”, “Cassio”, “ama” e a forma dos complexos diádicos. Desse modo, “crenças distorcidas” (ou contrassensos) ficariam excluídos, uma vez que não há uma forma em que um indivíduo relacione outro indivíduo a uma relação de primeira ordem (GRIFFIN, 1985, p. 136).

Além da introdução dessa solução referente à forma dos complexos, o manuscrito de 1913 traz inovações no que tange ao problema da direção em uma acepção mais estrita: trata-se do método para transformar relações homogêneas em relações heterogêneas (GRIFFIN, 1985, p. 137-138).

Passemos, agora, a uma exposição mais direta da crítica que Wittgenstein dirigiu a Russell: a crítica (de Wittgenstein) à teoria do julgamento do filósofo inglês iniciou-se um pouco antes que tal filósofo começasse a se dedicar ao manuscrito de 1913. Em uma carta de Janeiro de 1913, o filósofo austríaco já chamava a atenção de Russell para o fato de que as primeiras versões que este elaborou para a teoria do juízo não evitavam a possibilidade de se julgar um contrassenso (problema da direção em uma acepção mais ampla). Assim, como, segundo a teoria do julgamento de Russell, seria possível evitar que se julgasse um contrassenso do tipo “mortalidade é Sócrates”?

Na visão de Griffin, embora não se possa estar seguro disto, foi o próprio Wittgenstein que, por meio dessa objeção, levou Russell a introduzir a forma lógica como componente de um juízo (ou julgamento).

Pelo menos em parte, isso é sugerido pela correspondência entre Russell e Ottoline Morrell: enquanto Russell escrevia a parte (de *Theory of Knowledge*) que trata de *acquaintance* com relações, Wittgenstein foi até o filósofo inglês (GRIFFIN, 1985, p. 139). Esse episódio é bem colocado em:

... com a refutação da teoria do julgamento que eu costumava manter. Ele estava certo, mas eu acho que a correção necessária não é muito séria. Eu terei que me decidir dentro de uma semana, pois logo chegarei ao julgamento [na redação de *Theory of Knowledge*] (RUSSELL apud GRIFFIN, 1985, p. 139).⁷²

É interessante notar nessa passagem que o fato de Russell mencionar que Wittgenstein havia refutado a teoria do julgamento que ele costumava manter sugere que Russell teria considerado a versão mais recente da teoria protegida contra as críticas de Wittgenstein.

Apesar disso, poder-se-ia, em um primeiro momento, questionar o fato de Russell ter entendido a crítica de Wittgenstein, na referida carta de janeiro de 1913, em toda sua profundidade (GRIFFIN, 1985, p. 140). Para se entender isso melhor, cumpre dizer que, na leitura de Griffin (1985, p. 140), as restrições trazidas pela forma lógica, introduzida na teoria de Russell, são restrições de tipos, isto é, referentes à teoria dos tipos lógicos: as restrições impostas pela forma lógica de um juízo ou julgamento são restrições que mostram, por exemplo, que “Sócrates” e “ser mortal” não pertencem a um mesmo tipo lógico; assim, não se poderia produzir algo como “mortalidade é Sócrates”. O problema aí é que, ao tratar “mortalidade” e “Sócrates” como nomes, Russell faz com que essas expressões se comportem como se pudessem ser argumentos de um mesmo tipo de função, de modo que as restrições de tipo lógico não funcionariam muito bem aí.

Ainda que Russell, provavelmente, não tenha dado atenção a esse problema, este não chega a constituir-se em um obstáculo insuperável, uma vez que, fazendo-se as devidas adaptações, seria possível salvar a teoria do filósofo inglês (GRIFFIN, 1985, p. 140): a definição que Russell dá para um individual teria de ser modificada, porquanto o filósofo havia definido essa noção como dizendo respeito àquilo que não é nem função, nem proposição, de modo que mister seria modificar essa definição e introduzir universais como uma categoria lógica distinta); Russell não poderia interpretar relações, à medida em que estas ocorrem como termos da relação de crença, como funções ou relações relacionantes. Nesse último caso, inclusive, poder-se-ia admitir que os termos da relação de crença são de tipos lógicos diferentes (GRIFFIN, 1985, p. 141).

Apesar dessas modificações passíveis de serem feitas na teoria de Russell, o filósofo inglês, ao introduzir o método para transformar relações homogêneas em heterogêneas, toma um caminho mais radical em *Theory of Knowledge*. Esse caminho

⁷² with a refutation of the theory of judgment which I used to hold. He was right, but I think the correction required is not very serious. I shall have to make up my mind within a week, as I shall soon reach judgment [in the writing of *Theory of Knowledge*].

radical, contudo, parece pressupor que a crítica de Wittgenstein não se aplica ao caso das relações simétricas; Russell parece ver os complexos que contêm essas relações, de modo que a mera enumeração de nomes simples determina o significado do complexo (GRIFFIN, 1985, p. 141). Nesse aspecto, o filósofo inglês chega a defender que complexos que contêm relações simétricas podem ser nomeados.

Com esse posicionamento de Russell, se considerarmos o próprio ponto de vista de Wittgenstein nas *Notes on Logic*, veremos que os dois autores divergiam, principalmente, no seguinte: para Russell apenas os complexos que contêm relações assimétricas tinham aquilo se poderia chamar de um sentido, de modo que, se fosse possível reduzir tais complexos àqueles que possuem uma relação simétrica, o filósofo inglês seria capaz de defender sua teoria do julgamento com facilidade; Wittgenstein, por sua vez, via coisas de modo a considerar que todas as proposições tinham sentido (GRIFFIN, 1985, p. 141-142).

A divergência entre Russell, no que tange ao pensamento do manuscrito de 1913, e Wittgenstein se tornou mais aguda na crítica que este último, supostamente, dirigiu àquele quando o foi visitar no momento em que era escrito o primeiro capítulo da segunda parte de *Theory of Knowledge*; este capítulo, como é sabido, trata da atitude proposicional de se entender uma proposição, notando-se que é o primeiro momento de *Theory of Knowledge* em que a teoria do juízo aparece de modo mais claro. Na referida visita, Russell teria mostrado a Wittgenstein um ponto crucial do seu trabalho; diante disso Wittgenstein teria feito as célebres críticas que fizeram com que Russell “sentisse nos ossos” que sua teoria do juízo ou julgamento tinha problemas (GRIFFIN, 1985, p.142).

Esse encontro entre Wittgenstein e Russell é relatado pelo filósofo inglês em uma carta à Lady Ottoline Morrell; na carta, Russell afirma que não pôde entender a objeção de Wittgenstein, porquanto este estaria sendo muito inarticulado. Apesar disso, Griffin (1985, p. 142) parece defender que a referida objeção poderia ser lida em:

Eu posso agora expressar exatamente minha objeção à sua teoria do julgamento: eu acredito que é óbvio que, de uma prop[osição] “A julga (digamos) que *a* tem uma rel[ação] *R* com *b*”, se corretamente analisada, a prop[osição] “ $aRb \vee \sim aRb$ ” deve se seguir diretamente sem o uso de qualquer outra premissa. Essa condição não é preenchida por sua teoria.⁷³ (WITTGENSTEIN apud GRIFFIN, 1985, p. 142)

Na perspectiva de Griffin (1985, p. 142-143), essa seria a objeção de Wittgenstein

⁷³ I can now express my objection to your theory of judgment exactly: I believe it is obvious that, from the prop[osition] “A judges that (say) *a* is in the Rel[ation] *R* to *b*”, if correctly analysed, the prop[osition] “ $aRb \vee \sim aRb$ ” must follow directly without the use of any other premiss. This condition is not fulfilled by your theory.

à teoria de Russell, e isso pode ser provado recorrendo-se a duas coisas: em primeiro lugar, a própria sentença (“Eu posso agora expressar exatamente minha objeção à sua teoria do julgamento”) que abre o trecho citado denuncia que tal trecho remete à objeção que Wittgenstein queria dirigir ao seu professor e amigo; além disso, há uma carta de 22 de Julho de 1913 em que Wittgenstein afirma sentir muito que a objeção tivesse paralisado Russell. Esse último ponto é importante pelo seguinte motivo: a objeção que Wittgenstein teria feito ao visitar Russell, provavelmente, não paralisou o filósofo inglês imediatamente, visto que ele continuou a redação de seu manuscrito de 1913; uma completa compreensão do dano que Wittgenstein, com sua objeção, teria causado não ocorreu a Russell até a terceira semana de junho de 1913. Ora, na medida em que o trecho citado acima é de uma carta de junho, é provável que tal carta tenha tido importante papel no processo que levou à interrupção da redação de *Theory of Knowledge*.

Por óbvio, uma vez que se aceita que tal carta expõe corretamente o que é mais essencial na objeção de Wittgenstein contra a teoria de Russell, surge a questão: qual é o modo mais adequado de se ler a objeção? Na leitura de Griffin (1985, p. 144-145), a resposta pode começar a ser construída da seguinte forma: a tautologia (“ $aRb \vee \sim aRb$ ”) que Wittgenstein na carta mencionada exige como consequência necessária de um julgamento está relacionada com uma proposição do *Principia Mathematica*, qual seja: “ $(aRb \vee \sim aRb) \rightarrow ((xRy \vee \sim xRy) \leftrightarrow ((x = a \ \& \ x = b) \vee (x = a \ \& \ \sim x = b) \vee (\sim x = a \ \& \ x = b) \vee (\sim x = a \ \& \ \sim x = b)))$ ”. Essa proposição deve ser entendida assim: se aRb é significativa, então xRy é significativa se e somente se x e y são ambos idênticos ou não idênticos a a e b ; além disso a referida proposição é utilizada para provar que quaisquer dois tipos com um membro em comum são idênticos.

Segundo Griffin, a referida proposição do *Principia Mathematica* seria uma premissa necessária para provar que, na teoria do juízo de Russell, uma dada proposição julgada aRb é significativa (MATOS AMARAL, 2014, p. 66). A razão disso é a seguinte: considere-se uma versão da forma geral em que Russell, em sua teoria do julgamento, analisa uma crença referente a um complexo qualquer “ aRb ”; tal versão expressa-se na fórmula “ $B(S, a, R, b, \Sigma)$ ” onde “ Σ ” representa a forma lógica de uma dada proposição. Essa análise é suficiente para garantir que a proposição resultante do julgamento (referente a “ aRb ”) é significativa? Segundo Griffin (1985, p. 144), a resposta a essa questão deve ser a seguinte: em primeiro lugar, a inserção da forma lógica – que tem papel análogo ao de uma espécie de cópula – é problemática, pois, ao se tratar a forma como parte da proposição, cai-se em um regresso infinito do mesmo tipo que um lógico

aristotélico cairia se tivesse de tratar a cópula como uma parte substancial da proposição; para que a referida proposição seja significativa precisamos estipular que “a” e “b” são indivíduos, “R” é uma relação de primeira ordem, e “ $\sum$ ” é a forma lógica dos complexos diádicos de primeira ordem.

Essas estipulações seriam inaceitáveis, posto que elas pressupõem juízos adicionais: para analisar o tipo de juízo mais elementar, seria necessário pressupor juízos de ordem superior. Um exemplo disso é o seguinte: “para julgar que *a* e *b* são argumentos adequados para uma relação de primeira ordem, seria necessário um julgamento superior ao de primeira ordem” (MATOS AMARAL, 2014, p. 67). Isso para Russell é extremamente problemático, uma vez que o próprio filósofo defendeu que os juízos de ordem mais elevada devem ser definidos com base em juízos de ordem menos elevada (MATOS AMARAL, 2014, p. 67).

A única saída para esse problema seria, na visão do próprio Griffin (1985, p. 144-145), a possibilidade de Russell assumir que sua teoria permite que um dado sujeito julgue um contrassenso. Essa possibilidade, no entanto, é vedada, uma vez que o filósofo inglês, para lidar com o problema do falso - e não assumir entidades correspondentes às proposições falsas-, descartou a ideia de proposições entendidas como entidades existentes independentemente do contexto de atitudes proposicionais: se Russell assumisse que sua teoria do juízo ou julgamento permite que um sujeito julgue um contrassenso, o sentido das proposições não mais seria estabelecido no contexto de uma atitude proposicional, de modo que tais proposições adquiririam autonomia; assim, se aceitarmos a leitura de Griffin, a crítica de Wittgenstein leva Russell à incapacidade de fundamentar sua teoria com a teoria dos tipos, e à incapacidade de aceitar que sujeitos julguem contrassenso. Nesse contexto, a única saída seria o abandono da concepção de julgamento desenvolvida no manuscrito de 1913.

3.212 A CRÍTICA DE WITTGENSTEIN A RUSSELL SEGUNDO PETER W. HANKS.

A crítica de Wittgenstein a Russell foi, amplamente, interpretada como sendo uma discussão concernente a restrições de tipos (tipos lógicos) sobre julgamentos (HANKS, 2007, p. 1): poder-se-ia julgar que um individual possui uma propriedade, ou que dois individuais mantêm certa relação, ou etc. Apesar disso, não se pode julgar, por exemplo, uma combinação consistindo de três indivíduos (HANKS, 2007, p. 1); tentar julgar uma

combinação de três indivíduos resulta em contrassenso. Assim, o grande problema para Russell deveria ser o de que nada, na teoria do filósofo inglês, exclui combinações que resultam em contrassensos. Além disso, o filósofo inglês não poderia acrescentar condições da análise do julgamento que excluíssem contrassensos sem minar o apoio à teoria dos tipos lógicos (HANKS, 2007, p. 1).

Essa seria, segundo Hanks (2007, p. 1), a interpretação convencional no que tange à crítica que Wittgenstein dirigiu a Russell. Apesar disso, o referido autor (Hanks) se diz convencido de que tal interpretação convencional é um erro: o problema que Wittgenstein levantou para Russell tem uma ligação meramente indireta com as restrições de tipos para julgamentos (HANKS, 2007, p. 1). Assim, o autêntico problema que Wittgenstein levantou contra a teoria do julgamento de Russell é o problema da unidade da proposição (HANKS, 2007, p. 2); Wittgenstein mostrou a Russell que o próprio problema que minava a concepção da proposição de Russell minava também o modo russelliano de abordar o julgamento (HANKS, 2007, p. 2).

Considerando essa nova interpretação a respeito da crítica que Wittgenstein dirigiu a Russell, Hanks propõe-se a dividir sua argumentação em três momentos: reapresentação da teoria (do juízo ou julgamento) de Russell; uma consideração a respeito das leituras padrões a respeito da crítica de Wittgenstein a Russell; exposição das bases de uma nova interpretação da referida crítica.

No que tange, pois, à teoria de Russell, Hanks começa retomando a, já citada, célebre visita de Wittgenstein a Russell, ocasião em que esse, como já foi visto, teria sentido nos ossos que Wittgenstein estava correto em suas críticas.

De qualquer forma, o filósofo inglês continuou a escrita de seu manuscrito e o interrompeu apenas quando tal manuscrito já contava com 350 páginas (HANKS, 2007, p. 3). As razões mais imediatas para esse abandono seriam problemas com o tratamento de julgamentos moleculares; contudo, se tornou claro para Russell com o passar do tempo que o problema mais fundamental tinha sido colocado por Wittgenstein:

Tudo que deu errado comigo ultimamente vem do ataque de Wittgenstein ao meu trabalho. Foi muito difícil ser honesto sobre isso, pois torna uma grande parte do livro que eu pretendia escrever impossível nos próximos anos, provavelmente... Eu devo estar afundado – é a primeira vez na minha vida que eu falhei honestamente no trabalho.⁷⁴ (RUSSELL apud HANKS, 2007, p. 3)

Já foi dito à exaustão que os ataques mencionados se direcionavam à teoria do

⁷⁴ All that has gone wrong with me lately comes from Wittgenstein's attack on my work – I have only just realized this. It was very difficult to be honest about it, as it makes a large part of the book I meant to write impossible for years to come probably ... I must be much sunk – it is the first time in my life that I have failed in honesty over work.

julgamento como relação múltipla; segundo essa teoria, quando um sujeito julga que a é F , tal sujeito está em uma relação de muitos termos envolvendo a e F . Na visão de Hanks (2007, p. 4) a forma lógica dessa relação é “Juízo (S , a , F)”.

Essa postura teórica de Russell, na percepção de Hanks (2007, p. 4), vinha se desenvolvendo, pelo menos, desde 1906; até então, o filósofo inglês mantinha que julgamentos são, por assim dizer, relações de dois lugares ocupados, respectivamente, por sujeitos e proposições (HANKS, 2007, p. 4). Nesse modo de ver, as proposições eram entidades estruturadas compostas de objetos, propriedades e relações (HANKS, 2007, p. 4); um exemplo desse tipo de proposição poderia ser “ A é diferente de B ”, notando-se que essa proposição se constitui de A , B e a relação de “diferença” (HANKS, 2007, p. 4). A partir daí, o próprio Russell insistia que a mera classe caracterizada por conter esses constituintes não era a proposição; a proposição precisa ser unificada de alguma forma.

O filósofo inglês pensava que essa unidade, no caso do exemplo citado, seria propiciada pela própria relação de “diferença”: na proposição “ A é diferente de B ”, a relação de diferença é, por assim dizer, a cola que unifica “ A ” e “ B ” na proposição (HANKS, 2007, p. 4). Seguindo essa linha de pensamento, Russell distingue entre (i) relação de “diferença” que relaciona os termos (em uma proposição); e (ii) relação de “diferença” enquanto esta é um termo, isto é, uma entidade independente e autossustentada: “Parece ser fato que a relação é uma coisa quando esta relaciona, e outra quando é enumerada como termo em uma coleção” (RUSSELL apud HANKS, 2007, p. 5). Um exemplo de situação em que a relação de diferença ocorre como termo é o conjunto $\{A, B, \text{“relação de diferença”}\}$.

Por certo, toda essa postura de Russell sobre a unidade da proposição coloca, de imediato, uma questão: o que é, para a relação de diferença relacionar A e B ? Essa questão se torna mais difícil, caso se lembre que, na época a que se está referindo, a proposição, para Russell, constitui-se também em um fato, vale dizer, em uma ligação entre as próprias entidades abordadas; seria difícil, nessa situação, entender o que daria unidade à proposição falsa (HANKS, 2007, p. 5-6). Além disso, supondo-se, para usar o exemplo anterior, que A e B não fossem diferentes, o que corresponderia à sentença “ A é diferente de B ”? À evidência, não haveria uma proposição para a sentença “ A é diferente de B ”; dever-se-ia, pois, assumir a impossibilidade de se julgar “ A é diferente de B ” (HANKS, 2007, p. 6).

Esse tipo de situação levou o filósofo inglês a extremos: Russell chegou a tratar verdade e falsidade como sendo análogas de propriedades sensoriais imediatas; algumas

proposições seriam verdadeiras ou falsas como algumas rosas são vermelhas e brancas (HANKS, 2007, p. 6).

Obviamente, Russell não se via satisfeito com isso e, conforme o seu pensamento evoluiu, o filósofo pôde estender a teoria das descrições para pensar as próprias proposições (HANKS, 2007, p. 7). A partir daí proposições passaram ser pensadas apenas no contexto de uma atitude proposicional, e passou-se a refletir a respeito de complexos como “Othelo julga que Desdemona ama Cássio”; no nível da forma lógica, a expressão é decomposta em “Desdemona, Cássio e “ama” (HANKS, 2007, p. 7): “*Julgar (Othelo, Desdemona, Cássio, “ama”)*”.

Uma primeira vantagem dessa teoria é a possibilidade de se reafirmar a teoria da verdade como correspondência: as proposições são tratadas como portadores primários de verdade e falsidade por atos de julgamento (HANKS, 2007, p. 8); pode-se afirmar que um julgamento é verdadeiro quando há um fato correspondente (HANKS, 2007, p. 8).

Essa aparentemente vantajosa teoria do julgamento foi, entre 1910 e 1913, bastante refinada por Russell; esses refinamentos culminaram na introdução de formas lógicas como constituintes dos julgamentos (HANKS, 2007, p. 9). Essas formas lógicas são fatos muito gerais como, por exemplo, o fato de que alguma coisa mantém uma relação com alguma coisa; Russell utilizou, para os fins de simbolizar esse fato geral, a fórmula “ $R(x, y)$ ” (HANKS, 2007, p. 9). Com isso, a forma lógica de “Othelo julga que Desdemona ama Cássio” é: *Julgar (Othelo, Desdemona, Cassio, Ama, $R(x, y)$)*.

A inclusão de formas lógicas nesse esquema devia-se à intenção de resolver dois problemas: o primeiro era o de ordenar os termos do julgamento; o segundo era o de explicar como o sujeito unifica os termos em um julgamento (HANKS, 2007, p. 9). Com esse propósito, a ideia de Russell era que o sujeito associa os constituintes do julgamento com os componentes da forma lógica (HANKS, 2007, p. 9). Assim, (em $R(x, y)$) Othelo associa amor com R , Desdemona com x e Cássio com y (HANKS, 2007, p. 9). Isso deveria fixar a ordem dos constituintes do julgamento, e, conseqüentemente distinguir “Desdemona ama Cássio” de “Cássio ama Desdemona” (HANKS, 2007, p. 9). Não é claro, entretanto, que a fórmula lógica consiga cumprir a função almejada por Russell; uma das razões disso é que a forma lógica de “Othelo julga que Desdemona ama Cássio” e “Othelo julga que Cássio ama Desdemona” é a mesma, ou seja, *Julgar (Othelo, Desdemona, Cassio, Ama, $R(x, y)$)*. Além disso, o simples fato de se parear amor com R , Desdemona com x e Cássio com y não é suficiente para gerar um julgamento com valor de verdade. Como se verá melhor, na leitura de Hanks (2007), essa situação está

intimamente relacionada com a objeção levantada por Wittgenstein.

Passar-se-á, agora, a uma consideração mais detida sobre tal objeção. Pode-se, nesse caso, ignorar muitos dos refinamentos introduzidos por Russell em sua teoria, pois, na visão de Hanks (2007, p. 10), a crítica de Wittgenstein vai direto ao coração da teoria do julgamento como relação múltipla. Para iniciar o tratamento dessa crítica, Hanks (2007, p. 10) cita três passagens célebres. A primeira dessas passagens consiste no, já citado, trecho em que Wittgenstein afirma que, de um julgamento envolvendo uma proposição como “*a* tem uma relação *R* com *b*”, deve-se seguir, sem o uso de qualquer outra premissa, a proposição “ $aRb \vee \sim aRb$ ”, a teoria defendida por Russell não preencheria esse critério; a segunda passagem citada por Hanks consiste em uma passagem das *Notes on logic* em que toda teoria do julgamento deve tornar impossível julgar “esta mesa porta canetas o livro” (WITTGENSTEIN apud HANKS, 2007, p. 10).

Além dessas duas passagens, há uma passagem do *Tractatus*: a “correta explicação da forma da proposição, “A faz o julgamento *p*”, deve mostrar que é impossível para um julgamento ser um caso de contrassenso” (WITTGENSTEIN apud HANKS, 2007, p. 11).

Comentadores dessa e das outras passagens citadas têm, na visão de Hanks (2007, p. 11), interpretado tais passagens em termos de restrições de tipos concernentes aos julgamentos. Desse modo, “Othelo julga que Desdemona Cássio Iago” seria um contrassenso, posto que os constituintes do julgamento devem ser de certo número e variedade de tipos - por exemplo, dois individuais e uma relação diádica de individuais.

Esse tipo de interpretação – da qual Griffin é um representante – não é aceitável (na visão de Hanks), uma vez que Russell teria uma resposta para a suposta crítica a que ele (o tipo de interpretação referido) menciona. Para se entender essa objeção, deve-se lembrar que (como foi visto) Griffin afirmava que, para que $B(S, a, R, b, \Sigma)$ fosse significativa, deveriam haver estipulações na forma de novas premissas que trariam problemas para Russell.

De acordo com Hanks (2007, p. 12-14) tais premissas não seriam necessárias, pois a própria concepção de uma fórmula bem formada no contexto da teoria dos tipos já daria conta de mostrar que uma estrutura como “Othelo julga que Desdemona Cássio Iago” seria, em si, um contrassenso.

Para se expor, brevemente, essa postura de Griffin, pressupor-se-á alguns fragmentos da notação da concepção formal da teoria dos tipos. Considere-se, então, *f*,

$a_1, a_2, \dots, a_n$ são variáveis ou constantes; então, f deve ser do tipo $(b_1, b_2, \dots, b_n)^{75}$, onde $b_1, b_2, \dots, b_n$ são dos tipos $a_1, a_2, \dots, a_n$, para que tal fórmula (f) seja bem formada.

Para se aplicar esse princípio, é necessário, primeiramente, entender que a fórmula “A julga que aRb ” remete, na formalização mais simples que Russell lhe atribuiu, a uma relação (a relação de julgar) que pertence ao tipo $(i, i, i, (i, i))$; a relação de julgar, portanto, não pode, sob pena de contrassenso, assumir a forma Othelo julga que Desdemona Cássio Iago”, pois isso não seria uma fórmula bem formada para tal relação:

Cada predicado “julgamento” pertence a algum tipo e, assim, pode ser, significativamente, combinado com uma coleção de expressões quando e somente quando aquelas expressões pertencem aos tipos apropriados, i. e. tipos que permitem que essas expressões se combinem em uma frase bem formada com um valor de verdade.⁷⁶ (HANKS, 2007, p. 14)

Russell teria, assim, uma possível resposta à crítica apresentada por Wittgenstein se Griffin estiver correto. Essa resposta é reforçada pela situação de que: fatos sobre o que é julgável não determinam, metafisicamente, as distinções de tipos (HANKS, 2007, p. 15); isso significa que fatos sobre o que é julgável não fazem ser o caso que uma dada entidade pertença a algum tipo. Sustentar o contrário disso comprometeria Russell com um idealismo radical (HANKS, 2007, p. 15). Assim, não são necessárias premissas à maneira do que pretende Griffin: distinções de tipos determinam, metafisicamente, quais julgamentos são possíveis (HANKS, 2007, p. 16): o fato de que a relação de julgamento pertence a certo tipo faz com que Desdemona, Cássio e Iago não sejam, por si próprios e na ausência de uma relação, possíveis termos de uma relação de julgamento (HANKS, 2007, p. 16).

Além disso, há, ainda, outras razões pelas quais leituras como as de Griffin, a propósito das interpretações padrões da crítica de Wittgenstein a Russell, estariam equivocadas (segundo Hanks). Essas razões são fundamentalmente duas que resumiremos a seguir.

A primeira razão está relacionada com o fato de que muitos comentadores de linha similar à de Griffin argumentam que haveria uma segunda objeção dirigida por Wittgenstein à teoria de Russell, de modo que as duas objeções conjuntamente teriam levado Russell a abandonar sua teoria; a segunda objeção estaria relacionada com a forma

⁷⁵ É importante notar que, neste contexto, vale, em consonância com os fragmentos de exposição formal do primeiro capítulo, o pressuposto de que, se $b_1, b_2, \dots, b_n$ são do tipo n , $(b_1, b_2, \dots, b_n)$ indica uma presença de uma relação (e/ou propriedade) do tipo $n + 1$; por exemplo, em $f(b_1, b_2, \dots, b_n)$, f é do tipo $n + 1$.

⁷⁶ Each judgment predicate belongs to some type and so it can be meaningfully combined with a collection of expressions when and only when those expressions belong to the appropriate types, i.e. types that allow those expressions themselves to combine into a well-formed sentence with a truth-value.

lógica que ganha destaque na versão de 1913 da teoria do julgamento.

Contra o uso dessa segunda objeção, para defender a interpretação padrão da crítica de Wittgenstein a Russell, Hanks argumenta que a noção de forma lógica era específica da versão de 1913 e não teria forçado Russell a abandonar sua teoria.

Por fim, uma terceira razão pela qual a interpretação padrão estaria equivocada é que há pouquíssima menção aos tipos lógicos nos textos de Russell e Wittgenstein pertinentes ao tema do debate entre os dois autores aqui estudados (HANKS, 2007, p. 19-23).

No que tange à própria interpretação de Hanks da crítica de Wittgenstein, aquele autor retoma certa passagem das *Notes on logic* em que Wittgenstein reflete sobre a possibilidade de (em uma teoria do julgamento) se pensar o julgamento de uma proposição negativa (uma proposição do tipo “não- p ”).

Considerando isso, suponha-se que se queira pensar o julgamento de uma proposição do tipo “ a não mantém a relação R com b ”. Nesse caso, não se teria outra escolha a não ser pensar a negação como uma relação triádica mantida entre a , b e R (HANKS, 2007, p. 24); surge, assim, a questão: o que é negado em “ a não mantém a relação R com b ”? Dada a teoria do julgamento como relação múltipla, a resposta deve ser que a , b e R são negados. Essa resposta, contudo, não faz sentido algum, pois não faz sentido negar dois objetos e uma relação (HANKS, 2007, p. 24). Isso mostra que o todo de uma proposição deve ser mencionado em uma negação, e não se pode representar tal negação em formas como “ $Não(a, b, R)$ ” (HANKS, 2007, p. 24).

Eis o grande problema, na leitura de Hanks, que Wittgenstein soube enxergar no coração da teoria de Russell: de acordo com a teoria do juízo (ou julgamento) como relação múltipla um dado sujeito A julga a , R e b . Isso, entretanto, leva a casos absurdos como o mencionado acima. Generalizando essa situação, pode-se pensar o seguinte: ao se afirmar que “ A julga que p ”, se está, na verdade, afirmando “ A julga que p é verdade”; o grande problema é que se isso for aplicado à teoria de Russell no caso em que um dado sujeito julga aRb , ter-se-á de concluir que o referido sujeito julga que a , b e R é verdadeiro (HANKS, 2007, p. 25).

Desse modo, a crítica de Wittgenstein traria de volta o problema da unidade da proposição: Wittgenstein, com o tempo, percebeu que, como na teoria da figuração, proposições devem ser fatos que representam outros fatos; uma relação, por exemplo, só pode representar outra relação enquanto está também relacionando termos (nomes, no caso). Como consequência disso, tentar tratar a relação como um universal que entra

como uma espécie de objeto na relação de “julgar” acarretará, necessariamente, problemas como aquele que, segundo Hanks, Wittgenstein aponta na teoria de Russell. Isso fica bastante claro em uma passagem de *The Philosophy of Logical Atomism* e, que Russell parece mostrar ter entendido a crítica de Wittgenstein de acordo com a interpretação de Hanks. Se encerrará esta subseção com a citação dessa passagem:

Na verdade, há duas coisas que se deseja observar neste assunto que estou tratando agora. A primeira é a impossibilidade de se tratar a proposição acreditada como uma entidade independente, entrando como uma unidade na ocorrência da crença, e a outra é a impossibilidade de colocar o verbo subordinado no mesmo nível de seus termos como um termo subordinado na crença. Esse é um ponto em que penso que a teoria do julgamento que apresentei alguns anos atrás era indevidamente simples, porque eu tratei o verbo como se pudesse colocá-lo apenas como um objeto entre os termos, como se pudesse colocar “ama” no mesmo nível em que “Desdemona” e “Cássio”, como um termo para a relação acreditar.⁷⁷ (RUSSELL apud HANKS, 2007, p. 28)

Há mais que pode ser dito sobre essa passagem, porém, de qualquer forma, ela parece esclarecer e contribuir para corroborar a interpretação de Hanks.

3.213 A LEITURA DE POTTER SOBRE A CRÍTICA.

Em junho de 1913, a objeção que Wittgenstein dirigiu a Russell levou o filósofo inglês a desistir da escrita de *Theory of knowledge*. Esse é um dos incidentes mais famosos naquilo que tange à interação entre Russell e Wittgenstein; algumas vezes tal “incidente” foi apresentado como ponto de virada na referida relação, de modo que, supostamente, os papéis de mestre e discípulo teriam se invertido. A verdade sobre isso, entretanto, é, provavelmente, mais complicada: a atitude de Russell com relação a Wittgenstein já havia se tornado de deferência em meses anteriores ao abandono de *Theory of knowledge*. Isso pode ser visto em muitos episódios; um desses episódios (que teria sido muito marcante) foi o abandono, por parte de Russell, da possibilidade de escrever o artigo “O que é lógica?” (POTTER, 2008, p. 118). Ao abandonar esse artigo, Russell disse a Ottoline que as críticas de Wittgenstein o haviam perturbado profundamente; o filósofo inglês também afirmou que pretendia, no futuro, deixar aquele tipo de assunto para Wittgenstein

⁷⁷ There are really two things that one wants to notice in this matter that I am treating of just now. The first is the impossibility of treating the proposition believed as an independent entity, entering as a unit into the occurrence of the belief, and the other is the impossibility of putting the subordinate verb on a level with its terms as an object term in belief. That is a point in which I think that the theory of judgment that I set forth once in print some years ago what a little unduly simple, because I did then treat the object verb as if one could put it as just an object like the terms, as if one could put ‘loves’ on a level with Desdemona and Cassio as a term for the relation ‘believes’.

(POTTER, 2008, p. 118).

Segundo Potter (2008, p. 118), o fato de Russell, supostamente, abandonar a filosofia não decorreu das objeções de Wittgenstein. Esse suposto abandono da filosofia, como se verá, surgiu devido a um acúmulo de fatores. De qualquer forma, a objeção ao manuscrito russelliano de 1913 tem atraído a atenção dos comentadores por razões que não são, simplesmente, biográficas. A razão disso seja, talvez, a seguinte: as pistas referentes à objeção de Wittgenstein a Russell param de aparecer nos documentos um pouco antes de nos mostrarem exatamente qual seria a crítica que o filósofo vienense dirigiu ao filósofo inglês (POTTER, 2008, p. 118).

3.2131 A CONCEPÇÃO DO JUÍZO COMO RELAÇÃO MÚLTIPLA.

Nos *Principles*, Russell havia pensado as proposições como complexos que possuem partes do mundo físico: uma proposição, normalmente, irá conter entidades indicadas por palavras (POTTER, 2008, p. 118-119). Assim, o pico coberto de neve é, em si mesmo, um constituinte da proposição que afirma que o Mont Blanc é a montanha mais alta da Europa (POTTER, 2008, p. 119).

Em um caso como esse – em que a proposição em questão é verdadeira – é difícil ver a diferença entre a proposição, como Russell a concebia, e o fato (POTTER, 2008, p. 119); tem-se, então, uma teoria da verdade como identidade, de modo que uma proposição é o próprio fato que a torna verdadeira (POTTER, 2008, p. 119). Mas, nesse caso, o que se pode dizer a respeito de proposições falsas? A proposição de que Charles I morreu na cama não pode ser identificada com um fato, uma vez que não há tal fato. Como consequência disso, podemos tentar postular um complexo constituído por Carlos I, “morrer” e “a cama de Carlos I” (POTTER, 2008, p. 119). Esse complexo – chamem-no uma ficção – é como um fato exceto pelo acontecimento de não existir; verdade e falsidade são, portanto, propriedades possuídas por proposições objetivas: proposições verdadeiras são fatos e proposições falsas são ficções; quando acontece de uma proposição ser verdadeira, esta deve, segundo Russell, possuir outra qualidade além daquela que compartilha com as proposições falsas (POTTER, 2008, p. 119).

Mas, que “outra qualidade” seria essa? Qual é a diferença entre fato e ficção? No *Principles*, Russell afirma que esse tipo de questão não pertence aos princípios da matemática; trata-se - afirmou Russell - de um tipo de questão que poderia ser deixada

para os lógicos (POTTER, 2008, p. 119). Contudo, o referido tipo de questão veio a se tornar uma dificuldade fundamental para a concepção de proposição que Russell tinha em 1903 (POTTER, 2008, p. 119); o filósofo inglês, gradualmente, veio a perceber esse problema.

A chave para lidar com isso veio com *On Denoting*; Russell percebeu aí que as referências aparentes a entidades ficcionais misteriosas – que abundam na linguagem ordinária – são um subproduto de formas gramaticais enganosas dessa linguagem que podem ser eliminadas por meio da análise (POTTER, 2008, p. 119). Como resultado disso, fica-se livre da necessidade de supor que certas entidades – como “O atual rei da França” – têm uma espécie de *ser* em um sombrio e misterioso reino de entidades não existentes.

Esse *insight* russelliano, aplicado a nosso problema, significa o seguinte: o termo que, aparentemente, denota (na proposição) desaparece; além disso, nós nos tornamos livres de assumir a subsistência de falsidades objetivas (POTTER, 2008, p. 119).

Como mostra Potter (2008, p. 119-120), Russell demorou para levar esse insight até às últimas consequências; em 1906, o filósofo inglês ainda tinha dificuldade de se desembaraçar da objetividade das proposições falsas; essa ruptura com a objetividades de proposições ocorreu plenamente apenas em 1910. A partir daí, Russell passou analisar a atribuição de uma atitude proposicional como relacionando o portador da atitude, antes aos componentes de tal atitude, do que à própria proposição:

Julgamento não é uma relação dual da mente com um único *Objective*, mas uma relação múltipla da mente com vários outros termos com os quais o julgamento está associado. Assim, se eu julgo que *A* ama *B*, isso não é uma relação entre mim e o amor de *A* por *B*, mas uma relação entre mim, *A*, amor e *B*.⁷⁸ (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 120).

É claro que Russell não está, nesse caso, propondo a análise de uma proposição do tipo “Eu julgo que *A* ama *B*”, pois tal análise somente serviria para levar o problema de volta para o primeiro estágio; Russell está propondo, unicamente, a análise de um fato: trata-se do fato de que se está fazendo um julgamento (POTTER, 2008, p. 120). Nesse contexto, o problema relativo às proposições falsas não aparece, uma vez que, no caso em que não se faz nenhum julgamento, não há nenhum fato e, portanto, nada para se analisar (POTTER, 2008, p. 120).

⁷⁸ Judgment is not a dual relation of the mind to a single Objective, but a multiple relation of the mind to the various other terms with which the judgment is concerned. Thus if I judge that *A* loves *B*, that is not a relation of me to ‘*A*’s love for *B*’, but a relation between me and *A* and love and *B*.

Com isso, pode-se afirmar que a característica central da posição filosófica de Russell, a partir de 1910, é que a proposição que é julgada quase desaparece da análise do julgamento (POTTER, 2008, p. 120); a atribuição de outras atitudes proposicionais (crença, descrença, entendimento, etc.) será analisada de maneira similar a partir de relações diferentes (ao invés da relação “julgar”).

É importante, contudo, ressaltar que não se segue da análise de Russell que proposições desaparecem inteiramente: para propósitos teóricos, é possível reconstruir as proposições desde que aceitemos que elas possuem uma forma diferente daquela que se tinha, originalmente, suposto (POTTER, 2008, p. 120); Russell pôde oferecer, como um substituto para a proposição aRb , o fato de que $\mathcal{I}(x, \emptyset) \emptyset (x, a, R, b)$. Esse símbolo afirma que alguém é portador de uma atitude proposicional com relação a a , R e b ; proposições, então, se tornam subjetivas na acepção de que, se ninguém porta qualquer atitude com relação a elas, elas não existem mesmo no novo sentido que Russell dá para tal existência.

3.2132 UM PROBLEMA NA TEORIA ORIGINAL.

No início do verão de 1913, Russell estava produzindo o manuscrito de *Theory of Knowledge* em que a teoria do julgamento (ou juízo) como relação múltipla iria desempenhar um papel central; já fazia algum tempo que a epistemologia mantinha papel central na concepção que Russell possuía a respeito da filosofia (POTTER, 2008, p. 120). Entretanto, o próprio fato de o filósofo inglês escrever sobre epistemologia devia algo à presença de Wittgenstein (POTTER, 2008, p. 120); ele (Russell), inclusive, havia, por medo de críticas, deixado de contar para Wittgenstein que estava trabalhando no referido manuscrito. Esse medo se revelou bem fundamentado quando Russell, eventualmente, contou a Wittgenstein sobre *Theory of Knowledge*; antes que Russell pudesse concluir a parte do livro que tratava a respeito da teoria do juízo, Wittgenstein ofereceu uma objeção:

Wittgenstein veio me ver ontem de noite com uma refutação da teoria do julgamento que eu costumava manter. Ele estava certo, mas eu penso que a correção requerida não é muito séria. Eu terei que me decidir dentro de uma semana, pois em breve chegarei ao julgamento.⁷⁹ (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 121)

Quando Russell chegou em *Theory of Knowledge* à seção sobre a teoria do julgamento cerca de cinco dias depois, ele teve de rejeitar a teoria que havia mantido em

⁷⁹ Wittgenstein came to see me last night with a refutation of the theory of judgment which I used to hold. He was right, but I think the correction required is not very serious. I shall have to make up my mind within a week, as I shall soon reach judgment.

1910 (POTTER, 2008, p. 121). A razão dada por Russell era a seguinte:

Em um complexo real, a forma geral não é pressuposta; mas quando nós estamos preocupados com uma proposição que pode ser falsa, e onde, portanto, o complexo real não é dado, nós temos apenas, por assim dizer, a “ideia” ou “sugestão” dos termos sendo unidos em um tal complexo; e isso, evidentemente, requer que a forma geral do complexo meramente suposto deveria ser dada. Mais simplesmente, a fim de entender ‘A e B são similares’, nós devemos saber o que deveria ser feito com A, B e similaridade, i. e. o que é, para dois termos, ter uma relação; isto é, nós devemos entender a forma do complexo que deve existir se a proposição é verdadeira (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 121).⁸⁰

É natural se questionar se Russell, aqui, está reproduzindo a objeção de Wittgenstein; a linguagem utilizada pelo filósofo inglês é completamente não wittgensteiniana (POTTER, 2008, p. 121): ele expressa a questão como sendo um tópico epistemológico; Wittgenstein, por sua vez, teria abordado o tópico como um ponto gramatical a respeito das palavras com as quais o julgamento é expresso (POTTER, 2008, p. 121).

Apesar disso, o modo de expressão de Russell talvez se deva ao seu propósito naquele contexto: trata-se de dirigir o leitor para a nova teoria do julgamento - que, como veremos, também não agradou a Wittgenstein -, ao invés de convencer tal leitor a respeito dos erros da teoria antiga.

O fato, então, é que Russell não atribui explicitamente a referida objeção a Wittgenstein; na visão de Potter (2008, p. 121), contudo, isso não precisa ser especialmente significante, pois, em alguns de seus trabalhos posteriores, Russell foi meticuloso em dar crédito a Wittgenstein. Assim, no que tange às exposições de *Theory of Knowledge* sobre a teoria do julgamento, deve-se considerar como o ponto mais curioso o próprio tom hesitante de Russell: “Eu não sei como tornar esse ponto mais evidente, e eu devo, portanto, deixar isso para a inspeção do leitor, na esperança de que ele chegue na mesma conclusão”⁸¹ (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 122). Esse tom hesitante inclina Potter (2008, p. 122) a pensar que a objeção que Russell levanta contra sua própria teoria de 1910 está na base da objeção de Wittgenstein.

O grande problema aí é que Russell representa a objeção de Wittgenstein como

80 In an actual complex, the general form is not presupposed; but when we are concerned with a proposition which may be false, and where, therefore, the actual complex is not given, we have only, as it were, the ‘idea’ or ‘suggestion’ of the terms being united in such a complex; and this, evidently, requires that the general form of the merely supposed complex should be given. More simply, in order to understand ‘A and B are similar’, we must know what is supposed to be done with A and B and similarity, i.e. what it is for two terms to have a relation; that is, we must understand the form of the complex which must exist if the proposition is true

81 I do not know how to make this point more evident, and I must therefore leave it to the reader’s inspection, in hopes that he will arrive at the same conclusion.

aplicando-se apenas ao caso em que uma proposição é falsa; por outro lado, caso se queira, na visão de Wittgenstein, entender “A e B são similares”, deve-se saber o que deveria ser feito com “A”, “B” e “similaridade”; é necessário, Russell poderia dizer, saber quais são os tipos de “A”, “B” e “similaridade”. Nesse contexto, Russell supôs que, no caso em que A e B são de fato similares, podemos ler os referidos tipos a partir do fato de sua similaridade quando percebemos o complexo (POTTER, 2008, p. 122); a única coisa que o filósofo inglês concedeu a Wittgenstein é que nós não podemos ler os referidos tipos quando o não há o complexo.

O ponto de Wittgenstein, no entanto, era que os tipos de A, B e similaridade deveriam, de algum modo, ser dedutíveis do fato de que se julga que A e B são similares; isso deveria ocorrer independentemente de A e B serem ou não serem efetivamente similares. Nesse sentido, o próprio Wittgenstein coloca nas notas sobre lógica que toda teoria correta do julgamento deve tornar impossível julgar um contrassenso (POTTER, 2008, p. 122). A teoria de Russell não satisfaz essa exigência, porquanto, em tal teoria, todos os componentes do que é julgado ocorrem como termos (POTTER, 2008, p. 122); Russell, então, não tem recursos para distinguir, no que é julgado, entre os termos que derivam de verbos e aqueles que não derivam.

3.2133 A VERSÃO REVISADA DA TEORIA DE RUSSELL.

O que Russell fez em *Theory of Knowledge* foi emendar sua teoria, de modo que a relação de julgar tem outro lugar de argumento em que a forma do que é julgado ocorre. Se A julga que Sócrates é mortal, isso deve ser analisado como $J(A, \epsilon I, \text{Sócrates, mortalidade})$, onde ϵI é a forma sujeito/predicado (POTTER, 2008, p. 122).

Ao assumir esse pensamento e tratar a forma da proposição como termo em um julgamento, Russell precisa explicar que tipo de entidade é tal forma. Para lidar com isso, o filósofo inglês acaba adotando uma postura parecida com aquela que Wittgenstein já havia adotado anteriormente (POTTER, 2008, p. 123): Wittgenstein havia entendido que a forma de uma proposição do tipo sujeito/predicado, como “Sócrates é mortal”, era “alguma coisa é mortal”. Pensando de forma parecida com essa, Russell, na medida em que tratava o predicado como um segundo constituinte do complexo, passou a entender a forma - de complexos sujeito/predicado, por exemplo - como “alguma coisa possui

alguma propriedade”⁸² (POTTER, 2008, p. 123).

Essa postura russelliana de 1913 é apresentada, por Potter (2008, p. 123) como uma resposta à objeção que Wittgenstein havia apresentado nas *notas de Birmingham*. Nesse contexto, sempre pode surgir a seguinte questão: a objeção apresentada por Wittgenstein se referia à versão da teoria do juízo de 1910 ou à versão de 1913? Para Potter (2008, p. 123), a objeção de Wittgenstein – que também é mencionada no *Tractatus* (WITTGENSTEIN, 1922, 5.5422) – estaria se referindo à versão de 1910, uma vez que Russell desistiu da teoria em 1913 e Wittgenstein sabia disso. Some-se a isso, a situação de que, mesmo para alguém com certa excentricidade, seria estranho mencionar em um livro, como o *Tractatus*, uma teoria que sequer havia sido publicada até então (a teoria do juízo de 1913).

Para encerrar esta subseção, é importante mencionar que Russell, na visão de Potter (2008, p. 123), esperava que a forma tivesse o poder de codificar todas as informações, em termos de tipos lógicos, que eram necessárias para excluir contrassensos; a forma das proposições relacionais, com efeito, deveria estipular que o termo do meio deve ser um nome verbal, tal qual “similaridade”, e não um nome na acepção ordinária, como porta-canetas.

3.2134 A NOVA OBJEÇÃO DE WITTGENSTEIN.

Alguns dias após Russell ter escrito a seção do manuscrito de 1913 a respeito da nova versão de sua teoria do julgamento, ocorreu aquele “incidente” relatado em carta citada anteriormente: Wittgenstein visitou Russell fazendo-lhe objeções que, embora o filósofo inglês não compreendesse totalmente em um primeiro momento, levaram-no a sentir nos ossos que sua teoria deveria estar errada (POTTER, 2008, p. 124).

Na visão de Potter (2008, p. 124), há pouca dúvida de que na ocasião Russell tenha mostrado a Wittgenstein alguma coisa relacionada à nova versão da teoria em questão. O que importa, entretanto, é indagar: o que estaria equivocado na teoria de Russell agora?

Para tratar dessa questão, Potter começa refletindo a respeito das seguintes possibilidades: a crítica de Wittgenstein poderia estar tanto no tratamento da forma como um termo (no juízo) quanto naquilo que tange à unidade da forma. Essa última possibilidade estaria associada a algo que já foi mencionado: aquilo que está ligado a

82 someone has some property

colocar o sinal de negação antes de nome (POTTER, 2008, p. 124); alguns dos “inarticulados” comentários de Wittgenstein, durante visita a Russell, talvez tenham tido a intenção de explicar essa dificuldade. Não obstante isso, Potter (2008, p. 124) pensa ser possível excluir a possibilidade de a objeção de Wittgenstein se referir ao absurdo de se negar um nome; para o referido autor (Potter), se a objeção de Wittgenstein fosse sobre a unidade da forma, o filósofo austríaco poderia, simplesmente, ter sugerido a Russell que substituísse sua concepção errônea de forma por aquela por defendida por ele (Wittgenstein). Sendo assim, Potter conclui que a objeção de Wittgenstein fora proveniente do fato de a forma na teoria russeliana do juízo ter sido tratada como um termo.

Assim, a objeção que Wittgenstein deveria ser a mesma que o filósofo vienense já havia feito antes: a teoria do julgamento deveria tornar impossível julgar que “a mesa porta-canetas o livro”. Como consequência disso, a presença da forma como um novo termo no julgamento não era suficiente para derrubar a objeção inicial de Wittgenstein: não é impossível julgar um contrassenso a menos que nós, simplesmente, acrescentemos estipulações, de modo que fique claro, *verbi gratia*, que “mortalidade” pertence a um tipo lógico diferente de Sócrates; fazer da forma um termo na proposição é o mesmo que fazer da forma um nome que refere a algo diferente da própria forma (POTTER, 2008, p. 125). Desse modo, um julgamento não pode ser aquilo que Wittgenstein denomina de “uma relação na acepção ordinária”, visto que tal relação em sentido ordinário possui objetos como seus constituintes, e um dos constituintes do julgamento é o verbo da proposição julgada, vale dizer, um verbo que não é um objeto.

3.2135 ACQUAINTANCE.

É fútil incluir a forma como um termo do julgamento se “julgar” deve ser considerada uma relação na acepção ordinária (uma relação com a mesma estrutura de um mapa). De qualquer maneira, permanece aberta a possibilidade de que julgar seja uma relação de ordem mais alta, em que a forma, genuinamente, ocorre como uma forma (POTTER, 2008, p. 125):

Não há nada que seja a forma de uma proposição, e nenhum nome que seja o nome de uma forma. Adequadamente, nós também não podemos dizer que uma relação que em certos casos se mantém entre coisas mantém-se, algumas vezes, entre formas e coisas. Isso vai contra a teoria do julgamento de Russell.

(WITTGENSTEIN apud POTTER, 2008, p. 125).⁸³

Esse texto é confuso, dado que a teoria do julgamento de Russell não é uma relação que se mantém algumas vezes entre coisas, e algumas vezes entre formas e coisas. Surge, com isso, a questão: que relação está sendo referida pela citação? O candidato mais provável é a relação de *acquaintance*; Russell havia defendido que, se julgo alguma coisa, devo ter uma relação de *acquaintance* com todos os termos da relação de julgar. Com isso, se eu julgo “Sócrates é mortal”, devo ter *acquaintance* com Sócrates, Mortalidade e com a forma sujeito-predicado (POTTER, 2008, p. 125). A *acquaintance* com esse último termo (forma sujeito-predicado) não pode ser o mesmo tipo de *acquaintance* que nos outros casos. Isso faria com que Russell fosse forçado a aceitar que *acquaintance* não é uma relação unívoca (POTTER, 2008, p. 126).

Essa situação, contudo, não chega a refutar a teoria de Russell (POTTER, 2008, p. 126). Ora, por que Russell não deveria, simplesmente, conceder que nossa *acquaintance* com formas é um tipo de relação diferente de nossa *acquaintance* com objetos? A dificuldade referida nessa questão foi apontada pelo próprio Russell em uma seção do manuscrito de 1913 escrita alguns dias depois da visita de Wittgenstein.

Como pode um objeto ser, ao mesmo tempo, simples e um ‘fato’, no sentido em que um fato é oposto a um simples particular, e é o tipo de objeto cuja realidade faz a proposição verdadeira? Por que, se puras formas são simples, é tão obviamente inapropriado dar a elas nomes próprios simples, tais como John e Peter?⁸⁴ (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 126)

São boas questões, de modo que Russell não poderia responde-las; o filósofo inglês, então, recorreu a um tipo familiar de subterfúgio. “Essas questões lógicas podem, sem dúvida, ser respondidas”⁸⁵, Russell escreve, “mas, para nossos propósitos, as questões epistemológicas são mais urgentes”⁸⁶. Alguns dias depois, Russell escreveu para Ottoline afirmando que muito provavelmente as críticas de Wittgenstein teriam a ver apenas com problemas que o filósofo inglês desejava deixar para o filósofo vienense (POTTER, 2008, p. 126).

Na visão de Potter (2008, p. 126), se Russell usou isso como desculpa para continuar avançando em uma visão cujas dificuldades já haviam sido apontadas a ele, então, talvez, o filósofo inglês merecesse a avaliação condenatória que ele mesmo

83 There is no thing which is the form of a proposition, and no name which is the name of a form. Accordingly we can also not say that a relation which in certain cases holds between things holds sometimes between forms and things. This goes against Russell’s theory of judgment

84 How can an object be at once simple and a ‘fact’, in the sense in which a ‘fact’ is opposed to a simple particular and is the sort of object whose reality makes a proposition true? Why, if pure forms are simple, is it so obviously inappropriate to give them simple proper names, such as John and Peter?

85 These logical questions can no doubt be answered

86 but for our purposes the epistemological questions are more pressing.

ofereceu algumas semanas depois: “foi a primeira vez na vida que falhei honestamente no trabalho”⁸⁷ (RUSSELL apud POTTER, 2008, p. 126).

3.2136 OUTRA FORMULAÇÃO.

Após entrar em contato com as primeiras críticas de Wittgenstein ao manuscrito de 1913, Russell tentou continuar seu trabalho apesar de ter perdido boa parte do prazer em tal trabalho. Algumas semanas depois, entretanto, Wittgenstein permitiu que Russell entrasse em contato com uma sucinta formulação de sua objeção: trata-se da já citada passagem contida na carta em que o filósofo vienense afirma que, se a teoria de Russell sobre o julgamento estivesse correta, a proposição “ $aRb \vee \sim aRb$ ” deveria, sem a ajuda de qualquer premissa adicional, seguir de uma relação de “julgar” a respeito da proposição “ aRb ”.

Até certo ponto, a diferença em expressão entre essa formulação da objeção e a formulação do *Tractatus* – que afirma que a correta explicação do juízo “deve mostrar que é impossível julgar um contrassenso”⁸⁸ – é cosmética na visão de Potter (2008, p. 126): Wittgenstein, no trecho de carta citada acima, está escolhendo expor o ponto de uma maneira um pouco mais formal, apontando para os modos de expressão de Russell (POTTER, 2008, p. 127); nos *Principles* é considerada uma caracterização do que significa p ser uma proposição, de modo que, para isso, $p \rightarrow p$ deveria ser verdadeira. Por outro lado, no *Principia* “ $\vee$ ” e “ $\sim$ ” são tomados como primitivos, e $p \rightarrow p$ é uma abreviação para $p \vee \sim p$ (POTTER, 2008, p. 127). Desse modo, exigir que $p \vee \sim p$ deveria seguir-se de “A julga que p ” é o mesmo que exigir que “ p ” seja uma proposição, em outras palavras, é o mesmo que exigir que “ p ” não seja um contrassenso.

Apesar disso, na visão de Potter (2008, p. 127), a formulação que Wittgenstein apresenta, na carta mencionada no início desta subseção, é curiosa: trata-se de uma maneira bastante estranha de formular o fato de que a teoria de Russell não poderia permitir que se julgasse um contrassenso. É plausível, portanto, que Wittgenstein na referida carta não estivesse tentando responder à teoria do manuscrito de 1913 que se esteve considerando; Wittgenstein, nessa hipótese, estaria respondendo a uma nova versão da teoria do juízo proposta por Russell (POTTER, 2008, p. 127).

⁸⁷ It is the first time in my life that I have failed in honesty over work

⁸⁸ must show that it is impossible to judge a nonsense.

A explicação estaria em um conjunto de notas feitas por Russell após a crítica dirigida à versão do manuscrito. Nessas notas, o filósofo inglês explora uma variante da teoria do julgamento que deveria contornar as objeções de Wittgenstein: o julgamento continua sendo uma relação múltipla, porém os termos não serão os mesmos presentes na teoria anterior (POTTER, 2008, p. 127); Russell passa a defender que o que está envolvido em um julgamento é, antes uma espécie de fato *neutro*, do que um fato negativo (como aRb) ou um fato positivo (como $\sim aRb$). Ora, é bastante natural representar o referido fato neutro por “ $aRb \vee \sim aRb$ ” (POTTER, 2008, p. 127); Russell conjectura que o fato neutro é um constituinte de quaisquer fatos positivos ou negativos que possam ocorrer. Além disso, haverá fatos neutros, unicamente, quando os objetos são de determinados tipos (POTTER, 2008, p. 127). Isso significa que o fato “ $aRb \vee \sim aRb$ ” é equivalente a dizer que aRb faz sentido.

Sendo assim – se a exigência de Wittgenstein é em direção a afirmação que essa nova teoria não poderia permitir a expressão de um contrassenso – é natural que o filósofo vienense expresse sua crítica como a necessidade de que, se “*A julga que aRb* ”, o fato neutro ($aRb \vee \sim aRb$) deve seguir-se.

As notas de Russell sobre a versão mais atual da teoria do julgamento, inclusive, mostram que o filósofo inglês mantinha a decepção com sua teoria: a teoria do juízo como relação múltipla envolvendo fatos neutros mantém as velhas dificuldades conforme o próprio Russell admite (POTTER, 2008, p. 127). Ora, a carta de Wittgenstein é uma tentativa de explicar o porquê de esse prevalecimento das velhas dificuldades.

Para explicar esse ponto de forma mais clara, Potter (2008, p. 127-128) começa fazendo uso do seguinte dispositivo: escrevamos $\epsilon_n(a_0, \dots, a_n)$ como o resultado de reunir “ $a_0, \dots, a_n$ ” de acordo com a forma ϵ_n . Nesse caso $\epsilon_2(a, R, b)$ é o mesmo que aRb ; Wittgenstein insiste que, de $J(A, \epsilon_2, a, R, b)$, deveria seguir-se que aRb é uma proposição. Isso significa que, do julgamento de $\epsilon_n(a_0, \dots, a_n)$, deveria seguir-se “ $\sim \epsilon_n(a_0, \dots, a_n) \vee \epsilon_n(a_0, \dots, a_n)$ ” (POTTER, 2008, p. 128)

Nessa situação, Russell – o mesmo do *Principia* – tinha um método simples para lidar com lacunas técnicas: na dúvida, acrescenta-se outra proposição primitiva:

$$J(A, \epsilon_n, a_0, \dots, a_n) \rightarrow \sim \epsilon_n(a_0, \dots, a_n) \vee \epsilon_n(a_0, \dots, a_n)$$

Tem-se, assim, a possibilidade do tipo de conclusão que Wittgenstein exigia na carta. Isso, no entanto, dificilmente poderia ter satisfeito Wittgenstein, pois o acréscimo de um axioma à teoria de Russell não mostra, apenas afirma, que não se pode julgar um contrassenso.

Conclui-se, então, que, na visão de Potter (2008, p. 128), a objeção que Wittgenstein oferece na famosa carta não era tanto o argumento central do filósofo vienense; tal carta, na perspectiva do referido autor (Potter), seria, acima de tudo, uma resposta à ação retaguarda desesperada de Russell.

3.2137 OUTRA FORMA DE VER A OBJEÇÃO.

Dentre as formas de se enxergar a objeção mais avassaladora que Wittgenstein dirigiu à teoria de Russell destaca-se, segundo Potter (2008, p. 129), a leitura de Griffin, : como foi visto, a leitura de Griffin, que faz referência às relações da teoria de Russell com certos aspectos da teoria dos tipos lógicos, de modo que, nessa leitura, a crítica de Wittgenstein depende de importantes pontos técnicos do *Principia*.⁸⁹

Para Potter (2008, p. 129) é, nem menos nem mais, esse aspecto técnico pressuposto pela leitura de Griffin que faz com que tal leitura, provavelmente, seja falsa. De acordo com Potter, os escritos de Wittgenstein referentes ao período aqui estudado mostram pouco envolvimento com aspectos formais do *Principia*. Inclusive, Potter enfatiza que, embora Wittgenstein tenha realmente abordado alguns aspectos formais do *Principia*, tais abordagens foram ineptas ao extremo (POTTER, 2008, p. 129). Como consequência disso, parece a Potter que a crítica de Wittgenstein teria tido uma base mais filosófica do que técnica. Além disso, uma das características dos argumentos de Wittgenstein é o fato de que esses argumentos, raramente, são elaborados.

Desse modo, se Potter tiver razão, a crítica de Wittgenstein é bastante simples: se eu digo que “A julga que p ”, é claro que não sou eu mesmo quem está julgando que p ; se eu digo isso (“A julga que p ”), eu devo, contudo, expressar o que A está julgando. Por conseguinte, eu devo usar o verbo de p como um verbo; ora, a teoria de Russell, em qualquer de suas variantes, força o verbo de p ocorrer como um termo ao julgar-se uma relação (POTTER, 2008, p. 130).

Potter procura corroborar essa leitura se valendo, principalmente, de dois argumentos: as notas sobre as conferências que Russell proferiu no ano seguinte trazem evidências e passagens que ressaltam que o filósofo inglês havia visto a objeção de Wittgenstein como remetendo à impossibilidade de se representar, com algo que ocorre

⁸⁹ É relevante ressaltar que, apesar de a leitura de Griffin depender de pontos técnicos, ela, como foi visto, não se reduz a tais pontos técnicos, pois há outros argumentos como aquele relacionado à noção de regresso infinito.

como um substantivo, aquilo que ocorre como uma relação relacionante no fato. Além desse argumento, Potter cita a, já mencionada, passagem das conferências sobre atomismo lógico de 1918 (POTTER, 2008, p. 130).

Potter, por fim, lança a hipótese de que a objeção de Wittgenstein já estaria, de maneira germinal, em uma objeção levantada por Moore à teoria do juízo de Russell, objeção essa que teria aparecido em uma conferência que Moore proferiu no primeiro ano que Wittgenstein esteve em *Cambridge*.

3.214 COMENTÁRIO FINAL.

As leituras apresentadas acima, embora possuam certas discordâncias entre si, devem levar a uma conclusão importante: trata-se da dificuldade de defender, diretamente, a teoria do juízo (ou julgamento) de Russell. Essa dificuldade é imensa por três motivos: a leitura de Griffin, independentemente de ser verdadeira ou falsa, mostra o quão difícil seria utilizar a teoria dos tipos para blindar ou salvar a teoria. Além disso, a interpretação de Hanks, mesmo mostrando uma saída para a teoria dos tipos, aponta para um problema fundamental na teoria de Russell.

Ao lado dessas duas leituras, a teoria de Potter tem a virtude de mostrar o caráter simples da possível argumentação de Wittgenstein que teria sabido, de forma cirúrgica, atacar o cerne do pensamento do filósofo inglês.⁹⁰

Diante dessa dificuldade em se salvar a teoria de Russell, seria necessária outra estratégia caso se queira defender a importância do manuscrito de 1913. Essa outra estratégia poderia vir de muitas formas; um exemplo disso é, talvez, o trabalho de Oaklander (2004) que parece abrir a possibilidade de se valorizar o tipo de reflexão sobre o tempo que é desenvolvida em *Theory of Knowledge*.

Nesse contexto, entretanto, a estratégia desta tese será mais geral: tentar-se-á, principalmente no quinto capítulo, defender que a obra estudada, sobretudo no segundo capítulo, tem valor geral, pois algo de seu projeto filosófico e de seus pressupostos mantém-se ao longo da evolução do pensamento de Russell. Desse modo, se procurará

90

É importante que fique claro que, para nossos fins, importa, antes a possibilidade de se fazer fortes críticas à teoria de Russell, do que o fato de saber quais dessas críticas, efetivamente, vieram de Wittgenstein; realmente, como se vê por certa passagem citada quando comentamos a leitura de Hanks, Wittgenstein teve papel preponderante no abandono do manuscrito aqui estudado. Apesar disso, é mais importante ainda que, como diremos logo adiante, se entenda a quase impossibilidade de se salvar a relevância do manuscrito por um confronto direto com qualquer uma das possíveis versões da crítica feita por Wittgenstein.

defender que o que sobreviveu a essa evolução foram, principalmente, os seguintes aspectos: o *dado* como aspecto importante da reflexão; uma continuidade temática entre o manuscrito de 1913 e muitos pontos do restante da obra posterior de Russell; o projeto de um “método regressivo” crítico que evoluiu desde que Russell o adquiriu por volta do período do congresso de Paris (encontro com autores como Peano).

Em suma, então, aceitar-se-á, devido a todas as versões que foram expostas, a impossibilidade de ser contornados, diretamente, os problemas colocados por Wittgenstein. Apesar disso, será enfatizado que Russell prosseguiu em seu projeto filosófico; esse projeto, por sua vez, nunca pôde e, provavelmente, nunca poderá ser, totalmente, identificado com aquele do filósofo vienense.

3.22 ALGUNS ASPECTOS DA DIVERGÊNCIA.

A partir de agora, se tecerá algumas considerações no que tange a certos aspectos em que se pode aprofundar o traçado de um nítido ponto de divergência entre o tipo de filosofia desenvolvida no segundo capítulo e o pensamento de Wittgenstein, tal qual estudado parcialmente neste capítulo. Para esse aprofundamento, além de se pressupor tudo o que foi trabalhado na seção 2.1 deste capítulo, será feito uso da leitura de Faustino (2006).

Comece-se, pois, afirmando que, para Wittgenstein no *Tractatus*, tudo que é dito a respeito da natureza do simbolismo encontra sua contrapartida na natureza ou essência do mundo (FAUSTINO, 2006, p. 14). Isso, com certeza, possui inúmeras consequências; dessas consequências cabe enumerar as seguintes: 1- o mundo é a totalidade dos fatos, posto que a linguagem se constitui de proposições que figuram fato possíveis; 2- os fatos constituem-se de estado de coisas elementares, uma vez que as proposições são constituídas por proposições elementares; 3- os estados de coisas elementares se constituem em uma “ligação imediata” de objetos, pois as proposições elementares se constituem de nomes concatenados de forma imediata (FAUSTINO, 2006, p. 14).

No contexto dessa relação essencial entre linguagem e mundo, encontra-se no *Tractatus* dois momentos em que, de modos distintos, se representa a forma geral da proposição: um deles encontra-se em 4.5, em que se afirma que a “forma geral da proposição é: as coisas estão assim” (WITTGENSTEIN apud FAUSTINO, 2006, p. 14); o outro em 6, quando se identifica a forma geral da proposição com a forma geral das

funções de verdade, notando-se que, nesse caso, toda proposição é definida como uma função de verdade das proposições elementares.

Essas duas maneiras de apresentar a forma geral da proposição combinam-se para mostrar que “toda proposição com sentido é bipolar, essencialmente complexa e uma figuração da realidade” (FAUSTINO, 2006, p. 15). Assim, a lógica permite a caracterização da forma lógica de todas as proposições.

Uma coisa, contudo, chama a atenção nessa caracterização: a forma geral da proposição (e das funções de verdade) – que constitui o que há de mais essencial no simbolismo – pode ser totalmente indicada *a priori*; apesar disso, não ocorre um procedimento similar a esse naquilo que tange às proposições elementares (FAUSTINO, 2006, p. 15).

Desse modo, pela forma geral da proposição, pode-se determinar apenas algumas coisas no que concerne às proposições elementares: as proposições elementares figuram um estado de coisas, consistem em uma concatenação imediata de nomes, são logicamente independentes e bipolares.

Não obstante essa caracterização geral, não é possível, no contexto do *Tractatus*, especificar a “composição das proposições elementares” (FAUSTINO, 2006, p. 16); a lógica, *a priori*, consegue apenas mostrar “a estrutura geral do espaço lógico”, notando-se que tal lógica não é capaz de mostrar as formas específicas dos ingredientes de tal “espaço lógico” (FAUSTINO, 2006, p. 16). Desse modo, por exemplo, não se é capaz, *a priori*, de explicitar os significados dos nomes que compõem as proposições elementares.

Uma consequência desse tipo de coisa é que seria necessária uma análise das proposições empíricas (uma *aplicação da lógica*) para se decidir a respeito de quais proposições elementares existem. Nesse aspecto, é cabível a seguinte distinção: a diferença entre saber quais são todas as formas possíveis de proposições elementares, e decidir quais proposições elementares existem. Segundo Faustino (2006, p. 17), a lógica não pode cumprir nenhuma dentre essas duas tarefas; a aplicação da lógica “exige que proposições sejam dadas”, notando-se que a forma geral da proposição não abrange a existência de tais proposições (FAUSTINO, 2006, p.17).

O aspecto mais relevante disso tudo é o seguinte: ainda que o princípio da bipolaridade seja uma condição necessária e suficiente para determinar a forma geral da proposição, tal princípio não é suficiente para determinar a composição particular de nenhum “sentido proposicional” específico (FAUSTINO, 2006, p. 17). É nessa ausência de conexão entre a forma geral da proposição e as possíveis combinações de significados

dos nomes que aparece o hiato entre a lógica e sua aplicação; embora diferentes, a lógica e sua aplicação não podem colidir: aquilo que vem com a aplicação não pode entrar em conflito com o que é estabelecido *a priori* sobre a essência do simbolismo.

Isso quer dizer que as diversas formas possíveis de proposições elementares não podem violar os princípios da bipolaridade e da independência mútua entre tais proposições (FAUSTINO, 2006, p. 18).

De qualquer maneira, a partir do correto entendimento da distinção entre a lógica e sua aplicação, surgem questões: qual seria a natureza da aplicação da lógica? Caberia, em Wittgenstein, a distinção moderna tradicional entre *a priori* e *a posteriori*?

Para se iniciar o encaminhamento dessas perguntas, é necessário, primeiramente, entender-se o seguinte: a lógica é anterior ao “como” o mundo é, porém, tal lógica não é anterior ao “que” (FAUSTINO, 2006, p. 21). Isso, obviamente, não significa que algo precede a lógica; quer dizer, na verdade, que algo é dado junto com a lógica (FAUSTINO, 2006, p. 21). Nesse sentido, o que é dado junto com a lógica deve ser a condição de possibilidade “da existência simultânea e isomórfica do mundo e da linguagem” (FAUSTINO, 2006, p. 21).

Surge, nesse caso, um problema: a concepção *a priori* da lógica possibilita apenas que ela descreva aquilo que pode ser concebido em consonância com a “estrutura geral do espaço lógico” (FAUSTINO, 2006, p. 21); por outro lado, a aplicação da lógica é dependente de algo que deve ser dado, não construído. Isso significa que a lógica não é capaz de apontar para aquilo que apenas pode ser mostrado em sua aplicação.

É possível ver nisso um descompasso entre as condições transcendentais da lógica e as condições transcendentais de sua aplicação. Além disso, deve-se, paradoxalmente, admitir que há algo que é *a posteriori* e, no entanto, não é contingente (FAUSTINO, 2006, p. 22).

Talvez, para se lidar com essa situação, seja correto afirmar que a aplicação da lógica não é, nem *a priori*, nem *a posteriori*: não é *a priori* por não ser algo que pode ser construído pela sintaxe lógica; não é *a posteriori*, pois não depende da verificação de proposições bipolares (FAUSTINO, 2006, p. 22-23). Há, assim, uma lacuna conceitual no *Tractatus* entre o *a priori* e o *a posteriori* (campo das verdades contingentes); essa lacuna teria de ser preenchida por um fundamento “*pré-figurativo*” (FAUSTINO, 2006, p. 23); esse fundamento “deve contemplar *necessidades metafísicas*, as quais, por definição, não podem ser contingentes” (FAUSTINO, 2006, p. 23).

Isso, com certeza, leva a novas questões; para se entender essas questões é

necessário que se lembre que, no contexto do *Tractatus* e mesmo em parte das reflexões que precederam um pouco a essa obra, tem-se a perspectiva de que “a lógica deve cuidar de si mesma”. Ora, se a sintaxe lógica concerne apenas à essência do simbolismo, não deve determinar teses ontológicas, como deve ser entendido o estatuto da ontologia do *Tractatus*?

No processo de tentar lidar com essa questão, deve-se começar apontando para um primeiro ponto de divergência entre Russell e Wittgenstein: o filósofo vienense discorda fortemente da concepção segundo a qual caberia à filosofia a tarefa de “auxiliar a lógica na especificação ou classificação das formas lógicas das proposições, exigindo teses que justifiquem a existência de determinadas formas” (FAUSTINO, 2006, p. 28).

Com isso, Wittgenstein não tem a intenção de questionar que a tarefa da filosofia deva envolver a análise completa da linguagem; critica-se do ponto de vista de Wittgenstein a concepção de que o objetivo da filosofia é justificar e definir a existência de certas formas, uma vez que não há nenhum tipo de evidência à qual a lógica e a filosofia possam recorrer.

Isso se choca com muitas das posturas de Russell (em 1913), pois o filósofo inglês, como vimos, fala, tanto de auto evidência, quanto de *acquaintance* com formas lógicas; vimos, por outro lado, que, para Wittgenstein, as proposições da lógica são todas tautologias e contradições. Inclusive, é importante salientar que para este filósofo as proposições da lógica não demonstram verdades *a priori* sobre o mundo, posto que tais proposições da lógica, simplesmente, mostram propriedades lógicas das proposições (FAUSTINO, 2006, p. 32).

Uma decorrência importante disso é que, diferentemente do que pensava Russell, Wittgenstein defende que não há “constantes” ou “objetos” lógicos. Vê-se, pois, que, claramente, o que Wittgenstein denomina “tautologia” está longe de ocupar o papel que, outrora, a lógica atribuiu às verdades auto evidentes.

Isso permite que o filósofo vienense purifique a lógica de certos resíduos ontológicos que esse saber possuía nas mãos de Russell.⁹¹ Com isso, com certeza, não se recusa, completamente, a relação entre lógica e ontologia; o que Wittgenstein faz é transformar essa relação. Assim, a razão que leva Wittgenstein a eliminar todo e qualquer conteúdo das proposições lógicas é a mesma razão que permite ao filósofo atribuir todo conteúdo ontológico às proposições não lógicas ou significativas (FAUSTINO, 2006, p.

91 Conforme Pears (1987, p. 68), o argumento de Russell, no que tange a certos aspectos “atômicos” da proposição, é contaminado por aspectos empíricos.

36).

O grande distanciamento entre Wittgenstein e Russell, então, pode ser assim resumido: Russell tenta, em diálogo com uma psicologia descritiva, pensar a lógica como um tipo de experiência que aponta para aquilo que é auto evidente; Wittgenstein repudiaria essa postura e redirecionaria o papel da metafísica em seu pensamento.⁹² Essa metafísica, como mostra Faustino (2006), acaba confluindo para a doutrina dos conceitos formais e das relações internas.

É essa doutrina, a saber, dos conceitos formais e das relações internas, que resolve as questões que colocamos acima quanto ao estatuto da metafísica e à aplicação da lógica no *Tractatus*: Wittgenstein, distanciando-se de Russell, vê a lógica como a lógica da linguagem (FAUSTINO, 2006, p. 37); isso permite a Wittgenstein se desfazer da auto evidência, uma vez que a própria linguagem seria capaz de “impedir todos os erros lógicos” (WITTGENSTEIN apud FAUSTINO, 2006, p. 37). A lógica, assim, não é uma teoria, uma vez que é uma imagem especular do mundo; ora, que a lógica espelha o mundo deve significar que o espelho e o espelhado tenham as mesmas determinações lógicas. Assim, tem-se um ponto de vista transcendental em que falar das propriedades formais do espelho implica em falar das propriedades do espelhado; por outro lado, “para que espelhe o mundo, a lógica não pode espelhar nenhum mundo em detrimento de outros possíveis” (FAUSTINO, 2006, p. 38). É, justamente, das exigências desse ponto de vista que surge a crucial concepção dos *conceitos formais*; esses conceitos respondem pela necessidade de se combinar a visão lógica como autônoma e como transcendental. Isso permite que tal visão lógica sirva de base para uma metafísica.

Vê-se, com mais clareza, a divergência interna nos projetos dos dois autores estudados. Essa divergência da parte de Russell tenderá, sob certa perspectiva, a se acentuar mais conforme o filósofo inglês aproximar-se, principalmente a partir de 1918, da concepção de uma “linguagem logicamente perfeita”. Realmente, Russell - como se tentará verificar no próximo capítulo - incorpora muito da influência de Wittgenstein principalmente no que tange às *Notes on Logic*, porém o filósofo inglês não deixa de manter um tipo de projeto próprio (uma filosofia do conhecimento que ecoa elementos

92 É relevante ressaltar aqui, no entanto, que, como foi visto no primeiro capítulo, a auto evidência, em Russell, começa a diminuir aos poucos, pelo menos, desde 1900; essa diminuição, como se verá, já era evidente no manuscrito de 1913 e se fortalecerá conforme Russell avança. Com certeza, a influência de Wittgenstein será importante nesse processo, porém a gênese de tal processo tem algo de tipicamente russelliano, ou seja, a aplicação do método de rigor matemático em uma filosofia entendida à maneira das ciências (ver primeiro capítulo).

do pensamento de 1913). Esse projeto particular a Russell, certamente, não necessariamente é melhor do que o de Wittgenstein, porém precisa ser entendido em sua especificidade para que se compreenda suas verdadeiras contribuições.

4 AS CONFERÊNCIAS SOBRE FILOSOFIA DO ATOMISMO LÓGICO DE 1918.

Neste capítulo será abordada, com maior detalhe, a célebre série de conferências de 1918 que recebe o título de *The Philosophy of Logical Atomism* (RUSSELL, 1918). A escolha de abordar essa série de conferências deve-se ao fato de que ela, como se verá, pode ser tratada como uma primeira resposta a Wittgenstein. Em *The Philosophy of Logical Atomism*, Russell, não somente porque cita Wittgenstein diretamente, culmina por esboçar alguma dúvida e mesmo um posicionamento crítico com relação aos primeiros textos e “ataques” que recebeu do filósofo austríaco. Buscando-se inspiração no interessante trabalho de Jales Ribeiro (2005), procurar-se-á, neste capítulo, mostrar a importância de *The Philosophy of Logical Atomism* para aquilo que, no título deste trabalho, chamou-se de “possível defesa de Russell”, pois essa série de conferências marca uma transição e a possibilidade de se pensar uma continuidade no pensamento de Russell que, inclusive, retoma e aprimora conceitos e temas que já estavam presentes no *Manuscrito de 1913*.

Além disso, *The Philosophy of Logical Atomism* abre a possibilidade de se pensar uma série de outras questões acerca do pensamento de Russell. Um exemplo disso está na doutrina que Russell referia por intermédio da expressão *Monismo Neutro* e que é oriunda do pragmatismo de autores como James e Dewey. Como ficará claro no próximo capítulo, essa doutrina será de fundamental importância para a fase mais madura de Russell, de modo que, para os fins desta tese, é fundamental entender a evolução do diálogo entre o filósofo inglês e ela.

Tem-se, assim, uma clareza da importância para esta pesquisa do estudo de *The Philosophy of Logical Atomism*. Para estudar esse texto, dividiremos este capítulo em oito seções. Dessas seções, as primeiras sete procurarão sintetizar as principais teses e problemas desenvolvidos no texto estudado; cada uma dessas sete seções retomará, em alguns pontos, uma das conferências que compõe o texto estudado.⁹³ Por outro lado, a oitava seção deste capítulo será um pouco mais importante e constituir-se-á em um esforço reflexivo a respeito dos temas que, no texto estudado, interessam a esta tese.

4.1 OS FUNDAMENTOS BÁSICOS DA ANÁLISE.

⁹³ A sexta conferência do texto estudado, embora não neguemos sua importância, não será abordada neste capítulo, pois o conteúdo dessa conferência consiste, fundamentalmente, na teoria das descrições que já foi abordada no primeiro capítulo desta tese.

Antes de se adentrar, de modo mais direto, ao conteúdo que nos interessa da primeira conferência que constitui o texto aqui estudado, é digno de nota o pequeno texto que precede a série de conferências. Nele, Russell faz uma breve referência a Wittgenstein, embora não atribua nenhuma responsabilidade ao filósofo austríaco pelo conteúdo das conferências que se seguirão. Como se verá (seção 4.8 deste capítulo), esta referência a Wittgenstein é muito importante, pois procurar-se-á mostrar (na seção 4.8) que, ainda que não aceite o projeto filosófico dos primeiros textos do filósofo austríaco⁹⁴, o filósofo inglês incorpora muitas das ideias de seu “amigo e ex aluno” no seu próprio projeto filosófico.

Feito esse breve comentário, é possível, pois, adentrar o conteúdo da primeira dentre as conferências do texto aqui estudado. Considerando-se o início dessa conferência, é interessante ressaltar uma exposição do tipo de doutrina defendido pelo texto como um todo: Russell, na série de conferências que se está abordando aqui, pretende defender um tipo de doutrina – vale dizer, o *atomismo lógico* - que deve resultar da filosofia da matemática (RUSSELL, 1918, p. 2); tal doutrina, obviamente, não será deduzida diretamente da filosofia da matemática, porém irá emergir como um reflexo dessa filosofia. É razoável, talvez, recordar-se, nesse ponto, a influência dos métodos matemáticos, impulsionados pelo congresso de Paris (1900), que foram mencionados no primeiro capítulo (metafilosófico) da presente tese

De qualquer maneira, para se defender esse ponto de vista, isto é, essa doutrina inspirada em métodos matemáticos, um dos pontos principais é justificar a possibilidade da análise dos fatos e proposições: segundo Russell (1918, p. 2), há quem diga que toda análise é falsificação. Diante disso, o filósofo inglês não pretende refutar os opositores da análise, porém ele tem o objetivo de embasar o processo de análise em dados inegáveis (RUSSELL, 1918, p. 2).

Isso, obviamente, coloca uma questão: o que Russell entende por dados inegáveis? Dados inegáveis consistem naqueles que, embora não necessariamente sejam verdade, são de tal forma que nos levam a aceitá-los como verdade (RUSSELL, 1918, p. 3). Esse posicionamento possui íntima relação com a teoria do conhecimento tal qual o projeto russelliano a concebe: quando se está preocupado com teoria do conhecimento, o maior objetivo não é saber o que é verdade sobre o mundo, pois tal objetivo deve ser o de saber

⁹⁴ Estamos, principalmente, pensando aqui nas *Notes on logic*, nas *Notes dictated to G. E. More* e nos aspectos desses textos que foram incorporados ao *Tractatus*.

o que podemos conhecer sobre o mundo (RUSSELL, 1918, p. 3). Assim, é impossível em teoria do conhecimento considerar a verdade como algo em abstrato e separado daquele que conhece; o máximo que se pode fazer é, nesse caso, perceber que certas crenças passaram a ser consideradas falsas quando outras crenças mudaram.

Estabelecido esse ponto de partida, é necessário, antes de continuar, expor uma característica geral que permite, no interior da teoria do conhecimento de Russell, encontrar os referidos dados inegáveis que estarão na base da justificação do processo de análise.

Essa característica é a “vagueza”: os dados inegáveis que fundamentam uma teoria do conhecimento são um tanto vagos e ambíguos; Russell chega a afirmar que o processo do filosofar sadio consiste em passar, de uma coisa vaga (ambígua) e óbvia, para outra coisa não tão óbvia e vaga (RUSSELL, 1918, p. 4).

É interessante ressaltar que, nesse ponto do raciocínio, Russell assinala a importância daquilo que é vago; o filósofo menciona que, se tivesse tempo, gostaria de dedicar uma conferência inteira para o tema do “vago”. Além disso, Russell deixa claro que tudo é vago em algum grau: sequer se pode supor que, realmente, transmitimos o que queremos dizer quando dizemos algo.

Como se ressaltará posteriormente, é importante notar aí que, embora demonstre alguma desconfiança com relação à vagueza, Russell não nega a importância desta como base da teoria do conhecimento, de modo que isso leva a questionar a veracidade de uma possível interpretação de Russell como alguém que estaria unicamente interessado em eliminar, por meio da lógica - ou de uma linguagem logicamente perfeita-, as ambiguidades das linguagens naturais.

Nesse sentido, inclusive, Russell enfatiza que “o tipo de premissa que um lógico tomará para uma ciência não será o tipo de coisa que é conhecido primeiro ou conhecido mais facilmente”⁹⁵ (RUSSELL, 1918, p. 4-5): os dados vagos que são ponto de partida da teoria do conhecimento não são as primeiras premissas em uma dedução lógica posterior do edifício do conhecimento, pois esse tipo de premissa deveria ser objetivo, exato e com grande poder de convencimento (RUSSELL, 1918, p. 5).

Em contraste com isso, os dados que iniciam a teoria do conhecimento, além de vagos, são, em alguma medida, subjetivos. Em outras palavras, são os dados mais vagos que um dado indivíduo é capaz de atingir de acordo com seu contexto (formação, meio

95 The sort of premiss that a logician will take for a science will not be the sort of thing which is first known or easiest known.

ambiente e etc.). Isso, inclusive, significa que os dados mais primitivos não precisam atingir uma pureza extrema; não precisamos, em teoria do conhecimento, buscar dados puros tais quais aqueles que, pretensamente, atribuir-se-ia a uma criança (RUSSELL, 1918, p. 5): os dados puros, como aqueles que remontam à experiência infantil, são interessantes quando se tem a pretensão de estudar algo como a história do desenvolvimento da mente; em contraposição a isso, não faz sentido retornar à pureza dos dados quando se está tentando, simplesmente, compreender a natureza do mundo (RUSSELL, 1918, p. 5).

Desse modo, longe da pureza dos possíveis dados infantis, por certo corre-se o risco de cair em erros. Essa possibilidade de erro, no entanto, é inevitável, de modo que não existe um método capaz de nos proteger, totalmente, dos erros (RUSSELL, 1918, p. 6): como foi dito, mesmo correndo o risco de erro, a teoria do conhecimento deve se iniciar por aqueles dados que se mostrem inegáveis ao filósofo.

Sendo assim, pode-se agora enunciar, finalmente, o primeiro desses dados inegáveis: há fatos e crenças no mundo. Ao enunciar esse “truísmo” na primeira de suas conferências, Russell aponta para algumas características que decorrem dele, e enuncia alguns aspectos dos fatos e do mundo, entendido este um composto de fatos: o primeiro aspecto é que, embora não se possa definir um fato, pode-se explicar o que é um fato apontando para a situação de que um fato é aquilo que torna uma proposição verdadeira ou falsa (RUSSELL, 1918, p. 6). Eis o segundo aspecto: um fato não é um particular que pode ser nomeado com palavras (“Sócrates”, por exemplo), notando-se que um fato é aquilo que é expresso por uma sentença que, por sua vez, como veremos melhor, tem um estatuto muito diferente de um nome. O terceiro aspecto é o de que nós expressamos um fato, por meio de uma sentença, quando dizemos que uma coisa tem uma dada propriedade ou uma dada relação com um outra coisa (RUSSELL, 1918, p. 7); um quarto aspecto: os fatos pertencem ao mundo objetivo e, conseqüentemente, independem de nossas crenças a respeito deles, de modo que, quando falamos verdadeiramente ou falsamente, é um fato que torna nossas sentenças verdadeiras ou falsas (RUSSELL, 1918, p. 8).

Além de todos esses aspectos, há um quinto aspecto que deve ser considerado mais detidamente: há diferentes tipos de fato. Obviamente, esse aspecto será aprofundado conforme se trabalhar com o conteúdo das outras conferências, porém, por ora, importa falar brevemente sobre a distinção entre fatos particulares e fatos gerais. Em um primeiro momento, Russell se limita a fornecer apenas exemplos para esses dois tipos de fatos: um

fato particular é um fato tal como “isto é branco”; um fato geral, por outro lado, é um fato tal como “todos os homens são mortais” (*All men are mortal*).

Sobre essa distinção, é relevante ressaltar que, na perspectiva de Russell, não é possível descrever o mundo unicamente por meio de fatos particulares. Para defender esse ponto, Russell utiliza o seguinte exemplo: suponha-se que alguém tivesse sido bem-sucedido em descrever todos os fatos particulares do universo; essa não seria uma descrição completa do universo se esse alguém não concluísse com a seguinte afirmação “esses que eu descrevi são todos os fatos particulares que há” (*These that I have chronicled are all the particular facts there are*). Ora, essa afirmação faz referência a um fato geral, de modo que é impossível descrever o mundo sem pressupor que há fatos gerais.

Além dessa importante percepção de que há fatos gerais, há outras coisas importantes a se notar sobre os fatos. Um exemplo disso consiste na distinção entre fatos positivos e negativos. Essa distinção, ao lado de outras, será desenvolvida em seção diversa deste mesmo capítulo.

Sendo assim, caminhando para o assunto final desta seção, é importante ainda, tendo em consideração a primeira conferência de Russell, falar brevemente acerca da questão do significado e do simbolismo. Essa questão, do modo como Russell a aborda, está fortemente associada a outra: trata-se da questão da veracidade e da falsidade das proposições.⁹⁶

Tendo-se em conta, pois, o espírito dessas questões e a sequência do texto aqui estudado, o primeiro tema a se abordar é a constatação de que a verdade e a falsidade não são propriedades dos fatos; a verdade e a falsidade são propriedades das proposições: uma proposição é “uma sentença no indicativo, uma sentença que afirma alguma coisa sem comandar, questionar ou desejar” (RUSSELL, 1918, p. 10).⁹⁷ É esse tipo de sentença (a proposição) que pode ser verdadeiro ou falso, de modo que o fato, isto é, aquilo que torna a proposição verdadeira ou falsa, não pode, com sentido, ser declarado como verdadeiro ou falso.

Uma vez entendido que a proposição consiste naquilo que pode ser tratado como

96 Viemos, até agora, utilizando, indiscriminadamente, os termos “sentença” e “proposição”; esses termos, nos usos deste texto, têm sido tratados como possuindo o mesmo significado. A partir de agora, no entanto, optaremos por usar o termo “proposição”, pois ele parece ter sido escolhido por Russell e, como já veremos, o filósofo inglês oferece uma breve definição dele.

97 A proposition, one may say, is a sentence in the indicative, a sentence asserting something, not questioning or commanding or wishing.

verdadeiro ou falso, deve-se passar a uma consideração a respeito do tipo de símbolo em que consiste a proposição: a proposição consiste em um símbolo complexo, ou seja, um símbolo cujas partes são símbolos mais simples (RUSSELL, 1918, p. 10). Tendo-se isso em mente, é importante ressaltar que, segundo Russell (1918), existem vários tipos de símbolo e eles têm maneiras diversas de significar. Isso será abordado com um pouco mais de detalhe em outras seções deste capítulo. Apesar disso, para exemplificar o que acabou de ser dito, é interessante, em consonância com o texto de Russell, aprofundar um pouco mais a reflexão a respeito das proposições, e realizar esse aprofundamento tratando, também, dos “nomes”.

Esse segundo tipo de símbolo é caracterizado pela simplicidade: o nome, enquanto símbolo, deve estar, imediatamente, associado a um objeto, pois, do contrário, tal nome não passa de um ruído (RUSSELL, 1918, p. 13).⁹⁸

Diferentemente desse tipo de símbolo, a proposição, como já foi mencionado, não consiste no nome de um fato (RUSSELL, 1918, p. 12);⁹⁹ Russell (1918, p. 12-13) ilustra isso mencionado que, para cada fato, há duas proposições, ou seja, para cada fato há uma proposição afirmativa e uma negativa. Assim, por exemplo, pode-se, para o fato de que Sócrates está morto, afirmar “Sócrates está morto” e “Não é o caso que Sócrates está morto”. Embora apenas uma dessas proposições seja verdadeira, as duas proposições têm significado e isso, obviamente, leva a reforçar-se a tese de que proposições não são nomes para fatos.

Esse estatuto peculiar dos símbolos que chamamos de proposições possui várias consequências. Uma delas – que é muito importante no contexto da teoria do conhecimento de Russell – consiste em que as crenças - que podem ser verdadeiras ou falsas - envolvem proposições (RUSSELL, 1918, p. 12-13).

Dito isso, para concluir definitivamente esta seção, é interessante retomar o que há de mais importante em tudo que foi visto até agora: o primeiro objetivo das conferências aqui estudadas é justificar o processo de análise entendido, também, como parte de uma teoria do conhecimento; para justificar o processo de análise e iniciar o

98 Essa explicação pode confundir quando pensamos naquilo que, no cotidiano, chamamos de nome: nomes como “Sócrates”, “César” etc. Se tratarmos esse tipo de nome como um nome no sentido de Russell, cairemos inevitavelmente em paradoxos, pois teremos que admitir que, se um dado sujeito morreu (Sócrates, por exemplo), aquele nome não possui mais significado. Apesar disso, como explicaremos em seções vindouras, nomes como “Sócrates” não são o que Russell entende como um legítimo nome em um sentido filosófico: para Russell, Sócrates consiste na abreviação de uma descrição (ver primeiro capítulo desta tese), de modo que aquilo em que consistem os legítimos nomes será elucidado adiante.

99 É interessante notar que, ao mencionar isso (que a proposição não é nome de um fato), Russell credita essa ideia a Wittgenstein.

processo de conhecimento é preciso partir de algo inegável que é, ao mesmo tempo, vago; a coisa vaga e inegável da qual parte a teoria do conhecimento de Russell é que há fatos e crenças no mundo; sobre os fatos e o mundo há vários aspectos dos quais vale destacar aquele segundo o qual há mais de um tipo de fato, notando-se que, por exemplo, existem fatos gerais e particulares; os fatos não podem ser verdadeiros ou falsos, notando-se que somente proposições podem receber um valor de verdade; as proposições são símbolos complexos que se distinguem (em seu modo de significação) de símbolos mais simples como os nomes.

4.2 O COMPLEXO E O SIMPLES NO PROCESSO DE ANÁLISE.

Naquilo que é mais interessante para os fins do presente trabalho, pode-se começar a exposição do conteúdo da segunda conferência colocando-se uma pergunta que é muito importante para tal conteúdo: “As coisas que parecem entidades logicamente complexas são realmente complexas?”¹⁰⁰ (RUSSELL, 1918, p. 16)

Para se responder essa questão é preciso, primeiramente, lidar com outro tipo de questão que, de alguma forma, está relacionado com ela: “que nós devemos tomar como exemplos *prima facie* de entidades logicamente complexas?” (RUSSELL, 1918, p. 16)

Esse tipo de questão, ao lado da questão principal desta seção, é muito importante, pois responder à referidas questões é essencial para uma justificação do processo de análise pressuposto na filosofia do atomismo lógico: como mencionou-se, o objetivo do tipo de filosofia proposto no texto aqui estudado é defender que, de certa forma, o mundo pode ser analisado em um número separado de coisas com relações e assim por diante (RUSSELL, 1918, p. 15). Daí a importância, como apontam essas questões, de entender o significado do simples e do complexo no que diz respeito ao mundo.

Sendo assim, a partir de agora, esta seção destina-se a fornecer, direta ou indiretamente, um encaminhamento para as questões. A esse respeito, é interessante notar logo de início que grande parte dos objetos aos quais tem-se a tendência de dar nomes próprios - objetos como Sócrates e Piccadilly - são, na verdade, complexos; muitos desses objetos são, na verdade, abreviações de descrições no sentido em que se viu no segundo capítulo.

Para tornar isso mais claro, convém citar um exemplo fornecido pelo próprio Russell: tomemos o caso de Piccadilly; esta, na verdade, é, ao invés de um objeto

100 Are the things that look like logically complex entities really complex?

particular, uma série de classes de entidades materiais (RUSSELL, 1918, p. 17). Isso ocorre, pois, efetivamente, o que define Piccadilly é o fato de esta ser uma porção de superfície da terra ocupada, ao longo do tempo, pela referida série de classes de entidades materiais.

Com algumas modificações, essa análise se aplica a outras entidades aparentemente particulares como Sócrates. Sendo assim, “nomes” como Sócrates ou Piccadilly, na qualidade de abreviações, estão ligados a ficções lógicas: para Russell as séries e classes são ficções lógicas, de modo que as palavras que abreviam séries de classes, ao aparecerem em uma proposição, não fazem menção a qualquer entidade que estaria no estado de coisas que tornaria a referida proposição verdadeira; com isso, tais palavras, que abreviam séries de classes, só fazem sentido no contexto de uma proposição, de modo que sua análise deve remeter, diretamente, à análise das proposições e dos fatos.

Assim, a análise de certos complexos somente pode ser feita remetendo a outros complexos: trata-se, como abou-se de afirmar, dos fatos e das proposições. A complexidade destes pode ser percebida, em um primeiro momento, atentando-se para a complexidade das proposições: é evidente a situação de que as proposições que afirmam fatos são compostas por várias palavras e que cada uma dessas palavras pode ocorrer em contextos diferentes (RUSSELL, 1918, p. 19). Desse modo, por exemplo, pode-se afirmar que as proposições que possuem um nome - digamos, Sócrates - em comum remetem a fatos que possuem alguma coisa em comum.

Uma consequência disso é que, assim como pode-se desmembrar as proposições em palavras, os fatos também podem ser desmembrados em componentes. Essa possibilidade, por sua vez, possui outra consequência: um componente pode ser alterado sem alterar os outros componentes (RUSSELL, 1918, p. 19). Além disso, um componente de um dado fato pode aparecer em alguns outros fatos (RUSSELL, 1918, p. 19).

Já se vê aí, nessas últimas afirmações, o desenhar-se do sentido russelliano de análise: analisar é, entre outras coisas, decompor, em palavras ou componentes, uma proposição ou um fato. Se isso é possível, pode-se dizer que, de alguma forma, a compreensão de um fato ou de uma proposição depende da compreensão das partes constituintes destes; no caso específico das proposições, não é absurdo afirmar, na esteira de Russell, que a própria significação desta é dependente da significação das palavras que a constituem.

Daí, deve-se concluir que é possível entender uma proposição entendendo-se as palavras que compõem tal proposição (RUSSELL, 1918, p. 20). Obviamente, esse

entendimento das palavras de uma proposição, para que o todo da proposição possa ser entendido, deve ser acrescido do conhecimento da gramática e da sintaxe da linguagem em que tal proposição é proferida (falada ou escrita). De qualquer forma, a compreensão desses elementos e das palavras permite o entendimento de uma proposição sem haver necessidade do contato direto com o possível fato afirmado por aquela proposição (RUSSELL, 1918, p. 20).

Em alguns casos, esse tipo de compreensão da proposição por meio de seus componentes torna-se mais difícil, pois envolve a importante – e já trabalhada no segundo capítulo desta tese - noção de *acquaintance*: quando as palavras que compõem uma proposição remetem, diretamente, a um elemento simples - como uma cor -, então é necessário que aquele que visa compreender tal proposição tenha *acquaintance* com aquele elemento simples. Um exemplo disso está na sentença “isto é vermelho” que pressupõe a *acquaintance* com a cor vermelha.

De qualquer forma, não obstante as dificuldades impostas pela necessidade de *acquaintance* em alguns casos, fica clara a importância da significação das partes para a significação de uma proposição. No texto aqui estudado, a compreensão disso permite que Russell estabeleça as seguintes definições provisórias:

Que os componentes de uma proposição são símbolos que nós devemos entender a fim de entender a proposição.

Que os componentes do fato que torna uma proposição verdadeira ou falsa, conforme o caso, são os significados dos símbolos que devemos entender para entender a proposição.¹⁰¹ (RUSSELL, 1918, p. 23)

Essas definições, como o próprio Russell (1918, p. 23) atesta, não são completamente corretas por várias razões. A título de exemplo, pode-se mencionar uma dessas razões: as definições acima não se aplicam a expressões que, como “ou” e “não”, não correspondem a qualquer coisa nos fatos representados pelas proposições em que tais expressões são usadas.

Além de conter esse tipo de problema, as definições mencionadas devem ser tratadas como meramente preliminares por outra razão: as definições acima, bem como os raciocínios que as precedem, devem ser tratadas como preliminares, posto que partem da complexidade das proposições e, daí, chegam à complexidade dos fatos; a razão disso é que, em questões abstratas, é mais fácil pensar através de símbolos do que através de fatos (RUSSELL, 1918, p. 24). De qualquer forma, é preciso tomar cuidado para que essa

101 That the components of a proposition are the symbols we must understand in order to understand the proposition.

That the components of the fact which makes a proposition true or false, as the case may be, are the meanings of the symbols which we must understand in order to understand the proposition.

decisão não leve à atitude que nega a existência da complexidade real.

A defesa da existência dessa complexidade real ficará mais clara quando – em seção apropriada deste texto - estiver-se refletindo a respeito da sétima conferência; como ficará evidente, é possível pressentir tal complexidade se refletirmos a respeito da situação de que, em uma linguagem logicamente perfeita – isto é, em um simbolismo correto –, deve haver uma identidade estrutural entre a proposição e o fato (RUSSELL, 1918, p. 24-25).¹⁰²

Percebe-se, nessa linha argumentativa, uma menção à importante noção de uma “linguagem logicamente perfeita”. Essa noção será capital para argumentação desenvolvida na seção 4.8 deste capítulo. Desse modo, fazendo algo parecido com o que Russell faz em seu próprio texto, abrir-se-á, no que se segue - e antes de se dar continuidade à reflexão sobre a complexidade e a análise -, uma espécie de parêntese para se tratar um pouco da “linguagem logicamente perfeita”.

O que seria uma linguagem logicamente perfeita na concepção de Russell? A melhor maneira de iniciar uma resposta a essa questão talvez seja oferecer um tipo de lista breve das principais características da linguagem logicamente perfeita: com exceção de termos como “ou”, “não” e “se...então”, pode-se afirmar que, em uma linguagem logicamente perfeita, as palavras que compõem uma determinada proposição corresponderiam, uma a uma, aos componentes do fato correspondente àquela proposição (RUSSELL, 1918, p. 25); em uma linguagem logicamente perfeita, haveria uma, e apenas uma, palavra correspondendo a cada objeto simples, de modo que tudo aquilo que não fosse simples seria expresso por uma combinação de palavras derivada da totalidade das palavras para objetos simples (RUSSELL, 1918, p. 25); uma linguagem logicamente perfeita seria completamente analítica e mostraria, de relance (*at a glance*), a estrutura dos fatos afirmados ou negados (RUSSELL, 1918, p. 25).

Será que uma linguagem nesses moldes já foi construída? Russell não responde diretamente esse tipo de questão e apenas aponta a linguagem do *Principia Mathematica* como aquela que mais se aproximou de uma linguagem logicamente perfeita (RUSSELL, 1918, p. 25). De qualquer forma, Russell acrescenta que uma linguagem desse tipo seria extremamente prolixa e difícil de ser entendida por mais de um indivíduo; nessa linguagem, por exemplo, não haveria abreviações como Sócrates ou Piccadilly.

Com esse último comentário, podemos encerrar, por ora, nossas considerações no

¹⁰² É relevante notar que, neste momento do raciocínio de Russell (1918, p. 24-25), parece haver uma similaridade entre o que Russell está afirmando e a noção do *Tractatus* de estrutura da figuração.

que tange à linguagem logicamente perfeita. Voltaremos, então, a tratar do que estava sendo tratado antes. Nesse sentido, para dar continuidade ao tratamento do problema da complexidade na relação com os fatos e as proposições, estabeleceremos, a partir de agora, alguns conceitos e definições.

Desse modo, iniciaremos com a noção de “fato atômico”. É muito difícil fornecer agora uma definição dessa noção, porém procuraremos, pelo menos, elucidá-la parcialmente citando casos e exemplos: o tipo mais simples de fatos consiste naqueles caracterizados por expressar a relação entre uma coisa e uma propriedade (RUSSELL, 1918, p. 26). Um exemplo desse tipo de fato é expresso pela proposição “isto é branco” (RUSSELL, 1918, p. 26). Um pouco mais complexos do que esse tipo mais simples de fato são os fatos que envolvem uma relação diádica que é expressa em proposições do tipo “isto está à esquerda daquilo” (RUSSELL, 1918, p. 26).

Esse tipo de complexidade envolvendo relações pode crescer indefinidamente na medida em que se pode falar de fatos contendo relações triádicas, tetrádicas etc; inclusive, segundo Russell (1918), é possível tratar os fatos mais simples como possuindo, ao invés de uma propriedade, uma relação monádica.

De qualquer forma, toda a hierarquia das relações em complexidade crescente é, justamente, aquilo que forma o conjunto dos fatos atômicos. Nesses fatos, além de uma relação, sempre há aquilo que Russell denomina os termos do fato (RUSSELL, 1918, p. 27); estes termos são aquilo que está sob a relação e podem ser chamados de particulares (RUSSELL, 1918, p. 27). Daí a definição:

Particulares = termos da relação em fatos atômicos. Df.

É importante entender que essa definição deve ser tratada como sendo puramente lógica. Isso significa que, pelo menos em um primeiro momento, não é preciso identificar ou conhecer “particulares” no mundo para se entender a definição acima.

Apesar disso, Russell, ao expor uma segunda definição (cf. logo abaixo), não deixa de refletir brevemente sobre os particulares. Assim:

Nomes próprios = palavras para particulares. Df.

Ao lidar com essa definição, Russell relembra a necessidade de cautela para não se tomar expressões como “Sócrates” ou “Platão” – descrições abreviadas – como nomes próprios. Sendo assim, o filósofo inglês conclui que os autênticos nomes próprios são palavras como “isto” e “aquilo” que designam algo extremamente simples em um determinado contexto. Sobre esses tipos de palavras, Russell enfatiza que são ambíguas, pois, embora designem um único elemento muito simples no mundo, têm uma variação

em sua significação de acordo com o contexto e com cada indivíduo envolvido em tal contexto (RUSSELL, 1918, p. 29-30). Além disso, por fim, Russell enfatiza que os particulares que compõem as proposições atômicas, na medida em que são componentes extremamente simples designados pelos autênticos nomes próprios, possuem uma função parecida com aquela desempenhada pelas substâncias na metafísica clássica (RUSSELL, 1918, p. 30).

Com base nessas e em outras percepções, pode-se, agora, tentar responder as questões colocadas no início desta seção; eram duas questões, de modo que uma tentativa de resposta seria a seguinte: considerada a ordem em que foram colocadas, no que diz respeito à segunda questão,¹⁰³ diga-se que, a título de exemplos de entidades logicamente complexas *prima facie*, pode-se citar aquelas entidades que são abreviadas por palavras como Sócrates e Piccadilly; obviamente, como foi visto, esse tipo de entidade deve ser analisado no contexto de um fato, de modo que as palavras que correspondem a elas são analisadas no contexto de uma proposição.

Quanto à primeira questão, deve-se afirmar que as coisas que parecem entidades complexas devem ser encaradas com cuidado, pois, por vezes, pode-se tratar um fato como complexo e suas partes como simples, notando-se que, como foi visto, as partes de um fato, muitas vezes, podem remeter na proposição a palavras que, por sua vez, remetem a complexas séries de classes. Sendo assim, o simples e o complexo devem ser tratados com cuidado: de fato, precisa-se da análise dos fatos e das proposições para se entender expressões aparentemente simples como Sócrates e Piccadilly. Essas expressões não são simples, pois o autêntico simples somente pode ser atingido quando, provavelmente em uma linguagem logicamente perfeita, se puder decompor as palavras até atingir aquelas que, como “isto” e “aquilo”, são nomes para os elementos mais simples do mundo.¹⁰⁴

4.3 PREDICADOS, RELAÇÕES E PROPOSIÇÕES MOLECULARES.

Um pouco antes de se começar a caminhar para o fim das reflexões feitas sobre a segunda conferência do texto aqui estudado, tratou-se dos particulares e da necessidade de se ter uma compreensão dos particulares como pressuposto para se compreender as

103 Iniciaremos as respostas pela consideração da segunda questão, pois, como ficou claro no início desta seção, a resposta para a segunda questão é anterior e, de certa forma, um pressuposto para a resposta para a primeira questão.

104 Como enfatiza Pears (1985, p. 15), nesse aspecto, o empirismo de Russell é similar ao de Hume, de modo que, em ambos os empirismos, ideias mais complexas podem ser definidas por meio das mais simples.

proposições nas quais tais particulares ocorrem: de alguma forma, é preciso ter *acquaintance* com os particulares para compreender as proposições. Dando continuidade a esse tipo de reflexão, o tema mais importante para os fins desta tese, aparece no início da terceira conferência e se constitui na explanação referente a outros dois tipos de palavras que são pré-requisito para se entender as proposições: trata-se das palavras concernentes a predicados e relações.

Não obstante não negue categoricamente a necessidade de *acquaintance* no processo de compreensão desses dois outros tipos de palavras, Russell, citando seu amigo Wittgenstein, parece ter modificado um pouco, desde o manuscrito de 1913, suas ideias sobre predicados e relações: na conferência que se está estudando, Russell parece não reduzir – como, pelo menos em parte, fazia em 1913 – a compreensão de predicados e relações à *acquaintance* com universais. Sendo assim, entender um predicado ou uma relação torna-se algo bastante diferente de se entender um nome (RUSSELL, 1918, p. 34).

Para se começar a compreender essa situação, é pertinente considerar, primeiramente, os predicados: diferentemente daquilo que ocorre com os nomes para particulares, cuja compreensão parece ser o mero resultado da *acquaintance* com um particular, a compreensão de um predicado envolve a necessidade de uma espécie de sugestão da forma da proposição (RUSSELL, 1918, p. 34). Desse modo, entender, por exemplo, o significado da palavra para a propriedade “vermelho” é o mesmo que entender o que se quer dizer afirmando que “uma coisa é vermelha” (RUSSELL, 1918, p. 34); entender o significado da palavra “vermelho” está relacionado com entender expressões do tipo “x é vermelho”. Nesse sentido, “vermelho”, tanto quanto outras palavras para propriedades, tende a não poder ocorrer como sujeito e, nos casos de exceção, o que sucede é que a proposição - em que vermelho apareceria como sujeito - tem a função de explicar ou falar de “vermelho” enquanto uma palavra.

Toda essa reflexão sobre a compreensão de palavras para propriedades como “vermelho” possui uma caracterização muito próxima da reflexão sobre relações como “antes”: compreender uma relação diádica como “antes” é entender expressões do tipo “x vem antes de y”, de modo que, novamente, a compreensão de um tipo de palavras - no caso, as palavras para relações - envolve a sugestão da forma da proposição em que tais palavras ocorrem (RUSSELL, 1918, p. 34-35).

O entendimento desse modo de compreensão das relações permite, enfim, a compreensão de todos os elementos que, como se insinuou na seção anterior, compõem

as chamadas “proposições atômicas”. Desse modo, pode-se passar para uma exposição que enfatize mais outro importante grupo de proposições: trata-se das proposições moleculares.

Esse novo tipo de proposição é caracterizado, em um primeiro momento, por conter expressões como: “não”, “ou”, “se ... então” e “e” (RUSSELL, 1918, p. 37). Nos exemplos fornecidos por Russell, essas expressões são utilizadas para associar proposições atômicas dando origem a proposições mais complexas. Desse modo: há proposições moleculares como “se chove, trago meu guarda-chuva” e “choveu e eu trouxe meu guarda-chuva” (RUSSELL, 1918, p. 37).

Prestando-se atenção, por exemplo, ao primeiro desses dois casos, vê-se que ele contém duas partes (RUSSELL, 1918, p. 37): “Chove” (*It rains*) e “trago meu guarda-chuva” (*I shall bring my umbrella*).

Uma importante consequência desse caráter composto das proposições moleculares consiste em que, no texto que estamos estudando, estas normalmente não têm seu valor de verdade atribuído por meio de um confronto direto com a realidade: embora este não seja exatamente o exemplo de Russell, pode-se, considerando-se o caso citado acima, afirmar com tranquilidade que a expressão “se... então” não corresponde a algo no mundo (RUSSELL, 1918, p. 39). Isso ocorre porque, de modo análogo ao mencionado no terceiro capítulo desta tese (quando tratamos do *Tractatus* de Wittgenstein), pode-se descobrir o valor de verdade de proposições moleculares, como aquelas que contêm “se...então”, construindo-se uma espécie de tabela onde o valor de verdade de tais proposições é dado em função do valor de verdade das proposições atômicas (RUSSELL, 1918, p. 39).¹⁰⁵ Isso permite que Russell denomine “funções de verdade” às expressões que estão na base da construção das proposições moleculares (RUSSELL, 1918, p. 40).

Entre essas funções de verdade, no entanto, há uma que é peculiar: trata-se da função de verdade representada em português pela palavra “não”. Essa função de verdade, associada a proposições atômicas, pode gerar proposições negativas; estas, por sua vez, levantam importantes questões que podem ser expressas da seguinte maneira: diante de uma dada proposição negativa, pode-se afirmar que essa proposição corresponde, diretamente, a um fato no mundo? Se a resposta a essa questão for afirmativa, deve-se

105 Na página 39 do texto aqui estudado, encontra-se um claro exemplo do mencionado tipo de tabela. Talvez seja interessante notar que há alguma similaridade entre a tabela exposta por Russell (1918, p. 39) e aquelas que aparecem no *Tractatus*.

concluir que existem fatos negativos no mundo?

Lidando com esse tipo de questão, Russell (1918, p. 42) argumenta defendendo que: as proposições negativas possuem, normalmente, uma correspondência direta com a realidade; sim, existem fatos negativos na realidade que correspondem às proposições negativas.

Para procurar fundamentar esses pontos, Russell procura lidar com as principais objeções à sua visão. Dessas objeções cabe destacar a seguinte: não existiriam fatos negativos e, quando se afirmar uma proposição do tipo “não-P” - onde “P” representa uma proposição qualquer-, estar-se-á em verdade afirmando que há outra proposição qualquer - digamos, “Q” - que é verdadeira e incompatível com “P”.

Contra esse tipo de objeção, Russell (1918, p. 43-44) apresenta alguns argumentos que podem ser enumerados como se segue: em primeiro lugar, a objeção levantada, ao evitar fatos negativos, acaba gerando a controversa necessidade de fatos que contenham a noção de “incompatibilidade”; em segundo lugar, se não se assumir fatos negativos, ter-se-á que, no cotidiano, aceitar situações um tanto absurdas como o caso do conferencista que, ao afirmar “não há hipopótamos nesta sala”, estaria, na verdade, afirmando que a proposição “há hipopótamos na sala” é incompatível com a proposição “não há espaço nesta sala que seja preenchido por um hipopótamo” (RUSSELL, 1918, p. 44); em terceiro lugar, a admissão de fatos negativos também pode ser útil para certos casos de proposições “positivas” falsas como “Sócrates está vivo”, de modo que seria muito difícil compreender a falsidade desse tipo de proposição sem assumir fatos negativos (RUSSELL, 1918, p. 45); em quarto e último lugar, assumir a noção de “incompatibilidade” leva à necessidade de se tratar as proposições como entidades reais opostas a fatos, notando-se que Russell não está disposto a aceitar esse resultado (RUSSELL, 1918, p. 44-45).

Feito esse comentário, pode-se concluir esta seção retomando os conceitos mais importantes que foram estudados: para compreender as proposições atômicas é preciso compreender, tanto as palavras que designam objetos particulares, quanto as palavras que fazem menção a relações e predicados, notando-se que esse último tipo de palavra deve ser encarado com cuidado, pois não tem um modo de significação idêntico ao do primeiro tipo; uma vez compreendidas as proposições atômicas, pode-se passar à compreensão de proposições moleculares que, por sua vez, são proposições mais complexas que contêm outras proposições modificadas ou associadas por palavras como “ou”, “não” e “e”; a maior parte das proposições moleculares não adquirem seu valor de verdade por um

confronto direto com a realidade, de modo que essas proposições moleculares são construídas a partir de funções de verdade. A única exceção entre as funções de verdade, está no uso da palavra “não” aplicada diretamente a proposições atômicas, pois, nesse caso, convém, após lidar com importantes objeções, assumir a ocorrência de fatos negativos.

4.4 PROPOSIÇÕES COM DOIS VERBOS E CRENÇAS.

Russell abre a quarta conferência da série com a importante reflexão sobre as crenças. Essa questão, em um primeiro momento, parece reverberar o tipo de teoria do juízo abordada no segundo capítulo. Independentemente de isso ser ou não ser o caso, Russell, a princípio, não identifica a reflexão sobre a crença tal qual tratada nesta conferência com a teoria do juízo; o filósofo inglês adverte que irá tratar da crença, antes como remetendo a um tipo de fato que pode vir a compor o inventário dos tipos de fatos do mundo, do que como parte de uma teoria do julgamento (RUSSELL, 1918, p. 47-48).

Nesse sentido, Russell está interessado, principalmente, nos fatos associados a proposições que envolvem expressões como “crer” ou “desejar”: trata-se de proposições do tipo “eu acredito que hoje é terça feira”¹⁰⁶ (RUSSELL, 1918, p. 48). Para se entender o que, para Russell, caracteriza esse tipo de proposição, é necessário retomar um aspecto das proposições atômicas: pode-se tratar o predicado ou a relação que compõem as proposições atômicas como “verbos”; por óbvio, ao menos em português, em regra, um predicado não é composto unicamente pelo verbo, porém não se pode negar que tal verbo desempenha um papel fundamental em tal predicado. Além disso, nas relações, o papel do verbo fica mais claro, pois, muitas vezes, tais relações são constituídas unicamente por um verbo. Qual é o interesse disso para o tema aqui analisado? O interesse é que o tipo de proposição que envolvem palavras como “crer/acreditar” ou “desejar” possui, normalmente, mais de um verbo (RUSSELL, 1918, p. 48).

Essa característica das proposições aqui estudadas faz com que estas não possam, pelo menos inicialmente, ser identificadas com proposições atômicas: as proposições atômicas tendem a ter um único verbo. Sendo assim, deve surgir uma série de questões associadas às proposições envolvendo palavras como “crer/acreditar”. Essas questões estão relacionadas, principalmente, aos seguintes problemas: uma vez que as proposições envolvendo palavras como “crer/acreditar” possuem, em seu interior, outra proposição - quem crê, a princípio, crê em uma proposição -, pode-se tratar esse tipo de proposição de

106 I believe that today is Tuesday

modo análogo ao das funções de verdade vistas na seção anterior? Caso a resposta a essa questão seja negativa, haverá necessidade, no caso de proposições que envolvem palavras como “crer/acreditar”, de tratar esse tipo de proposição como estando associada diretamente a um tipo de fato irredutível?

Uma parte importante da conferência analisada consiste em verificar até que ponto é possível encaminhar esse tipo de problema. Procurar-se-á, a partir de agora, acompanhar, até onde interessa ao presente trabalho, o raciocínio por meio do qual Russell lida com isso.

Russell inicia esse raciocínio debatendo com uma escola de pensamento, ligada ao pragmatismo, que o filósofo inglês denomina “monismo neutro” (RUSSELL, 1918, p. 50). Embora fuja um pouco da temática deste capítulo, entender o debate de Russell com o “monismo neutro” será importante para o próximo capítulo, de modo que, a seguir, se fará, resumidamente, uma exposição desse debate tal qual ele aparece nas conferências estudadas.

Os argumentos de Russell em tal debate são, fundamentalmente, dois: um primeiro argumento que visa criticar a concepção de uma crença entendida como uma relação entre coisas; um segundo argumento que visa criticar certa interpretação comportamental (*behaviour*) da crença.

Desses dois argumentos, o primeiro pode ser resumido da seguinte forma: ora, a teoria segundo a qual uma crença é uma relação entre coisas deve ser falsa, pois, caso fosse verdadeira, não seria possível entender uma crença falsa. Para que essa objeção fique mais clara, é necessário compreender que, na leitura de Russell, o monismo neutro tende a enxergar as crenças como referindo-se a objetos; desse modo, acredita-se que “Deus existe” ou “Homero existe”, de modo que o objeto de uma crença remete a um objeto específico (RUSSELL, 1918, p. 51-52). Sendo assim, a objeção de Russell seria razoável, pois, na medida em que a crença é uma relação com um objeto, não haveria objeto correspondente à crença falsa, de modo que esta seria uma espécie absurda de relação com nada.

Quanto ao segundo argumento de Russell, trata-se de algo mais simples: para Russell (1918, p. 52-53), o “monismo neutro”, tal qual o entendem seus defensores, dos quais se destacam James e Dewey, entende as crenças como comportamentos; assim, para usar um exemplo do próprio Russell, o fato de uma pessoa acreditar que um trem parte às 10h25 é evidenciado apenas pelo comportamento no qual a pessoa, no referido horário, corre para não perder o trem. Russell admite que essa visão da crença é tentadora e

exemplifica muito bem uma aplicação da navalha de Occam (RUSSELL, 1918, p. 53-54). Apesar disso, o filósofo inglês argumenta que a referida concepção comportamental da crença não dá conta de explicar o significado de particulares enfáticos (*emphatic particular*) que são exemplificados por palavras como “isto” cuja a principal característica é ser entendida apenas em contextos que fazem referência ao que é mental.

Essa forma de argumentação leva Russell a tomar a decisão de, para os fins das conferências aqui estudadas, assumir que há fatos como “crenças”. Ao assumir isso, entretanto, o filósofo inglês faz uma reserva: ao se assumir que há fatos como crenças, isso não significa que se está assumindo que há proposições entendidas como entidades existentes. Essa postura está associada ao seguinte: quando se afirma algo como “Eu acredito em P”, tem-se a tendência de enxergar a crença como uma relação diádica entre “Eu” e uma proposição (RUSSELL, 1918, p. 56); isso pode levar-nos a tratar a proposição, envolvida na suposta relação diádica, como uma entidade existente.

Para Russell (1918, p. 55-57), esse tipo de tratamento da proposição é errôneo, pois traz o inconveniente de forçar a admissão de que as proposições falsas possuem uma existência independente. Para lidar com isso, o filósofo propõe que as proposições, em geral, não possuem consistência ontológica, isto é, não sejam nada, e que as proposições falsas devem ser analisadas em partes que correspondem a “pedaços” separados de um possível fato (RUSSELL, 1918, p. 56).

Sendo assim, as proposições que envolvem crença, não sendo uma relação diádica, devem ser tratadas como outro tipo de coisa. Em escritos passados, como no manuscrito de 1913, Russell havia tratado esse “outro tipo de coisa” como uma relação múltipla (ver segundo capítulo). Essa postura, no entanto, sofre uma modificação: Russell critica sua própria teoria anterior do juízo ou julgamento (RUSSELL, 1918, p. 59) e defende que, em proposições como “Otelo acredita que Desdêmona ama Cassio”, o segundo verbo ou relação - no caso, “ama” - gera um grande problema quando se pensa na possibilidade de a proposição que Otelo acredita ser falsa. Nesse caso, permanece a dúvida: na medida em que a proposição “Desdêmona ama Cassio”, enquanto parte de uma outra proposição que envolve crença, é falsa, como se deveria entender essa outra proposição (“Otelo acredita que Desdêmona ama Cassio”) sem assumir a existência do não-existente (*non-existent*)?

Diante dessa questão, Russell (1918) admite que não pode oferecer uma solução e se limita a fazer algumas observações. Dessas observações, cabe destacar duas: a primeira consiste em que é bastante difícil representar proposições como aquela exemplificada acima. Isso ocorre porque não é possível conceber um modelo espacial

para proposições que envolvem crenças;¹⁰⁷ quando se tenta conceber esse tipo de modelo, acaba-se por tratar a relação subordinada - “ama”, no exemplo acima - como algo que existe. Isso exclui o caso em que a proposição subordinada afirma uma relação falsa.¹⁰⁸

Além dessa observação, uma segunda observação parte do pressuposto de que, em proposições que envolvem crença, a proposição subordinada poder ter os mais diversos tipos de forma: pode-se falar de crenças em proposições dos mais diversos tipos como “isto é branco” e “dois e dois são quatro”. Uma consequência disso, segundo Russell (1918, p. 54), é que não se pode tratar a “crença” como algo que mantém uma natureza fixa; a crença “varia” seu significado e natureza de acordo com a proposição em que se acredita.

Como conclusão, das duas observações anteriores, Russell chega à afirmação de que as proposições que envolvem crenças remetem a um tipo muito especial de fatos. Esse tipo especial de fato, inclusive, é bastante peculiar, pois constitui-se em uma exceção à regra de que fatos não podem ser verdadeiros ou falsos; uma crença é um fato que pode ser verdadeiro ou falso (RUSSELL, 1918. P. 61).

É necessário, por fim, tomar cuidado com essa situação, pois nem toda proposição que envolve dois verbos pode ser verdadeira ou falsa: por exemplo uma proposição que envolva a noção de “percepção” não pode ser verdadeira ou falsa (RUSSELL, 1918, p. 61).

Com esse comentário, é possível caminhar para o encerramento da presente seção: neste momento de encerramento, é interessante, a nosso ver, comentar que, embora não tenha conseguido fornecer um perfeito encaminhamento para os problemas apresentados (nesta seção), Russell mostra um amadurecimento onde muitas de suas ideias anteriores (de 1913, por exemplo) sofrem modificações ainda que permaneçam como parte de um mesmo projeto filosófico.

4.5 PROPOSIÇÕES GERAIS, PROPOSIÇÕES QUE ENVOLVEM EXISTÊNCIA E FORMA DE UMA PROPOSIÇÃO.

A quinta conferência se inicia com a reflexão sobre um tipo bastante peculiar de proposições: trata-se das proposições que fazem uso de palavras como “todo” (*all*) e

107 Note-se, aqui, uma considerável mudança com relação à postura de 1913.

108 É fundamental ressaltar que Russell (1918, p. 58) parece creditar a Wittgenstein o fato de que a crença não pode ser representada em um modelo espacial e não possui o mesmo estatuto que as relações subordinadas do tipo espacial, como “estar ao lado de”.

“algum” (*some*). Esse grupo de proposições pode ser dividido em dois subgrupos que dizem respeito, justamente, às palavras “todo” e “algum” (RUSSELL, 1918, p. 62).

Esses dois subgrupos estão fortemente interrelacionados, pois as proposições de cada um deles podem ser tratadas como formas de negação do outro subgrupo. Para que isso fique mais claro, é importante tentar fornecer-se um exemplo: as proposições “todos os homens são mortais” (do grupo referente à palavra “todo”) e “alguns homens não são mortais” (do grupo referente à palavra “algum”) são a negação uma da outra, ou seja, cada uma das duas proposições nega a outra.

Nesse contexto, é possível tomar arbitrariamente qualquer um dos subgrupos como sendo negativo ou afirmativo. Frente a isso, Russell prefere simplesmente chamar um dos subgrupos - aquele referente à palavra “todo” - de grupo das proposições gerais; o outro subgrupo - referente à palavra “algum” - de grupo das proposições que afirmam a existência. Ao tomar essa decisão, o filósofo inglês deixa de lado, pelo menos por ora, a possibilidade de tratar cada um dos subgrupos como a negação do outro.

A partir de então, Russell procura aprofundar, logicamente, o significado das proposições gerais e das proposições que afirmam a existência. Esse aprofundamento leva à necessidade de se desconfiar de formas como “todos os homens são mortais”. Esse tipo de forma não está, propriamente, errado, porém ele, segundo Russell, levou a confusões no passado. Chegou-se a pensar, por exemplo, que proposições gerais – como “todos os homens são mortais” – envolviam a existência dos termos (“homens”, “mortais”) a que faziam referência (RUSSELL, 1918, p. 63). Esse tipo de pressuposto poderia levar a modos falaciosos de argumentação como: “todas as quimeras são animais”; “todas as quimeras cospem fogo”; portanto, “alguns animais cospem fogo”.

Para evitar esse tipo de argumentação falaciosa, é possível recorrer aos artifícios das versões mais recentes da lógica simbólica. Para se entender esses artifícios, deve-se começar compreendendo a importante noção de uma função proposicional: uma “função proposicional é simplesmente qualquer expressão contendo um constituinte indeterminado, ou vários constituintes indeterminados, e se tornando uma proposição assim que os constituintes indeterminados são determinados”¹⁰⁹ (RUSSELL, 1918, p. 64). Exemplos desse tipo de função são: “x é um homem”, “x é mortal”, “n é um número”.

Segundo Russell (1918, p. 64), uma das coisas que você pode fazer com esse tipo

109 A propositional function is simply any expression containing an undetermined constituent, or several undetermined constituents, and becoming a proposition as soon as the undetermined constituents are determined.

de função é afirmar uma das três seguintes possibilidades: a função é sempre verdadeira; a função é algumas vezes verdadeira; a função nunca é verdadeira.

Tendo isso em vista, pode-se, seguindo-se as propostas mais recentes da lógica, modificar a proposição geral do exemplo fornecido mais acima, a partir dos conceitos associados às funções proposicionais, de modo que o aludido exemplar adquiriria a seguinte feição: “é sempre verdadeiro que, se x é homem, x é mortal” (RUSSELL, 1918, p. 64). Outros casos de aplicação desses mesmos conceitos: “é algumas vezes verdadeiro que x é homem”, “nunca é verdadeiro que x é um unicórnio”.

Considerando-se esses exemplos e os casos de quantificação associados a elas, pode-se atribuir as seguintes propriedades às funções proposicionais: *necessária* é a função proposicional sempre verdadeira, *possível* aquela que algumas vezes é verdadeira, e *impossível* quando nunca é verdadeira (RUSSELL, 1918, p. 64-65). Nesse contexto, é preciso, filosoficamente, tomar muito cuidado, pois propriedades como “necessário, possível e impossível” devem ser atribuídas a funções proposicionais e não a proposições (RUSSELL, 1918, p. 65).

Esse cuidado deve ser redobrado, principalmente, com a noção de “possível”. Essa noção está intimamente relacionada com a noção de existência: o significado fundamental de “existência” nada mais do que aquilo que alguém afirma quando diz, de uma função proposicional, que esta é possível ou algumas vezes verdadeira (RUSSELL, 1918, p. 66). Dessa forma, é fundamental que se entenda que a existência é uma propriedade associada a funções proposicionais e não a indivíduos (RUSSELL, 1918, p. 66-67): dizer, por exemplo, que existem unicórnios é o mesmo que afirmar que “há um x , tal que x é um unicórnio” ou “(x é um unicórnio) é possível”. Seria sem sentido afirmar essas coisas de indivíduos, pois indivíduos já pertencem ao inventário do mundo. Ora, quando eu falo que “existem unicórnios” não estou falando de nenhum unicórnio específico (RUSSELL, 1918, p. 67). Ir contra essa situação é cair em falácias exemplificadas pelo seguinte caso: “Homens existem; Sócrates é um homem; portanto, Sócrates existe” (RUSSELL, 1918, p. 67). Esse tipo de caso poderia justificar a seguinte inferência: “Homens são numerosos; Sócrates é um Homem; portanto Sócrates é numeroso”¹¹⁰ (RUSSELL, 1918, p. 67).

Assim como “numeroso”, a “existência” é, como foi afirmado, algo que se aplica apenas a funções proposicionais. As confusões sobre esse tipo de ponto surgem, principalmente, devido a alguns dos usos da linguagem ordinária (RUSSELL, 1918, p.

110 Men are numerous, Socrates is a man, therefore Socrates is numerous

68-69). Daí, talvez, a importância de uma linguagem logicamente perfeita.

De qualquer forma, mesmo não podendo aplicar propriedades como “existência” a indivíduos, devem haver no mundo fatos capazes de tornar certas proposições que envolvem existência verdadeiras. Na verdade, não é tão difícil aceitarmos isso: não é tão difícil aceitar que há fatos que podem corresponder a afirmações do tipo “existem homens”.

Essa facilidade em aceitar fatos que tornem verdadeiras proposições existenciais difere bastante daquilo que ocorre quando se tenta pensar nos fatos associados às proposições gerais. Viu-se, na primeira seção deste capítulo, que também deve haver fatos gerais. Embora isso não seja totalmente intuitivo, não é tão absurdo diante do argumento apresentado na primeira seção. Contudo, o problema em admitir fatos gerais começa a ficar mais complexo quando se pensa em fatos (gerais) associados a proposições com operadores lógicos. Assim, considere-se a proposição “é sempre verdadeiro que x é homem implica que x é mortal”¹¹¹ (RUSSELL, 1918, p. 72). Ora, foi sugerido em uma seção anterior a esta que não existiam correspondentes diretos das proposições moleculares. Como lidar, então, com esse último exemplo? Dever-se-ia admitir um fato molecular geral?

A esse tipo de questão, Russell (1918, p. 72) não oferece uma resposta; o filósofo inglês acaba deixando os questionamentos em aberto. Inclusive, após apresentar esses questionamentos, Russell caminha para o fim da quinta conferência tratando de um assunto que é de suma importância para este capítulo: trata-se da noção de “forma de uma proposição”.

No segundo capítulo foi abordada a maneira pela qual, no manuscrito de 1913, a forma era um dos constituintes que faziam parte do juízo ou julgamento entendido como relação múltipla. Além disso, foi exposta, no terceiro capítulo, a crítica de Wittgenstein a essa concepção.

A partir de agora, se verá como Russell, ainda que brevemente, reformula sua noção de forma de uma proposição nas conferências de 1918. Para que se possa entender isso, é necessário, primeiramente, compreender que o filósofo inglês chega a sua concepção de forma de uma proposição por meio de uma espécie substituição de todas as partes de uma proposição por variáveis: seja a proposição “Sócrates ama Platão”; podemos, inicialmente, substituir “Sócrates” e “Platão” por variáveis, de modo que

111 ‘ x is a man’ implies ‘ x is a mortal’ is always true

teremos a função proposicional “ x ama y ”. Após fazermos isso, podemos dar um passo a mais e substituir o verbo (relação) por uma variável chegando à função “ xRy ”.

Esse processo de sucessivas substituições nos dá a pura forma de uma classe de proposições (RUSSELL, 1918, p. 73-74); isso, obviamente, é apenas uma definição provisória daquilo em que se constitui a forma de uma proposição.

Vê-se, no entanto, que, mesmo com essa definição provisória, Russell (1918, p. 74-75) amadurece bastante sua visão: Russell mostra uma compreensão, ainda que implícita, dos perigos em que se poderia cair ao tratar a forma da proposição como uma parte da proposição.¹¹²

Dito isso, é possível encerrar a presente seção. Neste momento de encerramento, é interessante fornecer um resumo daquilo que foi visto (nesta seção): começou-se (esta seção) trabalhando com proposições gerais e proposições que envolvem existência; em uma linguagem mais simples, essas proposições podem ser expressas utilizando-se palavras como “algum” e “todo”. Apesar disso, na lógica mais recente há modos mais rigorosos de se expressar as proposições que envolvem essas palavras. Ao se utilizar esses recursos (da lógica mais recente), chega-se às noções de *necessário*, *possível* e *impossível*. Essas noções são propriedades de funções proposicionais e deve-se tomar muito cuidado para não as atribuir a outros elementos como os nomes para indivíduos que ocorrer no mundo. Por fim, é possível, ao se transformar em variáveis todos os componentes de uma proposição, isolar aquilo que pode ser denominado a “forma de uma proposição”; a forma da proposição não é parte da proposição e deve-se tomar cuidado para não se cair em aporias que decorreriam, justamente, de se tratar a forma (de uma proposição) como parte da proposição.

4.6 TEORIA DOS TIPOS LÓGICOS.

Nesta seção retomaremos, principalmente, a teoria dos tipos lógicos que foi abordada brevemente no primeiro capítulo desta tese. Naquele capítulo, embora o foco fosse o que se denominou “uma reflexão metafilosófica”, introduziu-se, resumidamente, alguns aspectos da teoria dos tipos lógicos como era concebida no *Principia mathematica*. Tal teoria, embora não seja citada explicitamente, é, a nosso ver, importante para projeto

¹¹² Isso, no entanto, não impede que forma seja o constituinte de uma proposição ainda mais geral que trataria apenas das formas.

filosófico russelliano, pelo menos, desde 1913.

Considerando essa situação, a presente seção tem o objetivo de aprofundar, filosoficamente, o que já foi dito sobre a teoria dos tipos. Para isso, procurar-se-á desenvolver os aspectos mais relevantes da sétima conferência de 1918.

Para começar a desenvolver esses aspectos, é interessante entender o que, na visão de Russell (1918), é um número cardinal: um número cardinal é a classes de todas as classes similares (RUSSELL, 1918, p. 99). Obviamente, essa definição consiste em algo mais complicado do que parece, porém, coerentemente com a sétima conferência, não a desenvolveremos nesta seção e pediremos que o leitor procure compreender a noção de número cardinal, intuitivamente, por meio dos exemplos que aparecerão ao longo do que se segue.

O desenvolvimento desses exemplos estará associado, inicialmente, à seguinte questão: há um “maior número cardinal”? Inicialmente, a resposta a essa questão pode, ao homem comum, parecer óbvia, pois o maior número cardinal não seria o número de elementos da classe que contém todas as coisas que há no mundo? Embora responder afirmativamente a essa questão seja tentador, a resposta deve ser negativa. Há muitas razões para isso e uma dessas razões consiste em que, para cada classe, é possível construir uma nova classe cujos elementos são seleções arbitrárias de elementos da classe inicial (RUSSELL, 1918, p. 99).

É possível, para tornar isso mais evidente, extrair um exemplo do próprio texto de Russell (1918, p. 99): consideremos uma classe que contenha os elementos “a”, “b” e “c”. Ora, somente fazendo seleções arbitrárias de alguns (ou de nenhum) desses elementos, posso criar as seguintes classes: a classe que não contém nenhum elemento; a classe que contém apenas o elemento “a”; a classe que contém apenas “b”; a classe que contém apenas “c”; as classes que contêm, respectivamente, “bc”, “ca”, “ab”, “abc”. Tem-se, assim, oito classes que podem ser constituídas pelas seleções dos elementos de uma classe de três elementos.

Generalizando-se essa situação – por meio de demonstrações que não poderão ser feitas neste texto – conclui-se que, para uma classe de “n” elementos, haverá classes passíveis de serem construídas a partir de seleções dentre os elementos dessa classe inicial. A partir disso, pode-se criar a classe das seleções dos elementos de uma classe inicial que, devido provas que também não poderão ser feitas aqui, terá mais elementos que a classe inicial. Assim, está patente que a classe de todas as coisas do mundo não é, certamente, a classe com maior número cardinal.

Por outro lado, como atesta Russell (1918, p. 100), é preciso ter-se muito cuidado para não confundir as classes que constituem classe das seleções (de elementos) de uma classe inicial com os indivíduos que existem no mundo: se, quando se fizer seleções de uma classe inicial, se admitir que cada uma dessas seleções é, também, um indivíduo, será forçoso concluir que, em um mundo hipotético que possui apenas três indivíduos, há também 11 indivíduos, pois, pela fórmula exposta acima, haveriam oito classes de seleções que, sendo indivíduos, por hipótese, teriam que se somar aos indivíduos iniciais (RUSSELL 1918, p. 100).

Em grande medida, a teria dos tipos facilita a detecção e a eliminação desse tipo de paradoxo. Antes de se adentrar, diretamente, essa teoria, se abordará outro paradoxo de extrema importância.

Esse outro paradoxo parte do pressuposto de que faz sentido perguntar se certas classes são, ou não são, membros de si mesmas. Levando-se isso em conta, preste-se a atenção na seguinte classe: a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas (RUSSELL, 1918, p. 100-101). Refletindo-se um pouco sobre essa classe, é possível chegar a algumas conclusões bastante paradoxais: a partir da pergunta “é a referida classe [a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas] um membro de si mesma?” chega-se a um ponto interessante. Para se entender esse ponto pode-se começar pensando que, se a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas, é membro de si mesma, então ela é uma das classes que não é membro de si mesma, de modo que ela não é membro de si mesma (RUSSELL, 1918, p. 101). Por outro lado, se a classe de todas as classes que não são membros de si mesmas não é membro de si mesma, então ela é uma daquelas classes que são membros de si mesmas e, portanto, é um membro de si mesma (RUSSELL, 1918, p. 101).

Esse clássico paradoxo pode ser exposto em várias formas e está associado com muitas outras contradições. Uma dessas contradições – que vale a pena citar aqui – consiste no seguinte: nas palavras do próprio Russell (1918, p. 102), considere-se a situação da pessoa que afirma “estou mentindo”.¹¹³ Ora, se essa pessoa está dizendo a verdade, então ela está mentindo, de modo que a proposição “estou mentindo” é,

113 É importante mencionar que, neste contexto, “estou mentindo” é, provavelmente, uma simples abreviação de “estou mentindo ao afirmar esta proposição”. A razão de pensarmos isso é que a simples sentença “estou mentindo” – que será a base da nova contradição exposta por Russell – não parece, a princípio, ser paradoxal: ora, pelo menos em português, uma pessoa, em certos contextos, pode afirmar “estou mentindo” para se referir a algo que acaba de dizer e que não se confunde com o próprio “estou mentindo”. Obviamente, ao se chamar a atenção para isso, não se está querendo criticar o exemplo de Russell; a intenção é apenas explicitar algo que, possivelmente, esteja implícito nesse exemplo.

paradoxalmente, verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Por outro lado, se a referida pessoa está mentindo ao afirmar “estou mentindo”, então ela está dizendo a verdade, de modo que sua proposição é, novamente, verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Para lidar com essa contradição, Russell (1918, p. 102-103) procura mostrar que ela está baseada em um círculo vicioso: em primeiro lugar, deve-se analisar a proposição “estou mentindo” como tendo a forma “há uma proposição que eu estou afirmando e que é falsa” (RUSSELL, 1918, p. 102). Quando se observa essa afirmação (“há uma proposição que eu estou afirmando e que é falsa”), percebe-se que o significado dela somente pode ser entendido por meio de uma referência à totalidade das proposições. Nesse caso, pressupõe-se que a totalidade das proposições está diante daquele que afirma a proposição paradoxal (RUSSELL, 1918, p. 103).

Temos, pois, um círculo vicioso e, como se verá melhor, um barulho sem significado. É, justamente, nesse ponto que podemos começar a entender a teoria dos tipos: para evitar o círculo vicioso, é necessário dividir as proposições em conjuntos, de modo que as proposições que fazem referência a membros desses conjuntos não são, elas mesmas, um membro do conjunto (RUSSELL, 1918, p. 103). Assim, falar de proposições em um sentido muito geral, que abarcaria todos os conjuntos, é um caso de sem sentido (RUSSELL, 1918, p. 103).

Com isso, as proposições podem ser organizadas em uma hierarquia de tipos: a primeira classe de proposições – aquela que está na base da hierarquia – consiste no conjunto das proposições atômicas – que não falam a respeito de nenhuma proposição (RUSSELL, 1918, p. 104). A partir daí, há o conjunto de proposições que falam sobre essas proposições que estão na base da hierarquia; esse segundo conjunto de proposições pode ser chamado de segundo tipo (RUSSELL, 1918, p. 104). Tal segundo tipo, pode ser objeto de um terceiro tipo que, por sua vez, pode ser objeto de um quarto tipo. Isso deve seguir indefinidamente.

Dessa forma, como já deve ter ficado claro, o paradoxo do mentiroso desaparece, pois alguém que, como no exemplo acima, afirme “estou mentindo” precisará dizer que “tipo” de mentiroso ele é.

De maneira parecida, a teoria dos tipos pode ser aplicada ao paradoxo das classes (da “classe de todas as classes que não são membros de si mesmas”). Nesse contexto, não faz sentido afirmar que uma classe faz parte de si mesma; é preciso distinguir uma hierarquia de classes. Essa hierarquia se inicia com as classes compostas apenas por particulares (RUSSELL, 1918, p. 104). A partir daí, no segundo tipo, é possível pensar

as classes de classes compostas apenas por particulares. Isso, mais uma vez, deve seguir-se indefinidamente.

Uma questão que pode surgir dessa aplicação da teoria dos tipos é a seguinte: em que sentido podemos afirmar que há classes? Essa questão surge, uma vez que a teoria dos tipos nos força a hierarquizar as classes, de modo que o próprio significado da expressão “há” deve, para não se correr o risco de cair em sem sentido, ser modificado em cada um dos tipos da hierarquia: não se pode dizer que há classes no mesmo sentido em que se diz que há indivíduos.

Com isso, para começar a responder a referida questão, é interessante notar que, pelo menos a princípio, o que se diz sobre classes pode ser dito sobre funções proposicionais (RUSSELL, 1918, p. 105). Assim, se alguém afirma, por exemplo, que uma classe tem membros, esse alguém está afirmando que uma função proposicional é algumas vezes verdadeira.

Obviamente, essa equivalência deve ser vista com cuidado, pois, em muitos casos, duas funções proposicionais que são formalmente equivalentes - quando uma é verdadeira a outra também o é - não podem, em todos os casos, ser substituídas uma pela outra. Isso fica mais claro se considerarmos o seguinte exemplo: as funções “x é um homem” e “x é um bípede sem penas” são formalmente equivalentes, porém não se pode substituir uma pela outra quando, em alguns casos, se está usando “x é um homem” para falar da humanidade (RUSSELL, 1918, p. 106). À vista disso, uma afirmação associada a uma função proposicional só pode ser considerada ser sobre uma classe se tal afirmação continuar verdadeira (ou falsa) quando a referida função proposicional for substituída por uma equivalente.

Esse tipo de afirmação é denominada afirmação *extensional* sobre uma função proposicional (RUSSELL, 1918, p. 106). Segundo Russell (1918, p. 106-107) é possível, a partir de qualquer afirmação não extensional sobre uma função proposicional, derivar uma afirmação extensional. Ora, se considerarmos a teoria das descrições exposta no primeiro capítulo e outras afirmações feitas neste capítulo sobre funções proposicionais, pode-se facilmente concluir que é possível, assim como se faz com funções proposicionais, analisar as proposições envolvendo classes, de modo a fazer com que tais classes desapareçam no processo de análise. Conclui-se, pois, que, como quer Russell (1918), as classes são ficções lógicas.

Enfim, convém remarcar que a teoria dos tipos é uma teoria de símbolos e não uma teoria de coisas. Frequentemente, confunde-se esses elementos (símbolos e coisas),

pois não se está de posse de uma linguagem logicamente perfeita; em tal linguagem poder-se-ia evitar o hábito de nomear o que não pode ser nomeado (RUSSELL, 1918, p. 108).

4.7 APLICAÇÕES E DESDOBRAMENTOS DA ANÁLISE E DA ONTOLOGIA DO ATOMISMO LÓGICO.

Cumprido desde logo retomar o conceito e análise, presente no início da oitava conferência sobre atomismo lógico: a análise pressupõe que os fatos e as proposições podem ser decompostos em uma série de componentes simples que possuem uma espécie de realidade que não pertence a nada mais (RUSSELL, 1918, p. 111).

A partir de agora, procurar-se-á complementar a justificativa desse processo de análise, aprofundando-o através de exemplos e outros tipos de consideração. Para isso, se iniciará tomando, para fins da construção de exemplos, a ciência física. Essa ciência pressupõe, na construção de seus conceitos, uma série de entidades - átomos e outras partículas, por exemplo - que, sem o devido cuidado, podem levar a teses metafísicas ilusórias. Uma dessas teses é aquela que pressupõe elementos subsistentes entre as aparências do tipo das substâncias tão comuns na metafísica clássica (RUSSELL, 1918, p. 113-114). Essas substâncias podem ser eliminadas. Para se entender isso – utilizando-se um exemplo muito próximo do de Russell – pode-se pensar em uma mesa em uma sala; a primeira tendência é se considerar essa mesa como um objeto completamente independente de suas aparências, de modo que ela é vista como possuindo uma espécie de substância no sentido metafísico. Essa substância, no entanto, pode, por meio de um minucioso processo de análise, ser substituída por uma ficção lógica que possua as mesmas propriedades e tenha a vantagem de não ser um tipo de entidade metafísica duvidosa. Desse modo, pode-se entender a mesa como a série dos eventos percebidos que envolvem a mesa; na medida em que as séries são ficções lógicas, a mesa, entendida em um sentido substancial, deve ser considerada uma ficção lógica e o que realmente ocorre no mundo é uma série de aparências, daquilo que chamamos de “mesa”, uma série de aparências as quais possuem relação de similaridade entre si (RUSSELL, 1918, p. 114-116).

Essa postura com relação às coisas ditas reais tem consequências importantes para aquilo que, normalmente, se entende por palavras como “alucinação”. Para Russell (1918, p. 116), o que normalmente é referido a partir de expressões como essa é um conjunto de

fenômenos que, diferentemente da mesa (referida no exemplo anterior), fazem arte dos constituintes últimos do mundo. Isso significa que aquilo que, usualmente, se chama de real – séries de particulares ou de classes – difere das alucinações simplesmente por participarem de um intrincado conjunto de relações (RUSSELL, 1918, p. 117).

Outra consequência importante desse método de análise consiste em uma profunda reflexão que pode ser feita sobre a individualidade de uma pessoa. Para se entender essa reflexão, vale a pena iniciar considerando o modo como um dado “indivíduo” humano constrói o conhecimento de outro “indivíduo” humano. Assim, suponha-se que uma dada pessoa encontra outra andando por uma rua. O que a primeira pessoa sabe da segunda que faz com que ela a veja como uma individualidade? Certamente, a primeira pessoa não identifica, empiricamente, qualquer ego que a permite conhecer a segunda; o que a primeira pessoa identifica é um conjunto de relações que entrelaçam fatos particulares. Nessas relações está o conhecimento de outra pessoa enquanto indivíduo (RUSSELL, 1918, p. 118). Por outro lado, a partir daí surge outra importante questão: e o conhecimento que um indivíduo tem de si mesmo? Quando se trata da identidade pessoal, há, empiricamente, um material muito rico: experiência dos próprios membros e órgãos, os próprios pensamentos, memórias etc. Se desconsiderar-se alguns casos de exceção, como aqueles casos de dupla personalidade, pode-se entender como se constrói logicamente a individualidade resultante das experiências que uma “pessoa” tem de si mesma: com a definição dos números, procede-se de modo a encontrar o que permite que duas classes tenham o mesmo número e, depois, define-se o que um número é; de modo análogo, na definição de uma pessoa, procede-se definindo uma relação “R” que permite que se identifique quando duas experiências são *copessoais* e, depois, define-se a pessoa como a série das experiências que envolvem a relação “R” (RUSSELL, 1918, p. 119-120). No próximo capítulo, ver-se-á esse tipo de definição (de “eu” e de “pessoa”) sendo aprimorada no pensamento mais maduro de Russell.

De qualquer maneira, essa reflexão, assim como as anteriores, pode trazer um questionamento: qual é a vantagem de se eliminar entidades como substâncias (em sentido metafísico) ou sujeitos (“pessoas”) substanciais? Para Russell (1918, p. 123) – e, com isto, encerramos esta seção – a vantagem está em que se pode diminuir o número de entidades pressupostas em uma teoria científica ou mesmo filosófica. Com isso, certamente, diminui-se a possibilidade de se cometer erros.

4.8 BREVE REFLEXÃO FINAL.

Nesta seção procurar-se-á realizar uma reflexão geral a respeito do conteúdo das conferências abordadas no presente capítulo. Essa reflexão levará em conta, principalmente, os argumentos e perspectivas propostos por Jales Ribeiro (2005) e Wahl (2018).

Para começar tal reflexão, julgamos interessante, seguindo o próprio Jales Ribeiro, começar ressaltando uma tentação que surge quando se interpreta Russell: trata-se da tentação de pressupor que o objetivo da linguagem logicamente perfeita - tão almejada pelo filósofo inglês - seria eliminar toda a vagueza da linguagem ordinária. Assim, em P.S.M. Hacker, vê-se, por exemplo, a seguinte passagem:

Eles [Frege e Russell] sustentaram que as linguagens naturais são defeituosas logicamente, quer por conterem termos vagos quer por não conseguirem representar adequadamente a matéria das verdades da lógica. Assim, para objetivos metafísicos, lógicos e de demonstração teórica, essas linguagens deveriam ser substituídas por uma linguagem logicamente perfeita: nomeadamente, a linguagem da *Begriffsschrift* ou a dos *Principia*. Isto apenas teria sentido se (...) o papel das proposições da lógica fosse, de facto, representar uma certa matéria com a máxima precisão. (...) Contrariamente a Frege e a Russell, Wittgenstein argumentou que todas as proposições da linguagem ordinária, tal como estão, estão perfeitamente em ordem logicamente' (TLP, 5.5563). Com isto, como ele explicou mais tarde, queria dizer que 'as proposições da linguagem ordinária não são, de modo algum, menos corretas ou menos exatas, ou mais confusas, do que as proposições escritas, digamos, no simbolismo de Russell ou em qualquer outra 'Begriffsschrift'. (...) Aquilo que Frege e Russell alcançaram nas respectivas lógicas foi uma notação logicamente perspicaz, ainda que não perfeita. As linguagens naturais são defeituosas apenas na sua aparência. (A respeito do vago, como vimos, Wittgenstein sustentou que é apenas um aspecto da superfície da linguagem natural. E as proposições da lógica - quer dizer, as tautologias - não têm matéria, segundo ele).¹¹⁴ (HACKER apud JALES RIBEIRO, 2005, p. 83)

Essa imagem interpretativa de Russell como inimigo da vagueza pode – principalmente no que tange às conferências sobre atomismo lógico – ser acompanhada de outro aspecto: conforme Potter (2008), as conferências de 1918 seriam um simples relato das ideias de Wittgenstein que Russell teria extraído da leitura das *Notes on logic*; Potter chega a afirmar que, nas referidas conferências, o filósofo inglês, dificilmente, contradiz o que entendeu do pensamento de Wittgenstein (POTTER, 2008, p. 149). Além disso, seguindo-se Potter, teria de se afirmar que, em 1918, Russell estaria mais interessado em recordar as ideias de Wittgenstein do que desenvolver seu próprio pensamento (POTTER, 2008, p. 150).

¹¹⁴ ver em Hacker (1996, p. 26-27).

Tem-se, com isso, duas posturas que, do ponto de vista deste trabalho, devem ser combatidas no que tange ao contexto das conferências estudadas no presente capítulo: a postura segundo a qual Russell é visto como tendo uma grande aversão à vagueza; a postura na qual as conferências de 1918 são consideradas como mero reflexo do pensamento de Wittgenstein.

Começar-se-á, então, analisando, primeiro, a segunda dessas posturas. Sobre essa temática, é importante que se inicia pontuando que não se pode negar a influência de Wittgenstein sobre *The Philosophy of Logical Atomism*: pode-se ver, considerando-se o que foi dito nas seções anteriores deste capítulo, momentos marcantes de forte similaridade entre aspectos do que Russell afirma e o pensamento de Wittgenstein que culmina no *Tractatus*, assunto parcialmente tratado no capítulo anterior.

É conveniente, inclusive, citar alguns desses momentos de similaridade entre o pensamento de Russell e aquele de Wittgenstein: em primeiro lugar, Russell adota uma concepção muito próxima àquela de Wittgenstein no *Tractatus* com relação aos conectivos lógicos, notando-se que o filósofo inglês chega a explicitar a possibilidade de uma construção nos moldes das tabelas de verdade; em segundo lugar, como se viu em 4.5, Russell critica a ideia da forma da proposição como parte da proposição; em terceiro lugar, Russell, também na quinta conferência, adota uma concepção da forma de uma proposição que parece reverberar muito da proposição ou sentença variável advogada no *Tractatus* por Wittgenstein.

Apesar desses exemplos – assim como inúmeros outros que poderiam ser mencionados – da presença do pensamento de Wittgenstein nas conferências que são objeto deste capítulo, não parece lícito – como se tentará mostrar – afirmar que tais conferências são mero reflexo da influência do filósofo vienense sobre Russell. A principal razão disso é a perspectiva de Wahl – que será adotada e desenvolvida no que se segue – de que o atomismo lógico de Russell é parte de um projeto sempre provisório de análise. No contexto desse projeto, o que se tenta fazer é, realmente, sempre analisar e reconstruir os conceitos científicos de modo a separar o que é empírico do que é próprio à necessidade lógica. Essa separação, contudo, não é feita apenas nos moldes de aspectos da filosofia que deu origem ao *Tractatus*, pois, para Russell, a lógica não é, necessariamente, algo completamente distinto de qualquer outra ciência, e toda análise é provisória. Isso pode ser exemplificado: no célebre problema da exclusão das cores, tal qual tratado por Ramsey em *Facts and Propositions*, poder-se-ia afirmar que uma postura atomista na acepção russelliana seria a de tentar analisar o problema mostrando que ali

haveria uma necessidade lógica; se não houvesse sucesso nessa tentativa, assumir-se-ia que, no referido caso, não há, até onde é possível verificar, uma necessidade lógica, e que, no entanto, as investigações podem continuar, de modo mais aprofundado, e revisar isso que foi assumido (WAHL, 2018, p. 148-150).

Certamente, é preciso, agora, aprofundar esse exemplo envolvendo-o em um raciocínio mais consistente a respeito do desenvolvimento do pensamento de Russell que está por trás das conferências sobre atomismo lógico. Esse raciocínio pode ser iniciado com a seguinte afirmação: apesar do fato de Russell adotar muitas das posturas de Wittgenstein sobre a lógica nas conferências de 1918, o filósofo inglês não abandona uma espécie de método que havia desenvolvido, pelo menos, desde *The Regressive Method of Discovering the Premises of Mathematics* (1907). Nesse texto, Russell argumenta que se descobre as premissas básicas da lógica regredindo (*working backward*) a partir de premissas que, inicialmente, seriam consideradas bastante óbvias (WAHL, 2018, p. 142). O que é interessante notar aí é a comprovação de que, como se afirmou, Russell não via a lógica como diferente de outras ciências, e que parece haver uma espécie de componente abdutivo (*abductive*) na busca pelos axiomas básicos (WAHL, 2018, p. 142).

Segundo Wahl (2018, p. 142), há certo contraste nítido entre esse tipo de posicionamento e as posturas de Wittgenstein a respeito da lógica: o interesse continuado do filósofo inglês no método regressivo sugere que tal filósofo nunca aceitou a totalidade do quadro que Wittgenstein estava pintando (WAHL, 2018, p. 142); desse modo, Russell, por exemplo, acaba concordando, durante certo período, com que as “constantes lógicas” são usadas para expressar combinações de verdade e, de maneira alguma, são usadas para representar objetos lógicos (WAHL, 2018, p. 143). Nas *Notes on Logic*, essa postura está associada à bipolaridade das proposições, e ao ponto de vista de que a lógica das proposições e todas as relações lógicas podem, de algum modo, ser expressas pelo que Wittgenstein denomina “diagramas a – b” (WAHL, 2018, p. 143); esses diagramas mostrariam que a lógica é tautológica, e explicariam, completamente, a função das constantes lógicas. Não obstante a aderência parcial de Russell a essa perspectiva, é importante ressaltar que a negação, por parte do filósofo inglês, do caráter representativo das “constantes lógicas” está associada à necessidade de se encontrar premissas mais básicas em lógica (WAHL, 2018, p. 143).

Seguindo-se essa linha, não é sem propósito que, como bem destaca Wahl (2018, p. 147), Russell afirma, na primeira seção das conferências estudadas neste capítulo, que o “tipo de premissa que um lógico tomará para uma ciência não será o tipo de coisa que

é primeiro conhecida ou mais fácil de se conhecer: será uma proposição com grande poder dedutivo, grande cogência e exatidão” (RUSSELL, 1918, p. 4-5).¹¹⁵ Poder-se-ia argumentar que Russell estaria falando apenas das ciências especiais, e não da lógica, nessa passagem; contudo, vê-se, com mais clareza, que se trata da lógica ao se observar uma passagem da obra mais madura do filósofo inglês: “os princípios logicamente primeiros da lógica – pelo menos alguns deles – devem ser acreditados, não por conta própria, mas por causa de suas consequências” (RUSSELL apud WAHL, 2018, p. 147).

Com isso, é plausível afirmar que um dos grandes legados de Russell é o método que – remontando *The Principles of Mathematics* – foi utilizado para definir entidades matemáticas em um primeiro momento e, depois, inspirando-se em Whitehead, utilizado para eliminar pontos e instantes como entidades (WAHL, 2018, p. 147). Nesse espírito, é conveniente observar-se outra passagem de Russell:

Quando algum conjunto de supostas entidades tinha propriedades lógicas nítidas, verificou-se [*it turns out*], em muitos casos, que as supostas entidades podem ser substituídas por estruturas puramente lógicas compostas de entidades que não têm essas propriedades nítidas. Nesse caso, ao interpretar um corpo de proposições que até então se acreditava ser sobre as supostas entidades, podemos substituir as estruturas lógicas sem alterar nenhum dos detalhes do corpo de proposições em questão.¹¹⁶ (RUSSELL apud WAHL, 2018, p. 147)

Russell conclui o parágrafo do qual essa citação foi extraída com a máxima: sempre “que possível, substitua a construção de entidades conhecidas por inferências de entidades desconhecidas” (RUSSELL apud WAHL, 2018, p.147).¹¹⁷

Essa forma de pensar – presente, também, nas conferências aqui estudadas – tem um momento importante quando Russell, em 1924, dá exemplos da redução das equações da eletrodinâmica de Maxwell e da análise do próprio conceito de matéria (WAHL, 2018, p. 148). Essa última análise, relativa ao conceito de matéria, deve ser destacada, pois, nela, Russell faz uso da expressão “necessidade lógica” (WAHL, 2018, p. 148); tal expressão, por sua vez, é relevante, posto que tanto Russell quanto no *Tractatus* Wittgenstein sustentam que a única necessidade é a necessidade lógica (WAHL, 2018, p. 148). A diferença entre esses dois autores, entretanto, está na situação de que, de forma distinta de Wittgenstein, Russell enxerga a referida tese, de que “a única necessidade é a

115 The sort of premiss that a logician will take for a science will not be the sort of thing which is first known or easiest known: it will be a proposition having great deductive power, great cogency and exactitude

116 When some set of supposed entities had neat logical properties, it turns out, in a great many instances, that the supposed entities can be replaced by purely logical structures composed of entities which have not such neat properties. In that case, in interpreting a body of propositions hitherto believed to be about the supposed entities, we can substitute the logical structures without altering any of the detail of the body of propositions in question

117 Wherever possible, substitute construction out of known entities for inferences to unknown entities.

necessidade lógica”, como ponto de partida para se tentar desenvolver as construções lógicas capazes de reforçar tal tese (WAHL, 2018, p. 148); nem sempre pode ser o caso que seja possível desenvolver uma construção que mostre tal a tese para uma situação particular (WAHL, 2018, p. 148). Em momentos como esses, Russell teria que consentir que há, por exemplo, apenas uma necessidade empírica para aspectos como a impenetrabilidade (WAHL, 2018, p. 148).

Wittgenstein, quanto a esse tipo de situação, parece ter uma postura diferente no *Tractatus*; para se entender isso, é útil retomar-se a situação em que o filósofo vienense parece afirmar que duas cores não podem ocupar o mesmo ponto no campo visual, pois isso é logicamente impossível (WAHL, 2018, p. 148). Em tal contexto, Wittgenstein parece fornecer um esboço de análise; tal esboço envolvia a afirmação de que uma partícula não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, e apontava para situação de que proposições do tipo “um ponto no campo visual tem uma determinada cor” não podem ser proposições elementares (WAHL, 2018, p. 148). Parece que, nesse momento, Wittgenstein teria adotado a contribuição de Russell, porém o filósofo vienense parece não ver a necessidade de construções lógicas, e não procura analisar a afirmação de que a partícula não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo (WAHL, 2018, p. 148). Ora, esse é, justamente, o ponto em que um pensamento russelliano exigiria a análise que, por sua vez, pressuporia ver a “matéria” como uma construção lógica (WAHL, 2018, p. 148). Pode-se, assim, voltar ao modo como, anteriormente, analisou-se, citando Ramsey brevemente, o problema da exclusão das cores: como foi afirmado, o método de Russell parte de uma postura sempre provisória no que diz respeito à análise; o filósofo inglês não abandona o método regressivo que existia, em sua filosofia, desde 1907 pelo menos (WAHL, 2018, p. 150).

Em seguida, passar-se-á a analisar o segundo foco de “combate” desta seção: trata-se de, como já se disse, combater a postura interpretativa que parece enxergar Russell como inimigo da vagueza. No processo de se considerar essa postura, ver-se-á que tal consideração complementar o primeiro ponto abordado nesta seção, uma vez que, ao se considerar a vagueza, acabarão vindo a tona outras razões pelas quais as conferências de 1918 não são meto relato das ideias aprendidas com a leitura das *Notes on logic*.

A ideia de que Russell estaria procurando eliminar a falta de exatidão das linguagens ordinárias com uma linguagem logicamente perfeita possui suas limitações. Essas limitações se relacionam com o fato de que, até certo ponto, Russell defendia que a vagueza não é apenas um problema das linguagens ordinárias; a vagueza é uma

característica ontológica irreduzível da relação entre linguagem e mundo (JALES RIBEIRO, 2005, p. 85): como se viu, ao longo deste capítulo, Russell não deixa de ver problemas que a linguagem logicamente perfeita deveria resolver nas linguagens ordinárias; isso, não significa, que haveria, em Russell, uma tendência a desprezar completamente a vagueza das linguagens ordinárias.¹¹⁸

Obviamente, esse ponto de vista pode ser contestado por certas passagens de *The Philosophy of Logical Atomism*, em que Russell dá a entender que a linguagem logicamente perfeita lidaria com certas imprecisões das linguagens naturais. Esse possível contra argumento, no entanto, pode ser respondido pensando-se que, no início de *The Philosophy of Logical Atomism*, Russell já havia deixado claro que o processo do filosofar com sanidade (defendido na referida série de conferências) iria partir de coisas vagas e óbvias (RUSSELL, 1918, p. 4). Além disso, mais tarde, o próprio Russell (1923, p. 4) afirmará que, de fato, a linguagem logicamente perfeita – que é construída, também, com elementos das linguagens ordinárias – pode se aproximar bastante de um ideal de precisão, porém jamais atingirá completamente esse ideal.

Ao se entender essa postura de Russell, quanto à vagueza da linguagem, passa a ser possível enxergar - do ponto de vista de Jales Ribeiro e do ponto de vista desta tese - com outros olhos a recepção por parte do filósofo inglês do primeiro contato com as ideias de Wittgenstein. Russell certamente teve, anteriormente às conferências de 1918, contato com essas ideias através de textos como as *Notes on logic* e das *Notas ditadas a Moore*.¹¹⁹ Russell, na perspectiva que queremos defender aqui, teria visto nesses textos antes elementos que complementariam suas ideias do que elementos que serviriam para miná-las.

Esse complemento, que Wittgenstein traz às ideias de Russell, viria, principalmente, na forma da constatação – observável nos referidos textos de Wittgenstein – de que:

os *Principia* e outros trabalhos implicam a noção de um discurso da lógica sobre as suas próprias condições de possibilidade, de que esse discurso é ilegítimo numa perspectiva estritamente lógica, e de que esta é, de certo modo, ideal ou logicamente perfeita em contraste com a linguagem ordinária. (JALES RIBEIRO, 2005, p. 91)

Essa contribuição de Wittgenstein foi fundamental para os contornos que a noção

118 Para uma comprovação maior dessa tese, pode-se consultar o texto (de Russell, 1923) intitulado *Vagueness*. Em uma passagem desse texto, Russell afirma explicitamente que a vagueza está, ontologicamente, na relação entre linguagem e mundo.

119 Esse contato de Russell com alguns dos primeiros textos de Wittgenstein, como assinala Jales Ribeiro, pode ser evidenciado por uma carta (de Wittgenstein a Russell) datada de Maio de 1915 (WITTGENSTEIN, 1995, p. 83).

de uma “linguagem logicamente perfeita” assumiu em 1918. Essa linguagem, em 1918, passa a ser o instrumento fundamental da investigação filosófica em diversos domínios (lógica, epistemologia e psicologia) que já existiam desde o Manuscrito de 1913 e passam a ter uma nova roupagem em 1918.¹²⁰ Assim, o pensamento de Russell sobre a lógica vai deixando de ser puramente epistemológico (teoria do conhecimento) e passa, também, a ser linguístico.

Obviamente, isso coloca questões: como, a partir de 1918, sob a influência de Wittgenstein, dá-se a articulação entre linguagem logicamente perfeita, teoria do conhecimento (epistemologia) e psicologia? O que permite a Russell falar sobre as próprias condições de possibilidade da lógica se Wittgenstein (1914, p. 107) já havia chamado a atenção para a situação de que isso é impossível?

A resposta a essas questões se entrelaça: por um lado, Russell subscreve a tese de Wittgenstein, segundo a qual é ilegítimo um discurso da lógica sobre suas próprias condições de possibilidade; por outro lado, para Russell, esse discurso é perfeitamente legítimo à luz de uma hierarquia de linguagens “concebida a partir de premissas psicológicas e epistemológicas” (JALES RIBEIRO, 2005, p. 102).

O fundamento para essa afirmação está em que, em última instância, a teoria dos tipos possui, em 1918, fundamentos ontológicos, psicológicos e epistemológicos. Isso fica claro, quando o próprio Russell (1918, p. 109-110) chama a atenção para a situação de que todos os símbolos, dos mais diversos tipos de hierarquia, possuem significado; pode-se, pois, afirmar que todos os símbolos possuem uma relação com as coisas.¹²¹ Nesse aspecto, a linguagem logicamente perfeita é perfeita, pois corresponde o mais fielmente possível à experiência humana em sua complexidade (JALES RIBEIRO, 2005, p. 115).

Em meio a essa linguagem, o sujeito pode construir os objetos de cada um dos tipos lógicos superiores com base nos objetos básicos da linguagem *L0*. Esses objetos são, como mencionamos, resultado da *acquaintance*.¹²²

120 Sobre o Manuscrito de 1913, é interessante notar que, ainda que em meio a uma concepção de teoria do conhecimento, a temática do vago aparece fortemente quando Russell trata dos graus de certeza dos nossos juízos.

121 Como vimos, em outras seções deste capítulo, Russell aproxima sua linguagem logicamente perfeita da linguagem do *Principia*. Isso poderia gerar uma objeção às teses desta seção, na medida em que a linguagem do *Principia* é, aparentemente, artificial. Essa possível objeção, no entanto, pode ser contestada com base em inúmeras passagens das conferências de 1918 onde Russell, por exemplo, deixa clara a necessidade da *acquaintance* com particulares como pressuposto para fundamentar a linguagem *L0* da linguagem ideal.

122

É interessante notar que a noção de *acquaintance*, na leitura de Jales Ribeiro (2005, p. 124-125), passa a

Obviamente, esse projeto russelliano, ainda em 1918, tem seus problemas, pois o filósofo inglês não chega a dizer como é possível, efetivamente, construir a linguagem logicamente perfeita de modo minucioso e considerando a hierarquia dos tipos.

Desse modo, as conferências sobre atomismo lógico de 1918 não deixam de ter suas inconsistências; elas deixam muitas questões em aberto. Apesar disso – e este é o ponto principal desta reflexão – não se pode negar que Russell, aprimorando a noção de uma linguagem logicamente perfeita, não deixou de ler Wittgenstein até onde era possível e aproveitar os insights do filósofo austríaco em seu próprio projeto. Mais tarde, seguindo-se Jales Ribeiro - como tentaremos fazer no próximo capítulo -, esses insights iriam se desenvolver até dar origem a uma filosofia que assumiria contornos pragmáticos e chegaria a se tornar uma espécie de *holismo parcial*. No próximo capítulo tentar-se-á desenvolver essa filosofia madura (de Russell), de modo a mostrar que tal filosofia mantém alguma continuidade com a filosofia de 1913, e encarna, principalmente, um projeto tipicamente russelliano.

ter, nas conferências de 1918, um significado um pouco diferente com relação àquele que possuía em 1913: a partir das conferências de 1918, a *acquaintance* passa ter uma função lógico-ontológica além daquela função epistemológica e psicológica de 1913.

5 O PROJETO RUSSELLIANO, PONTOS DE CONTINUIDADE E PARCIAL INCOMPATIBILIDADE COM PROJETO DE WITTGENSTEIN.

A partir da reflexão de cunho metafilosófico apresentada ao início desta tese, foi empreendida uma tentativa de estabelecer pontos de divergência entre os projetos filosóficos de Russell em períodos próximos a 1913 e Wittgenstein. Tomando-se essa reflexão inicial e os capítulos subsequentes a ela como base, o presente capítulo possui duas intenções.

A primeira dessas intenções consiste em concluir a tentativa de mostrar a relevância do pensamento desenvolvido no manuscrito de 1913. Com esse objetivo, a estratégia deste trabalho será a de, sem negligenciar a influência que o pensamento do referido manuscrito teve sobre outros autores como o próprio Wittgenstein, procurar mostrar os pontos de continuidade entre os temas e discussões de tal manuscrito e os temas e discussões que aparecem na obra madura de Russell; como foi mencionado na introdução da presente tese, tomou-se como pressuposto a atualidade e a relevância filosófica do pensamento maduro de Russell, de modo que, ao se reforçar a continuidade entre tal pensamento maduro e *Theory of knowledge*, reforça-se a relevância dessa última obra.

A segunda intenção deste capítulo – que deve ser tomada como um complemento à primeira – consiste em reforçar as diferenças entre os projetos filosóficos de Russell e Wittgenstein: vimos na mencionada reflexão metafilosófica que, não obstante a influência mútua, Russell e Wittgenstein têm, em seus projetos, componentes que não podem ser conciliados. Ora, se for possível mostrar que há continuidade no projeto filosófico a partir de 1913 do próprio Russell será plausível inferir que, provavelmente, os pontos de divergência entre Russell e Wittgenstein permanecem. Com isso, pode-se pensar a implausibilidade de se avaliar o projeto de Russell com base apenas no projeto de Wittgenstein. Certamente, essa linha de raciocínio não necessariamente constitui-se em uma nova evidência em favor da relevância do pensamento contido em *Theory of knowledge*. No entanto, ao se mostrar a incompatibilidade existente entre os projetos filosóficos de Russell e de Wittgenstein, mostra-se, pelo menos, a razoabilidade de se defender o projeto de Russell como passível de receber, independentemente, seu próprio valor.

Em seguida, passar-se-á aos principais tópicos abordados no presente capítulo, do qual o texto será dividido em seis seções: todas elas procurarão contextualizar a obra

madura de Russell e apresentar os temas de tal obra. Em tal apresentação será, sempre, observado o procedimento de levar em conta, principalmente, três aspectos: os pontos de continuidade entre os temas tratados e a filosofia de *Theory of knowledge*; a presença da influência de Wittgenstein principalmente no que tange à filosofia que culminou no *Tractatus*; os momentos em que a filosofia madura de Russell se mostra como parte de um projeto que, a despeito das influências que sofreu, mantém divergências com relação àquele projeto que culminou no *Tractatus*.

Como se verá melhor, Jales Ribeiro (1998) parece defender a tese de que a ocorrência do “dado” não foi abandonada completamente na obra madura de Russell. Sem necessariamente concordar em tudo com aquele autor (Jales Ribeiro), a presente tese objetiva tomar a concepção do “dado” como sendo fundamental para se entender o elo entre o tipo de pensamento desenvolvido no manuscrito russelliano de 1913 e a obra madura de Russell.

Com isso, espelhando-se na primeira seção do segundo capítulo, as seções deste capítulo se iniciarão com uma breve reflexão a respeito dos pressupostos do “dado”; vimos naquele capítulo a importância da noção de *acquaintance* que, por sua vez, se desdobrava em uma série de outras noções e discussões. Considerando-se isso, ver-se-á que, na obra madura de Russell, tem-se, cada vez menos, um contato ou uma relação direta entre um sujeito e um objeto de conhecimento de natureza empírica. Isso, entretanto, como se tentará mostrar, não significa o absoluto abandono do “dado”.

Afora a exposição concernente aos pressupostos do “dado” no pensamento maduro de Russell, presente capítulo – que manterá, sempre, um diálogo constante com o pensamento de Russell do manuscrito de 1913 – abordará, sob outro prisma, uma série de temáticas: a versão madura das reflexões de Russell a respeito de noções como mente e sujeito; uma breve incursão na versão madura da reflexão a respeito do tempo; breve exposição sobre o estatuto das relações entre lógica, psicologia e experiência no pensamento maduro de Russell; breve consideração concernente à noção de análise na obra madura de Russell; o estatuto da crença na obra madura de Russell; o estatuto dos tipos lógicos na obra madura de Russell. A relevância de se abordar esses assuntos está, para fins do presente trabalho, em mostrar que há uma continuidade temática entre a obra de 1913 e o pensamento maduro de Russell. Além disso, a noção de “dado”, cujos pressupostos serão abordados na seção inicial, só poderá ser totalmente abordada com os desenvolvimentos das seções subsequentes.

5.1 O HOLISMO E OS PRESSUPOSTOS DO “DADO”.

Para Jales Ribeiro (1998), há, na obra madura de Russell, o aparecimento daquilo que Ribeiro denomina um “holismo semântico parcial”; de fato, a expressão “holismo” não parece ser oriunda do próprio Russell mesmo na obra madura deste. Considerando-se isso, na medida em que o presente capítulo se valerá das investigações de Jales Ribeiro em grande parte, vê-se a necessidade de se estabelecer duas delimitações.

A primeira dessas delimitações consiste, justamente, em definir aquilo que, para fins do presente trabalho, se entenderá por holismo. Isso parece equivaler a responder às seguintes questões: é lícito falar de um holismo em Russell? Caso se responda a essa questão de maneira afirmativa, o que se entenderá pelo holismo de Russell? Quais são as fontes do holismo de Russell? O que existe de peculiar no holismo russelliano?

Tentar-se-á, a seguir, responder apenas às três primeiras questões colocadas; a quarta questão será, ainda que indiretamente, respondida como resultado geral das reflexões inerentes à presente seção.

Passemos, pois, à primeira questão, notando-se que, no que tange a essa questão, tenderemos, simplesmente, a assumir parcialmente a existência de um holismo na obra madura de Russell. A razão disso é que, além de Jales Ribeiro, mesmo outros comentadores como Benmakhlouf (2019) e Levine (2008) parecem assumir a existência de um holismo naturalista na obra madura de Russell.

No que tange à segunda questão, cuja resposta tende a complementar à da primeira questão, parece-nos ser necessária uma abordagem mais detalhada. Iniciar-se-á, portanto, a partir da análise da seguinte passagem:

Nós temos, assim, três maneiras do senso comum de estimar a distância de objetos visuais sobre a superfície da terra. As maneiras científicas de estimar a distância usam essas maneiras como seu fundamento, mas corrigem elas por meio de leis físicas inferidas ao assumi-las. Todo processo se dá por remendos. Se as estimativas do senso comum de distâncias e tamanhos estão aproximadamente corretas, então certas leis físicas estão aproximadamente corretas. Se essas leis estiverem completamente corretas, as estimativas do senso comum devem ser ligeiramente alteradas. Se as várias leis não são exatamente compatíveis, elas devem ser ajustadas até a inconsistência cessar. Assim, observação e teoria interagem; o que, na física científica, é chamado observação é geralmente algo que envolve um considerável entrelaçar-se com a teoria.¹²³ (RUSSELL, 1948, p. 281)

123 We have thus three common-sense ways of estimating the distance of visual objects on the surface of the earth. Scientific ways of estimating distance use these ways as their foundation, but correct them by means of physical laws inferred by assuming them. The whole process is one of tinkering. If common-sense estimates of distances and sizes are roughly correct, then certain physical laws are roughly correct. If these laws are quite correct, the common-sense estimates must be slightly amended. If the various laws are not exactly compatible, they must be adjusted until the inconsistency ceases. Thus observation and theory interact; what, in scientific physics, is called an observation is usually something involving a considerable admixture of theory.

Essa passagem se inicia remetendo a três maneiras que, no senso comum, são usadas para estimar a distância de objetos visuais sobre a superfície do planeta; pelo menos por ora, esse aspecto da citação não é de interesse para esta seção. Por outro lado, há outro importante aspecto no que concerne à passagem citada acima. Esse aspecto é, justamente, aquilo que permite que se possa obter uma primeira compreensão daquilo que, para fins deste trabalho, será entendido através da expressão “holismo”; como se viu no primeiro capítulo, o diálogo entre filosofia e ciência deve, em Russell, levar, cada vez mais, a um abandono de pressupostos “auto evidentes” e termos dos quais não se pode fornecer uma definição. Ora, é razoável, então, pensar-se que o referido abandono culmine em um ponto em que se reduz bastante o poder de um primeiro fundamento em ciência e/ou filosofia. Nesse contexto, deve-se culminar em algo parecido com aquilo que é descrito pelo trecho citado: a ciência e o senso comum, de certa forma, possuem uma continuidade; no entanto, essa continuidade não é aquela de um fundamento (que seria o senso comum) capaz de embasar o fundado. Pelo contrário, a ciência pode partir do senso comum para, depois, criticá-lo com base, justamente, nas leis que tal senso comum embasou. Tem-se, assim, uma espécie de círculo: é como se, no seio do próprio fazer científico, fosse razoável produzir-se as bases para a crítica desse fazer científico.

Aí está uma primeira aproximação com relação àquilo que se entenderá pelo holismo de Russell; esse posicionamento filosófico nada mais é do que a culminação de um procedimento crítico que, como vimos no primeiro capítulo, Russell começou a adotar gradualmente ao, em 1900, entrar em contato com o rigor de certos métodos como aquele de Peano.

Antes, contudo, de se passar à consideração da terceira questão, é preciso destacar outro aspecto do holismo de Russell; trata-se aí de uma importante aplicação dessa postura:

Em IMT, Russell escreve o seguinte: “Proponho a abolição do que se designa habitualmente como ‘termos particulares’” (...); com efeito “aquilo que haveria de se chamar comumente de ‘coisa’ nada é além de um feixe de qualidades coexistentes”. (...) O holismo não está na substituição dos particulares pelas qualidades, mas é induzido pela noção de feixe, ou seja, de grupo estruturado de qualidades consideradas em conjunto (BENMAKHLLOUF, 2019, p. 132).

Nesse breve trecho, Benmakhlouf permite que se entenda um aspecto importante do holismo aqui estudado: trata-se da substituição dos termos particulares por feixes de qualidade. Isso é importante, uma vez que representa uma modificação com relação ao manuscrito de 1913; nessa obra, Russell ainda defendia a ocorrência dos particulares

como irreduzíveis às suas qualidades (BENMAKHLOUF, 2019, p. 133). Essa forma de pensar irá, conforme o pensamento de Russell evoluir, ser abandonada gradualmente. Isso, entretanto, não significa um total abandono do tipo de filosofia de *Theory of knowledge*, posto que continua sendo possível a análise e uma distinção, ainda que com certa relatividade, entre o simples e o complexo (BENMAKHLOUF, 2019, p. 135).

Passemos, finalmente, à terceira questão, notando-se que, no que tange a tal questão, torna-se difícil fornecer uma resposta inteiramente satisfatória. A razão disso é que, a partir de *On propositions: what they are and how they mean* (RUSSELL, 1919), Russell começa, cada vez mais, a aproximar-se da doutrina que, ainda no manuscrito de 1913, o filósofo inglês criticava: trata-se do *monismo neutro*. Essa doutrina – que tem muita importância caso se queira apreender as fontes do holismo de Russell – parece remeter a fontes diversas: James, Dewey, Mach, realistas americanos etc.

Para se reduzir essa dificuldade no trato com a doutrina do monismo neutro, tentar-se-á tomar um ponto de partida que permita-nos delimitar o objeto de estudos: Benmakhlouf, embora procure considerar todas as influências do monismo neutro de Russell, parece dar uma ênfase maior a James (BENMAKHLOUF, 2019, p. 132); tomando-se isso como pressuposto, a presente tese procurará seguir por um caminho análogo ao de Benmakhlouf; a única peculiaridade da presente abordagem nesse sentido será a de que adentrar-se-á, nesta tese, no trabalho de Dewey, uma vez que a abordagem desse filósofo, no que tange ao monismo neutro, parece se aproximar mais de um naturalismo.

No contexto dessa delimitação, é importante enfatizar que não se tem a pretensão de uma exegese rigorosa do trabalho de James e de Dewey; o que se fará será apenas uma breve incursão à obra desses autores com o objetivo de se entender, um pouco, as fontes da filosofia madura de Russell. Nesse aspecto, tem-se em vista duas obras dos referidos autores: *Essays in radical empiricism* (JAMES, 2010); *Essays in experimental logic* (DEWEY, 1916).

Essas obras foram escolhidas, pois são citadas pelo próprio Russell (1918); no que concerne, pois, a James, pode-se começar considerando uma exposição abreviada daquilo que pode ser tratado como o empirismo radical ou “monismo neutro” desse autor: há apenas um único estofo primitivo no mundo, notando-se que tal estofo é o material do qual tudo é composto; James nomeia esse estofo do mundo através da expressão “experiência pura” (JAMES, 2010, p. 3).

Essa forma de conceber significa que, para o filósofo americano, não existe

qualquer forma de dualismo que cindiria a realidade em um aspecto físico e outro mental: cada elemento da experiência é uno e idêntico a si mesmo, de modo que não haveria uma espécie de mente que “copia” ao representar tais elementos. O que torna essa situação possível? O que distingue os componentes da experiência que, habitualmente, referimos por intermédio das palavras “mental” e “físico” consiste no tipo de relação que esses componentes mantêm entre si. Exemplificando-se essa situação, poder-se pensar no caso da experiência de uma casa; nesse tipo de vivência existem dois contextos: sob certa ótica, a casa é mental, pois está relacionada com outras experiências que compõem a biografia daquele que vivencia (JAMES, 2010, p. 13); sob outro aspecto, a referida casa nada mais é do que o resultado e a parte de uma série de operações físicas (pôr o carpete, o papel de parede, pintura etc.), posto que tal casa está associada de maneira causal com tais operações (JAMES, 2010, p. 13-14).

Partindo desses traços gerais do empirismo radical ou “monismo neutro” de James, precisa-se agora tentar entender, brevemente, como esse tipo de doutrina aparece em Russell¹²⁴; a partir de *The Analysis of Mind*, pelo menos, o monismo neutro e o behaviorismo vêm, segundo Eames (1989, p. 203), preencher as lacunas abertas, principalmente, pelas críticas sofridas pela teoria do juízo como relação múltipla (1913). Essa adoção, por parte de Russell, do monismo neutro não foi, contudo, plena ao que parece: Russell, buscando fugir de um suposto resquício idealista, tenta separar o monismo neutro da “experiência pura” advogada por James (EAMES, 1989, p. 203); nesse sentido, os particulares “neutros” são divididos entre aqueles que pertencem às correlações de leis físicas e aqueles que, como as imagens que se destacam neste caso, pertencem somente às correlações causais psicológicas (EAMES, 1989, p. 203).

Esse empirismo radical mitigado de Russell mantém, é importante mencionar, elementos da velha teoria do conhecimento do filósofo inglês (EAMES, 1989, p. 204); Russell, inclusive, continua sem aceitar a teoria pragmática da verdade, notando-se que tal teoria continua dando lugar a uma concepção correspondencial da verdade (EAMES, 1989, p. 204).

Em que medida essa adesão parcial ao monismo neutro se relaciona com o

124 É importante enfatizar que o que se segue não tem a pretensão de ser uma completa exposição no que tange aos debates e diálogos entre os pensamentos de Russell e James. A razão disso, é que, como observa Eames (1989), James parece ter influenciado Russell em muitos aspectos dos quais se destaca a própria noção de *acquaintance* (EAMES, 1989, p. 195); um trabalho que contemplasse a totalidade da influência de James sobre Russell demandaria outra tese como esta. Daí a necessidade de termos de impor limites às pretensões deste capítulo.

holismo? Em primeiro lugar, o monismo neutro permite que Russell faça uma crítica à noção de sujeito ou consciência tomada como primitiva (RUSSELL, 1921, p. 15-16), de modo que deixa de haver uma espécie de sujeito primário que se relaciona, imediatamente, com um *sense-data*. Além disso, ao restringir a identificação da experiência – mental ou física – a um contexto de uma biografia ou processo físico, o monismo neutro permite, como é plausível pensar, aquele entrelaçamento entre teoria e observação.

É, justamente, para se ressaltar esse último aspecto que vale a pena fazer referência a uma passagem de Dewey (DEWEY, 1916, p. 146-147); em tal passagem, Dewey parece defender que os dados sensoriais estão sempre em um contexto, de modo que tais dados não podem ser pensados de maneira totalmente independente de tal contexto. Ora, não é difícil aproximar esse pensamento daquela primeira passagem de Russell citada no momento em, ainda nesta seção, que se tentava fazer uma primeira aproximação com relação ao holismo do filósofo inglês; certamente, Russell parece ter sido bastante crítico em suas menções ao pensamento de Dewey (EAMES, 1989, p. 204). Por outro lado, há possibilidade de se fazer aproximações entre os dois filósofos (EAMES, 1989, p. 209), e a passagem de Dewey que mencionas serve, ao menos, para se ter uma percepção da possibilidade de se transitar, do monismo neutro, para um holismo.

Passaremos, agora, a outra delimitação importante no que diz respeito aos estudos feitos na presente seção e no presente capítulo em geral: viemos, até agora, mencionando a obra madura de Russell; entretanto não se delimitou com precisão quais obras e/ou períodos do pensamento de Russell se está levando em conta.

Para se realizar tal delimitação, pode-se iniciar assim: após 1919 a filosofia de Russell parece caminhar, cada vez mais, na direção de fortalecer aquilo que Jales Ribeiro denomina holismo semântico parcial (JALES RIBEIRO, 1998, p. 513);¹²⁵ esse holismo semântico, entretanto, parece entrar em conflito com certo holismo lógico-estrutural presente em obras como *The Analysis of Matter* de 1927 (JALES RIBEIR, 1998, p. 498-499). Apesar disso, o holismo semântico parcial parece predominar novamente nas obras finais como *An inquiry into meaning and truth* (RUSSELL, 1942).

Considerando-se isso, o presente trabalho irá, ao tratar da obra madura de Russell, remeter, principalmente, às obras em que predomina o holismo semântico parcial; não

125 A noção de holismo que se tem em vista neste contexto já foi, parcialmente, elucidada naquilo que tem, até agora, se desenvolvido na presente seção; como se verá, tentaremos aprofundar, ainda mais, o holismo de Russell, de modo a deixar claro o porquê de esse holismo ser parcial.

pretendemos, dessa forma, adentrar as discussões de trabalhos como *The Analysis of Matter*. Esse recorte será feito, pois, de uma maneira geral, o holismo semântico parcial parece ser a postura dominante da obra madura de Russell; não se tem, no entanto, a pretensão de desconsiderar a importância do holismo lógico-estrutural que, certamente, mereceria um trabalho a parte.

Iniciar-se-á, a partir do presente momento, um tratamento mais direto do tema dos pressupostos para se entender o “dado”. Sobre isso, o primeiro aspecto é entender o que, na obra madura de Russell, ocupa uma posição análoga àquela existente na *acquaintance* de 1913. Nesse novo contexto – onde passa a predominar o holismo naturalista tal qual descrevemos anteriormente – o objeto de *acquaintance* é substituído por um hábito adquirido através de um aprendizado que remete à primeira infância de um determinado ser humano (JALES RIBEIRO, 2005, p. 124). Desse modo, pode-se fornecer o seguinte tipo de exemplo: digo “vermelho” nas ocasiões apropriadas devido a um hábito oriundo de experiências passadas (RUSSELL, 1942, p. 311); esse tipo de aprendizado ocorre em um esquema que possui elementos behavioristas (JALES RIBEIRO, 2005, p. 124).

É necessário, para os fins desta seção, esmiuçar essa visão do Russell maduro; visando-se essa finalidade, começa-se com uma retomada do próprio monismo neutro de Russell cujas fontes já foram elucidadas:

Na conferência V nós encontramos razões para pensar que os constituintes derradeiros do mundo não têm as características da mente ou da matéria tais como são ordinariamente entendidas: eles não são objetos sólidos e persistentes movendo-se através do espaço, nem são fragmentos de “consciência”. Mas nós encontramos duas maneiras de agrupar particulares, uma em “coisas” ou “pedaços de matéria”, a outra em séries de perspectivas, cada série sendo o que pode ser denominado uma “biografia”.¹²⁶ (RUSSELL, 1921, p. 101)

Apesar de essa passagem – extraída da conferência VII de *The Analysis of Mind* – fazer referência a outra passagem da conferência V, o que nos interessa aí é retomar, nas palavras do próprio Russell, uma exposição do monismo neutro; cabe, então, reconstruir, a partir disso, a forma como o filósofo constitui sua própria versão dessa filosofia (“monismo neutro”). Esse processo é importante para que se possa chegar à aquisição do “dado”; comecemos, pois, com algumas definições e considerações relativas às séries de perspectivas (biografias).

126 In Lecture V we found reason to think that the ultimate constituents of the world do not have the characteristics of either mind or matter as ordinarily understood: they are not solid persistent objects moving through space, nor are they fragments of “consciousness.” But we found two ways of grouping particulars, one into “things” or “pieces of matter,” the other into series of “perspectives,” each series being what may be called a “biography.”

A primeira dessas considerações diz respeito àquilo que Russell denomina uma “coisa momentânea” (*momentary thing*); para se entender em que consiste isso, pode-se iniciar assim: a classificação física de particulares reúne todos aqueles que são aspectos de uma coisa (RUSSELL, 1921, p. 101); dado algum particular, descobre-se, frequentemente, que há um número de outros particulares diferindo do primeiro em graus gradualmente crescentes (RUSSELL, 1921, p. 101). Nesse contexto, aqueles particulares que diferem do primeiro particular mencionado muito levemente têm essa diferença de acordo com leis que podem ser, em sentido amplo, denominadas “leis da perspectiva” (RUSSELL, 1921, p. 101-102). Essas leis incluem as leis ordinárias da perspectiva como um caso especial (RUSSELL, 1921, p. 102); não se vê necessidade de aprofundar, para fins da presente seção, as complexas relações que Russell estabelece entre as leis ordinárias da perspectiva e as leis da perspectiva em geral.

De qualquer forma, com base em uma compreensão geral da exposição de Russell, pode-se, finalmente, definir: o conjunto dos particulares - perspectivas isoladas por meio das leis - que constituem um objeto num determinado momento pode ser chamado de uma “coisa momentânea” (RUSSELL, 1921, p. 102); na medida em que uma “coisa momentânea” está restrita a um momento, pode-se pensar a série de “coisas momentâneas” que constituem os estados sucessivos de uma “coisa”. Esse tipo de reflexão gera problemas que pertencem às leis da dinâmica (RUSSELL, 1921, p. 102).¹²⁷

De qualquer maneira, o modo, que se acabou de descrever, para organizar e construir aquilo em que se constitui uma “coisa” não é o único: certamente, como acabamos de ver, uma “coisa” pode ser reconstruída a partir de uma série de classes de particulares; por outro lado, poder-se-ia ter procedido de modo a, primeiro, coligir uma série de aspectos sucessivos da coisa em construção relacionados com as leis da dinâmica, e, depois, constituir um conjunto de séries associadas às leis da perspectiva (RUSSELL, 1921, p. 103). Esse segundo método está em uma afinidade maior com a psicologia e com a noção de uma biografia.

Para esclarecer melhor a diferença entre os dois modos de construção, é interessante observar o seguinte exemplo: considere-se um ator que, estando em um palco, é assistido por uma série de espectadores. Prestando-se atenção a essa simples

127 Como o próprio Russell admite, a definição de uma “coisa momentânea” pode, na atual abordagem, envolver problemas concernentes ao tempo, à velocidade da luz e à relatividade. Russell (1921, p. 102) afirma que, para fins da reflexão que está desenvolvendo, esses problemas podem, a princípio ser deixados de lado.

situação hipotética, pode-se afirmar que: o primeiro método de construção consistiria em formar a série dos conjuntos dos pontos de vista de cada espectador em cada momento; o segundo método seria o de reunir todos os aspectos sucessivos que o ator apresenta a um determinado espectador, e, posteriormente, fazer a mesma coisa com os outros espectadores, formando, assim, um conjunto de séries (RUSSELL, 1921, p. 103).

Desses métodos, Russell parece, pelo menos provisoriamente, optar pelo segundo em sua análise; para que se possa continuar, então, reconstruindo a reflexão do filósofo inglês, esta seção também manterá o foco no segundo método.

Procurando aprofundar a reflexão a respeito desse segundo método, é relevante que se atente para o seguinte: ao se raciocinar com o exemplo do ator, pode-se ser conduzido a pensar parte da biografia de um dado espectador como a série dos aspectos sucessivos do ator; isso, contudo, é errôneo, pois, no momento em que estamos acordados, recebemos, a todo momento, uma série de impressões que são aspectos de uma diversidade de coisas (RUSSELL, 1921, p. 103).

Para lidar com os possíveis problemas que decorrem dessa situação, Russell lança mão de um esquema; comecemos a entender esse esquema: pode-se tratar a totalidade das impressões recebidas por um determinado espectador como possuindo uma relação de “simultaneidade” entre si (RUSSELL, 1921, p. 104).¹²⁸ A partir disso, Russell define: dada a impressão de um particular “P” e um espectador (uma mente) quaisquer, afirma-se que uma “perspectiva” consiste no conjunto de particulares simultâneos a “P”;¹²⁹ dada a impressão de um particular “P” e um espectador (uma mente) quaisquer, uma “biografia” consiste no conjunto de particulares que são antes, depois ou simultâneos a “P” (RUSSELL, 1921, p. 104-105). Essas definições, obviamente, devem ser pensadas em correlação com fenômenos da memória quando se está tratando de seres vivos; são esses fenômenos que permitem a continuidade de uma “mente” (RUSSELL, 1921, p. 105).

Com base na compreensão daquilo em que consiste uma biografia, pode-se, agora, tentar isolar um importante elemento: trata-se da noção de “sensação”. Essa noção

128 De fato, como o próprio Russell nota, esse modo de proceder pode trazer uma objeção: poder-se-ia argumentar que, em um determinado momento, há diversas coisas no mundo que são simultâneas à experiência de um dado espectador; assim, a relação de simultaneidade extrapolaria aquilo que é parte da experiência de um único espectador, de modo que tal relação não seria apropriada para descrever tal experiência. Para tratar dessa objeção, Russell faz uso da teoria da relatividade; visando evitar a necessidade de uma exposição, ainda que breve, dessa complexa teoria científica, deixaremos de lado a referida objeção.

129 Importante mencionar que, como se verá melhor, noções como “mente” não são tão elementares na obra madura de Russell. Essa noção precisa, de algum modo, ser construída, de modo que será, apenas por enquanto, tomada como primitiva.

consiste no próprio núcleo do “dado”; este consiste em uma mistura entre a sensação, interpretações, correlações estabelecidas pelo hábito e a própria noção de crença, que será abordada em outra seção.¹³⁰

Desse modo, caso se queira chegar próximo daquilo em que consiste a sensação, é necessário afastar tudo que é fruto do hábito, expectativa e interpretação (RUSSELL, 1921, p. 116). Essa é uma tarefa bastante difícil e, talvez, impossível de ser levada a cabo completamente. Por outro lado – e este é um ponto muito relevante para a presente tese – Russell insiste na efetividade da sensação: diferentemente do que pensou Leibniz (na leitura de Russell), não se pode negar a ocorrência de uma ação do mundo exterior sobre a mente (RUSSELL, 1921, p. 116); quando se abre um jornal pela manhã, as sensações das palavras são uma parte ínfima daquilo que ocorre na mente, porém tais sensações são o ponto de partida de todo o resto, pois é através delas que o jornal pode ser um meio de informação (RUSSELL, 1921, p. 116).

Apesar desse caráter inegável das sensações, é, no entanto, importante notar, nesse quesito, uma importante mudança de Russell com relação ao manuscrito de 1913: como foi observado no segundo capítulo, a sensação consistia em um tipo de relação de *acquaintance* entre um determinado sujeito e um objeto particular que não seria dado em um tempo anterior ao do sujeito; por causa disso, seria possível dizer que a sensação consistia em uma forma de conhecimento (conhecimento por *acquaintance*). Contrariando essa concepção, Russell, no contexto aqui estudado agora, passa a defender que a sensação não é uma forma de conhecimento; de fato, todo conhecimento envolve sensação, porém esta, por si só, não consiste em conhecimento (RUSSELL, 1921, p. 116).

As razões para essa nova postura de Russell estão atreladas ao próprio monismo neutro; para tornar isso mais claro, comecemos a refletir a partir de um exemplo: quando vejo uma pessoa na rua, devo pensar que o mero ato de ver não é conhecimento, pois, se tal ato fosse conhecimento, dever-se-ia distinguir o próprio ato de ver daquilo que é visto (RUSSELL, 1921, p. 116). Essa distinção, entretanto, iria requerer a admissão de um sujeito ou ato, pois, se houver um sujeito, este pode ter um tipo de relação com a pessoa vista na rua, de modo que tal relação pode ser denominada “consciência” (RUSSELL, 1921, p. 117). Assim, a sensação, como um ato mental, consistiria na consciência da

130 Para Russell, no contexto aqui estudado, a lei do hábito consiste em uma das mais importantes leis que regem a mente: ora, se a mente é um dos tipos de maneiras causais de se organizar o mundo, uma das leis que regem a causalidade da mente é a lei do hábito. Inclusive, é importante destacar, nesse contexto, que Russell (1921, p. 114-115) não exclui, totalmente, a possibilidade de se reduzir essa “lei da mente” a componentes meramente fisiológicos.

pessoa vista, notando-se que a pessoa, em si, permaneceria totalmente física (RUSSELL, 1921, p. 117).

É, justamente, nesse ponto que é possível assinalar a ruptura com o pensamento de 1913: um sujeito deve ser tratado como uma ficção tal como pontos matemáticos e instantes (RUSSELL, 1921, p. 117). É importante notar aí que, se há uma ruptura parcial com o pensamento de 1913, há uma continuidade do projeto maior da filosofia científica que procura eliminar indefiníveis ou elementos auto evidentes. Com isso, é o sujeito que, agora, é eliminado.

Como afirmávamos antes, é o monismo neutro que permite essa eliminação: a sensação que se tem quando se enxerga uma pessoa é apenas a pessoa apreendida do ponto de vista de outra série causal; não há aí, a rigor, distinção entre a pessoa e o ato de ver a pessoa (RUSSELL, 1921, p. 117-118). Como consequência disso, pode-se dizer que a mesmo elemento que é estudado pela física consiste no componente da sensação (RUSSELL, 1921, p. 117). É interessante notar que, ao expor esse seu modo de conceber, Russell cita Dewey em um dos raros momentos em que se mostra uma clara concordância entre os dois filósofos (RUSSELL, 1921, p. 118).

No contexto desse ponto de concordância clara entre Russell e o monismo neutro de Dewey, é interessante destacar também que: as sensações são o que é comum aos mundos mental e físico, de modo que é bastante razoável afirmar que as sensações são o ponto de interseção entre mente e matéria (RUSSELL, 1921, p. 119). Inclusive, há, segundo Russell, aqueles que sustentam que toda a vida mental pode ser reduzida a sensações (RUSSELL, 1921, p. 119). Diante dessa possível tese, o filósofo inglês, embora não nega que possa ser verdadeira, prefere acrescentar que um segundo elemento à descrição da vida mental: trata-se das imagens.

Para continuar a reflexão que visa entender os aspectos que, na filosofia do Russell maduro, giram em torno do “dado”, examinemos, agora, um pouco da forma como o filósofo inglês passa entender a imaginação. Nesse aspecto, vale apenas retomar o fato de que, no manuscrito de 1913, Russell oferecia duas definições de imaginação. Uma dessas definições (ver item 2.141 desta tese) pode ser assim enunciada: uma “relação de *acquaintance* é dita ser apenas de imaginação” se satisfizer duas condições. Essas condições eram: “e1) a relação envolve um objeto particular”; “e2) o objeto da relação não está envolvido em qualquer relação causal com outros objetos”.

Não obstante, no contexto do manuscrito de 1913, Russell parecesse preferir a definição alternativa a essa, tal filósofo parece retomar, ainda que parcialmente, essa

segunda definição, dada no parágrafo acima, no contexto que estamos abordando. Assim, para Russell, os objetos da imaginação continuam possuindo muita similaridade com os objetos da sensação. Apesar disso, há uma distinção de extrema relevância entre as duas esferas (sensação e imaginação): embora com certas peculiaridades, a distinção russelliana entre sensação e imaginação envolve diferenças no que tange às relações causais.

Aprofundemos, um pouco, essa concepção: no contexto do holismo tal como o expusemos acima, há, de fato, alguma diferença entre a concepção russelliana mais madura e aquela do manuscrito de 1913; Russell, na obra madura, está, ao que parece, disposto a aceitar elementos de fisiologia na sua definição de imaginação (RUSSELL, 1921, p. 123-124). Dessa forma, o filósofo inglês ressalta sim os elementos causais de forma parecido com o que ocorria no manuscrito de 1913, porém, agora, esses elementos causais são do tipo que remetem a estímulos sobre órgãos sensoriais (RUSSELL, 1921, p. 124): as sensações são resultado de estímulos sobre os órgãos sensoriais; tais estímulos estão associados às leis causais físicas (RUSSELL, 1921, p. 124). Em contraponto a isso, as imagens estão, em termos causais, apenas sob a égide das leis mnêmicas como a, já mencionada, lei do hábito (RUSSELL, 1921, p. 124-125).¹³¹

Considerando-se a concepção da imaginação brevemente exposta no contexto do monismo neutro, far-se-á, a seguir, uma breve consideração concernente à maneira russelliana de entender a significação. Essa consideração deter-se-á, por enquanto, na forma como as palavras adquirem significado; notar-se-á que, diferentemente do que ocorria no manuscrito de 1913, não há mais *acquaintance* como responsável por garantir o significado das palavras que, posteriormente, entrariam no juízo ou julgamento.

Para começar, pois, a tratar da concepção de significação no contexto do holismo parcial de Russell, ou seja, em sua filosofia madura tal qual é entendida nesta tese, é razoável iniciar com uma exposição da concepção daquilo em que consiste uma palavra: a pronúncia particular de uma palavra consiste em uma série de movimentos de uma boca produzindo sons (RUSSELL, 1921, p. 157); a classe de todas as séries similares desse tipo é o que consiste em uma palavra (RUSSELL, 1921, p. 157-158). Conclui-se, a partir dessa exposição, que uma palavra está longe de constituir-se em algo simples; o grau de

131 Ressalta-se, também, que, embora isto tenha um papel secundário na visão de Russell sobre a imaginação, tal filósofo enfatiza que, além de componentes oriundos de causas fisiológicas, há, entre sensação e imaginação, diferenças no que diz respeito aos efeitos: as sensações, via de regra, têm efeitos físicos e mentais (RUSSELL, 1921, p. 125); as imagens, por outro lado, produzem efeitos apenas de acordo com as leis mnêmicas.

similaridade que uma série de sons precisa possuir para pertencer à classe em que se constitui uma palavra não pode ser definido com precisão (RUSSELL, 1921, p. 158).

De qualquer forma, para que uma exposição sobre o que é uma palavra esteja completa é necessário que se passe pela difícil noção de “significado” de uma palavra. No que diz respeito a essa noção, é interessante começar notando que a origem das palavras, provavelmente, não é convencional: de fato, uma nova palavra pode, por mera convenção, ser adicionada a uma linguagem já existente, porém a base de uma língua, certamente, não é convencional (RUSSELL, 1921, p. 158). Em consonância com isso, pode dizer-se que, ao aprender a falar, uma criança aprende hábitos e associações determinados pelo ambiente (RUSSELL, 1921, p. 158).

Para se compreender melhor esses hábitos e associações, é interessante mencionar o seguinte: assim como a palavra consiste em uma complexa classe de séries, os objetos a que as palavras remetem, quando há tais objetos, também possuem uma complexidade muito grande. Isso se esclarece se for observado um exemplo: tome-se o nome “Napoleão”. Ora, talvez, tenha existido um ego que, durante todo o tempo de uma vida foi napoleão; por outro lado, há poucas razões para se pensar isso, de modo que, considerando-se as suas manifestações empíricas, Napoleão consistiu em uma série de aspectos em gradual mudança (RUSSELL, 1921, p. 161). Nesse sentido, é razoável nos lembrarmos da sequência das principais etapas da vida de Napoleão: primeiro um bebê, depois um menino, depois um jovem esbelto e elegante, e, por fim, uma pessoa gorda e preguiçosa vestida de maneira magnificente (RUSSELL, 1921, p. 161). O que se aproxima de garantir alguma unidade a essa série consiste nos aspectos de natureza causal que associam os múltiplos momentos da série (RUSSELL, 1921, p. 161); compreender o processo de significação de uma palavra, portanto, não deixa de estar associado ao entendimento de intrincadas conexões como a relação que existe entre uma classe de séries - nome enquanto pronunciado por diversos indivíduos - e uma série de eventos ligados por componentes de natureza causal.¹³²

Para se entender a origem dessa intrincada relação – que, como já foi dito, ocorre no processo de se adquirir um hábito ou uma associação – Russell faz uso de certa concepção de “uso” das palavras: dizer que uma palavra possui significado não significa que aqueles que usam tal palavra corretamente tenham, alguma vez, pensado qual é o significado (RUSSELL 1921, p. 165); o uso da palavra vem primeiro, e o significado

¹³² A noção de “evento” mencionada nessa última consideração será esclarecida, com mais vagar, ainda nesta seção.

deve ser extraído de tal uso por meio de observação e análise (RUSSELL, 1921, p. 165). Assim, os hábitos e associações dos quais já falamos devem ser compreendidos no contexto de uso das palavras. É importante notar, aí, que, na concepção de significação que estamos trabalhando, não há possibilidade de completa precisão:

O significado está em uma área como um alvo: pode ter um centro [*bull's eye*], mas as partes periféricas do alvo ainda estão mais ou menos dentro do significado, em um grau gradualmente decrescente à medida que nos afastamos do centro do alvo. Conforme uma linguagem se torna mais precisa, há cada vez menos, do alvo, fora do centro, e o próprio centro torna-se cada vez menor; mas o centro nunca se reduz a um ponto, e há sempre uma região duvidosa, por menor que seja, que o rodeia.¹³³ (RUSSELL, 1921, p. 165)

Sob certa ótica, essa postura representa uma transformação considerável com relação aos aspectos de teoria da significação que apareciam em *Theory of knowledge*. Por outro lado, Russell já havia, de certa forma, flertado com a questão da vagueza ao tratar dos graus de certeza no capítulo final dessa inacabada obra. Além disso, sempre é lícito ressaltar que, no projeto de uma teoria do conhecimento construída à maneira de uma filosofia científica (ver o primeiro capítulo), a própria suspeita com relação à precisão das palavras, que ainda tinham algo do indefinível e do auto evidente em *Theory of knowledge*, pode ser visto como uma versão fortalecida do ideal que guiou boa parte do pensamento de Russell.

Continuando-se, então, a exposição concernente à teoria da significação: a própria noção do “uso” de uma palavra pode ser mais bem delimitada. Assim, pode-se afirmar que uma palavra é usada corretamente quando o ouvinte médio for afetado por ela da maneira pretendida (RUSSELL, 1921, p. 166); a relação de uma palavra com seu significado é da natureza de uma lei causal que governa o uso da palavra e as ações quando se ouve tal palavra ser empregada (RUSSELL, 1921, p. 166).

Para elucidar essa tese, Russell fornece alguns exemplos; vejamos um desses exemplos:

Suponha que você esteja andando em Londres com um amigo distraído, e, atravessando uma rua, você diga: “Cuidado, há um carro vindo.” Ele olhará em volta e pulará para o lado sem a necessidade de qualquer intermediário “mental”. Não é necessário haver ideias, mas apenas um enrijecimento dos músculos, seguido rapidamente pela ação. Ele entende as palavras, porque ele faz a coisa certa. Tal “entendimento” pode ser considerado como pertencendo aos nervos e ao cérebro, sendo hábitos adquiridos durante o aprendizado da

133 The meaning is an area, like a target: it may have a bull's eye, but the outlying parts of the target are still more or less within the meaning, in a gradually diminishing degree as we travel further from the bull's eye. As language grows more precise, there is less and less of the target outside the bull's eye, and the bull's eye itself grows smaller and smaller; but the bull's eye never shrinks to a point, and there is always a doubtful region, however small, surrounding it.

linguagem.¹³⁴ (RUSSELL, 1921, p. 166)

Ao lado desse, Russell fornece outros exemplos com o objetivo de tentar isolar alguns dos principais tipos de contextos em que é possível falar de se “compreender” ou “entender” uma palavra; esses contextos, inicialmente, são:

- (1) Em ocasiões adequadas, você usa a palavra corretamente.
- (2) Quando você ouve e age apropriadamente.
- (3) Você associa a palavra com uma outra palavra (digamos, em uma linguagem diferente) que tem efeito apropriado sobre o comportamento.
- (4) Quando a palavra está sendo aprendida pela primeira vez, você pode associá-la a um objeto, que é o que ela “significa”, ou a um representante de vários objetos que ela significa.¹³⁵ (RUSSELL, 1921, p. 167)

Segundo Russell, todos esses usos das palavras podem ser explicados por intermédio de mecanismos behavioristas (RUSSELL, 1921, p. 167). Esses mecanismos, contudo, devem limitar-se ao que pode ser chamado uso “demonstrativo” da linguagem (RUSSELL, 1921, p. 167); há, também, os usos narrativo e imaginativo.

Para se começar a entender melhor esses usos, imaginemos que aquele amigo do exemplo, proposto por Russell e citado acima, esteja relatando o ocorrido para outra pessoa. Nesse caso, em termos de significação, a situação deve ser entendida como bastante diferente do que, de fato, ocorreu: o “amigo” não está mais vendo um automóvel, mas apenas se recorda de um; o ouvinte não olha ao redor na expectativa de ver um automóvel vir, mas “entende” (ou “compreende”) que um automóvel veio em um momento anterior (RUSSELL, 1921, p. 168). Nota-se, com clareza, que essa situação é muito difícil de explicar com elementos puramente behavioristas. Ora, na medida em que “meu amigo” está lembrando de fato, ele tem um quadro (picture) e suas palavras são selecionadas de maneira a poder descrever tal quadro (RUSSELL, 1921, p. 168).

Certamente, o referido “amigo” pode não se lembrar com perfeição da situação relatada e, desse modo, ter o mero hábito das palavras apropriadas; nessa hipótese, as coisas se passariam como se pessoa - o “amigo” que faz o relato - recitasse um poema decorado (RUSSELL, 1921, p. 168). O próprio ouvinte, em consonância com isso, pode

134 Suppose you are walking in London with an absent-minded friend, and while crossing a street you say, “Look out, there’s a motor coming.” He will glance round and jump aside without the need of any “mental” intermediary. There need be no “ideas,” but only a stiffening of the muscles, followed quickly by action. He “understands” the words, because he does the right thing. Such “understanding” may be taken to belong to the nerves and brain, being habits which they have acquired while the language was being learnt.

135 (1) On suitable occasions you use the word properly.

(2) When you hear it you act appropriately.

(3) You associate the word with another word (say in a different language) which has the appropriate effect on behaviour.

(4) When the word is being first learnt, you may associate it with an object, which is what it “means,” or a representative of various objects that it “means.”

estar apenas prestando atenção às palavras sem evocar um quadro correspondente a tais palavras.

Apesar dessas possibilidades, a essência do significado narrativo das palavras é feita pela plausibilidade de uma imagem mnemônica naquele que relata, e de uma imagem-imaginação (*imagination-image*) no ouvinte (RUSSELL, 1921, p. 168). A aceitação dessa perspectiva deve ler a outros dois contextos (além dos quatro descritos anteriormente) em que se pode falar de “entender” uma palavra:

- (5) Palavras podem ser usadas para descrever ou recordar uma imagem-memória: para descrevê-la quando já existe, ou para lembrá-la quando as palavras existem como um hábito e são conhecidas por serem descritivas de alguma experiência passada.
- (6) Palavras podem ser usadas para descrever ou criar uma imagem-imaginação: para descrevê-la, por exemplo, no caso de um poeta ou novelista, ou criá-la no caso ordinário de dar uma informação – embora, nesse último caso, se pretenda que a imagem-imaginação, quando criada, deva ser acompanhada de uma crença de que algo desse tipo ocorreu.¹³⁶ (RUSSELL, 1921, p. 169)

Essas duas formas de se usar as palavras, incluindo sua ocorrência no discurso interior, podem ser reunidas em um todo como remetendo ao uso das palavras no pensar (RUSSELL, 1921, p. 169). Se isso estiver correto, o uso das palavras no pensar depende, pelo menos na sua origem, das imagens, de modo que não se pode lidar com tais palavras unicamente por meio de princípios behavioristas (RUSSELL, 1921, p. 169-170). Com isso, tem-se a função essencial das palavras: por sua conexão com as imagens, as palavras podem nos pôr em contato com o que está remoto no tempo e no espaço (RUSSELL, 1921, p. 170); o problema do significado das palavras, portanto, é posto em relação íntima com o problema do significado das imagens (RUSSELL, 1921, p. 170).

Parte desse problema será, nesta seção, abordado mais a frente quando se retomar a noção de “crença”. Por outro lado, abordando-se o problema até onde é possível, é razoável, para Russell, enfocar o significado das imagens através das noções de “eficácia causal” (*causal efficacy*) e protótipo (o objeto que a imagem “significa”): o que se entende como a imagem de um objeto definido, digamos um ponto turístico da cidade de São Paulo, tem alguns efeitos que o objeto teria (RUSSELL, 1921, p. 174). Isso inclui efeitos emocionais: as imagens podem, por exemplo, estimular o desejo com força quase tão intensa quanto aquela dos objetos representados por tais imagens (RUSSELL, 1921, p.

136 (5) Words may be used to describe or recall a memory-image: to describe it when it already exists, or to recall it when the words exist as a habit and are known to be descriptive of some past experience.

(6) Words may be used to describe or create an imagination-image: to describe it, for example, in the case of a poet or novelist, or to create it in the ordinary case for giving information—though, in the latter case, it is intended that the imagination-image, when created, shall be accompanied by belief that something of the sort occurred.

174); inversamente, os desejos podem estimular imagens (um homem com muita fome pode ter imagens de comida).

Nesse tipo de caso, as leis causais referentes às imagens estão ligadas às leis causais dos objetos que tais imagens “significam” (RUSSELL, 1921, p. 174). Inclusive, é lícito notar que essa relação entre uma imagem e um objeto pode envolver um grau de vagueza, e essa vagueza pode chegar ao ponto de a imagem “significar” um objeto em geral; nesse caso, pode-se afirmar que a imagem é derivada de vários protótipos ao invés de um único. Um exemplo disso pode ser a imagem do rosto de um amigo derivada de vários protótipos relativos a tal rosto (RUSSELL, 1921, p. 175). O significado da imagem, nesse tipo de caso, é constituído por uma combinação de associações e semelhanças (RUSSELL, 1921, p. 175); em alguns momentos, vale ressaltar, será impossível decidir pelo significado da imagem, e isso, ao invés de ser resultado de uma análise defeituosa, está na natureza das coisas (RUSSELL, 1921, p. 175).

Enfim, interromper-se-á, neste momento, a discussão sobre imagens, palavras e a constituição do “dado” em geral; far-se-á, assim, uma síntese procurando-se oferecer uma concepção geral de boa parte daquilo que foi dito: foi visto que a versão russelliana do monismo neutro distingue a “mente” a partir do tipo de correlação causal que conecta os perceptos presentes em tal mente (principalmente, a lei do hábito). O núcleo desses perceptos é o que o filósofo inglês refere a partir da palavra “sensação”; esta, por sua vez, não se constitui em um tipo de conhecimento, uma vez que é um ponto de intersecção entre as duas séries causais da mente e da matéria. Em Russell, de conformidade com isso, não há mais um sujeito entendido como um correlato de uma relação em que se constituiria a sensação; não há, por exemplo, distinção entre o ato de ver algo e esse algo. Não obstante essa versatilidade do conceito de “sensação”, as sensações não são o único componente da vida mental, uma vez que há, também, as “imagens”. Tais diferem das sensações por aspectos de natureza causal e possuem íntima conexão com o significado das palavras. Dessa forma, as reflexões finais desta seção focaram-se em uma exposição bastante geral dos mecanismos por meio dos quais as palavras adquirem significado.

5.11 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DA SEÇÃO 5.1

a) Termos primitivos:¹³⁷

¹³⁷ Alguns termos tratados como primitivos nesta subseção poderão ser definidos em seções posteriores.

- a1) “ser um particular” é um termo primitivo.
- a2) “ser um objeto” é um primitivo
- a3) a relação “ x sucede y ” é um primitivo.
- a4) “aparecer a uma mente” é um primitivo.
- a5) a relação “ x é simultâneo a y ” é um primitivo.
- a6) a relação “ x é antes de y ” é um primitivo.
- a7) a relação “ x é depois de y ” é um primitivo.
- a8) “cair sob leis mnêmicas” é um primitivo.
- a9) “Ser resultado de um estímulo a um órgão sensorial” é um primitivo.
- a10) “Ser o movimento de uma boca” é um primitivo.
- a11) a relação “ x é similar a y ” é primitiva.
- b) uma “coisa momentânea” é o conjunto de particulares que constituem um “objeto” em um determinado momento.
- c) uma “coisa” é uma série de “coisas momentâneas” [definição alternativa]
- d) um conjunto de particulares é uma “série de aspectos sucessivos” se para quaisquer dois elementos a e b de tal conjunto de particulares: d1) b sucede a , ou a sucede b ; d2) se b sucede a , a não sucede b ; se a sucede b , b não sucede a .
- e) uma “coisa” é um conjunto de “séries de aspectos sucessivos”. [definição escolhida por Russell]
- f) para todo particular p que aparece a uma mente, uma perspectiva é um conjunto de particulares c tal que: cada membro de c é simultâneo a p .
- g) para todo particular p que aparece a uma mente, uma biografia é um conjunto de particulares c tal que: cada membro de c é simultâneo, antes ou depois de p .
- h) um particular p é um “objeto de imaginação” se: h1) p cai sob leis mnêmicas; h2) p não é resultado de um estímulo a um órgão sensorial.
- i) uma classe c é uma “pronúncia particular de uma palavra” se: i1) para qualquer membro m de c , m é o movimento de uma boca; i2) os membros de c estão organizados de modo a produzir uma série.
- j) uma classe c' é uma “palavra” se: j1) cada membro m' de c' é uma pronúncia particular de uma palavra; j2) quaisquer dois membros m' e n' de c' são tais que possuem a relação “ x é similar a y ” entre si.

5.2 A MEMÓRIA E O “EU”.

Vimos, na seção 2.24 do segundo capítulo deste trabalho, que, no manuscrito de 1913, havia, para Russell, a noção de uma memória remota que seria representada por uma imagem caracterizada por uma espécie de vagueza essencial. Ver-se-á, na presente seção, o modo como essa temática reaparece na obra madura de Russell conforme tal obra aborda os problemas associados à memória; além disso, a presente seção abordará, também, a problemática do “eu” e da construção deste na obra madura de Russell.

No que concerne, pois, à memória, iniciar-se-á retomando um aspecto da sensação tal como tratada na seção anterior: foi visto, anteriormente, que a sensação não consiste, propriamente, em uma forma de conhecimento; além disso, notou-se na seção anterior que a sensação constituir-se-ia em uma espécie de núcleo capaz de ser, por assim dizer, a assinatura da ocorrência da própria experiência. Esse núcleo da experiência (sensação) só pode ser pensado abstraindo-se, de tal experiência, certos associados habituais (imagens, expectativas etc.); a experiência em sua integralidade (a sensação e seus correlatos) pode, na terminologia de Russell, ser referida a partir da expressão “percepção” (RUSSELL, 1921, p. 130).

Com certeza, a experiência passada é essencial na produção desse conteúdo da percepção; obviamente, no contexto da percepção, essa experiência passada não necessariamente se manifesta na forma de uma recordação, uma vez que os elementos sensoriais da percepção podem, por vezes, ser explicados como resultados do hábito produzido por correlações frequentes (RUSSELL, 1921, p. 130). Apesar disso, é lícito pensar que há recordações, de modo que cabe enfrentar certos problemas associados à noção de memória.

Nesse sentido, é importante começar expondo a situação de que, para Russell, a memória faz uso de imagens (como em 1913), e tais imagens são, usualmente, tratadas como cópias de experiências sensíveis passadas (RUSSELL, 1921, p. 131). Daí surge um primeiro problema: “Por que nós acreditamos que as imagens são, algumas vezes ou sempre, aproximadamente ou exatamente, cópias de sensações? Qual tipo de evidência há? E qual tipo de evidência é logicamente possível?”¹³⁸ (RUSSELL, 1921, p. 131)

A principal dificuldade em torno desses problemas é a seguinte: a sensação da qual se supõe que uma dada imagem é a cópia está no passado quando tal imagem existe; por outro lado, a memória das sensações passadas parece ser possível apenas por meio de

138 Why do we believe that images are, sometimes or always, approximately or exactly, copies of sensations? What sort of evidence is there? And what sort of evidence is logically possible?

imagens presentes (RUSSELL, 1921, p. 131). Ora, nesse caso, como seria possível comparar a imagem presente com a sensação passada? Isso se torna mais agudo se pensarmos não se pode juntar a imagem presente e a sensação passada numa única experiência que permitiria compará-las (RUSSELL, 1921, p. 131-132).

Esse tipo de questionamento só será resolvido com uma investigação completa a respeito da memória: uma teoria da memória. Para se iniciar essa investigação, é interessante ter-se dois pontos em mente; esses pontos dizem respeito às memórias-crença¹³⁹.

O primeiro desses pontos pode ser resumido na seguinte frase: tudo o que constitui uma memória crença está acontecendo agora (RUSSELL, 1921, p. 132). Isso significa que a constituição da memória crença não remete àquele passado ao qual se diz referir a crença. Nesse aspecto, não é necessário, para a ocorrência de uma memória-crença, que um evento passado tenha se dado; não é impossível que o mundo, como sugere uma célebre passagem de Russell, tenha começado a existir a cinco minutos (RUSSELL, 1921, p. 132). Certamente, o filósofo inglês não pretende levar essa hipótese até as últimas consequências; no entanto, ela é útil para ilustrar o ponto que se tem em vista.

Um segundo ponto importante, no que tange ao prelúdio de uma teoria da memória, é o de que as imagens sem crenças são insuficientes para constituir a memória; os hábitos são ainda mais insuficientes (RUSSELL, 1921, p. 132). Nesse aspecto, pode-se afirmar que o behaviorista radical – que quer fazer, da psicologia, um registro do comportamento – precisa confiar em sua própria memória para que consiga fazer o registro (RUSSELL, 1921, p. 132-133). Ora, “hábito” é um conceito que envolve a ocorrência de eventos similares em tempos diferentes; se o behaviorista radical confia que há um fenômeno como aquele descrito por tal conceito, isso só é possível na medida em que tal behaviorista confia na memória quando esta lhe diz que houve outros tempos (RUSSELL, 1921, p. 133).

Passa-se, a seguir, às investigações mais diretas a respeito da memória. Considerando-se o que foi afirmado a respeito dos dois pontos debatidos acima, pode-se começar essas investigações afirmando que o resultado do conhecimento do passado por intermédio de imagens – cuja inexatidão é reconhecida nesta investigação – é que tais imagens devem ter duas características pelas quais pode-se arranjá-las em duas séries: uma corresponde ao período mais ou menos remoto a que cada imagem corresponde

139 Como já mencionado, a noção de crença será abordada com mais cuidado em uma seção posterior.

(RUSSELL, 1921, p. 133); a outra corresponde na maior ou menor confiança na exatidão de cada imagem (RUSSELL, 1921, p. 133).

Comesse-se considerando a segunda dessas características: a grau de confiança na exatidão de uma imagem da memória deve estar baseado em uma característica da própria imagem, posto que não se pode evocar o passado e compará-lo com a imagem presente (RUSSELL, 1921, p. 133). Nesse caso, poder-se-ia lançar a hipótese de que a imprecisão é uma característica exigida para as imagens. Russell, entretanto, rejeita essa hipótese, pois, por vezes, tem-se imagens que não são peculiarmente vagas e, ainda assim, não são dignas de confiança (RUSSELL, 1921, p. 134). Um exemplo disso poderia ser o seguinte: sob a influência do cansaço, pode-se ver o rosto de uma pessoa vívida e claramente, mas horivelmente deformado (RUSSELL, 1921, p. 134).

Como consequência dessa linha argumentativa, Russell prefere a hipótese de que o que permite distinguir-se as imagens em que se tem mais confiança é o sentimento de “familiaridade” (*familiarity*) que acompanha tais imagens (RUSSELL, 1921, p. 134); algumas imagens e algumas sensações parecem ser muito familiares, enquanto outras não parecem, notando-se que a familiaridade é um sentimento suscetível de graus (RUSSELL, 1921, p. 134).

É interessante notar a similaridade desses temas - familiaridade e fidelidade das imagens - com aqueles tratados no capítulo final do manuscrito de 1913; isso, do ponto de vista desta tese, mostra certa continuidade temática na obra de Russell.

Tratar-se-á, a partir deste momento, da segunda característica das imagens da memória: as imagens da memória devem ter alguma característica que permite que se considere tais imagens como pertencendo a porções mais ou menos remotas do passado (RUSSELL, 1921, p. 134). Isso significa que: se “A” é um evento lembrado, “B” o ato de lembrar e “t” o intervalo de tempo entre “A” e “B”, então deve haver certa característica de “B” que seja suscetível de graus, e que, em memórias exatamente datadas, varia quando “t” varia (RUSSELL, 1921, p. 134). Essa característica poderá comportar-se de diversas formas: poderá aumentar quanto “t” aumente, ou diminuir quando “t” diminui. Isso, contudo, não tem qualquer importância para aceitabilidade teórica da característica em questão (RUSSELL, 1921, p. 134).

Aprofundando-se, então, essa investigação, pode-se afirmar que há vários fatores que concorrem para dar o sentimento do caráter mais ou menos remoto de um evento lembrado. Desses fatores, vale a penas destacar dois, notando-se que o primeiro, menos importante, pode ser denominado sentimento do “caráter passado” (*pastness*); este

consiste em uma espécie de impressão específica atrelada a uma dada imagem (RUSSELL, 1921, p. 134).

Além desse primeiro fato, há outro – e mais importante – que está atrelado ao “contexto”; este é tanto mais forte quando mais recente for a memória ao qual ele remete (RUSSELL, 1921, p. 134). De qualquer forma, pode-se, no geral, afirmar que, quando há um contexto lembrado para um evento lembrado, tal contexto pode ocorrer de duas maneiras; a primeira delas seria: por meio de imagens sucessivas na mesma ordem que seus protótipos.

A segunda maneira é um pouco mais complicada e pode ser assim descrita:

lembrando-se de todo um processo simultaneamente, da mesma maneira em que um processo presente pode ser apreendido através de sensações acolúticas [*akoluthic*] que, desvanecendo-se, adquirem a marca do caráter passado recente [*just-pastness*] em um grau crescente conforme desvanecem-se, e são assim colocadas em uma série enquanto todas estão sensivelmente presentes.¹⁴⁰ (RUSSELL, 1921, p. 135)

Será nessa segunda acepção que o contexto nos dará um sentido de proximidade ou distância com relação a um evento lembrado (RUSSELL, 1921, p. 135). Conclui-se, com essa afirmação, a investigação preliminar concernente às duas séries em que as imagens da memória podem ser organizadas; inicia-se, então, uma reflexão mais acurada sobre as crenças ligadas à memória e as características das imagens que permitem que tais crenças possam ser baseadas em tais imagens.

Nesse ponto, é interessante notar, primeiramente, que, se a teoria de Russell ainda pudesse contar com o “sujeito”. como ocorria no manuscrito de 1913, essa reflexão acurada seria mais simples, posto que seria possível afirmar que “lembrar” “é uma relação direta entre o ‘ato’ ou ‘sujeito’ presentes e a ocorrência passada lembrada” (RUSSELL, 1921, p. 135).¹⁴¹ No entanto, na medida em que se rejeita o sujeito, tem-se a necessidade de teorias mais complexas, pois lembrar precisa ser uma ocorrência presente que, de alguma maneira, é semelhante ou relacionada ao que é lembrado (RUSSELL, 1921, p. 135-136). Nesse contexto, parece não haver nenhuma razão, exceto a pragmática, para supor que a memória não é uma ilusão; isso ocorre, principalmente, se não se encontrar, além da própria memória, nenhuma forma de se averiguar que houve realmente uma ocorrência passada tendo a relação esperada com o ato presente de lembrar (RUSSELL, 1921, p. 136). Daí a urgência de que se tenha, pelo menos em esboço, uma teoria da

140 by remembering a whole process simultaneously, in the same way in which a present process may be apprehended, through *akoluthic* sensations which, by fading, acquire the mark of *just-pastness* in an increasing degree as they fade, and are thus placed in a series while all sensibly present.

141 remembering is a direct relation between the present act or subject and the past occurrence remembered

memória.

A seguir, para se continuar as reflexões inerentes a tal teoria, deve-se expor certos pontos que serão tomados como estabelecidos. No caso desses pontos, é interessante notar o papel da vagueza no pensamento maduro de Russell, uma vez que o filósofo afirma que “o que pode ser tomado como certo de antemão é um tanto vago” (RUSSELL, 1921, p. 136);¹⁴² Russell acrescenta ainda que o “estudo de qualquer tópico é como a observação contínua de um objeto que se aproxima de nós ao longo de uma estrada” (RUSSELL, 1921, p. 136). Nesses casos, a tentativa de se iniciar uma investigação com algo menos vago aumenta os riscos do erro (RUSSELL, 1921, p. 136).

Sendo assim, a exposição dos pressupostos “um tanto vagos” que guiarão as pesquisas em torno da memória pode começar com o seguinte: a primeira coisa a se assumir é que existe conhecimento do passado (RUSSELL, 1921, p. 136); assume-se isso mesmo que não se saiba (ainda) o que é, exatamente, o “conhecimento do passado”.

O segundo pressuposto é que se tem mais capacidade para conhecer o passado do que para conhecer o futuro; é certo que, por vezes, conhece-se, pelo menos aparentemente, alguma coisa a respeito do futuro (pode-se, por exemplo, prever um eclipse). Esse tipo de conhecimento, no entanto, é resultado de cálculos e deduções complicadas; muito do nosso conhecimento do passado, em contraste, chega até nós sem muito esforço e de modo análogo àquele pelo qual se adquire conhecimento do ambiente presente (RUSSELL, 1921, p. 137). Seguindo essa linha, é plausível, provisoriamente, definir-se a memória como a maneira de conhecer o passado que não tem análogo naquilo que tange ao conhecimento do futuro (RUSSELL, 1921, p. 137).

Um terceiro elemento a ser assumido – mais vago e incerto que os dois anteriores – consiste em que a memória não pode ser totalmente prática (RUSSELL, 1921, p. 137): parece bastante óbvio que algumas das coisas das quais se lembra são triviais e destituídas de importância para o futuro. Nesses casos, a memória é verdadeira em decorrência de um evento passado; a verdade de tal memória teria, então, pouco a ver com consequências futuras de uma crença (RUSSELL, 1921, p. 137). Uma decorrência desse último ponto é a permanência, em Russell, da concepção da verdade como correspondência que já existia no manuscrito de 1913;¹⁴³ aqui em sua fase madura Russell (1921, p. 137) parece, novamente, opor sua visão da verdade àquelas do pragmatismo e da coerência presente

142 what may be taken as certain in advance is rather vague.

143 Para a concepção de verdade no manuscrito de 1913, ver quinto capítulo da segunda parte de tal manuscrito.

no idealismo.

Essa temática da verdade, no entanto, não tem, como o próprio Russell admite, tanta relação com os temas concernentes à memória. Dando-se, pois, continuidade a tais temas, cabe, agora, expor uma distinção entre dois tipos de memória; essa distinção, segundo Russell, é oriunda de Bergson e faz uma divisão entre duas espécies de memória: a espécie que consiste no hábito, e a espécie que consiste em lembrança independente (RUSSELL, 1921, p. 138). Para tornar essa divisão mais clara, Bergson, conforme Russell, fornece um exemplo: quando se aprende uma lição de cor, pode-se afirmar que o ato de se ter uma lembrança dessa lição pode significar, apenas, que se adquiriu certos hábitos oriundos do estudo reiterado da referida lição. Por outro lado, considerando-se ainda o caso de decorar a lição, é razoável afirmar que a lembrança da segunda vez em que se repetiu a lição visando decorá-la é uma lembrança de um evento peculiar, que ocorre apenas uma vez.

Essa distinção de Bergson é, na visão de Russell, muito difícil de ser colocada em prática, uma vez que o hábito é uma espécie de característica intrusa da vida mental (RUSSELL, 1921, p. 138); tal hábito pode, inclusive, estar presente no lembrar-se de um evento único: pode haver um hábito de lembrar um evento singular, pois, quando se descreve o evento uma vez, as palavras usadas tornam-se, facilmente, habituais (RUSSELL, 1921, p. 138). Assim, é preciso ter cuidado ao se tentar localizar a “verdadeira memória” - doravante, denominada assim - proposta como segunda espécie por Bergson.

É, então, importante realizar-se uma reflexão sobre essa “verdadeira memória”. Antes, porém, de se adentrar essa reflexão, é importante tratar de dois outros temas relativos à memória que, de certa forma, abrirão caminho para o que virá em seguida.

O primeiro desses temas diz respeito ao “sentimento de familiaridade” (*feeling of familiarity*): trata-se do sentimento de ter, como familiar, certa característica de determinado ambiente. A respeito dessa situação (“sentimento de familiaridade”), o mais importante, para os fins de Russell, consiste em constatar que o juízo segundo o qual “o que nos é familiar foi experimentado antes” é um produto de reflexão posterior à própria impressão de familiaridade. A partir dessa constatação, deve-se concluir que nenhum conhecimento quanto ao passado deve ser deduzido do sentimento de familiaridade (RUSSELL, 1921, p. 140).

O segundo tema – que possui muita relação com o primeiro – consiste em uma consideração concernente à noção de “reconhecimento” (*recognition*). Essa noção pode

ser tomada em dois sentidos; o primeiro deles remete às situações quando se reconhece algo independentemente de esse algo ser, ou não, familiar (RUSSELL, 1921, p. 140). No que tange a esse sentido da noção de “reconhecimento”, pode-se fornecer alguns exemplos: reconhece-se um amigo de nome Jones, reconhecem-se certos tipos de animais como cães e gatos etc. Nesse tipo de caso, o reconhecimento não envolve, necessariamente, nada além de um hábito de associação (RUSSELL, 1921, p. 140).

Existe, de qualquer forma, outro sentido da palavra (“reconhecimento”). Nessa segunda acepção, o reconhecimento consiste em, ao invés de ser constatar o conhecimento de um nome ou de uma propriedade, constatar, simplesmente, que se conhece algo (RUSSELL, 1921, p. 141). Nesse tipo de contexto, o reconhecimento não necessariamente implica conhecimento acerca do passado; ele é memória em um sentido, e, no entanto, não é memória em outra acepção (RUSSELL, 1921, p. 141). Assim, explicando-se essa afirmação, pode-se dizer que o reconhecimento pode ser tratado como sendo conhecimento de que alguma coisa que acontece agora é similar a alguma outra coisa que ocorreu no passado: trata-se de uma crença ou juízo de algo aconteceu antes (RUSSELL, 1921, p. 141). Essa afirmação ficará mais clara quando, em seção posterior, abordar-se a noção de “crença” ou “juízo”.

Passa-se, agora, à reflexão sobre a “verdadeira memória” finalmente. Sobre esse tipo de memória, é importante começar ressaltando que ele, embora consista no conhecimento de eventos passados, não consiste em todo o conhecimento de eventos passados: por exemplo, certos conhecimentos de eventos passados estão em pé de igualdade com aquele conhecimento, já referido, que se pode adquirir a respeito do futuro; um exemplo desse tipo de conhecimento sobre o passado consiste naquilo que é aprendido estudando-se história (RUSSELL, 1921, p. 143). Contrapondo-se a isso, a memória se parece com o conhecimento dos sentidos, pois é imediata, não inferida e não abstrata (RUSSELL, 1921, p. 144). Tal memória difere da percepção por referir ao passado (RUSSELL, 1921, p. 144).

Para se refletir, então, a respeito da verdadeira memória, cabe colocar-se duas questões: “(1) Qual é a ocorrência presente quando nós lembramos?” “(2) Qual é a relação desta ocorrência presente com o evento passado que é lembrado?”¹⁴⁴ (RUSSELL, 1921, p. 144)

Levando-se em conta essas duas questões, é, segundo Russell (1921, p. 144),

144 (1) What is the present occurrence when we remember? (2) What is the relation of this present occurrence to the past event which is remembered?

razoável afirmar que a primeira questão é de natureza psicológica, e a segunda é tal que interessa mais à teoria do conhecimento. Considerando-se isso, começar-se-á abordando a primeira questão; no entanto, a segunda questão também será contemplada no processo pelo qual se aborda a primeira.

No que diz respeito, pois, à primeira questão, é interessante partir de uma compreensão acerca daquilo que pode ser denominado “memória imediata”. Essa noção – que, com outra roupagem, já aparecia em 1913 – diz respeito, principalmente, à vivência intermediária entre uma percepção presente e a próprio processo de desaparecimento dessa percepção conforme ela se converte em apenas uma imagem da memória (RUSSELL, 1921, p. 145). Um exemplo desse tipo de vivência poderia ser o seguinte: a experiência de notar que determinado relógio bateu as horas, de modo que não se estava notando no exato momento em que tais horas estavam batendo (RUSSELL, 1921, p. 145).

Enfim, dando-se continuidade, pode-se afirmar que tudo que pertence à memória imediata está, juntamente com a sensação, incluído no que pode ser chamado de “presente especioso” – outra noção importante que remonta, pelo menos, a 1913. Tal presente especioso inclui elementos em todas as fases do caminho entre a sensação e a imagem (RUSSELL, 1921, p. 145); no princípio de um estímulo, tem-se uma sensação, depois uma transição gradual, e, por fim, resta apenas uma imagem. Nesse processo, as sensações são chamadas de “acolúticas” (“*akoluthic*”) enquanto estão desvanecendo; a verdadeira memória, comparada à memória imediata, refere-se apenas aos eventos distantes o suficiente para se afirmar que o processo de desvanecimento acabou (RUSSELL, 1921, p. 145).

De qualquer maneira, a vivência intermediária (memória imediata) é muito importante, pois fornece a experiência de sucessão, e faz uma ponte sobre o abismo entre as sensações e as imagens que são suas cópias (RUSSELL, 1921, p. 146).

Pode-se, dessa forma, responder, parcialmente às questões colocadas acima: a noção de “memória imediata”, ao fazer parcialmente a ponte entre a ocorrência efetiva (passada) e a imagem, ajuda a compreender melhor a natureza da imagem (ocorrência presente do que é lembrado), fornecendo uma ligação entre tal imagem e a referida ocorrência efetiva.

Apesar disso, é preciso continuar e aprofundar as considerações no que tange à verdadeira memória. Tome-se, para isso, um novo exemplo: suponha-se que se pergunte a um dado indivíduo sobre aquilo que tal indivíduo comeu no café da manhã de um

determinado dia; além disso, suponha-se que o referido indivíduo, ao comer durante o café do referido dia, não pôs em palavras as coisas que comia. Nesse caso, quando o indivíduo indagado tentar se lembrar do café da manhã, fará uso da verdadeira memória, e as imagens que tal indivíduo irá tentar resgatar deverão vir a ele com um sentimento de crença (RUSSELL, 1921, p. 146). Nessa situação, o que difere uma imagem da memória do que Russell denomina uma “imagem-imaginação” consiste em que as imagens da memória são acompanhadas de crença (RUSSELL, 1921, p. 146).

É necessário, portanto, um exame preliminar da crença-memória, notando-se que, segundo Russell (1921, p. 149), tal crença confere à imagem da memória algo pode ser chamado de “sentido” (*meaning*); isso quer dizer que a crença memória é que faz com que se sinta que uma imagem remete a algo que ocorreu no passado (RUSSELL, 1921, p. 149). Para examinar esse processo com mais cuidado, Russell propõe-se a analisar sua possível expressão verbal: “alguma coisa como essa imagem ocorreu”¹⁴⁵. Essa é a primeira forma verbal pela qual Russell procura traduzir a crença-memória; tal forma verbal, contudo, não satisfaz o filósofo inglês, pois, nas situações corriqueiras, não se está exatamente consciente da diferença entre uma ocorrência passada e a imagem que a representa (RUSSELL, 1921, p. 149). Com isso, Russell, procurando simplificar aquela primeira versão da expressão verbal, reduz tal expressão à fórmula: “isto ocorreu”. No contexto desse tipo de expressão, a palavra “isto” abrange, com vagueza, tanto a ocorrência passada quanto a imagem da memória relativa a tal sensação (RUSSELL, 1921, p. 149).

É importante notar que, nessa situação, a vagueza da palavra “isto” é fundamental nas manifestações comuns dessa palavra; é um engano atribuir, às palavras, um rigor que estas não possuem: se “isto”, por exemplo, remetesse a um único objeto - digamos, à imagem da memória -, então a sentença “isto ocorreu” seria falsa (RUSSELL, 1921, p. 149-150). Felizmente, a vagueza inerente a “isto” impede tal falsidade.

Além da palavra “isto”, em “isto ocorreu”, cabe também analisar, de maneira mais pormenorizada, o verbo “ocorreu”. Com tal análise será possível atingir uma melhor compreensão da crença-memória.

A análise de “ocorreu” coloca, então, duas questões iniciais: “O que nos leva a dizer que algo ocorre?” “O que estamos sentindo quando dissermos isso?”¹⁴⁶ (RUSSELL, 1921, p. 154)

145 “Something like this image occurred.”

146 (1) What causes us to say that a thing occurs? (2) What are we feeling when we say this?

Quanto à primeira questão – a qual Russell considera a mais interessante – deve-se começar notando que não se deve afirmar que as imagens da memória ocorreram, pois estas devem ser tomadas como sinais de um evento passado (RUSSELL, 1921, p. 154); ora, as imagens da memória são, em última instância, meramente imaginárias; elas não têm, no pensamento do senso comum, o tipo de realidade que, supostamente, pertence aos corpos exteriores (RUSSELL, 1921, p. 154). Nesse aspecto, pode-se afirmar que uma coisa é real quando tal coisa contém as correlações que constituem os chamados “objetos físicos” (RUSSELL, 1921, p. 154); o protótipo de uma imagem da memória se ajusta a um contexto físico, notando-se que a própria imagem não se ajusta a tal contexto. É isso que leva a se afirmar que os protótipos são reais e as imagens não são.

Quanto a segunda questão, a resposta, no que tange às situações em que se diz que uma coisa ocorre ou é real, deve ser um pouco diferente. A razão disso é que a maior parte das pessoas, a menos que sejam extremamente reflexivas, tende a não pensar sobre a presença ou ausência das correlações, originárias dos objetos físicos: as pessoas tendem, simplesmente, a ter sentimentos que, quando intelectualizados, podem ser entendidos como expectativa da presença ou ausência de correlações (RUSSELL, 1921, p. 155). Em consonância com isso, é plausível dizer que algo que parece real tende a inspirar, nas pessoas, medo, expectativa, curiosidade etc. Esses elementos estão ausentes quando algo parece imaginário (RUSSELL, 1921, p. 155); o sentimento de realidade é semelhante ao respeito. Tal sentimento pertence, principalmente, a tudo que as coisas possam nos fazer sem a nossa cooperação voluntária. É, portanto, esse sentido de realidade, relacionado com as imagens da memória, que se associa ao passado pela espécie específica de sentimento crença que é característico da memória; Tal associação parece ser o que constitui o ato de lembrar em sua forma pura (RUSSELL, 1921, p. 155).

Conclui-se, assim, a totalidade da análise da memória alvejada por esta seção. Passa-se, então, a usar parte fundamental dessa análise na tentativa de entender, brevemente, a construção do “Eu” na obra madura de Russell. Esse entendimento se iniciará tomando dois termos como primitivos: “notar” e “lembrar”. Sobre esses termos, é importante mencionar que: o termo “lembrar”, ainda que não seja definido, será tomado como tendo significado evidente dada a análise da memória desenvolvida no restante desta seção; o termo “notar” irá dizer respeito a tudo aquilo que se relaciona à percepção e à sensação, entendida como núcleo da percepção.

A partir dessas noções (“notar” e “lembrar”), Russell (1942, p. 229) define a noção de “consciência”: a “consciência” (“*awareness*”) consiste, fundamentalmente, em “notar”

e “lembrar”. Para se usar essa noção de “consciência” para poder definir o “Eu” ou “pessoa” é necessário se tomar como base algumas noções lógico-matemáticas. A primeira dessas noções consiste na noção da “inversa” de uma relação: partamos do pressuposto de que uma dada relação “ R ” relaciona dois conjuntos quaisquer “ A ” e “ B ”, de modo que quaisquer dois elementos de “ A ” e “ B ” relacionados por “ R ” são pares ordenados do produto cartesiano de “ A ” por “ B ”; a partir disso pode-se afirmar que a inversa de “ R ”, denotada por “ R^{-1} ”, é o conjunto dos pares ordenados de “ R ” com a ordem dos elementos trocadas.

A partir dessa definição e dado um termo “ x ” qualquer, é necessário definir agora a “família- R ” de “ x ”. Inicie-se, pois, essa definição: se “ R ” é uma relação diádica qualquer, “ S ” consiste em “ R ” ou “ R^{-1} ”; partindo-se disso, pode-se afirmar que se “ x ” não tem a relação “ S ” com algo, a “família- R ” de “ x ” deverá ser nula (RUSSELL, 1942, p. 229). Por outro lado, se “ x ” tiver a relação “ S ” com algo, digamos “ y ”, chamar-se-á a passagem de “ x ” para “ y ” de um “passo- S ” (*S-step*). Sendo assim, é plausível afirmar que “família- R ” de “ x ” consistirá em “ x ” ao lado de todos os termos que puderem ser alcançados, a partir de “ x ”, por um número finito de “passos- S ”.

Aplicando-se essas definições à noção de consciência” (entendida como “notar” e “lembrar”), é razoável definir: chama-se um evento de “pessoal” se tal evento tiver a relação “ser consciente de” (“notar a” ou “lembrar de”) com algo, ou algo tiver a relação “ser consciente de” com tal evento. Ora, se adotar-se o símbolo “ A ” para a relação “ser consciente de”, então poder-se-á definir a “pessoa” de “ x ” como a “família- A ” de “ x ” (RUSSELL, 1942, p. 229). Pode-se, portanto, definir “eu” como a “família-consciência” “disto”, notando-se que, na tentativa de se eliminar “disto”, pode-se definir “eu” como a “família-consciência” da “aparência de um corpo” (RUSSELL, 1942, p. 229-230).

5.3 O TEMPO E A CONSTITUIÇÃO DOS EVENTOS.

Na presente seção, abordar-se-á alguns pontos da filosofia do tempo na fase madura de Russell; foi visto, no segundo capítulo, a construção do tempo como exemplo de construção lógica no manuscrito de 1913, notando-se que, no presente capítulo, ver-se-á a roupagem que tal construção adquiriu na obra madura do filósofo inglês.

É interessante notar, retomando-se as discussões realizadas no primeiro capítulo,

que as reflexões de Russell a respeito do tempo passaram por duas fases. Essas fases são reconstruídas de maneira bastante interessante pela dissertação de Campos (2020): a primeira fase – reconstruída no primeiro capítulo da dissertação de Campos (2020) – mantém, provavelmente, a postura filosófica que, anteriormente, foi denominada de mooreana. Nessa fase, Russell adota uma postura tal que postula pontos e instantes como entes primitivos (CAMPOS, 2020, p. 14).

Na segunda fase – que se inicia no próprio manuscrito de 1913 (CAMPOS, 2020, p. XX) – Russell, como já se afirmou, procura cada vez mais construir a noção de tempo tomando o mínimo de entidades como primitivas. Nessa fase, tem-se a construção (do tempo) apresentada no segundo capítulo.

Considerando-se as duas fases, é pertinente notar que, em ambas, a concepção de tempo de Russell parece apresentar algumas características gerais. A principal dessas características gerais consiste em que, tanto na visão ainda influenciada por Moore quanto na segunda visão que tenta construir o conceito de tempo com o mínimo de entidades, Russell advoga o que se poderia denominar uma concepção *tenseless* (estática) do tempo (CAMPOS, 2020, p. 14). Isso significa, fundamentalmente, que Russell procura ordenar o tempo considerando, somente, relações de simultaneidade e sucessão (CAMPOS, 2020, p. 15). O uso desse tipo de relação, provavelmente, ficou evidente na construção efetivada no segundo capítulo.

A partir do presente momento, tentar-se-á retomar alguns aspectos dessa construção considerando-se as peculiaridades do contexto da obra madura de Russell. Desenvolvendo-se, pois, esse contexto, é interessante retomar-se a noção de “evento”; essa noção sofre mudanças relevantes na obra madura de Russell. A principal razão disso foi mencionada em 5.11: Russell, no contexto do holismo que se está atribuindo a esse filósofo, acaba entendendo um “evento” como resultando de uma espécie de *copresença* de qualidades; nesse caso, embora a análise ainda seja possível, as qualidades parecem possuir consistência ontológica somente em meio à complexidade dos eventos.

Para se entender isso melhor – e, assim, explicitar, com mais clareza, a peculiaridade da teoria madura de Russell a respeito do tempo – cabe, portanto, dedicar esta seção, principalmente, ao entendimento do processo pelo qual se origina a nova concepção russelliana de “evento”.

Para se reconstruir esse processo, é lícito partir de um antigo problema filosófico. Tal problema – que Russel faz remontar aos escolásticos – pode ser expresso por meio

das seguintes perguntas: “o que se quer dizer com um ‘particular’?”¹⁴⁷ ou “que tipos de objetos podem ter nomes próprios?” (RUSSELL, 1948, p. 256)

Diante dessas questões, Russell elenca três possíveis caminhos para se lidar com elas: o primeiro caminho – que Russell pensa extrair do pensamento de Leibniz – é aquele que parte da afirmação de que um particular é constituído por qualidades, de modo que, quando todas as qualidades de tal particular forem enumeradas, ele estará completamente definido (RUSSELL, 1948, p. 256); o segundo caminho toma, como base, a afirmação de que um particular é definido por sua posição espaço temporal; o terceiro caminho propõe que “a diversidade numérica é definitiva e indefinível” (RUSSELL, 1948, p. 256).¹⁴⁸

A segundo dentre esses caminhos pode ser redutível ao primeiro ou ao terceiro; isso dependerá da forma pela qual tal segundo caminho é interpretado (RUSSELL, 1948, p. 256). Para se entender melhor essa afirmação, inicie-se por tomar, como base, a postura newtoniana. Nessa perspectiva, existem pontos, notando-se que dois pontos diferentes serão exatamente iguais em todas as suas qualidades; nesse caso, a diversidade dos pontos será a mera diversidade numérica contemplada pelo terceiro caminho (RUSSELL, 1948, p. 256). Por outro lado, caso se parta de uma concepção relacional do espaço, então a segunda teoria será forçada a dizer: “se A e B diferem na posição espaço-temporal, então A e B são dois” (RUSSELL, 1948, p. 256).¹⁴⁹

Nesse caso, contudo, surge um problema: suponha-se que “A” seja um tom de cor. Esse tom de cor, então, poderá ocorrer em vários lugares e, ainda assim, ser apenas um (RUSSELL, 1948, p. 256). Dessa dificuldade, conclui-se que “A” e “B” não devem ser qualidades, ou, se forem qualidades, devem ser do tipo que nunca se repete. Com isso, pode-se afirmar: se “A” e “B” não forem qualidades ou conjunto de qualidades, eles devem ser particulares do tipo mencionado no terceiro caminho mencionado acima; por outro lado, se “A” e “B” forem conjunto de qualidades, estar-se-á adotando o primeiro caminho. A partir disso, é lícito afirmar, portanto, que se pode ignorar o segundo caminho mencionado acima (RUSSELL, 1948, p. 257).

Na medida em que restam, então, o primeiro e o terceiro caminhos, Russell, no espírito de sua filosofia científica, na acepção vista no primeiro capítulo, acaba adotando o primeiro. Desse modo, é necessário se entender, agora, em que sentido é possível construir os eventos enquanto conjuntos de qualidades.

147 “what is meant by a ‘particular’?” or “what sort of objects can have proper names?”

148 numerical diversity is ultimate and indefinable.

149 “If A and B differ in spatio-temporal position, then A and B are two”.

Para se entender isso, comece-se com a seguinte explicação: quando um “Eu”, no sentido definido na seção anterior, vê alguma coisa e, simultaneamente, escuta alguma outra coisa, essas experiências visual e auditiva têm uma relação que Russell denomina “copresença” (*compresence*); se, nesse mesmo momento, o referido “Eu” está se lembrando de algo que ocorreu no dia anterior e imaginando, com pavor, uma visita próxima ao dentista, tal lembrança e tal imaginação também são “copresentes” ao que é visto e ouvido (RUSSELL, 1948, p. 258).

Esse processo pode prosseguir até se constituir o grupo das experiências presentes àquele “E” e de tudo que é copresente a todas essas experiências (RUSSELL, 1948, p. 258). Levando-se isso até às últimas consequências, chega-se a um grupo que possui duas propriedades: (a) todos os membros do grupo são copresentes; (b) nada fora do grupo é copresente com cada membro do grupo. Segundo Russell (1948, p. 258), os grupos que possuem essas duas propriedades devem ser denominados “complexos completos de copresença” (*complete complex of compresence*).

No que diz respeito a essa definição, é interessante começar constatando que não há razões para não se afirmar que uma mesma qualidade pode aparecer em dois complexos completos de copresença (RUSSELL, 1948, p. 258). Um exemplo em que isso fica claro pode ser: um tom de cor determinado pode ocorrer sempre que alguém vê um arco-íris. Como consequência desse tipo de situação é razoável afirmar: se uma dada qualidade “A” que compõe um dado complexo completo de copresença precede uma qualidade “B”, então não há, necessariamente, razões para se pensar que “A” e “B” não são idênticos (RUSSELL, 1948, p. 258).

Seguindo-se essa linha é lícito levantar-se o questionamento: há razões, lógicas ou empíricas, para se acreditar que um dado complexo completo de copresença não pode se repetir? Para se refletir a respeito dessa questão, considere-se, primeiramente, a experiência de uma única pessoa (de um dado “Eu”): dando-se ênfase ao caso da visão, pode-se afirmar que um determinado campo visual é muito complexo, embora não seja infinitamente complexo; toda vez que olhos se movem, as qualidades visuais ligadas a dado objeto visível passam por mudanças (RUSSELL, 1948, p. 258). Nesse caso, o que se vê no canto dos olhos parece diferente daquilo que se vê no centro do campo de visão (RUSSELL, 1948, p. 258). Assim, se for verdade que, como se assegura por vezes, a memória da pessoa, a cujo campo de visão se remetia a pouco, é colorida por toda a experiência passada, então deve seguir-se logicamente que as recordações totais da pessoa em questão não podem ser exatamente similares em ocasiões diferentes (RUSSELL,

1948, p. 258).

Ainda que se rejeite essa doutrina, entretanto, a referida similaridade exata parece bastante improvável (RUSSELL, 1948, p. 258). Adotar-se-á, portanto, o pressuposto de que a repetição de um complexo completo de copresença, ainda que não seja logicamente impossível, é empiricamente improvável (RUSSELL, 1948, p. 258-259). No contexto da adoção desse pressuposto, reaparece, no texto de Russell, uma importante noção que, de algum modo, já estava presente no manuscrito de 1913: trata-se da noção de uma “experiência momentânea total” (*total momentary experience*) que, no atual contexto, é identificada com o próprio complexo completo de copresença. A respeito disso é interessante se retomar o fato de que, no contexto do referido manuscrito, essa noção referia-se a uma espécie de átomo da vida perceptual de um dado indivíduo; para que um elemento, no contexto do manuscrito de 1913, pertencesse a uma experiência momentânea total, esse elemento deveria estar subordinado a três cláusulas: “1- uma experiência momentânea total é uma coleção de dados dos sentidos (objetos de sensação); 2- se duas coisas estão presentes em uma “experiência momentânea total” essas duas coisas são experienciadas conjuntamente; 3- se alguma coisa é experienciada junto de todas as coisas na “experiência momentânea total”, essa coisa é também parte da experiência momentânea total.”

De certa forma, algo dessa noção sobrevive na obra madura de Russell, pois, justamente porque os elementos constituintes de um complexo completo de copresença são qualidades que não possuem total consistência independentemente de tal complexo, não é absurdo, feitas as devidas ressalvas, tratar tal complexo, pelo menos parcialmente, como uma espécie de átomo da vida perceptual de um indivíduo.

Em seguida, no que tange ao desenvolvimento da linha de raciocínio a respeito dos complexos completos de copresença, deve-se, agora, expor um importante aspecto: considerando-se o que foi afirmado até agora, pode-se concluir que os complexos completos de copresença terão, com relação à experiência de uma pessoa, as propriedades formais requeridas pelos “eventos” (RUSSELL, 1948, p. 259). Com isso, se “A”, “B” e “C” forem complexos completos de copresença, então, se “A” precede completamente “B”, “A” e “B” não são idênticos. Além disso, se “B” precede completamente “C”, então “A” precede completamente “C” (RUSSELL, 1948, p. 259). Tem-se, desse modo, os requisitos para se definir a ordem temporal da experiência de uma pessoa (RUSSELL, 1948, p. 259).

Apesar desse caráter, aparentemente, bem sucedido da tradução da teoria

russelliana do tempo em uma reflexão que entenda os eventos como complexos completos de copresença, há objeções que podem ser levantadas contra tal reflexão. Há uma, dentre tais objeções, que merece destaque, e, conforme Russell, essa objeção está associada a certos tipos de pensamento que aparecem em autores como Leibniz e Arnauld (RUSSELL, 1948, p. 262): se um particular consiste em um complexo de qualidades, então a afirmação de que tal particular possui esta ou aquela qualidades deve, quando verdadeira, ser analítica (RUSSELL, 1948, p. 262). Nessa linha, Leibniz sustentava: 1- que toda proposição tem um sujeito e um predicado; 2- que uma substância é definida pelo total de seus predicados; 3- que a alma é uma substância (RUSSELL, 1948, p. 262).

Dessa postura atribuída a Leibniz, seguia-se que dizer algo verdadeiro sobre uma determinada alma consistiria, simplesmente, em mencionar algum predicado dentre aqueles que faziam parte de tal alma (RUSSELL, 1948, p. 262). Assim, Cézair, por exemplo, seria uma coleção de predicados, de modo que “ser a pessoa que atravessou o Rubicão” era um dentre esses predicados; Cézair, portanto, foi obrigado, pela lógica, a atravessar o Rubicão (RUSSELL, 1948, p. 262).

Para lidar com as dificuldades que essa postura - aparentemente, leibniziana - traz, Russell, visando salvar o caráter empírico da relação entre um complexo completo de copresença e as qualidades que constituem este, apresenta uma linha argumentativa da qual é possível ressaltar dois aspectos.

O primeiro desses aspectos pode ser resumido assim: nem sempre se percebe a totalidade das qualidades que constituem um complexo completo de copresença; por vezes, um complexo é definido ao se mencionar apenas alguns de seus componentes (RUSSELL, 1948, p. 265).

O segundo aspecto relevante da argumentação de Russell é o seguinte: ao perceber apenas algumas partes constituintes (qualidades) de um complexo completo de copresença, posso ser tentado a denominar esse complexo por um nome, digamos “W”; isso pode levar a um juízo de percepção do tipo “P faz parte de ‘W’” em que “P” seria uma qualidade qualquer (RUSSELL, 1948, p. 265). A necessidade desse tipo de juízo, contudo, parece surgir apenas da ignorância, de modo que “W” poderia ser apenas descrito por meio de seus constituintes (RUSSELL, 1948, p. 265). Uma consequência disso é que a noção de particulares simples é um erro (RUSSELL, 1948, p. 265). Outra consequência parece ser, justamente, que a ideia de que as qualidades que constituem um complexo completo de copresença resultam analiticamente de tal complexo é uma ilusão resultante da possibilidade de se usar os nomes; tais nomes são usados apenas quando se

conhece parcialmente um complexo completo de copresença.

Isso parece liquidar a objeção descrita anteriormente e salvar a teoria dos complexos completos de copresença como equivalentes formais dos eventos. Sendo assim, é possível, com algumas variações, reconstruir boa parte da concepção de tempo advogada no segundo capítulo; evitar-se-á, por questões de brevidade, fazer tal reconstrução neste capítulo. O interessante, no entanto, é notar certa continuidade do projeto mais recente, descrito neste capítulo, e o projeto de 1913: seguindo seu método de regressão (ver capítulo 4), Russell foi capaz dar mais um passo no sentido de reduzir a necessidade de pressupostos para construir a noção de tempo; os eventos – que, antes, tendiam a ser tratados como primitivos (ver segundo capítulo) – passam, agora, ser resultado da copresença de qualidades.

5.31 DEFINIÇÕES IMPORTANTES DAS SEÇÕES 5.2 E 5.3.

a) Termos primitivos.

a1) “ x nota y ” é uma relação primitiva.

a2) “ x lembra y ” é uma relação primitiva.

a3) a relação “ x é copresente a y ” é primitiva.

a4) o predicado “ser uma qualidade” é primitivo.

a5) o predicado “ser uma aparência de um corpo” é primitivo.

b) Axioma: a relação “ x é compresente a y ” é transitiva e simétrica.

c) dada uma classe “ C ” de qualidades, então diz-se que “os membros de ‘ C ’ formam um complexo completo de copresença” se: c1) quaisquer dois elementos da classe “ C ” possuem a relação “ x é copresente a y ” entre si; c2) nenhuma qualidade que não pertence à classe “ C ” possui a relação “ x é copresente a y ” com algum dos membros de “ C ”.

d) dada uma classe “ C ” de qualidades, então diz-se que os membros de “ C ” “formam algo que se comporta como um evento” se os membros de “ C ” formam um “complexo completo de copresença”.

e) dado algo que se comporta como um evento “ AE ”, então diz-se que “ AE ” tem a relação “ x é consciente de y ” com outro algo que se comporta como um evento “ AE ” se: e1) tanto “ AE ” quanto “ AE ” apreendem a uma mente; e2) “ AE ” tem a relação “ x nota y ” com “ AE ”, ou “ AE ” tem a relação “ x lembra y ” com “ AE ”.

f) dada uma relação diádica “ R ” qualquer que relacione, respectivamente, os conjuntos

“A” e “B”, de modo que quaisquer dois elementos (de “A” e “B”) relacionados por “R” são pares ordenados do produto cartesiano de “A” por “B”, diz-se que a inversa de “R”, denotada por ”, é o conjunto dos pares ordenados de “R” com a ordem dos elementos trocados.¹⁵⁰

g) dada uma relação diádica “R” qualquer, define-se uma relação do tipo “S” como sendo “R” ou ”.

h) dada uma relação do tipo “S” e um particular x qualquer, então diz-se que: h1) uma família-R de x é dita ser nula se não há outro particular com o qual x tenha a relação “S”; h2) se x tem a relação “S” com outro particular, então a relação S é chamada de um passo-S; h3) se existe um ou mais passos-S, então uma família-R de x será constituída pelo próprio x e todos os outros particulares que puderem ser alcançados, a partir de x, por um número finito de passos-S.

i) da algo que se comporta como um evento “AE”, chama-se “AE” de pessoal se existir um particular “P” tal que: “AE” tem a relação “x é consciente de y” com “P”, ou “P” tem a relação “x é consciente de y” com “AE”.

j) dado algo que se comporta como um evento “AE”, define-se a “pessoa” de “AE” como a família-“x é consciente de y” de “AE”.

k) dada a aparência de um corpo “AC”, define-se um “eu” como a família-“x é consciente de y” de “AC”.

5.4 LÓGICA, PSICOLOGIA E EXPERIÊNCIA.

No segundo capítulo, foi exposto, no contexto do estudo de *Theory of knowledge*, a possibilidade de haver uma espécie de experiência (*acquaintance*) que estaria por trás do conhecimento lógico. De certa forma, as preocupações que levaram Russell a essa concepção de uma espécie de experiência lógica parecem ter continuado na obra madura do filósofo inglês, de modo que importa agora entender alguns aspectos desse conhecimento lógico mediante os recursos de tal obra madura.

Sobre isso, é importante salientar, em primeiro lugar, que Russell, em sua obra madura, parece seguir um caminho um pouco diferente daquele trilhado no manuscrito de 1913, pois na obra madura o filósofo inglês tende, cada vez mais, a tentar eliminar as

150 Sobre esta definição, assim como algumas que se seguirão, é importante salientar que se está, neste trabalho, pressupondo como primitiva uma série de afirmações sobre as características e propriedades básicas das relações.

constantes lógicas ou reinterpretá-las à luz de alguns dos pressupostos epistemológicos e psicológicos descritos nas subseções anteriores (holismo, monismo neutro, leis do funcionamento da mente ou do comportamento).

Descrever-se-á, pois, esse novo posicionamento filosófico a partir de agora; essa descrição não será exaustiva, isto é, não dará conta da totalidade da interpretação que o Russell maduro dá à lógica; tentar-se-á, por questões de brevidade, dar prioridade a dois operadores lógicos e aos quantificadores: esta seção se centrará nas reflexões russellianas sobre as proposições negativas (e a negação), as proposições que envolvem disjunção e as proposições gerais envolvendo expressões como “todo”, “algum”, “para qualquer x” e “existe x tal que..”.

No que tange, então, às proposições negativas, é interessante iniciar-se com a retomada da situação de que tal problema fez com que Russell, ainda em 1918, nas conferências estudadas no capítulo anterior, defendesse a ocorrência de fatos negativos que corresponderiam, diretamente, às proposições negativas. Embora o filósofo inglês pareça ter sustentado essa postura durante um tempo, ela sofreu mudança nas versões mais maduras da obra de tal filósofo.

Uma característica dessas mudanças parece ser que, de modo mais enfático, a obra mais madura de Russell considera alguns tipos de contextos que parecem influir na interpretação de uma sentença como sendo negativa. Para se começar a entender, tome-se uma sentença “p” qualquer; é possível se acreditar, ou não, nessa sentença, porém nenhum desses casos constitui aquilo que Russell denomina “uso primário da sentença”. Esse uso primário constitui-se em expressar uma crença em alguma outra coisa: se alguém sente um pinga de água em seu nariz e afirma “está chovendo”, isso representa o que se está chamando de “uso primário”, posto que não se presta atenção à sentença, mas se utiliza tal sentença para se referir diretamente a alguma outra coisa, ou seja, à chuva (RUSSELL, 1948, p. 111).

Por outro lado, se direcionar-se, àquela mesma pessoa que sofreu o pinga de água, “está chovendo?” e ela, olhando em volta, responder “sim” ou “não”, nesse caso ambas as respostas estão, por assim dizer, no mesmo nível (RUSSELL, 1948, p. 111). Nesse caso, o que aparece primeiro à referida pessoa é a sentença e, depois, o fato meteorológico que permite que se responda; caso se responda “sim”, o que se está afirmando é “a sentença ‘está chovendo’ é verdadeira” (RUSSELL, 1948, p. 111). A razão disso é que o que a pergunta inicial (“está chovendo?”) apresentou foi uma sentença e não um fato meteorológico (RUSSELL, 1948, p. 111).

Essa análise sugere que, talvez, se possa interpretar “não está chovendo” como “a sentença ‘está chovendo’ é falsa”. Isso traz duas dificuldades – e, aqui, talvez recuperemos uma temática que já estava presente no manuscrito de 1913 – das quais a primeira é: fica difícil entender o que se quer dizer por falso; a segunda dificuldade é, justamente, aquela de se conceber um correspondente observacional a uma sentença que contém a palavra “não”.

Retome-se o caso da pergunta anterior (“está chovendo?”) e imagine-se que a resposta fosse “não”. Nesse tipo de situação, como é possível saber o que se afirma quando se diz “não está chovendo”? Poder-se-ia afirmar que se observou o céu azul e, por isso, não está chovendo; isso, entretanto, poderia ser dito por meio das duas sentenças: “o céu está azul” e “não está chovendo” (RUSSELL, 1948, p. 111). Nesse caso, não se sabe como se chega a conhecer fatos negativos. Há fatos negativos? Se houver (fatos negativos), em que sentido esse tipo de fato ocorre? Uma pessoa que, sem o uso da palavra “não”, conhecesse tudo que é possível afirmar conheceria todo o curso da natureza?

Suponha-se que aquela mesma pessoa (da questão que se acaba de colocar) soubesse que um botão de ouro é amarelo, porém não soubesse que tal botão de ouro não é azul; pode-se dizer que o propósito do conhecimento é descrever o mundo e que aquilo que torna um juízo de percepção verdadeiro (ou falso) é algo que continuaria sendo o caso se não houvesse juízos no mundo (RUSSELL, 1948, p. 111). Nesse caso, certamente, o amarelo do botão de ouro pode ser tido como um fato e precisa ser mencionado em uma descrição completa do mundo, porém cabe a questão: haveria o não azul do botão de ouro se não existissem juízos? Será que é preciso, em uma descrição completa do botão de ouro, mencionar todas as cores que tal botão de ouro não tem?

Em todos os juízos negativos de percepção, a experiência que conduz ao juízo é, essencialmente, de um único e mesmo tipo: há uma imagem ou ideia de sensação de certa classe (classe de sensações), e existe uma sensação da mesma classe, porém diferente daquela que da qual havia uma ideia (RUSSELL, 1948, p. 112) Assim, pode-se citar como exemplos disso: procuro o azul e vejo o vermelho; espero o gosto de sal e sinto o gosto de açúcar. Nesses casos, a princípio, tem-se algo positivo: ideia de azul, a sensação de vermelho e a experiência da diferença (RUSSELL, 1948, p. 112). Nesse caso, quando se fala de “diferença”, não se quer falar a respeito da ausência de identidade lógica tal como aquela que existe entre uma cor e um sabor; quer-se falar a respeito do tipo de diferença que existe, por exemplo, entre duas cores.

Tal tipo de diferença é uma questão de grau, pois pode-se passar, por exemplo, do

azul ao vermelho por meio de uma série de tons intermediários; cada um desses tons pode ser indistinguível dos outros. Nesse tipo de situação é lícito afirmar que a expressão “diferir” se constitui em uma relação positiva que pode ser denominada “dessemelhança” e não uma “ausência” de identidade abstrata (RUSSELL, 1948, p. 112). Pode-se considerar que esse seja o tipo de fato que torna um juízo verdadeiro; tem-se que distinguir entre o que um juízo expressa e o que ele afirma, ou seja, o que o torna verdadeiro ou falso (RUSSELL, 1948, p. 112). Com isso, quando se afirma, verdadeiramente, “isto não é azul”, há, no lado subjetivo, uma rejeição de “isto é azul”; por outro lado, nesse mesmo caso, há, no lado objetivo, uma cor que difere do azul (RUSSELL, 1948, p. 112-113).

Essa visão das coisas, hipoteticamente, eliminaria a necessidade de fatos negativos. Entretanto, permanece uma dificuldade de suma importância: a teoria exposta para eliminar fatos negativos atinge o êxito, unicamente, em razão da incompatibilidade das diferentes cores. Isso reintroduz o “não” o qual se estava tentando eliminar (RUSSELL, 1948, p. 113). Ora, se fosse possível ver, simultaneamente, tanto o azul quanto o vermelho em uma dada direção, então “isto é vermelho” não forneceria uma base para “isto não é azul” (RUSSELL, 1948, p. 113). Essa incompatibilidade entre cores é, em um primeiro momento apreendida como uma necessidade lógica; isso, entretanto, é apenas uma hipótese inicial (RUSSELL, 1948, p. 113).

Examine-se a hipótese de ser lógica a exclusão das cores, e questione-se a possibilidade de esse exame ajudar a eliminar o “não” do mundo objetivo. A referida hipótese pode ser assim enunciada: é logicamente impossível que “isto é vermelho” e “isto é azul” sejam ambos verdadeiros para um dado “isto” (RUSSELL, 1948, p. 113). Essa afirmação, seja ela verdadeiro ou falsa, não irá ajudar na questão da ocorrência (ou não) de fatos negativos; como afirmou Leibniz, dois predicados positivos não podem ser incompatíveis logicamente (RUSSELL, 1948, p. 113). Uma consequência disso é que a suposição da incompatibilidade lógica das cores leva à necessidade de se considerar “vermelho” ou “azul” como complexos, de modo que uma, dentre essas duas cores, deveria conter um “não” em sua definição.

Trata-se, agora, com mais cuidado a possibilidade de a incompatibilidade entre cores ter uma fonte fisiológica. Isso significaria que um estímulo de certo tipo causa uma sensação de vermelho, e um estímulo de outro tipo causa uma sensação de azul. Russell, inicialmente, se vê propenso a considerar essa teoria fisiológica como a melhor; entretanto, há, nesse caso, a necessidade de se explicar a incompatibilidade dos dois tipos

de estímulos a que se referiu (RUSSEL, 1948, p. 113).

Enquanto questão de física, essa incompatibilidade pode ser devida ao fato de que cada quantum de luz tem uma quantidade de energia definida, dentro do quadro das leis quânticas que conectam energia e frequência. Essa forma de ver, contudo, traz, no que tange à necessidade de se eliminar fatos negativos, uma nova dificuldade: é preciso que seja possível afirmar que cada quantum não tem também outra quantidade de energia (RUSSELL, 1948, p. 114). Independentemente de essa situação ser de uma necessidade lógica, como o parecia sê-lo na física clássica, ou de uma origem sintética, como parece ser o caso na física quântica, surge, novamente, certo problema envolvendo exclusão.

Com isso, Russell muda, outra vez, o caminho que iria tomar, e volta-se para uma nova tentativa de solucionar o problema de se eliminar fatos negativos. Essa nova tentativa parte do fato de que, para uma dada sentença indicativa como “isto é vermelho”, é possível ter duas atitudes positivas: crença ou descrença (RUSSELL, 1948, p. 114). Essas duas atitudes são positivas, posto que são estados de um organismo que podem ser descritos sem o uso da palavra “não” (RUSSELL, 1948, p. 114); tanto a crença quanto a descrença podem ser verdadeiras, mas a verdade de uma crença consiste em algo diferente da verdade de uma descrença (RUSSELL, 1948, p. 114). Nesse aspecto, tratar-se-á um pouco da verdade de uma crença em uma seção posterior; no entanto, há um incômodo considerável ao se falar da verdade de uma descrença.

Esse problema será abordado agora, notando-se que para se começar assumir-se-á que, se “isto é vermelho” for um juízo de percepção, então “isto” deve remeter a uma cor; realmente, em lógica e em filosofia, há, por vezes, a preocupação em desacreditar, por exemplo, a vermelhidão de cheiros ou sons. Isso, no entanto, pertence a um estágio posterior da reflexão; portanto, pode-se dar por certo que desacreditar “isto é vermelho”, no contexto de um juízo de percepção, consiste, sempre, em perceber alguma outra cor (RUSSELL, 1948, p. 114). Assim, pelo menos a princípio, é plausível afirmar que a descrença em “isto é vermelho” é “verdadeira” quando é causada por algo que tenha com o vermelho a relação positiva de dessemelhança que foi mencionada anteriormente (RUSSELL, 1948, p. 114).

Caso se aceite essa teoria, é necessário interpretar a lei de contradição; não se deve afirmar: “isto é vermelho” e “isto não é vermelho” não podem ser ambas verdadeiras. Na medida em que se quer eliminar a palavra “não”, deve-se afirmar: “uma descrença na sentença ‘a crença de que isto seja vermelho e a descrença de que isto seja vermelho são ambas verdadeiras’ é sempre verdadeira” (RUSSELL, 1948, p. 114). A partir disso, seria

possível reintroduzir “não” e “falsidade” por intermédio das definições a seguir: as palavras “isto não é azul” são definidas como expressando descrença no que é expresso pelas palavras “isto é azul” (RUSSELL, 1948, p. 114).

Certamente, essa forma de eliminação da partícula “não” poderia ter um tratamento aprofundado, porém, na leitura de Russell, ela parece funcionar bem, pelo menos, para os juízos de percepção. Além disso, a teoria parece ser um exemplo do que, nesta tese, vem sendo afirmado desde o primeiro capítulo: a filosofia de Russell usa um método regressivo que vai, aos poucos prescindindo da necessidade de certos pressupostos. Pode-se, pois, pensar uma continuidade entre as presentes discussões e aquelas de 1913 no sentido de que onde, em 1913, havia ainda necessidade de um conhecimento lógico - “dados lógicos”, por exemplo -, agora há a possibilidade de se ir além e eliminar mais pressupostos. É interessante notar que, se por um lado é possível aproximar essa eliminação das constantes lógicas do fato de Wittgenstein no *Tractatus* ter sua própria forma de fazê-lo, deve-se notar, por outro lado, que Russell possui uma aproximação com relação à psicologia (e fisiologia), colocando a lógica ao lado dessa ciência, e não “acima” ou “abaixo”.

Passar-se-á, em seguida, à consideração da palavra “ou”, notando-se que, nesse caso, fica mais evidente (do que no caso de “não”) que o que torna “ p ou q ” verdadeiro não é um fato que contenha algo que corresponda a “ou” (RUSSELL, 1948, p. 115); suponha-se que alguém veja um animal e afirme: “aquilo era um arminho ou uma doninha” (*that was a stoat or a weasel*). Nesse caso, a afirmação da pessoa que viu o animal é verdadeira se for um arminho e verdadeira se for uma doninha; não existe um terceiro tipo de animal “arminho-ou-doninha” (RUSSELL, 1948, p. 115). Assim, pode-se, inicialmente, afirmar que a palavra “ou” expressa a hesitação de alguém e não algo objetivo (RUSSELL, 1948, p. 115).

É, contudo, possível opor objeções a essa forma de interpretar a situação: pode-se, em primeiro lugar, dizer que a palavra “arminho” denota uma classe de animais, em que nem todos são idênticos com exatidão; nesse caso, o mesmo valeria para a palavra “doninha”. Com isso, a frase “arminho ou doninha” denotaria apenas outra classe de animais composta por indivíduos com características comuns combinadas com as diferenças (RUSSELL, 1948, p. 115-116).

Esse tipo de fato, entretanto, pode ser afirmado sem o uso da palavra “ou”; poder-se-ia, facilmente, conceber uma palavra para “arminho-ou-doninha”, digamos “armeinha” (*stosel*).

Outra situação, similar a essa, que, envolvendo a palavra “ou”, é digna de consideração é a seguinte: suponha-se haver uma série de tons de azul (“a1, a2...); suponha-se, também, que todas as coisas azuis manifestem um desses tons. Dessa forma, a afirmação “isto é a1, ou isto é a2...” equivaleria, precisamente, a “isto é azul”; note-se que a primeira afirmação contém “ou” e a segunda não (RUSSELL, 1948, p. 116).

Situações como essa e a do “armeiha” parecem confirmar a concepção segundo a qual o significado de “ou” é subjetivo (RUSSELL, 1948, p. 116). Poder-se-ia, assim, eliminar a palavra “ou” sem que isso faça qualquer diferença para o fato que torna uma sentença verdadeira ou falsa; há aí, no entanto, uma diferença no estado de espírito da pessoa que enuncia a sentença.

Assim, a eliminação de fatos disjuntivos é um pouco menos difícil do que aquela dos fatos negativos; certamente, embora seja possível acreditar que hoje é terça-feira ou quarta-feira, não existe um dia da semana chamado terça-feira-ou-quarta-feira (RUSSELL, 1948, p. 116). Nessa situação, aquilo em que se acredita é verdadeiro, uma vez que hoje é um dia determinado: ou é terça ou é quarta. Realmente, é difícil conceber isso sem fazer uso do “ou”, e, verdadeiramente, é quase impossível definir o “ou”. No entanto, o que não se pode definir não é uma característica do mundo não cognitivo; trata-se aí de uma forma parcial de cognição (RUSSELL, 1948, p. 116).

Por fim, seguirá a consideração concernente às proposições gerais e os quantificadores; é importante ter-se em mente aquilo que, no capítulo anterior, foi visto a respeito dessas noções, pois, com isso, ficará mais claro até que ponto o pensamento de Russell sobre a questão das proposições gerais sofreu modificações.

Iniciando-se, pois, a exposição, pode-se afirmar que Russell entende, por “conhecimento geral”, o conhecimento sobre a verdade ou falsidade de sentenças que contenham as palavras “todo” ou suas variantes, ou a palavra “algum” ou suas variantes (RUSSELL, 1948, p. 119). Pode-se, no contexto dessa definição, ser tentado a pensar que a palavra “algum” envolve menos generalidade do que a palavra “todo”. No entanto, ceder a esse tipo de tentação consiste em um equívoco, pois a negação de uma sentença que contém a palavra “algum” é uma sentença que contém a palavra todo, e vice-versa (RUSSELL, 1948, p. 119). Com isso, qualquer pessoa que desacredite de uma sentença do tipo “algum” (*some-sentence*) deve acreditar em uma sentença do tipo “todo” (*all-sentence*).

Esse mesmo elemento de universalidade das proposições contendo a expressão “algum” está atrelado ao próprio significado de tais expressões; suponha-se que se diga

“encontrei um compatriota na pista”. Ora, essa afirmação é verdadeira se, supondo-se que a pessoa que disse a referida frase é brasileira, tal pessoa encontrou qualquer membro da classe dos brasileiros. Desse modo, toda a classe dos brasileiros é relevante, e seria relevante da mesma forma caso se afirmasse “todo brasileiro é descendente de um membro de outros povos”.

Inclusive, caso se quisesse refutar a primeira sentença exemplificada (“encontrei um compatriota na pista”) dever-se-ia fazer duas coisas: averiguar toda a classe dos brasileiros e verificar que nenhum deles esteve na pista; verificar toda a classe das pessoas que foram encontradas pela pessoa que afirmou a sentença “encontrei um compatriota na pista” e provar que nenhuma delas era brasileira.

Em regra, entretanto, não se pode enumerar completamente uma classe (RUSSELL, 1948, p. 119); dificilmente se conseguiria enumerar completamente a classe dos brasileiros. Além disso, para que seja possível enumerar a classe das pessoas que foram encontradas na pista, seria preciso saber, de qualquer membro da espécie humana, se foi encontrado na pista ou não (RUSSELL, 1948, p. 119).

Com isso, percebe-se, nas entrelinhas, que há enorme dificuldade no que tange à verdade e falsidade de sentenças com as palavras “todo” e “algum”. Apesar disso, para fins da presente seção, o que interessará será aprofundar o que significam essas sentenças.

Certamente, sentenças como “todos os homens são mortais” são passíveis de ser entendidas mesmo por pessoas incapazes de formular uma lista de todos os seres humanos (RUSSELL, 1948, p. 120); caso se entendam os predicados “homem” e “mortal”, e se entendam as palavras lógicas envolvidas, entender-se-á completamente a referida sentença independentemente de se conseguir, ou não, saber sua verdade (RUSSELL, 1948, p. 120). Inclusive, em alguns casos, é possível conhecer a verdade de certas sentenças gerais, apesar de a enumeração da classe envolvida ser impossível; um exemplo disso está na sentença “todos os números primos, com exceção do ‘2’, são ímpares” (RUSSELL, 1948, p. 120).

Enfim, é plausível afirmar que, para se entender uma sentença geral, é suficiente se compreender as “*intensões*”; os casos em que as “*extensões*” são conhecidas são excepcionais (RUSSELL, 1948, p. 120). Além disso: quando se fornece, primeiramente, uma intensão, a própria enumeração da extensão correspondente somente será possível por meio de uma negativa universal: por exemplo, saber que “A”, “B” e “C” são habitantes da vila só fornecerá a extensão de “habitantes da vila” caso se saiba que nenhum ser humano, com exceção de “A”, “B” e “C”, habita tal vila (RUSSELL, 1948,

p. 120).

Vê-se, com isso, que é muito difícil negar o conhecimento do geral; pode-se pensar que tal conhecimento é resultado da indução, porém, independentemente de as inferências indutivas serem válidas ou não, o conhecimento do geral não se pode basear na observação; mesmo que a indução for válida, tal método não será muito útil para se entender como se chega ao conhecimento do geral (RUSSELL, 1948, p. 120).

Para se lidar com esse problema, é razoável começar enumerando três métodos que, segundo se considera habitualmente, levam a proposições gerais: às vezes, as proposições gerais são “tautologias” como no caso de “nenhum solteiro é casado”; algumas vezes, diz-se que as proposições gerais resultam da indução; há quem afirme que as proposições gerais são obtidas por enumeração completa como na situação em que se afirma “todos os que estão nesta sala são homens” (RUSSELL, 1948, p. 120).

Dessas três possibilidades importa, para fins deste capítulo, analisar apenas a “enumeração completa”. A esse respeito, é relevante começar enfatizando a situação de que, do ponto de vista do conhecimento – e não necessariamente da lógica –, existe uma importante diferença entre as proposições gerais positivas e as negativas. Para ilustrar isso, Russell retoma um caso da obra de Lewis Carroll:

Em *Através do espelho*, o rei diz para Alice: “quem você vê vindo pela estrada?”, e ela responde “Eu vejo ninguém” [*I do not see somebody*], ao que o rei replica: “que olhos bons você deve ter! Eu não conseguiria ver alguém com essa luz.” O ponto, para nós, é que “eu vejo ninguém” não é equivalente a “eu não vejo alguém”.¹⁵¹ (RUSSELL, 1948, p. 121)

Esta última sentença (“eu não vejo alguém”) é verdadeira mesmo quando os olhos de quem observa estiverem fechados, de modo que tal sentença não necessariamente é decorrência de qualquer evidência de que não haja alguém (RUSSELL, 1948, p. 121). Por outro lado, quando se afirma “eu vejo ninguém”, quer-se afirmar “eu vejo, mas eu não vejo alguém” (*I see, but I do not see somebody*); isso é decorrência da evidência *prima facie* de que não há alguém (RUSSELL, 1948, p. 121). Esse tipo de juízo negativo é, no que diz respeito à construção do conhecimento, tão importante quanto os juízos positivos; como já foi insinuado, a simples enumeração deve ser completada por juízos negativos gerais caso queira garantir um conhecimento completo.

Vê-se, dessa forma, que é difícil passar da simples enumeração a proposições

151 In *Through the Looking-Glass* the king says to Alice “who do you see coming along the road?”, and she replies “I see nobody coming”, to which the king retorts: “What good eyes you must have! It’s as much as I can do to see somebody by this light.” The point, for us, is that “I see nobody” is not equivalent to “I do not see somebody”

geais sem passar por outras proposições gerais. Será que existem fatos gerais que, de modo mais direto, correspondem a proposições gerais? Caso se rejeite a ocorrência de fatos gerais, fica difícil saber o que torna as proposições gerais verdadeiras. Pode-se reformular a questão central da seguinte maneira: suponha-se que alguém conheça a verdade ou a falsidade de toda a sentença que não contenha a palavra “todo”, a palavra “algum” ou qualquer equivalente dessas palavras; o que, então, esse alguém não saberia?

Denomine-se “onisciência de primeira ordem” o conhecimento da verdade ou falsidade de qualquer sentença que não contenha palavras gerais (RUSSELL, 1948, p. 122). Nesse caso, chamar-se-á “onisciência de primeira ordem limitada” a propriedade de alguém que tem um conhecimento similar ao da “onisciência de primeira ordem” com relação a todas as sentenças de uma dada forma, por exemplo “ x é humano”. O que uma pessoa com onisciência de primeira ordem não sabe?

Poder-se-ia afirmar que a única coisa que a pessoa (que tem onisciência de primeira ordem) não sabe é que seu conhecimento não possui uma completude de primeira ordem? Mesmo que se responda a essa questão de maneira afirmativa, tratar-se-ia de um fato a respeito do conhecimento da pessoa em questão, e não de algo a respeito de fatos independentes do conhecimento (RUSSELL, 1948, p. 122); pode-se afirmar que a referida pessoa sabe tudo com exceção da situação de que não há mais nada para saber. Sendo assim, ficaria parecendo que nenhum fato independente do conhecimento é desconhecido para tal pessoa (RUSSELL, 1948, p. 122); o conhecimento dessa pessoa pode ser, no que tange a determinado tópico, ser reduzido a uma série de proposições unidas por conjunções.

Nesse aspecto, o que a pessoa não sabe é que essa série de proposições unidas por conjunção é equivalente a uma proposição que usa a palavra “todo”; permita-se, agora, que a pessoa onisciente em questão compreenda, pelo menos, os conectivos “e”, “ou” e “não”. Além disso, suponha-se as seguintes coisas: considerando-se a proposição “para qualquer x , se x é homem, então x é mortal”, e considerando-se que as letras “A, B, C... Z” são todos os valores de x que torna tal proposição verdadeira, suponha-se que a pessoa onisciente - na acepção explicada anteriormente - conheça a totalidade dos homens e seres mortais que existem. Nesse caso, a pessoa onisciente, embora conheça todos os homens e seres mortais, não sabe que se trata de todos os homens e seres morais. Pode-se, nesse sentido, pensar uma proposição “P” cujos valores passíveis de lhe tornar verdadeira são “A, B, C... Z”; tal proposição, poderia, logicamente, ter a seguinte feição “para qualquer x , ou x não é humano nem mortal, ou x é A ou x é B ou x é C...”.

Vê-se que essa é uma proposição a respeito de todo o universo e parece absurdo afirmar que se pode conhecer todo o universo. Portanto, para se entender o que a pessoa onisciente não conhece, talvez a via mais razoável não seja pensar que tal desconhecido é representado por uma proposição como “P”. Russell, então, procura uma via diferente para solucionar o problema da origem do conhecimento da generalidade associado às simples enumerações: de modo análogo ao que ocorre com “P”, a formalização lógica de proposições envolvendo a generalidade contida em uma enumeração, por menor que seja quantidade de elementos de tal enumeração, tenderá a fazer referência a um número imenso; para lidar com isso Russell procura interpretar proposições do tipo “não há ninguém aqui” - o conhecimento da generalidade que falta à onisciência de primeira ordem - como análogas a proposições do tipo “isto não é azul” (RUSSELL, 1948, p. 124).

Com isso, proposições como “ninguém está aqui” não são conjunções indefinidamente estendidas. Trata-se, nesse caso, de juízos negativos de percepção: tome-se a frase “acabei de ouvir seis pips no rádio sem fio [wireless]”; nesse caso alguém que, ao pronunciar a frase em questão, acabou de ter, exatamente, seis sensações auditivas bastante similares (RUSSELL, 1948, p. 124-125). Nesse caso, a referida pessoa, denominando cada pip com a letra “P” e um número subscrito, pode afirmar: “‘P1, P2...P6’ foram todos os pips que ouvi entre no período de tempo que decorre entre t1 e t2”.

Chame-se essa afirmação de “R”; fica claro aquilo que distingue “R” da conjunção “eu ouvi P1, e eu ouvi P2...”: trata-se do conhecimento da pessoa (que afirma “R”) de que ela não ouviu nenhum outro pip (RUSSELL, 1948, p. 125). Desse modo, aquilo que é um universal em termos lógicos, é, por vezes, um juízo de percepção em termos psicológicos (RUSSELL, 1948, p. 125). Tem-se assim uma solução para as questões colocadas anteriormente: o que uma pessoa com onisciência de primeira ordem não sabe é, considerando-se quase tudo que foi discutido na presente seção, é a verdade de uma descrença associada a um determinado juízo de percepção.

5.5 ANÁLISE.

Nesta seção, procurar-se-á desenvolver a reflexão mais madura de Russell a respeito da análise que perpassa, principalmente no âmbito conceitual, a relação entre o simples e o complexo.

Essa reflexão sobre a análise pode ser iniciada constatando-se que a operação por cujo intermédio se chega, a partir do exame de um todo “W”, a “‘P’ é parte de ‘W’” pode ser denominada análise (RUSSELL, 1942, p. 327). Tal operação possui duas formas: a análise lógica e a análise que culmina em partes espaço-temporais (RUSSELL, 1942, p. 327). Inclusive, é interessante, enquanto questão, considerar a relação entre esses dois tipos de análise; muitos filósofos, desde a antiguidade, sustentaram que a análise pode ser forma de falsificação, de modo que o ato de se isolar qualquer parte de um todo a alterará (RUSSELL, 1942, p. 327). Nesse caso, o todo, na perspectiva dos referidos filósofos, não se constituiria em partes adequadamente combinadas (RUSSELL, 1942, p. 327).

Uma postura extremamente oposta àquela advogada pelo referido grupo de filósofos estaria naquilo que Russell (1942) afirma que pode ser chamado de “princípio de atômidade”. Esse princípio proibiria a síntese e a atribuição de nomes próprios a qualquer complexo reconhecido como tal (RUSSELL, 1942, p. 327).

Diante desse princípio e da postura no extremo oposto dele (daquele grupo de filósofos que rejeita a análise), Russell afirma que rejeita ambos os posicionamentos (RUSSELL, 1942, p. 327). Há duas razões para essa rejeição advogada pelo filósofo inglês.

A primeira dessas razões – que diz respeito, principalmente, àqueles que rejeitam a legitimidade da análise – está associada à situação de que, ao se negar a possibilidade da análise, se é compelido a sustentar que há conhecimento não exprimível em palavras (RUSSELL, 1942, p. 327); isso ocorre, pois, no caso desse tipo de posicionamento, rejeitado por Russell, acaba-se por negar que uma frase é uma série de palavras, de modo que proferimentos sentenciais possam ser analisados em uma série de proferimentos verbais (RUSSELL, 1942, p. 327-328). Nesse caso, os proferimentos sentenciais tornam-se algo inefável (RUSSELL, 1942, p. 328).

A segunda razão – que é analisada de forma mais detalhada e detida – diz respeito ao fato de aqueles que defendem, muito fortemente, a análise, têm a tendência de, muitas vezes, seguir a linguagem muito servilmente. Ao mencionar essa razão, Russell acrescenta que existem dois modos pelos quais a linguagem poderia guiar a análise: o primeiro seria o de considerar as sentenças como fatos sensíveis; o segundo seria o de considerar os diferentes tipos de palavras como é feito na gramática (RUSSELL, 1942, p. 328). Diante dessas duas maneiras de a linguagem conduzir a análise, Russell se posiciona de forma crítica: a primeira maneira é totalmente inócua, e a segunda, embora tenha suas utilidades, é muito perigosa enquanto fonte de erros (RUSSELL, 1942, p. 328).

Apesar desse posicionamento crítico, Russell se propõe a analisar, mais detidamente, os dois modos pelos quais a linguagem é capaz de guiar a análise; começando-se pois pelo primeiro dentre esses modos, pode-se afirmar que o filósofo inglês entende a razão de haver certa sedução para tal tipo de posicionamento. Essa razão poderia ser assim explicada: parece haver certa complexidade no pensamento que é, pelo menos parcialmente, traduzida na complexidade das sentenças e palavras (RUSSELL, 1942, p. 328-329). Inclusive, nesse aspecto, Russell admite e assume que há a possibilidade de, no interior de um todo percebido, perceber partes interrelacionadas. Nesse caso, não é necessário assumir que as partes sejam simples (sequer está claro o que essa suposição significaria); entretanto, é possível, nesse tipo de situação, dar nomes às menores partes notadas para descrever como tais partes se relacionam (RUSSELL, 1942, p. 329).

Doravante, em relação ao segundo modo pelo qual a linguagem pode conduzir a análise, cuida-se, na verdade, de investigar os diferentes tipos de palavras, e verificar se há algo correspondente no universo não verbal (RUSSELL, 1942, p. 330). No contexto dessa investigação, surge uma questão cujo entendimento pressupõe o seguinte: dado um todo complexo, há, além das partes, a combinação de tais partes segundo um dado padrão; nesse caso, a descrição do totó irá empregar alguma palavra relacional para indicar tal padrão (RUSSELL, 1942, p. 330). A partir disso, pode-se perguntar: o que há, no mundo não verbal, correspondendo à palavra relacional?

Esse problema é sugerido pela distinção entre as partes do discurso, porém a linguagem ordinária não é lógica o suficiente para que tal distinção seja facilmente estabelecida; ressurgem, então, o tema da linguagem logicamente perfeita (visto no capítulo anterior), uma vez que o problema das partes do discurso pressupõe uma linguagem lógica artificial (RUSSELL, 1942, p. 330). Nesse aspecto, a linguagem lógica é capaz de simbolizar, tão precisa e sistematicamente quanto possível, toda a parte do conhecimento que pertence à linguagem primária (RUSSELL, 1942, p. 330).

Essa linguagem, em primeiro lugar, deve conter nomes próprios para todos os objetos percebidos como unidades; de modo análogo àquele visto no segundo capítulo, quando se percebe a *gestalt* de um objeto com a estrutura de uma letra “T”, deve-se, caso não se analise tal objeto, ter a capacidade de nomeá-lo, ou seja, a capacidade de dizer “isto é um ‘T’” (RUSSELL, 1942, p. 330). Por outro lado, quando, em geometria, tem-se uma figura constituída por várias linhas, das quais se nota cada uma separadamente, parece que não há necessidade de um nome própria para a figura como um todo

(RUSSELL, 1942, p. 330).

Faça-se, agora, uma reflexão mais científica a respeito dessa situação; a informação completa sobre um campo visual a qualquer momento consistiria em afirmações informando a cor em cada lugar de tal campo visual (RUSSELL, 1942, p. 331). Esse campo visual possui uma origem absoluta, de modo que o ponto sobre o qual se está focalizando e a posição absoluta neste campo é definida por duas coordenadas angulares que podem ser denominadas “ ϕ ” e “ θ ”. Desse modo, o campo visual é completamente especificado caso se conheça, para uma variável “ x ” capaz de tomar todos os valores que são tonalidades de cor, o valor de “ x ” que satisfaz: $x = f(\phi, \theta)$. Essa seria uma relação triádica entre “ x ”, “ ϕ ” e “ θ ”; tal relação não parece descrever, de maneira mais simples, o campo visual (RUSSELL, 1942, p. 331-332).

De qualquer forma, essa maneira de formalizar o campo visual será importante para reflexões que irão aparecer mais adiante; por enquanto, então, as atenções desta seção serão direcionadas para uma retomada da questão envolvida no “princípio de atomicidade”: quando se percebe um todo que tem partes, os dados consistem sempre em proposições sobre as partes e suas relações, ou devem, por vezes, conter proposições em que o todo é mencionado?

Para se abordar essa questão, partir-se-á do seguinte pressuposto: quando se reflete a respeito de um dado perceptual que, a princípio, aprece como um todo vago, pode-se, gradualmente, chegar à enumeração das partes interrelacionadas (RUSSELL, 1942, p. 334). Nesse caso, é razoável afirmar que o dado muda como resultado da atenção. Isso, certamente, é verdadeiro no caso de um dado visual que é observado primeiro descuidadamente, e, de pois, com atenção (RUSSELL, 1942, p. 334). Em tal situação, a atenção envolve mudanças nos olhos que mudam o objeto visual; pode-se afirmar que toda análise é desse tipo, de modo que o todo cujas partes são conhecidas nunca é idêntico ao todo anterior percebido com vagueza (RUSSELL, 1942, p. 334).

Tomando-se esses pressupostos, pode-se, então, abordar a questão que havia sido colocada: considere-se, a título de exemplo, um círculo, denominado “A”, e uma linha reta, “L”, que passa através de tal círculo dividindo-o em duas partes. Nesse caso, pode haver interesse em “A” como um todo, ou no fato de “A” ser dividido, notando-se que, nessas situações, pode não haver interesse na consideração das partes separadas de “A”.

Considere-se outros exemplos similares: pense-se no caso de uma nuvem fina que parece cortar a lua cheia em duas partes. Nesse caso, se está, normalmente, vividamente mais consciente da lua como um todo do que das partes (RUSSELL, 1942, p. 335); outro

exemplo interessante é o seguinte: vê-se um objeto distante se aproximando, e tal objeto é, primeiramente, notado apenas como um todo; contudo, com o tempo, conforme o referido objeto se aproxima, há a constatação de que se trata de um cachorro.

Nessa última situação, o objeto visual não será, com a aproximação do referido cachorro, exatamente o mesmo o tempo todo; no entanto, acredita-se que tal objeto visual estará ligado ao mesmo objeto físico, e as partes serão vistas como partes, e não como elementos separados combinados segundo algum padrão. Assim, o que se percebe, dificilmente, pode ser expresso sem proposições da forma “P é parte de W”; no contexto dessa forma “P” e “W”, normalmente, são nomes para perceptos, e “P” é parte do percepto total (RUSSELL, 1942, p. 335).

Em consonância com isso, considere-se, ainda, um exemplo final: uma criança que está aprendendo a ler a palavra “gato”; tal criança aprende a expressar, sucessivamente, os sons “g”, “a”, “t” e “o”. Essa sucessão de sons tem, no começo, intervalos longos que dificultam o adquirir de consciência da situação de que os sons constituem um todo (RUSSELL, 1942, p. 335-336). Apesar disso, há um momento em que surge a consciência, na criança, de haver dito a palavra “gato”; com o passar do tempo, a fluência fará com que a referida criança deixe de ter consciência das partes, porém deve-se atentar para o fato de que, no primeiro momento da compreensão, o todo e as partes estão igualmente presente na consciência (RUSSELL, 1942, p. 336).

Conclui-se das reflexões que parecem decorrer de todos os exemplos que os juízos de percepção tendem a envolver a análise de um todo perceptual; sem proposições do tipo “P é parte de W”, o processo não poderia ser bem explicado (RUSSELL, 1942, p. 336). Portanto, tais proposições devem ocorrer na linguagem primária¹⁵² (RUSSELL, 1942, p. 336). Com isso, todo juízo de percepção que contém mais de uma “palavra-objeto” (*object-word*)¹⁵³ expressa uma análise de um todo complexo percebido; um juízo de percepção que contém mais de uma palavra-objeto, expresso em uma sentença que não é equivalente a várias sentenças separadas, deve conter, pelo menos, uma palavra cujo significado é relacional (RUSSELL, 1942, p. 336). Inclusive, não há limites teóricos para a complexidade do objeto de percepção ou na estrutura afirmada nos juízos de percepção que o objeto verifica (RUSSELL, 1942, p. 336); dessa complexidade depende nosso conhecimento do tempo e do espaço.

Essas constatações concernentes à relação entre todo e parte nos juízos de

152 É a segunda vez que se menciona esta noção; ela será tratada, com maior clareza, posteriormente.

153 Esta é outra noção que será, posteriormente, abordada.

percepção colocam, do ponto de vista de Russell (1942, p. 336), uma importante questão: em quais circunstâncias os termos interrelacionados formam um todo, que precisa de um nome para a expressão verbal do que é conhecido?

Para embasar o argumento que lidará com essa questão exige que se retome a concepção de um complexo de copresença; talvez os todos de tipo indispensável sejam sempre constituídos pela copresença, de modo que se deve procurar verificar isso a partir de agora.

Para isso, se dará o nome de “W” ao campo perceptual total de em algum momento determinado. Além disso, se considerará que o pseudo-nome (*pseudo-name*) “eu-agora” (*I-now*) se aplica a “W” no momento em que este existe, e tal pseudo-nome não se aplica a qualquer parte de “W”. De qualquer forma, é possível, na medida em que “W” pode ser tratado como complexo de copresença também, dar nomes às qualidades que constituem tal complexo. Caso se denomine “Q” a uma dessas qualidades, então “eu-agora percebo Q” deve ser traduzido como “Q é parte de W” (RUSSELL, 1942, p. 337).

Para que toda essa concepção seja satisfatória, é necessário que, entre as qualidades que constituem “W”, haja, pelo menos, uma que não recorra; construindo-se, então, um novo exemplo elucidativo, imagine-se um relógio que, além dos minutos e das horas, indica o dia do mês, o mês do ano e o ano da era denominada cristã. Caso se dê o nome “t” ao aspecto de tal relógio que é parte de “W”, “t” só ocorrerá uma vez, de modo que qualquer outro aspecto do relógio é anterior ou posterior a “t”; qualquer outro aspecto do referido relógio tem um campo perceptual anterior ou posterior a “W”.

Desse modo, os valores de “t” irão, de modo parecido ao que ocorria com a concepção de tempo no manuscrito de 1913, formar uma série numericamente mensurável; normalmente, dois valores de “t” não poderão ser copresentes (RUSSELL, 1942, p. 337).

Passar-se-á, em seguida, à consideração de uma maneira de analisar “W”; tal análise limitar-se-á ao campo visual e irá ignorar a profundidade. Para essa empreitada, retomar-se-á as coordenadas angulares “ ϕ ” e “ θ ” que irão representar, respectivamente, dois números de qualidades diferentes: “ θ ” representará “para-cima-e-para-baixo” (*up-and-downness*) e “ ϕ ” representará “direita-e-esquerda” (*right-and-leftness*). A partir disso, pressupor-se-á que “ ϕ ” e “ θ ” existem nos campos de visão de cada um sempre que os olhos estão abertos e não está escuro.

Juntamente com esses componentes, é necessária uma relação tomada como primitiva e denominada “sobreposição” (*overlap*). Tal relação desempenha, em um

âmbito completamente objetivo, papel análogo àquele desempenhado pela relação de copresença. A partir disso, afirma-se que duas qualidades- ϕ não podem sobrepor-se; o mesmo vale para duas qualidades- $\emptyset$ (RUSSELL, 1942, p. 338).

Afora isso, dois valores diferentes de “ $\emptyset$ ” têm, reciprocamente, uma relação espacial assimétrica, aquela da direta ou esquerda. De maneira análoga a essa, dois valores de “ ϕ ” têm uma relação espacial assimétrica, aquela da direta ou esquerda (RUSSELL, 1942, p. 338); um complexo “($\emptyset, \phi$)” não terá relação espacial consigo mesmo (RUSSELL, 1942, p. 339).

Com isso, se uma determinada qualidade, digamos uma tonalidade de cor “C”, existe em uma dada região do campo visual, isso significa que ela se justapõe a muitos valores do par “($\emptyset, \phi$)”; na medida em que “ $\emptyset$ ” e “ ϕ ” são, numericamente, mensuráveis, é plausível definir, diretamente, o que se quer dizer por uma “região contínua do campo visual”. De modo similar a esse, pode-se definir regiões do espaço tátil. Chamar-se-á, assim, uma região contínua que é parte de “W” de “parte substancial de todo ‘W’” (RUSSELL, 1942, p. 339).

Pode-se, assim, chegar a uma conclusão com relação àquilo que, anteriormente, se questionou a respeito dos nomes: um nome é dito “primário” quando se aplica a um todo tal como “W” ou a regiões contínuas que são partes de um “W” (RUSSELL, 1942, p. 339). Outros nomes podem ser ditos “derivados” e não são teoricamente necessários (RUSSELL, 1942, p. 339).

5.6 REFLEXÕES SOBRE A CRENÇA: UMA TEORIA DO JUÍZO NATURALIZADA E COM ELEMENTOS DA FILOSOFIA DE WITTGENSTEIN?

Esta seção abordará, finalmente, as reflexões do Russell maduro a respeito da crença; importa na presente seção apresentar tais reflexões e, ao fim, analisar até que ponto o projeto filosófico de Russell tem aproximações e distâncias com relação ao projeto de Wittgenstein, no período que culminou com o *Tractatus*; além disso, esta seção tratará, também, de uma breve exposição e reflexão sobre a teoria dos tipos lógicos na obra madura de Russell. Para se atingir esse objetivo, a presente seção se focará, primeiro, em apresentar a concepção russelliana de crença, e, em um segundo momento, a concepção de “estrutura”. Esta última concepção parece sofrer forte influência do autor do *Tractatus*, notando-se que isso se evidencia, fortemente, no uso, por parte de Russell,

do célebre exemplo do disco de gramofone.

Quanto à análise das crenças, estas consistem sobretudo naquilo que fornece o conhecimento e o erro; tais crenças consistem no veículo da verdade e da falsidade (RUSSELL, 1921, p. 195). Com isso, é plausível afirmar que a psicologia, a teoria do conhecimento e a metafísica desenvolvem-se em torno da crença, de modo que uma atitude filosófica depende, em grande parte, de uma teoria a respeito da crença (RUSSELL, 1921, p. 195).

Antes, entretanto, de adentrar, diretamente, a sua teoria da crença, Russell procura expor certos requisitos que tal teoria precisa satisfazer. O primeiro desses requisitos pode começar a ser exposto assim: assim como as palavras são caracterizadas pelo significado, as crenças são caracterizadas pela verdade ou falsidade (RUSSELL, 1921, p. 195). Essa verdade ou falsidade, por sua vez, consiste em certa relação da crença com algo que se encontra fora dela (RUSSELL, 1921, p. 195). Tal componente, externo à crença, que torna tal crença verdadeira ou falsa é denominado por Russell de um “fato” (RUSSELL, 1921, p. 195); considere-se as crenças “seis vezes nove é igual a cinquenta e seis” e “A América foi descoberta em 1492”. No primeiro desses casos, a crença é falsa, e, no segundo caso, trata-se de uma crença verdadeira; o fato que torna uma crença particular verdadeira é – inspirando-se em Meinong, que já era objeto de debate no manuscrito de 1913 – é chamado de “objetivo” da crença, notando-se que a relação de uma crença com seu objetivo é denominada “referência” da crença (RUSSELL, 1921, p. 196). Nesse contexto, é importante enfatizar que a referência das crenças difere do significado das palavras, principalmente, naquilo que diz respeito à situação de que há duas espécies de referência: verdadeira ou falsa.

O segundo requisito que deve ser satisfeito por uma teoria da crença diz respeito à distinção entre o próprio crer e aquilo que é crido; como se verá com mais clareza, de modo análogo àquilo que se dava em *Theory of Knowledge*, há, na concepção de crença aqui desenvolvida, a possibilidade de haver diversas atitudes com relação ao “conteúdo” daquilo que é crido (RUSSELL, 1921, p. 196). Com isso, é plausível se falar em crenças-memória, expectativas etc.

O terceiro requisito concerne à distinção entre o objetivo da crença e o conteúdo desta: o objetivo de uma crença pode ser um evento ou fato que remete a outro evento ou fato ao qual aquele que crê sequer tem acesso; esse é o caso de crenças como “César atravessou o Rubicão” (RUSSELL, 1921, p. 197). Assim, o conteúdo da crença é o evento ou fato que esta é, não o evento ou fato que torna a crença verdadeira.

O quarto requisito diz respeito à situação de que deve haver, entre o conteúdo e o objetivo de uma crença, uma espécie de lacuna; é esse tipo de lacuna que traz problemas como aquele relativo ao conhecimento do mundo exterior – que não será abordado com tanta profundidade nesta seção. De qualquer forma, para se lidar com esse tipo de problema, é necessário que não se caia em extremos como aqueles que pressupõem uma espécie de unidade mística entre o conhecedor e aquilo que é conhecido (RUSSELL, 1921, p. 197-198).

O quinto e último requisito é, fundamentalmente, o seguinte: a referência objetiva de uma crença está associada à situação de que todos ou alguns dos componentes de tal crença possuem significado. Desse modo, caso se afirme algo como “César conquistou a Gália”, pode-se concluir que a pessoa que conhece o significado das palavras compõem tal afirmação sabe tanto quanto se pode saber a respeito do objetivo que tornaria verdadeira a sentença (“César conquistou a Gália”).

Proceder-se-á, em seguida, à análise mais direta dos problemas em torno da teoria da crença. Nesse aspecto, a primeira coisa a se notar acerca do conteúdo de é que tal conteúdo tende a ser sempre complexo (RUSSELL, 1921, p. 199). Assim, crê-se, habitualmente, que certa coisa possui uma propriedade ou uma relação com outra coisa que ocorreu ou ocorrerá (RUSSELL, 1921, p. 199). Afora isso, é possível crer, lembrando-se algumas das expressões de generalidade analisadas em outra seção, que todos os membros de certa classe possuem uma propriedade, ou que certa propriedade ocorre algumas vezes entre os membros de uma classe (RUSSELL, 1921, p. 199); é possível, também, crer em uma série de outras coisas envolvendo quantificadores e operadores lógicos que salientam o caráter complexo das crenças.

Essa complexidade das crenças é, por vezes, ocultada pela linguagem: por exemplo, ao se afirmar que uma pessoa crê em Deus, pode parecer que o conteúdo da crença é Deus; contudo, o conteúdo corretamente apreendido é que Deus existe, de modo que não se trata de algo simples (RUSSELL, 1921, p. 199).

Esse desvelar da complexidade da crença (ocultada, por vezes, pela linguagem) mostra que não existe, apenas, uma pluralidade de conteúdos em tal crença; há, também, relações definidas entre os componentes. Um exemplo disso pode ser visto no célebre problema da direção – aqui retomado – pelo qual se pode ver que há uma grande diferença entre as crenças “Platão precedeu Aristóteles” e “Aristóteles precedeu Platão” (RUSSELL, 1921, p. 199).

Assim, uma crença pode ser entendida como uma espécie de articulação de

conteúdo; tal conteúdo pode consistir apenas de palavras, apenas de imagens, ou de uma mistura entre imagens e palavras (RUSSELL, 1921, p. 200).

Considere-se, a esse respeito, o seguinte exemplo: ouve-se um ruído e afirma-se “trem”; nesse caso, o ruído e a palavra trem são componentes da crença, e há uma relação entre eles expressa por “é” na proposição “aquilo é um trem” (RUSSELL, 1921, p. 200). Logo que esse ato de reconhecimento do trem a partir do barulho é completado pela ocorrência da palavra “trem”, as ações são afetadas: por exemplo, apressa-se para se tomar um trem (RUSSELL, 1921, p. 200). Nessa situação o conteúdo da crença é uma sensação (o ruído) acompanhado de uma palavra (“trem”); esses dois elementos estão associados de uma maneira que pode ser chamada de “predicação” (RUSSELL, 1921, p. 200).

Considerando-se, ainda, o exemplo do “trem”, pode-se afirmar que o mesmo ruído que suscitou a palavra “trem” pode trazer a uma mente a imagem visual de um “trem” (RUSSELL, 1921, p. 200); nesse caso, a crença consiste na relação entre uma sensação e a imagem apropriada. É justamente a isso – para dar mais rigor ao conceito – que se deve denominar “julgamento ou juízo de percepção” (RUSSELL, 1921, p. 200). Nesse aspecto, cabe salientar que é muito difícil que uma crença consista apenas de sensações, uma vez que as palavras e sensações têm associações responsáveis, justamente, por tornar os sinais dotados de significado (RUSSELL, 1921, p. 201); sem o significado dos sinais seria impossível dotar a crença de uma referência objetiva (RUSSELL, 1921, p. 201-202). Inclusive, pode-se, para fins da reflexão aqui desenvolvida, ignorar os casos que as próprias sensações fazem parte do conteúdo de uma crença (RUSSELL, 1921, p. 202); para simplificar, ao máximo, tal reflexão considerar-se-á dois casos: (a) o caso em que o conteúdo de uma crença consiste apenas de imagens; (b) o caso em que o conteúdo de uma crença consiste, totalmente, de palavras (RUSSELL, 1921, p. 202).

Pode-se com essa distinção fornecer finalmente uma definição mais consistente para as “proposições”, as quais aqui passam a não ter tanta diferença daquilo que se entende por expressões como “frase” ou “sentença”: a proposição é uma série de palavras - ou, algumas vezes, uma única palavra - expressando o tipo de coisa que pode ser afirmada ou negada (RUSSELL, 1921, p. 203); dados os significados separados das palavras, e as regras de sintaxe, a referência de uma proposição é determinada (RUSSELL, 1921, p. 203). Essa, inclusive, é a razão pela qual é possível se compreender o significado de uma sentença que nunca se ouviu anteriormente (RUSSELL, 1921, p. 203).

O termo “proposição”, não obstante a primeira definição que se acabou de

fornecer, pode ser ampliado para abranger os conteúdos-imagem das crenças que consistem em imagens (RUSSELL, 1921, p. 204). Dessa maneira, quando alguém está na situação em que se lembra de um quarto em que a janela está à esquerda da porta, a proposição consistirá, justamente, em uma imagem de uma janela à esquerda juntamente com a imagem da porta à direita (RUSSELL, 1921, p. 204). A partir desse tipo de exemplo pode-se estabelecer a distinção entre “proposições-palavra” e “proposições-imagem”; parece que as proposições-imagem são mais primitivas que as proposições-palavra, e pode ser o caso de que tais proposições-imagem precedam o surgimento da linguagem (RUSSELL, 1921, p. 204). Seguindo-se essa linha, é plausível afirmar que muitas de nossas crenças são como que “inconscientes” no sentido de que nunca dizemos, a nós mesmos, que temos tais crenças (RUSSELL, 1921, p. 205); essas crenças vêm à consciência quando as expectativas que despertam falham de alguma maneira (RUSSELL, 1921, p. 205).

Passar-se-á, em seguida, para uma consideração importante no sentido de se caminhar para o fechamento das reflexões sobre a crença nesta tese. Tal reflexão diz respeito àquilo em que consiste o “crer” propriamente dito e independentemente do conteúdo.

Para desenvolver essa linha de pensamento, comece-se considerando alguns exemplos que seguem um caminho muito similar àquele que, no segundo capítulo, foi apresentado quando, na reflexão sobre atitudes proposicionais no contexto do manuscrito de 1913, se usou, para diversos tipos de atitude, o caso da sentença concernente a “mendigos” e “cavaleiros”; os exemplos partem do seguinte caso: suponha-se, pra fins de argumentação, que determinado “eu” contempla uma imagem de uma mesa de café da manhã; suponha-se que o conteúdo de tal contemplação é “um ovo para o café”. A partir desse caso, pense-se nas seguintes atitudes: “eu espero que haverá um ovo para o café da manhã”, “eu me lembro que havia um ovo no café da manhã”; “havia um ovo para o café?”.

Certamente, essa está não é uma lista completa de todas as atitudes possíveis, porém, claramente, são atitudes diferentes relacionadas com um mesmo conteúdo. Nem todos os exemplos desses tipos de atitude são cognitivos; contudo, para os fins da presente reflexão, importarão somente as atitudes cognitivas das quais Russell (1921, p. 206) distingue as seguintes: memória, expectativa e puro assentimento.

Desenvolver-se-á, então, uma teoria sobre o “crer” no que diz respeito às crenças cognitivas. Tal teoria, ao pressupor que há os referidos três tipos de atitude que definem

a crença cognitiva, considera que cada um dentre tais tipos de atitude é constituído por certo sentimento ou complexo de sensações ligadas ao conteúdo crido (RUSSELL, 1921, p. 211).

Isso pode ser elucidado por meio de um exemplo: suponha-se que se creia, por imagens, e não por palavras, que vai chover; há, aí, dois elementos interconectados, ou seja, o conteúdo e a expectativa. O primeiro desses elementos, a saber, o conteúdo, consiste em imagens da aparência visual da chuva, do sentimento de umidade, do ruído das gotas etc. Assim, o conteúdo é, portanto, um fato complexo composto de imagens (RUSSELL, 1921, p. 211).

Esse mesmo conteúdo pode entrar na memória “estava chovendo” ou no assentimento “a chuva ocorre”. A diferença entre esses dois casos não reside no conteúdo das crenças em questão; tal diferença está na natureza do sentimento-crença, notando-se que não basta que o conteúdo e tal sentimento crença coexistam (RUSSELL, 1921, p. 212). Além de tal coexistência, é imprescindível que haja uma relação específica entre conteúdo e sentimento. Um argumento que pode reforçar isso é o seguinte: se fosse suficiente a mera coexistência entre o conteúdo e o sentimento, ter-se-ia que admitir que, sempre que houvesse um sentimento-memória, dever-se-ia lembrar de alguma proposição que veio à mente ao mesmo tempo (RUSSELL, 1921, p. 212).

Se esse tipo de análise estiver correto, o uso de palavras na expressão de crenças pode iludir, uma vez que é muito difícil distinguir, por palavras, uma lembrança assentimento e uma proposição sobre o passado: “tomei o meu café” e “César conquistou a Gália” possuem a mesma forma verbal embora expressem ocorrências, psicologicamente, muito diferentes (RUSSELL 1921, p. 212). Essa teoria da crença, segundo o próprio Russell, possui muito pouco de novo (RUSSELL, 1921, p. 213).

Visando explicitar, direta ou indiretamente, uma compreensão mais detalhada do processo de representação, essencial para a significação das crenças e/ou proposições, passar-se-á, a partir de agora, à consideração da importante noção de russelliana (oriunda de Wittgenstein?) de “estrutura”.

A aludida “estrutura” consiste em um conceito lógico; pode-se começar a entender tal conceito da seguinte maneira: o ato de exibir a estrutura de um objeto coincide em mencionar as partes de tal objeto e a forma pela qual tais partes se relacionam (RUSSELL, 1948, p. 220). Para que isso fique mais evidente, é razoável tomar-se um exemplo oriundo das ciências naturais: ao se estudar anatomia, aprende-se os nomes dos ossos e a maneira como cada osso localiza-se no esqueleto; nessa situação, haveria o conhecimento da

estrutura do esqueleto no que tange ao que interessa à anatomia (RUSSELL, 1948, p. 220). Certamente, isso não esgota tudo que se pode dizer sobre estrutura em relação com o esqueleto: os ossos são compostos de células, as células são compostas de moléculas, as moléculas possuem uma estrutura atômica e, por fim, os átomos têm uma estrutura atômica estudada pela física (RUSSELL, 1948, p. 220). Nesse momento, é possível que, muitas vezes, a ciência cesse sua análise, porém não há razões para se supor que não possa haver outras análises (RUSSELL, 1948, p. 220). Com isso, como já foi sugerido, entidades físicas podem ser analisadas em estruturas de eventos, e estes últimos, como se viu na seção anterior, possuem uma estrutura interna (complexos de copresença).

De qualquer forma, um caso importante de exemplo de estrutura está associado às sentenças ou proposições: em inúmeras línguas, uma sentença consiste em uma série de palavras arranjadas pelas ordens “antes e depois” (quando a sentença é falada) e “da esquerda para a direita” (quando a sentença é escrita). Essas relações, no entanto, se dão, como já foi sugerido, entre instâncias de palavras e não entre palavras propriamente ditas (RUSSELL, 1948, p. 220); assim como, até certo ponto, uma sentença pode ser analisada em palavras, as palavras podem ser analisadas quando se pensa na fonética: cada instância de uma palavra consiste em um som complexo cujas partes são letras separadas (RUSSELL, 1948, p. 221).

Essa análise pode, provavelmente, prosseguir, porém, importa retomar as sentenças e afirmar o seguinte: enquanto as palavras, em geral, possuem significado (*meaning*), as sentenças possuem significância (*significance*). Com isso, “chuva” consiste em uma palavra, e “chuve” não consiste; da mesma forma “A chuva está caindo” consiste em uma sentença, e “chuva neve elefante” não consiste ainda que seja, também, uma série de palavras (RUSSELL, 1948, p. 221).

A necessidade de se entender um pouco melhor a significância exige o estudo da estrutura, porém, deve-se ter em vista que a significância consiste em um conceito bem mais complexo; é importante, para o estudo da estrutura, a compreensão de que, e consonância com o método regressivo de Russell (ver capítulo anterior), não é possível saber, com certeza, se há unidades últimas refratárias à análise (RUSSELL, 1948, p. 221). Com isso, pontos podem ser definidos como classes de eventos; contudo, isso não falsifica certos contextos, em geometria, em que pontos são tratados como simples (RUSSELL, 1948, p. 221-222). Disso decorre que toda consideração de estrutura é relativa a certas unidades que, em um momento, são tratadas como se não possuíssem estrutura (RUSSELL, 1948, p. 222).

Isso revela o quão prolífico é o conceito em questão; para aprofundá-lo, agora, é interessante apresentar uma noção importante: trata-se da noção de “identidade de estrutura”. Antes de se abordar essa noção diretamente, é razoável apresentar alguns exemplos.

O primeiro desses exemplos é o seguinte: suponha-se que se substitua as palavras de uma sentença de modo a preservar a significância de tal sentença; considere-se “Platão amou Sócrates” e substitua-se “Platão” por “Brutos”, “Sócrates” por “César” e “amou” por “matou”. Dessa maneira, chega-se à sentença “Brutus matou César” que tem a mesma estrutura de “Platão amou Sócrates” (RUSSELL, 1948, p. 222). Todas as sentenças que possuem essa estrutura denominam-se sentenças de relação diádica; de maneira análoga ao primeiro exemplo, poder-se-ia passar de “Sócrates é Grego” para “Brutos é Romano”, pois ambas possuem a estrutura das chamadas “sentenças sujeito-predicado”. Assim, as sentenças podem ser classificadas por sua estrutura, e, em teoria, existe um número infinito de estruturas que as sentenças podem ter (RUSSELL, 1948, p. 222).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a lógica trata das sentenças que são verdadeiras em virtude de sua estrutura; estas permanecem verdadeiras quando as palavras são substituídas por outras sem destruir a significância (RUSSELL, 1948, p. 222). Um exemplo disso é visto em “se todo α é β , e x é α , então x é β ”. Essa sentença é verdadeira em virtude de sua estrutura, independentemente do que sejam x , α e β (RUSSELL, 1948, p. 222).

Outro exemplo interessante, no que diz respeito à identidade de estruturas, consiste na relação entre um distrito e seu mapa; imagine-se que se trata de um distrito pequeno de forma que se possa desprezar a curvatura da terra: leste e o oeste são representados por direita e esquerda, e norte e sul por acima e abaixo. Segue-se disso, que, de qualquer sentença sobre o mapa, é possível inferir uma sentença a respeito do distrito (RUSSELL, 1948, p. 222-223). Essas inferências são possíveis devido à identidade de estruturas (RUSSELL, 1948, p. 223); impossível não se pensar, novamente, no conto de Borges (*O rigor na ciência*) ao se ver esse exemplo.

Um último exemplo, um pouco mais complicado, consiste na relação entre o disco de gramofone e a música tocada por tal disco: é óbvio que o disco não poderia reproduzir a música caso não houvesse certa identidade de estrutura entre tal disco e tal música; essa identidade poderia ser exibida traduzindo-se relações sonoras em relações espaciais (RUSSELL, 1948, p. 223).

Proceda-se, neste momento, a uma definição formal de estrutura: deve-se,

primeiro, que uma estrutura sempre envolve relações, de modo que uma mera classe não tem estrutura (RUSSELL, 1948, p. 223); toda relação possui aquilo que se chama de “campo” que consiste em todas as coisas que possuem aquela relação com outra coisa, ou com os quais essa “outra coisa” possui a relação (RUSSELL, 1948, p. 223).

Limitar-se-á a presente análise às relações diádicas em um primeiro momento; poder-se-á, então, afirmar que: uma classe α ordenada por uma relação “R” tem a mesma estrutura de uma classe β ordenada por uma relação “S” se a cada termos de α corresponder um termo de β , e se, quando dois termos de α tiverem a relação “R”, os termos correspondentes em β tiverem a relação “S” (RUSSELL, 1948, p. 224). É muito difícil não ver, nessa definição, uma similaridade imensa com aquela que foi usada quando, no terceiro capítulo, se falou da noção de multiplicidade lógica comum à proposição e ao fato. É essa identidade de estrutura que permite traduções, a passagem da linguagem falada para a escrito e a tradução de uma partitura em uma música (RUSSELL, 1948, p. 224).

A partir disso, importa, no que se segue, explicar, de forma mais direta, aquilo em que se constitui o dado: considerando-se a noção de crença tal qual foi introduzida nesta seção, pode-se afirmar que o “dado” diz respeito às crenças mais primitivas para as quais não é possível fornecer nenhuma razão (RUSSELL, 1948, p. 149). Esse tipo de crença é caracterizado pelo fato de que, conforme se oferece razões para as próprias crenças, chega-se, em um dado momento, a um tipo de crenças para as quais não se pode dar razão (RUSSELL, 1948, p. 149).

Com certeza, essa definição levanta uma importante questão: diante da vagueza, inerente a certas manifestações da linguagem, e do fato de que, como foi visto, as próprias sensações surgem “contaminadas” por memórias e expectativas que lhe elevam ao estatuto de percepções, como é possível se atingir o dado?

Para se lidar com esse tipo de questão, é necessário se compreender-se certa resposta que Russell oferece, mesmo em sua maturidade, a algumas posturas que o filósofo denomina “instrumentalistas”. Segundo essas posturas, qualquer enunciado de conhecimento novo, obtido a partir da percepção, é sempre uma interpretação baseada em teorias já aceitas, e pode precisar de correções se tais teorias resultarem inadequadas (RUSSELL, 1942, p. 124).

Para Russell tal concepção subestima os poderes da análise: certamente, nossas percepções e palavras cotidianas encerram teorias; apesar disso não é impossível diminuir esse elemento de teoria (RUSSELL, 1942, p. 124). É, justamente, nesse ponto que entra

a importante noção, vista no capítulo anterior, de uma “linguagem logicamente perfeita”; não é nossa intenção nesta tese verificar se tal linguagem pode ser construída, ou se Russell chegou a fazê-lo. Apesar disso, deve-se entender a noção: a “linguagem logicamente perfeita”, não é, por assim dizer, um conhecimento sobre a essência do mundo e da proposição; tal linguagem é um método para, por assim dizer, permitir, tal qual uma espécie de “ideia regulativa” - ou, caso se prefira, estrutura regulativa-, possa se aproximar assintoticamente do “dado puro” (RUSSELL, 1942, p. 124).

Ora, que precisa haver um dado puro, é, na forma de ver russelliana, uma consequência da situação de que a percepção origina um novo conhecimento. Se as coisas não se passassem dessa maneira, não se poderia reconhecer, em uma teoria, um engano: caso se perceba, que numa teoria ou agrupamento de teorias, há um engano, deve-se admitir que ocorre algo de não dedutível de tais teorias (RUSSELL, 1942, p. 124); por “dado”, entende-se um segmento de teoria que não pode ser deduzido.

Certamente, vê-se aí uma continuidade com o manuscrito de 1913, principalmente no que tange ao capítulo sobre auto evidência; a grande diferença é que, na obra mais recente, não há mais a necessidade de se recorrer à palavra auto evidência: certamente, Russell poucas vezes negou a possibilidade do equívoco, porém, na obra madura, essa possibilidade elimina, cada vez mais, noções como auto evidência. Assim, pode-se estar certo de que uma memória é verdadeira, porém pode haver equívoco, ou pode-se ouvir um som de um avião passando, digamos, que diminui até não se ter certeza de se estar ouvindo mais tal som (RUSSELL, 1942, p. 124-125).

Realmente, tais exemplos admitem graus, de modo que é como se a linguagem logicamente perfeita - caso construída - nunca atingisse, totalmente, o que busca; porém é plausível, na medida em que se admite tal linguagem, afirmar que há proposições cuja evidência não é completamente derivada de outras proposições (RUSSELL, 1942, p. 125).

Pautando-se no que foi exposto, entende-se, com Jales Ribeiro (1998), o porquê de o pensamento de Russell, na maturidade, ser um holismo *parcial*; trata-se de algo novo na obra de Russell, porém é, também, algo que mantém algo das obras anteriores das quais destaca-se nesta tese o manuscrito estudado no segundo capítulo: o pensamento de Russell evolui de forma a, cada vez mais, abandonar a necessidade de auto evidência e termos primitivos; em algum momento, essa evolução viu a necessidade de tratar a lógica no contexto de uma “linguagem logicamente perfeita”. Isso, mais do que em qualquer outra época, permite que a lógica seja posta ao lado das outras ciências (não acima ou

abaixo).

O entendimento disso, inclusive, permite que se contextualize melhor a teoria do julgamento ou juízo presente no manuscrito de 1913: por mais que se aceite as críticas de Wittgenstein, não é absurdo ler tal teoria como um passo a mais no projeto russelliano, uma vez que tal teoria permite eliminar proposições como entidades independentes. Pode-se, então, perguntar: há alguma continuidade entre a teoria do juízo estudada no segundo capítulo e as reflexões sobre crença que aparecem nesta seção? A resposta a essa questão parece ser negativa se for entendido que Russell enfrenta, exatamente, os mesmos problemas em 1913 e na obra madura. Por outro lado, se atentar-se ao que foi visto no primeiro capítulo e no fato de que a teoria de 1913 elimina certos tipos de entidade, tal teoria pode ser pensada em um contexto bem mais amplo que remonta a 1900 quando Russell entrou em contato com Peano e seus métodos. A partir daí, como foi visto ao citar Levine (ver primeiro capítulo), Russell desenvolveu uma filosofia ao molde das ciências; essa filosofia usou um método regressivo que procura, a cada instante, dar um passo em direção à eliminação de pressupostos. Nesse aspecto, o episódio de 1913 é um capítulo dessa história de eliminações; certamente, há problemas nesse capítulo, porém tais problemas são o combustível que permite que a filosofia continue e, por assim dizer, desbrave novas selvas na busca científica de eliminação de “auto evidentes” e “termos primitivos”.

Caso se entenda isso, pode-se entender que há alguma diferença entre os projetos filosófico de Russell (de 1913) e do Wittgenstein que culmina no *Tractatus*: em primeiro lugar, a filosofia de Russell não se apegava a uma autonomia da lógica, uma vez que tal filosofia, sendo científica, é, juntamente com a lógica, outra ciência, ainda que tenha suas peculiaridades enquanto ciência; a filosofia não parece, nesse contexto, estar acima ou abaixo da ciência. Além disso, Russell parece assumir, na maior parte dos casos (inclusive em 1913), uma psicologia (seja a psicologia descritiva ou outras formas de uso da psicologia). Essa assunção parece, de maneira ainda mais forte, permitir, cada vez mais, um diálogo com as outras ciências.

Certamente, poder-se-ia, diante disso, objetar: e quanto ao aforismo 4.1121? E quanto à “filosofia da psicologia” que é mencionada no *Tractatus*? Para se lidar com essas objeções, é preciso, primeiro, ter-se em vista que no mesmo aforismo o próprio Wittgenstein afirma que a psicologia não é mais aparentada com a filosofia do que qualquer outra ciência natural.

Além disso, considere-se a seguinte passagem:

Ao fazer a crítica à psicologia superficial de hoje, ele [Wittgenstein] parece erigir, por contraposição, uma “psicologia profunda de antanho”. Mas, se é nos aforismos sobre o solipsismo – sobre o “eu metafísico” – que devemos encontrar o ponto de vista correto *em psicologia*, então a adoção desse ponto de vista “correto” traz consigo o necessário abandono de qualquer pretensão de representação proposicional, pois o eu e o pensamento, corretamente entendidos, não podem ser representados (PRADO NETO, 2012, p. 20-21).

Prado Neto parece ter a leitura que a psicologia, enquanto ciência, parece fracassar na visão de Wittgenstein. A razão disso é que o que pretende a psicologia (representar o pensamento) não pode ser feito, se a crítica da psicologia superficial de “hoje” parece suscitar uma psicologia profunda (de “antanho”), isso ocorre às custas da própria cientificidade de tal psicologia (PRADO NETO, 2012, p. 21). Com isso, na medida em que a ciência - na leitura de Wittgenstein - trata dos fatos, tal ciência não pode tratar do pensamento, ou seja, da proposição (PRADO NETO, 2012, p. 21). Acrescenta-se a isso que, ainda conforme Prado Neto (2012, p. 21), Wittgenstein parece manter, por muito tempo, a ideia de que a psicologia está destinada ao fracasso; esse fracasso somente pode ser evitado se tal psicologia não renunciar à ambição de falar do “eu” e do “pensamento”. O problema aí é que, ao renunciar a esses aspectos, a psicologia perde o que a caracteriza como psicologia entendida como ciência com domínio próprio (PRADO NETO, 2012, p. 21).

Diante dessa postura, Russell, provavelmente, preferiria a “psicologia vulgar superficial de hoje”. Além disso, lança-se aqui a seguinte hipótese: é difícil que a crescente atitude científica de Russell se conformasse a afirmação – que quer parecer demasiado radical a essa tese – de que a psicologia está *destinada* ao fracasso. Realmente, talvez Russell preferisse permanecer “agnóstico” nesse tipo de questão: “a psicologia, algum dia, poderá falar a respeito do pensamento?” “Estaria a psicologia destinada ao fracasso?” Por outro lado, mesmo “agnóstico”, o filósofo inglês não se furtou à necessidade de reconstruir o “eu” - como foi visto - independente de esta construção poder, ou não, ser futuramente questionada.

Por fim, se passará à consideração concernente à teoria dos tipos lógicos; em uma importante passagem de uma das últimas obras filosóficas de folego de Russell, lê-se:

Tarski, em seu importante livro *Der Wahrheitsbegriff in den formalisierten Sprachen*, mostrou que as palavras “verdadeiro” e “falso”, conforme aplicadas às sentenças de uma dada linguagem, sempre exigem um outra linguagem, de ordem mais alta, para sua definição adequada. A concepção de uma hierarquia de linguagens está envolvida na teoria dos tipos, que, de alguma forma, é necessária para a solução dos paradoxos; esta desempenha um importante papel no trabalho de Carnap, bem como no de Tarski. Eu sugeri isso em minha

introdução ao *Tractatus* de Wittgenstein, como uma fuga de sua teoria de que a sintaxe só pode ser “mostrada”, não expressa em palavras. Os argumentos para a hierarquia de linguagens são irresistíveis (...).¹⁵⁴ (RUSSELL, 1942, p. 62)

A citação parece mostrar uma importante transformação na obra de Russell: os tipos que, por volta de 1913, eram partes de uma mesma linguagem, passam na obra madura a exercer o papel de uma hierarquia de linguagens de forma análoga àquela hierarquia que aparece no trabalho de Tarski.

Essa hierarquia de linguagens, em Russell, deve estender-se ascendentemente de maneira indefinida, porém tal hierarquia não se estende, sem limites, em sentido descendente (RUSSELL, 1942, p. 63); portanto, é necessário que haja uma linguagem de tipo “mais baixo” (*lowest*). Tal linguagem de tipo inferior será denominada, por Russell, de “linguagem-objeto” ou, como já se mencionou, “linguagem primária” (RUSSELL, 1942, p. 63).

Abordar-se-á, a seguir, algumas características da linguagem primária. Para se iniciar essa reflexão, pode-se, primeiramente, afirmar o seguinte: as palavras “verdadeiro” e “falso” não ocorrem na linguagem primária; inclusive, sempre que essas expressões (“verdadeiro” e “falso”) são aplicadas à linguagem *n* ésima, elas pertencem à linguagem $(n + 1)$ ésima (RUSSELL, 1942, p. 63). Desse modo, as sentenças da linguagem primária, podem ser verdadeiras ou falsas; no entanto, a afirmação a respeito da verdade ou da falsidade de tais sentenças pertencem à linguagem secundária. Isso ocorre, principalmente, pois, se há uma linguagem primária, as palavras desta não podem ser tais que pressuponham a existência de outra linguagem (RUSSELL, 1942, p. 63); “verdadeiro” e “falso” são palavras aplicáveis a sentenças e pressupõem uma linguagem (RUSSELL, 1942, p. 63).

O importante sobre todas essas afirmações, concernentes à teoria dos tipos, é perceber mais uma diferença entre os pensamentos de Russell e Wittgenstein: na medida em que Russell professa uma filosofia científica nos moldes em que foram descritos, cabe a necessidade de se poder falar sobre questões semânticas e sintáticas. Isso é garantido pela hierarquia de linguagens que, como mostra a última citação direta feita acima, é algo eu poderia garantir a ausência da necessidade dos usos de noções como “dizer” e

¹⁵⁴ Tarski, in his important book *Der Wahrheitsbegriff in den formalisierten. Sprachen*, has shown that the words “true” and “false”, as applied to the sentences of a given language, always require another language, of higher order, for their adequate definition. The conception of a hierarchy of languages is involved in the theory of types, which, in some form, is necessary for the solution of the paradoxes; it plays an important part in Carnap’s work as well as in Tarski’s. I suggested it in my introduction to Wittgenstein’s *Tractatus*, as an escape from his theory that syntax can only be “shown”, not expressed in words. The arguments for the necessity of a hierarchy of languages are overwhelming,

“mostrar”; certamente, como mostra Cuter (2009), talvez Wittgenstein, no *Tractatus* e obras afins, não fosse totalmente avesso à ideia de um discurso metalinguístico, porém, certamente, o filósofo vienense, aparentemente, não aceitaria a tentativa de se falar a respeito da relação entre um nome e o objeto que este nomeia (CUTER, 2009, p. 54). Assim, *Tractatus* se acomoda àquilo que poderia ser chamado de “regras de formação”, de modo que o problema surgiria no que tange às denominadas regras semânticas (CUTER, 2009, p. 54).

Sem tentar desvalorizar essa postura do *Tractatus*, é importante se entender que é difícil conciliá-la com o projeto de uma filosofia científica tal qual foi exposto, de modo que, de ponto de vista do presente trabalho, cabe a validade da seguinte hipótese: Russell manteve por muito tempo a teoria dos tipos – apesar de implementar mudanças em tal teoria –, pois tal teoria parece ser mais compatível com as necessidades de uma filosofia científica que precisa poder falar de seu objeto (fica difícil “jogar a escada fora” em uma filosofia científica).

Certamente, como se afirmou, isso não faz com que a filosofia de Russell seja melhor que aquela inerente ao projeto do *Tractatus*; contudo, notar a diferença entre as duas filosofias é um meio de não julgar uma unicamente pela outra.

- CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Este trabalho procurou “defender” o manuscrito de 1913 por meio da estratégia de, pressupondo-se a atualidade da obra madura de Russell, mostrar certo grau de continuidade entre tal obra madura e o referido manuscrito. Além disso, o presente trabalho tentou mostrar certas diferenças no projeto filosófico de Russell cujo início é, provavelmente, em 1900 e o projeto filosófico de Wittgenstein no que tange aos pensamentos que culminam no *Tractatus*.

Acredita-se ter atingido tal objetivo, uma vez que, com se pode ver em inúmeras passagens do capítulo final, há uma continuidade temática e, por vezes, de conteúdo entre *Theory of knowledge* e o que, para fins desta tese, se levou em conta como sendo a obra madura de Russell.

Do quanto ficou escrito, esse resultado entremostra-se relevante, pois ajuda a desfazer prováveis mal entendidos no que concerne à obra de Russell; um exemplo desse tipo de mal entendido aparece em Potter (2008, p. 260) que parece defender que Russell procurou a psicologia da linguagem como um campo em que o filósofo inglês poderia dar uma contribuição depois de arrasado pelas críticas de Wittgenstein.

Tomando em conta o desenvolvimento desta tese, fica claro que essa visão que parece estar em Potter é, pelo menos em parte, falsa; o que ocorre é que o manuscrito de 1913 é um importante capítulo em uma história que possui continuação. Essa história culmina em um holismo parcial capaz de ampliar as possibilidades de se reduzir os pressupostos “auto evidentes” e “primitivos”; assim como, por vezes, demonstrar algo que parecia evidente talvez seja um avanço em matemática, a filosofia científica elimina, aos poucos, uma série de conceitos e os reconstrói com pressupostos cada vez menos numerosos.

Certamente, como afirmou-se e se repetirá, essa filosofia foi influenciada por Wittgenstein e não é melhor que a forma de pensar do filósofo austríaco; no entanto, é sempre importante tentar, por assim dizer, entender Russell em seus próprios termos.

Inclusive, o melhor entendimento desse autor há de abrir campo para inúmeras pesquisas que, certamente, vêm sendo feitas e merecem aprofundamento; proceder-se-á, de em diante, a uma enumeração de algumas dessas pesquisas que, decorrendo também das discussões desta tese, podem e devem ser aprofundadas no futuro.

A primeira delas consiste nas relações entre Russell e o pragmatismo; certamente há muitas obras sobre esse tema, porém há questões que podem ser aprofundadas: por que

Russell lia os autores do pragmatismo? Por que Russell insistia no tema do pragmatismo?

Além disso, é interessante aprofundar as especificidades da adoção, por parte de Russell, do monismo neutro; isso permitiria entender melhor os pontos em que o filósofo inglês é influenciado por James e por Dewey: até que ponto a influência vem de James? Até que ponto tal influência decorre de Dewey? E quanto a Schiller, que também teve contato com o filósofo inglês?

Outro ponto importante desse diálogo com o pragmatismo é a figura de Peirce. Seria interessante estudar proximidades e distanciamentos entre os dois autores (Russell e Peirce): segundo Ibri (2020, p. 231) “uma crença, segundo Peirce, (...) é concebida como um hábito de ação”; ora, o hábito, como se viu no capítulo final deste trabalho, é uma importante lei que caracteriza aquilo que Russell entende com palavras como “mente” ou “mental”. Inclusive, Misak (2016, p. 146) parece notar a referida similaridade entre as concepções de hábito em Russell e Peirce.

Além das pesquisas ligadas ao pragmatismo, outra fonte interessante de trabalhos no que diz respeito a Russell concerne ao conceito de “vagueza”; essa noção aparece um pouco no segundo e no último capítulo dessa tese. Talvez fosse interessante analisar a evolução do pensamento do Russell no que tange à vagueza. Além disso, seria promissor verificar os limites da linguagem logicamente perfeita no que tange à eliminação do que é vago.

Um terceiro campo de pesquisas, ainda no que diz respeito a Russell, consiste em diálogos desse filósofo com outros autores holistas contemporâneos. Nesse tipo de diálogo poder-se-ia debater o poder da linguagem logicamente perfeita para evitar um holismo semântico total.

Um quinto campo de pesquisas estaria associado ao holismo lógico estrutural que, supostamente, constituiria um hiato no pensamento maduro de Russell; seria importante verificar as possibilidades de se integrar melhor esse “interlúdio positivista” na evolução das ideias do filósofo inglês.

Por fim, é interessante destacar, também, as reflexões de Russell a respeito da ciência que merecem detida atenção, principalmente no que tange a *Human Knowledge: its scope and Limits*, em que há um amplo debate concernente aos princípios que devem reger o método científico e as relações de tal método com a indução.

REFERÊNCIAS.

- ANSCOMBE, G. E. M. **An introduction to Wittgenstein's Tractatus**. Nova Iorque: The Academy Library Harper & Row, 1965.
- BENMAKHLOUF, A. **Bertrand Russell: L'atomisme logique**. Paris: PUF, 1996
- _____. **Russell**. São Paulo: Estação liberdade, 2019.
- BLACK, M. **A companion to Wittgenstein's Tractatus**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- BONINO, G. **The Arrow and the Point. Russell and Wittgenstein's Tractatus**. Frankfurt am Main: Ontos, 2008
- BRADY, G. **From Peirce to Skolem: a neglected chapter in the history of logic**. Nova York: Elsevier, 2000.
- CAMPOS, J. **O conceito de tempo em Bertrand Russell: do platonismo ao construtivismo**. 2020. 142 p. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás.
- CAREY, R. **Russell and Wittgenstein on the nature of judgement**. Londres: continuum, 2007.
- COPI, I. M. **The theory of logical types**. Londres: Routledge, 2011. [1971]
- CUTER, J. V. G. **A teoria da figuração e a teoria dos tipos: o Tractatus no contexto do projeto logicista**. 1993. 203 p. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- _____. **Como negar um nome** in *Philosophos, Goiânia*, V.14, N. 2, P. 33-62, JUL./DEZ. 2009
- DEWEY, J. **Essays in experimental logic**. New York: Dover publications, 1916
- DIAMOND, C. **Does Bismarck have a beetle in his box? The private language argument in the Tractatus** In CRARY, A e READ, R. **The new wittgenstein**. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- EAMES, E. R. **Bertrand Russell's Dialogue with his Contemporaries**. Carbondale, IL: Southern Illinois University Press, 1989. .
- FAUSTINO, S. **A experiência indizível**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- GRIFFIN, N. **Wittgenstein's criticism of Russell's theory of judgment**. In *Russell: The Journal of Bertrand Russell Studies*: Vol. 5: Iss. 2, Article 4. 1985.
- HACKER, P. S. M. **Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein**. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- _____. **Wittgenstein's Place in Twentieth-century Analytic Philosophy**. New Jersey: Basil Blackwell, 1996.
- HANKS, P. **How Wittgenstein defeated Russell's multiple relation theory of judgment**, *Synthese* 154, no 1: 2007, pp. 1-42.
- HYLTON, P. **Russell, Idealism, and the Emergence of Analytic Philosophy**. Londres: Claredon Paperbacks, 1992.
- IBRI, I. A. **O crepúsculo da realidade e a ironia melancólica do sucesso brilhante e duradouro: reflexões sobre os interpretantes emocionais e lógicos nos modos peircianos de fixação da crença**. In IBRI, I. A. **Semiótica e pragmatism: interfaces teóricas. Vol. 1** São Paulo/Marília: FiloCzar, Cultura Acadêmica e Oficina Universitária, 2020.
- JALES RIBEIRO, H. **Bertrand Russell e a filosofia analítica no século XX: atualidade e posteridade de Russell (lição de síntese)**. In *Revista Filosófica de Coimbra* – n.º 31 (2007) p. 3-70. 2007a
- _____. **Bertrand Russell e as origens da filosofia analítica: o impacto do Tractatus logico-philosophicus** de L. Wittgenstein na filosofia de Russell. 1998. 580 p. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras de Coimbra. Coimbra.
- _____. **Bertrand Russell e o problema da individuação na filosofia do atomismo**

- lógico** in **Revista Filosófica de Coimbra** — n. pp. 309-330 o 32 (2007) 2007b
- _____. **Russell, Wittgenstein e a ideia de uma "linguagem logicamente perfeita"** in **Revista Filosófica de Coimbra**, n.º 27 (2005)
- JAMES, W. **Essays in radical empiricism**. New York: The Project Gutenberg, 2010.
- LANDINI, G. **Russell's separation of the logical and semantic paradoxes** In **Revue internationale de philosophie** 2004/3 n.º 229 | pages 257 à 294
- LEVINE, J. **The Mathematical Roots Of Russell's Naturalism And Behaviorism** In **Baltic International Yearbook of Cognition, Logic and Communication**: Vol. 4, 2008.
- LINSKY, B. **The Metaphysics of Logical Atomism** in **The cambridge companion to Bertrand Russell**. Nova York: Cambridge University Press 2003.
- MARQUES, J, O, A. **Forma e representação no Tractatus de Wittgenstein**. 1998. 217 p. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- MATOS AMARAL, M, G. **Wittgenstein e a teoria do juízo de Russell**. 2014. 92 p. Dissertação de mestrado. Universidade federal da Bahia. Bahia.
- MCTAGGART, J, E. **The unreality of time** in **Mind**, New Series, Vol. 17, No. 68 (Oct., 1908), pp. 457-474
- MISAK, C. **Cambridge Pragmatism: From Peirce and James to Ramsey and Wittgenstein**. Nova York: Oxford University Press, 2016
- MORENO, A, R. **Rcherches sur le "Tractatus" de Wittgenstein**. 1976. 240 p. Tese (Doutorado em filosofia). Université de Provence. Marselha.
- OAKLANDER, L, N. **The ontology of time**. New York: Prometheus Books, 2004
- PEARS, D. **Introduction to the 1985 edition** In RUSSELL, B. **The philosophy of logical atomism**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010
- _____. **The False Prison Volume One**. Londres: OUP Oxford, 1987.
- PINTO, P, R, M. **Análise argumentativa do texto "On Denoting" de B. Russell** [**Mind**, v. 14 (1905), pp. 479-93]. In **Síntese**, Belo Horizonte, v. 28, n. 90, 2001.
- _____. **Iniciação ao silêncio: análise do Tractatus de Wittgenstein**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- POTTER, M. **Wittgenstein's Notes on Logic**. New York: Oxford University Press.
- PRADO NETO, B. **Um aforismo do Tractatus: a "Filosofia da Psicologia"**. In Levy, L (org); Zingano, M (org) ; Pereira, L, C (org). **Metafísica, lógica e outras coisas mais**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2012.
- RUSSELL, B. **A critical exposition of the philosophy of Leibniz**. Londres: Cambridge University Press, 1900.
- _____. **An inquiry into meaning and truth**. Londres: George allen and unwin ltd, 1942.
- _____. **Human Knowledge: Its Scope and Limits**. Nova York e Londres: Routledge, 2009. [1948]
- _____. **Mathematics and the metaphysicians** In RUSSELL, B. **Mysticism and logic**. Londres: GEORGE ALLEN & UNWIN LTD, 2008. [1914a]
- _____. **My philosophical development**. Nova Iorque: Simon and Schuter, 1959
- _____. **On Denoting** in RUSSELL, B. **Logic and Knowledge**. London: MacMillan, 1956. [1905]
- _____. **On propositions: what they are and how they mean**. In **Proceedings of the Aristotelian Society**, Supplementary Volumes, Vol. 2, Problems of Science and Philosophy (1919), pp. 1-43
- _____. **On scientific method in philosophy** In RUSSELL, B. **Mysticism and logic**. Londres: GEORGE ALLEN & UNWIN LTD, 2008. [1914a]
- _____. **Our knowledge of the external world**. Londres: George Allen & Unwin LTD,

2015. [1914b]

_____. **The Analysis of mind.** London: Routledge, 1989 [1921].

_____. **Theory of knowledge: The 1913 Manuscript.** Edited by Elizabeth Ramsden Eames in collaboration with Kenneth Blackwell. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2005. [1913]

_____. **The philosophy of logical atomism.** Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010

_____. **The problems of Philosophy.** London: Jovian Press, 2018 [1912]

_____. **Vagueness.** Disponível em:

http://astrofrelat.fcaglp.unlp.edu.ar/filosofia_cientifica/media/papers/Russell-Vagueness.pdf. Consulta realizada em: 25/02/2020 [1923].

SIMÕES, E. **Wittgenstein e o problema da verdade.** Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2008.

STENIUS, E. **Wittgenstein's Tractatus: a critical exposition of its main lines of thought.** Londres: Basil Blackwell, 1964

WAHL, R. **Russell in Transition 1914–1918: From Theory of Knowledge to “The Philosophy of Logical Atomism”** In ELKIND, C (org); LANDINI, G (org); LANDON, D (org). **The Philosophy of Logical Atomism.** Charm (Suíça): Palgrave Macmillan, 2018.

WAHL, R. **Russell in Transition 1914–1918: From *Theory of Knowledge* to “The Philosophy of Logical Atomism”.** In LANDINI, G (org) e ELKIND, L, D, C (org). **The Philosophy of Logical Atomism: A Centenary Reappraisal.** Cham (Suíça): Palgrave Macmillan, 2018.

WITTGENSTEIN, L. **Notebooks.** New Jersey: Basil Blackwell, 1914.

_____. **Tractatus logico-philosophicus.** São Paulo: Edusp, 2010

_____. **Tractatus logico-philosophicus.** Londres: Chiron Academic press, 2016. [1922]

_____. **Wittgenstein in Cambridge Letters and Documents 1911-1951.** New Jersey: Basil Blackwell, 1995.

